



UNIVERSIDADE VALE DO TAQUARI - UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DOUTORADO EM
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

**MOBILIDADE E IDENTIDADE: TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE
MOÇAMBICANOS NA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)**

Anna Ariane Araújo de Lavor

Lajeado, junho de 2021

Anna Ariane Araújo de Lavor

**MOBILIDADE E IDENTIDADE: TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE
MOÇAMBICANOS NA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade Vale do Taquari (UNIVATES), como parte da exigência para obtenção do grau de Doutora em Ambiente e Desenvolvimento na linha de Pesquisa em Espaço e problemas socioambientais

Orientadora: Profa. Dra. Jane Marcia Mazzarino

Lajeado, junho de 2021

Anna Ariane Araújo de Lavor

**MOBILIDADE E IDENTIDADE: TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE
MOÇAMBICANOS NA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)**

A Banca examinadora abaixo aprova a tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade Vale do Taquari - UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do grau de Doutora em Ambiente e Desenvolvimento, na área de concentração Espaço, Ambiente e Sociedade:

Profa. Dra. Jane Marcia Mazzarino - orientadora
Universidade Vale do Taquari - UNIVATES

Profa. Dra. Grazielle Betina Brandt
Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

Profa. Dra. Artemisa Odila Candé Monteiro
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Profa. Dra. Júlia Elisabete Barden
Universidade Vale do Taquari - UNIVATES

Lajeado, junho de 2021

Dedico esta tese a todos os estudantes internacionais, que em busca de melhores oportunidades enfrentam o desconhecido no processo de mobilidade.

AGRADECIMENTOS

À minha família, especialmente ao meu esposo e filhos, agradeço por todo carinho, apoio e paciência.

À professora Dr^a Margarita Rosa Gavéria Mejía, por apresentar-me ao tema da mobilidade humana com sensibilidade e experiência.

À minha orientadora, professora Dr^a Jane Marcia Mazzarino, que com maestria conduziu-me nesta longa jornada.

Aos meus colegas do curso, pela sempre agradável e divertida convivência, bem como pela incessante troca de experiências.

A todos os integrantes do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade Vale do Taquari - UNIVATES, que direta ou indiretamente contribuíram para tornar esta tese uma realidade.

A todos os alunos e servidores da UNILAB, especialmente os entrevistados na pesquisa, que de forma cordial contribuíram para a construção da tese.

RESUMO

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) tem como objetivo formar pessoas para contribuir com os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente das nações africanas. Os cursos são ministrados conforme as áreas de interesse mútuo do Brasil e dos demais países da CPLP. Além disso, a possibilidade de mobilidade estudantil tem atraído estudantes de diferentes países da África ao Brasil, dentre eles, os moçambicanos. Por isso, o objetivo geral desta tese é investigar interferências identitárias e processos de (re)construção a partir da experiência de mobilidade vivida por estudantes moçambicanos da UNILAB. Como objetivos específicos, definimos os seguintes: a) contextualizar historicamente a criação da UNILAB e os Programas de Colaboração técnica entre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP); b) mapear as trajetórias dos estudantes, considerando aspectos e dimensões da identidade que têm interferências decorrentes de sua mobilidade estudantil, levando-se em conta três tempos: antes de sair do país; na condição de estudantes da UNILAB, e ao finalizar os cursos; c) identificar e analisar as dificuldades e motivações dos estudantes moçambicanos da UNILAB na sociedade local, considerando aspectos e dimensões identitárias, bem como as estratégias que constroem para seu enfrentamento; e d) verificar como a identidade pessoal intercambia com o interesse de vínculo coletivo. A pesquisa realizada foi descritiva, focada na pesquisa bibliográfica, documental e de campo, que foi baseada em entrevistas e questionários. Ao final, evidenciou-se que os elementos mais dinamizados no processo de mobilidade estudantil referem-se a aspectos da identidade africana e nacional, sexual e de gênero, além da social. Também foi possível perceber que a principal dificuldade foi a discriminação (xenofobia, racismo e hiperssexualização). Quanto às motivações, 74% dos entrevistados demonstraram

ter um ideal não apenas individual, mas especialmente coletivo (familiar e/ou institucional) que os levou a participar da mobilidade estudantil. Os entrevistados se apresentam como cidadãos de fronteira, que já não serão como os que não saíram, mas também não serão do país para o qual migraram. Eles são, ainda, imigrantes transnacionais que se integraram ao Brasil, sem perder o vínculo com seu país de origem. Além disso, identificou-se que a mobilidade estudantil é dinamizadora de recursividades na abordagem das capacitações: do Estado para a pessoa, da pessoa para o Estado e das pessoas entre si. Assim, a temática da mobilidade contemporânea apresenta uma complexidade e heterogeneidade que induzem a consequências sociais que afetam tanto o migrante, que tem suas relações, modo de vida e identidade modificados nesse percurso, quanto os locais de origem e de destino. Isso porque os entrevistados pretendem com essa mobilidade contribuir para o desenvolvimento de Moçambique, por meio da educação recebida, a qual tem potencial para a remoção de diversas privações de liberdade encontradas no país.

Palavras-chave: Mobilidade; Identidade; Educação; Transnacionalismo; Discriminação.

ABSTRACT

The University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB) aims to train people to contribute to the member countries of the Community of Portuguese Language Countries (CPLP), especially African nations. The courses are taught according to areas of mutual interest in Brazil and other CPLP countries. In addition, the possibility of student mobility has attracted students from different countries in Africa to Brazil, among them Mozambicans. Therefore, the general objective of this thesis is to investigate identity interferences and (re)construction processes based on the mobility experience lived by Mozambican students at UNILAB. As specific objectives, we defined the following: a) to historically contextualize the creation of UNILAB and the Technical Collaboration Programs between African Countries of Portuguese Official Language (PALOP); b) to map the trajectories of students, considering aspects and dimensions of identity that have interference resulting from their student mobility, taking into account three times: before leaving the country; as UNILAB students, and at the end of the courses; c) identify and analyze the difficulties and motivations of Mozambican students at UNILAB in the local society, considering identity aspects and dimensions, as well as the strategies they build to face them; and d) verifying how personal identity interchanges with the interest of a collective bond. The research carried out was descriptive, focused on bibliographical, documental and field research, which was based on interviews and a questionnaire. In the end, it was evidenced that the most dynamic elements in the student mobility process refer to aspects of African and national identity, sexual and gender, in addition to social. It was also possible to see that the main difficulty was discrimination (xenophobia, racism and hypersexualization). As for the motivations, 74% of respondents demonstrated that they had an ideal not only individual, but especially collective (family and/or institutional) that led them to participate in student mobility. Respondents present themselves as border citizens, who will no longer be like those who have not left, but will not be from the country to which they migrated either. They are also transnational immigrants who have integrated into Brazil, without losing the link with their country of origin. In addition, it was identified that student mobility is a dynamizer of recursiveness in the approach to training: from the State to the person, from the person to the State and from people to each other. Thus, the theme of contemporary mobility presents a complexity and heterogeneity that lead to social consequences that affect both the migrant, who has their relationships, way of life and identity changed along the way, as well as the places of origin and destination. This is because the interviewees intend, with this mobility, to contribute to the development of Mozambique, through the

education received, which has the potential to remove various deprivations of freedom found in the country.

Keywords: Mobility; Identity; Education; Transnationalism; Discrimination.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - UNILAB – Campus da Liberdade (Redenção - CE)	52
Figura 2 - UNILAB – Campus dos Palmares (Acarape - CE)	53
Figura 3 - UNILAB – Campus das Auroras.....	53
Figura 4 - UNILAB – Campus dos Malês (São Francisco do Conde – BA)	54
Figura 5 - Mapa mostrando as localizações dos campi da UNILAB (Bahia e Ceará).....	55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Rendimento médio mensal no trabalho principal da população de 16 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça – Brasil, 1995 a 2015.....	82
Gráfico 2 - População de 25 anos ou mais de idade com ensino superior completo, por sexo e cor/raça.....	83
Gráfico 3 - Projetos de vida dos moçambicanos	171
Gráfico 4- Identidade Nacional e Africana	185
Gráfico 5 - Dimensões da Identidade acionadas pelos entrevistados	190
Gráfico 6 - Perspectivas para o futuro	191

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Teses e dissertações sobre imigração estudantil de alunos oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial.....	16
Quadro 2 - Perfil dos Entrevistados Moçambicanos (Alunos da UNILAB)	103
Quadro 3 - Perfil dos Entrevistados Brasileiros (Alunos da UNILAB).....	104
Quadro 4 - Principais aspectos da identidade afetados	179
Quadro 5 - Quantidade de habitantes (de acordo com a cor) nas cidades dos entrevistados	182

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de habitantes (de acordo com a cor) nas cidades dos entrevistados em 2010	182
-------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEMOZ	Associação dos Estudantes Moçambicanos na UNILAB
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CNPQ	Conselho Nacional para Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CTPD	Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
DCE-UNLAB	Diretório Central Estudantil da UNILAB
DTE	Divisão de Temas Educacionais
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IES	Instituições de Ensino Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC	Ministério da Educação
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PNAES	Política Nacional de Assistência Estudantil
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PAES	Programa de Assistência ao Estudante
PEC-G	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PEC-PG	Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
PROMISAES	Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SUS	Sistema Único de Saúde
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Problema	19
1.2	Hipóteses	20
1.3	Objetivos	20
1.3.1	Objetivo Geral	20
1.3.2	Objetivos Específicos	21
1.4	Justificativa	21
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
2.1	Tipo de pesquisa	23
2.2	Coleta dos dados	24
2.3	Método de análise dos dados	26
3	REFERENCIAL TEÓRICO	28
3.1	Breve história da imigração internacional no Brasil	28
3.2	Acordos de Cooperação Solidária entre países de Língua Portuguesa	35
3.3	Mobilidade estudantil no Brasil	41
3.4	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB	49
3.5	Imigração de estudantes africanos para o Ceará	56
3.6	Moçambique	60
3.7	Identidade em (re)construção	62
3.8	Dimensões da Identidade	68
3.8.1	Identidade Cultural e Nacional	68
3.8.2	Identidade Racial E Étnica	71
3.8.3	Identidade Sexual e de Gênero	79

3.8.4	Identidade Religiosa.....	83
3.9	Vivências diante da mobilidade territorial dos estudantes moçambicanos no Brasil 85	
3.10	Integração, solidariedade e associativismo entre os imigrantes	95
4	RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO: TRAJETÓRIA DOS ESTUDANTES MOÇAMBICANOS NO BRASIL	102
4.1	Perfil dos Entrevistados.....	102
4.2	UNILAB: Processo Seletivo e Cooperação Técnica	105
4.3	Motivações e Projetos dos estudantes moçambicanos antes da mobilidade	108
4.4	Situações vivenciadas durante a mobilidade.....	114
4.4.1	Brasil idealizado x Brasil real	114
4.4.2	Integração e oportunidades durante a mobilidade	120
4.4.3	Ferramentas de Apoio Estudantil	122
4.4.4	Xenofobia e Racismo	125
4.4.5	Hipersexualização	132
4.4.6	Relações de gênero	134
4.4.7	Estratégias de Inserção Social.....	137
4.4.8	Mobilidade e Identidade	141
4.4.9	As percepções do ambiente e as diferenças culturais	152
4.4.10	Associativismo	160
4.5	Perspectivas pós-mobilidade.....	163
5	ANÁLISES SOBRE OS ELEMENTOS IDENTITÁRIOS	170
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
	REFERÊNCIAS.....	202
	APÊNDICES	223
	APÊNDICE I- Roteiro de entrevista com os estudantes moçambicanos.....	223
	APÊNDICE II - roteiro de entrevistas com servidores da UNILAB	227
	APÊNDICE IV – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	231

1 INTRODUÇÃO

Após um longo período de escravidão, a imigração dos africanos para o Brasil é recente e foi motivada pela procura de melhores condições de vida, trabalho ou estudo. Devido ao crescimento desse fluxo migratório, em 1965, o governo federal lançou o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). O PEC-G foi criado para amparar os estudantes internacionais, bem como para regulamentar, de forma unificada, o intercâmbio estudantil (DCE, 2019). A partir dessa regulamentação, que foi acompanhada por Acordos Educacionais Internacionais, o fluxo migratório foi amplamente impulsionado (TCHAM, 2016).

Atualmente, o Programa é regido pelo Decreto Presidencial nº 7.948/2013, que regulamenta a formação e qualificação de estudantes oriundos do exterior através de oferta de vagas gratuitas em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior - IES brasileiras (BRASIL, 2013). Desde os anos 2000, o Brasil selecionou mais de 9.000 alunos pelo programa, sendo a África o continente de origem da maior parte dos estudantes, com 76% dos discentes (DCE, 2019).

Essa grande procura ocorre, possivelmente, devido às facilidades proporcionadas por um idioma em comum, ou seja, são imigrantes dos chamados Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Segundo Amaral (2013) a maior concentração de estudantes dos PALOP contemplados pelo Programa PEC-G está em IES da região sudeste do Brasil.

Contudo, a procura pela região nordeste tem aumentado, após a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). O

fluxo migratório de estudantes africanos no Ceará, por exemplo, aumentou consideravelmente desde 2010, com a criação da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em Redenção – Ceará (DIÁRIO DO NORDESTE, 2015b). A primeira cidade brasileira a abolir a escravidão também se tornou a primeira a reunir países de língua portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste), sendo a maioria países africanos, com vistas realizar cursos de educação formal no nosso país (MACIEL, 2017).

De acordo com a Lei de Criação da UNILAB – Lei 12.289/2010, o objetivo é formar pessoas para contribuir com os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente nas nações africanas (BRASIL, 2010a). Os cursos da UNILAB são ministrados principalmente em áreas de interesse mútuo do Brasil e dos demais países da CPLP, enfatizando áreas relacionadas à formação de professores, desenvolvimento agrário, gestão, saúde pública, dentre outros temas considerados estratégicos (BRASIL, 2010a).

Em 2015, o Ceará já tinha cerca de 3.000 africanos, sendo que 272 desses imigrantes encontram-se localizados em Redenção – CE, ao passo que o restante se concentra, principalmente, em Fortaleza – CE (DIÁRIO DO NORDESTE, 2015a). A capital do Ceará recebe tanto bolsistas do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) para as universidades públicas quanto estudantes de diversas faculdades particulares (DIÁRIO DO NORDESTE, 2015b).

Na UNILAB, por exemplo, seus quatro campi (três no Ceará e um na Bahia), concentram 4.619 alunos matriculados na Graduação presencial, sendo 1147 de países Africanos (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe) e 09 da Ásia (Timor-Leste) (UNILAB, 2021). Os alunos internacionais de graduação recebidos pela UNILAB, no entanto, não vêm por meio do convênio PEC-G, mas sim por meio de um convênio-seleção próprio, conforme informações contidas no site <http://www.unilab.edu.br/psee-2020> (UNILAB, 2020). Devido a esta expressividade, a UNILAB foi escolhida como local para a aplicação da presente pesquisa.

A pesquisa será feita em todos os *campi* da UNILAB. Os alunos moçambicanos matriculados encontram-se no Campus da Liberdade (Redenção – CE), Campus das Auroras (Localizado entre os municípios de Redenção e Acarape – CE), e Campus

dos Palmares (Acarape – CE), Campus dos Malês (São Francisco do Conde – BA). Eles foram escolhidos como público-alvo por não ter estudos com este grupo social sobre os aspectos que se pretende aprofundar.

Como forma de verificar a existência de pesquisas que abordam as imigrações de países africanos de língua portuguesa para fins estudantis no Brasil, realizou-se uma consulta ao Catálogo de Teses e Dissertações do Ministério de Educação (MEC)/CAPES, tendo em vista que esta é a ferramenta de pesquisa mais ampla do gênero. Na ocasião buscaram-se as expressões “imigrantes africanos”, “imigração africana”, “imigração moçambicana”, “imigrantes moçambicanos” e “Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)”, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e “imigração/imigrante estudantil”. Destas, apenas 20 resultados de teses e dissertações correspondiam à temática desta pesquisa, conforme o quadro 1. Identificamos, nesses estudos, autor(a), título, objetivo geral, origem e ano da pesquisa.

Até o momento, as pesquisas que analisam esse movimento migratório não tratam especificamente sobre os alunos moçambicanos. Existem pesquisas sobre guineenses e timorenses, ou ainda realizadas de forma genérica sobre os alunos dos PALOP, conforme quadro 1. Além disso, as pesquisas existentes não demonstram como os fatores relacionados às diversas dimensões da identidade influenciam nas vivências desse processo.

Quadro 1 - Teses e dissertações sobre imigração estudantil de alunos oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial

Autor(a)	Título	Objetivo geral	Inst. do PPG	Ano
Borges, Rosângela Ferreira de Carvalho	Imigrantes negros africanos dos PALOP e negros brasileiros: a identidade étnica construída na imprensa de Portugal e do Brasil	Verificar como é construída, não só a identidade étnica dos imigrantes negros africanos dos PALOP e seus descendentes nos jornais portugueses Público, Correio da Manhã e O Expresso, em 2003, 2004 e 2005, como também do negro brasileiro na revista Raça Brasil durante o mesmo período.	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2008
Có, Joao Paulo Pinto	Diáspora africana contemporânea no Brasil: um olhar sobre o cotidiano dos estudantes Guineenses do PEC-G em Fortaleza e Natal	Compreender o universo dos estudantes guineenses do Programa Estudantes – Convênio de Graduação (PEC-G) nas cidades de Fortaleza-CE e Natal-RN com relação às estratégias de convivência e adaptação.	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2011
Diogenes, Clarissa Diniz	Estudantes timorenses na UNILAB: o processo de integração em um ambiente acadêmico luso-afro-brasileiro	Analisar o processo de integração dos estudantes timorenses na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), criada em 2010, como	Universidade Federal do Ceará	2015

		uma estratégia da política brasileira de aproximação com os países africanos.		
Farias, Marcio	Relatos de imigrantes africanos na cidade de São Paulo sobre preconceito	Descrever e analisar relatos de imigrantes africanos que residem e/ou trabalham na cidade de São Paulo há, no mínimo, 02 anos sobre preconceito e racismo.	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2015
Fernandez, Daniela Tamara	A Cooperação Internacional Brasileira na Educação Superior: uma Análise Comparativa entre a Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Unila e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB	Analisar o processo de criação da UNILA e UNILAB, a partir da proposta de cooperação internacional brasileira na área da Educação Superior e a aproximação com os países do Sul Global no marco da Cooperação Sul-Sul.	Universidade Federal do Ceará	2017
Gomes, Jocilene do Rosario	Relações bilaterais Brasil/Cabo Verde no âmbito da cooperação técnica educacional do governo Lula (2003/2010)	Analisar a cooperação técnica no âmbito educacional entre Brasil e o arquipélago de Cabo Verde durante o governo Lula (2003/2010)	Universidade Federal do Piauí	2014
Heleno, Mauricio Gurjao Bezerra	A política externa do governo Lula: a experiência da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)	Analisar a política externa do governo Lula (2003-2010) para o continente africano, com ênfase na experiência da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)	Universidade Estadual do Ceará	2014
Langa, Ercílio Neves Brandão	Diáspora Africana no Ceará no Século XXI: ressignificações identitárias de estudantes imigrantes	Analisar a migração, presença e permanência de estudantes oriundos de distintos países africanos para o Brasil, especificamente, na cidade de Fortaleza-CE.	Universidade Federal do Ceará	2016
Laier, Aline Cristina	Ensino “além mar”: trajetórias e travessias de estudantes africanos no ensino superior em Juiz de Fora - MG	Apreender as trajetórias e travessias dos estudantes africanos que migram para a cidade de Juiz de Fora para cursarem o ensino superior, notadamente os estudantes atrelados ao Programa estudante convênio graduação – PEC-G	Universidade Federal de Juiz De Fora	2014
Lima, Francisca Monica Rodrigues de	Vozes e contra-vozes de um discurso universitário lusófono: cooperação internacional na universidade da integração internacional da lusofonia afro-brasileira – UNILAB	Estudar as estratégias discursivas presentes nos acordos de cooperação entre a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e instituições portuguesas e africanas com o objetivo de identificar as vozes e contra-vozes que emergem do discurso universitário lusófono.	Universidade Nove de Julho	2017
Ribeiro, Fabricio Americo	UNILAB: políticas educacionais e as transformações do espaço urbano em redenção - ceará – brasil	Analisar e compreender numa perspectiva geográfica as transformações do espaço urbano na cidade de Redenção no estado do Ceará, a partir da instalação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)	Universidade Estadual do Ceará	2012
Ribeiro, Fabricio Americo	Estratégia Geoeducacional na Cooperação Sul-Sul: uma análise dos projetos das Universidades de Integração Internacional – UNILA e UNILAB	Apresentar e analisar o processo de internacionalização e a cooperação internacional do ensino superior no Brasil a partir principalmente do ano de 2010, quando foram inauguradas a UNILA e a UNILAB	Universidade Federal do Ceará	2016
Rocha, Sandra Maria Nogueira	O Projeto de Ser na Imigração: Uma Perspectiva Fenomenológico-Existencial	Investigar o Projeto de Ser na Imigração dos estudantes africanos.	Universidade de Fortaleza	2016
Rodrigues, Ester Fatima Vargem	Imigrantes Africanos no Brasil Contemporâneo: Fluxo e refluxos da diáspora	Trazer à tona questões sobre diversas formas e estratégias que alguns grupos de populações africanas encontram para conseguir atravessar o Atlântico, revivendo diásporas.	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2014

Rodrigues, Silvia Helena	Jovens oriundos de países africanos de Língua Portuguesa na Universidade de Brasília: experiências de migração internacional estudantil	Contribuir com os estudos na área de educação, precisamente na temática jovens universitários, com foco na migração internacional e percursos identitários de jovens, estudantes de graduação na Universidade de Brasília (UnB), oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).	Universidade de Brasília	2013
Rosa, Edina Dos Santos	A inserção de alunos imigrantes africanos negros na rede estadual de ensino na cidade de São Paulo (2014-2016).	Analisa a inserção de alunos imigrantes africanos negros no Ensino Médio, em uma escola da rede estadual de ensino de São Paulo, na cidade de São Paulo, no período de 2014 a 2016	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2016
Silva, Aurea Gardeni Sousa Da	A cooperação brasileira em educação: estudantes-convênio dos países africanos de língua oficial portuguesa	Conhecer a experiência dos estudantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP, na UnB e UFMT, nas respectivas cidades de Brasília-DF e Cuiabá-MT, assim como o processo pelo qual ingressam nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras.	Universidade Federal de Mato Grosso	2015
Sousa, Alzira Dias de	O programa de estudantes-convênio de graduação na Universidade Federal da Bahia: percepção dos estudantes PEC-G oriundos de países de língua social portuguesa - anos 2009-2013	Analisar o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), por meio do estudo de alunos estrangeiros oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) selecionados para a Universidade Federal da Bahia (UFBA).	Universidade da Bahia	2015
Tcham, Ismael	Estar, ficar e retornar: estudantes africanos no Brasil e os dilemas da migração	Examinar e compreender a dinâmica e a configuração da imigração contemporânea para o Brasil, com destaque num fluxo migratório muito peculiar: a migração dos africanos em razão dos estudos	Universidade Federal de Pernambuco	2016
Tcham, Ismael	A África fora de casa: sociabilidade, trânsito e conexões entre os estudantes africanos no Brasil	Compreender as dinâmicas e os processos de sociabilidade e de reconfiguração identitária dos estudantes oriundos dos Países Africanos de Língua Portuguesa-Palop, vinculados ao Programa Estudante Convênio de Graduação – PEC-G em duas Universidades Federais no Nordeste do Brasil: UFPE e UFAL.	Universidade Federal de Pernambuco	2012

Fonte: Quadro feito a partir de informações coletadas no Catálogo de Teses e Dissertações do Ministério de Educação (MEC) / CAPES

A presente pesquisa está inserida na linha de pesquisa Espaço e Problemas Socioambientais, do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Ambiente e Desenvolvimento da UNIVATES. Os resultados obtidos na análise, ajudarão a compreender como as diversas dimensões da identidade são acionadas pelos alunos internacionais nas suas interações sociais no Brasil. Com isso, espera-se poder contribuir para o debate sobre este relevante assunto acadêmico.

1.1 Problema

Com o presente trabalho, pretende-se responder a alguns questionamentos, dentre os quais o primeiro é o seguinte: como as diversas dimensões da identidade dos estudantes imigrantes moçambicanos na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) são acionadas nas suas interações sociais no Brasil?

Considerando três momentos do processo, busca-se mapear suas trajetórias conforme aspectos e dimensões da identidade:

- a) Antes de sair do país, quais aspectos interferem na mobilidade destes estudantes e em que medida ela está consolidada através de projetos individuais, familiares e/ou institucionais?
- b) Na condição de estudantes da UNILAB, como são acionados, no processo de interação dos imigrantes africanos com brasileiros e alunos de outros países, os diferentes aspectos e/ou dimensões da identidade, como gênero, nacionalidade, etnia, manifestações culturais, interações ambientais, formas de consumo, estratégias de inserção social, enfrentamento de preconceitos, entre outras que possam emergir?
- c) Ao finalizar os cursos, em que outras mobilidades esses estudantes se envolvem? Eles retornam para seus países de origem ou se estabelecem em espaços sociais brasileiros? Em que condições?

Para esta pesquisa, será utilizado um conceito de identidade em que este é um elemento em constante metamorfose, conforme os sistemas culturais historicamente envolvidos e dentro de três elementos norteadores ligados às dimensões identitárias, tais como:

- **Subjetivos:** sexualidade, gênero, estratégias de inserção social, associativismo, preconceitos e suas estratégias de enfrentamento;
- **Culturais:** etnia, nacionalidade, ligação com o continente, manifestações culturais, formas de consumo e religião;
- **Ambientais:** percepções do território (espaço, elementos, comparação com o lugar de origem etc.).

1.2 Hipóteses

Embora o Brasil seja um país formado por diversas culturas e etnias, ainda existe uma intensa discriminação racial (DOMINGUES, 2005; SUBUHANA, 2007; THEODORO, 2008; MARTINEZ; DUTRA, 2018). Subuhana (2007) destaca, inclusive, que o preconceito racial é a principal causa de mal-estar de um número considerável de seus entrevistados sobre imigração estudantil africana em terras brasileiras. Além disso, aspectos como a crise econômica atual também podem interferir no modo como o brasileiro passou a ver imigrantes em nosso país. De acordo com diversos pesquisadores de imigração africana, dentre eles, Langa (2014) Subuhana (2007) e Silva (2017), no Brasil existe um estigma sobre o africano que vai além da questão racial, pois, muitas vezes associam a África apenas às guerras, à selva, à pobreza e à miséria. Somada a esses fatores, a discriminação contra a mulher imigrante pode ser um grande obstáculo para a adaptação no Brasil. De acordo com Costa e Schwinn (2018)

ao longo da história mulheres têm sido vítimas de diferentes tipos de discriminação e violência por sua condição de “ser mulher”. Aliado à outras características, como raça, classe social e origem nacional, a chamada discriminação múltipla torna ainda mais agudas as violências sofridas pelas mulheres. (COSTA E SCHWINN, 2018, p. 204)

Assim, é possível que esses fatores influenciem diretamente nas vivências dos estudantes moçambicanos na UNILAB – CE, no momento do processo de inserção na universidade e sociedade.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta tese é investigar interferências identitárias e processos de sua (re)construção a partir da experiência de mobilidade vivida por estudantes moçambicanos da UNILAB.

1.3.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos desta tese são:

- Contextualizar historicamente a criação da UNILAB e os Programas de Colaboração técnica entre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP);
- Mapear as trajetórias dos estudantes, considerando aspectos e dimensões da identidade, que têm interferências decorrentes de sua mobilidade estudantil, levando-se em conta três tempos: antes de sair do país; na condição de estudantes da UNILAB e ao finalizar os cursos;
- Identificar e analisar as dificuldades e as motivações dos estudantes moçambicanos da UNILAB na sociedade local, diante de aspectos e dimensões identitárias, assim como as estratégias que constroem para seu enfrentamento;
- Verificar como a identidade pessoal intercambia com o interesse de vínculo coletivo.

1.4 Justificativa

A imigração estudantil é um assunto novo e pouco explorado academicamente, principalmente quando se fala na imigração de africanos com finalidade estudantil. A modalidade decorrente da imigração envolve projetos individuais e coletivos complexos (comunidade, família, instituições), por meio de elementos transnacionais de redes sociais que conectam os imigrantes com sua nação de origem e, ao mesmo tempo, com seu país de residência. Assim, os transmigrantes desenvolvem e mantêm relacionamentos múltiplos que vão além das fronteiras.

Este estudo tem como diferencial o fato de problematizar a situação de imigrantes que vão estudar em uma universidade que possui um objetivo inovador: formar pessoas para contribuir com os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente as nações africanas. Os cursos ministrados são, por isso, especialmente pertencentes a áreas estratégicas de interesse mútuo do Brasil e dos demais países da CPLP.

Cabe destacar, ainda, que o Brasil é um país multicultural e historicamente formado por imigrantes de diversas origens. Apesar dessa dinâmica, inúmeros fatores podem influenciar nas trajetórias e vivências de cada estudante recebido pela UNILAB.

Buscou-se analisar, a situação de um grupo de estudantes de apenas uma nacionalidade, pois cada país possui suas especificidades históricas, econômicas e culturais. E a escolha pelos alunos moçambicanos se deu pelo fato de, em dezembro de 2018, a instituição que a pesquisadora trabalha (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará-campus Iguatu) recebeu 04 professores moçambicanos para um treinamento que ocorreu devido a um convênio entre o governo de Moçambique e o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) do Brasil. Na ocasião, a pesquisadora debateu com os profissionais moçambicanos sobre diversos assuntos relacionados sobre políticas públicas, ensino, mobilidade em Moçambique etc., fazendo nascer a curiosidade acadêmica de pesquisar sobre a referida nacionalidade dentro de sua pesquisa de doutorado. Com este trabalho, portanto, pretende-se contribuir com os estudos acerca da imigração estudantil internacional, a partir das situações vivenciadas pelos moçambicanos da UNILAB.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Tipo de pesquisa

De acordo com Goldenberg (2011), o método de uma pesquisa é a observação sistemática dos fenômenos de uma determinada realidade por meio da sucessão de passos, orientados por conhecimentos teóricos. Os procedimentos metodológicos adotados serão os descritos a seguir.

A presente pesquisa é descritiva, pois buscou descrever as características de determinada população ou fenômeno (GIL, 2008), neste caso, dos(as) alunos(as) moçambicanos(as) da UNILAB. Quanto aos procedimentos técnicos utilizados para alcançar os objetivos desta tese, inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica através da compilação dos principais estudos existentes sobre imigração, imigração estudantil e identidade. Além disso, a pesquisa documental analisou documentos eventualmente fornecidos pela UNILAB. Também foram utilizados entrevistas e questionários com os entrevistados. Para Gil (2008, p.128), o questionário permite que as pessoas respondam as perguntas no momento mais conveniente e tem como “objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc”. Já a Entrevista tem a vantagem de possibilitar de permitir ao entrevistador esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se às pessoas e circunstâncias que ocorrem a entrevista (GIL. 2008).

Quanto ao modo de abordagem, este estudo é qualitativo, pois a preocupação aqui não é com a “representatividade numérica do grupo pesquisado, mas sim com o

aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc.” (GOLDENBERG, 2011, p. 14).

2.2 Coleta dos dados

O público-alvo são todos(as) os(as) alunos(as) moçambicanos(as) da UNILAB, estudantes brasileiros do mesmo semestre dos moçambicanos e um servidor representante da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). A ideia era fazer as coletas de dados por meio de entrevistas presenciais com cada um dos entrevistados, contudo, devido à situação de quarentena (às vezes com lockdown) ocasionada pela pandemia do coronavírus, as entrevistas foram feitas por meio de videochamadas com os alunos moçambicanos e por questionário (formulário eletrônico) com o representante da instituição e com os alunos brasileiros. Essa parte da pesquisa ocorreu em maio e junho de 2020. Em julho de 2021, foi realizada uma nova entrevista, dessa vez por videochamada, com o representante da UNILAB, a fim de complementar algumas informações do roteiro de entrevista.

Em 2020, a universidade possuía 4.619 estudantes de graduação, sendo que destes, apenas 45 são moçambicanos (UNILAB, 2020), representando o país africano com menor número de alunos na universidade. A realização das entrevistas teve autorização e suporte da UNILAB e das entidades de representação estudantil Diretório Central Estudantil da UNILAB (DCE-UNILAB) e Associação dos Estudantes Moçambicanos na UNILAB (AEMOZ). A pesquisadora, após autorização da UNILAB, entrou em contato com as entidades estudantis que divulgaram a pesquisa para todos os interessados. Assim, foram entrevistados todos os alunos que manifestaram interesse em participar, totalizando 19 alunos moçambicanos da UNILAB e 04 alunos brasileiros. Devido às restrições de isolamento social causadas pela Covid-19, as entrevistas foram feitas por meio de videochamada na plataforma do Google Meet.

No início do ano de 2020, fomos confrontados diante de uma doença infecciosa emergente, para a qual não há tratamento, nem vacina, nem imunidade preexistente. Além disso, os processos de tomada de decisões estão baseados em protocolos que mudam conforme os contornos dinâmicos

apresentados pela origem e distribuição do vírus (e da infecção) em diferentes indivíduos e grupos; em conhecimento científico ainda incipiente (apesar do intenso esforço de equipes internacionais de pesquisas), especialmente sobre o papel dos portadores assintomáticos, sobre a relação entre infecção e imunidade e sobre a especificidade e sensibilidade dos testes diagnósticos. Nesse contexto de incertezas, somos forçados a alterar a rotina e os laços sociais, através do distanciamento social que permite a redução da velocidade de dispersão do vírus e, conseqüentemente, do número de pessoas que, simultaneamente, precisariam da estrutura hospitalar de alta complexidade para o tratamento dos sintomas graves. (GRISOTTI, 2020, p. 1)

Como o ano letivo de 2020 foi prejudicado pela pandemia do coronavírus, que interrompeu bruscamente todas as aulas da UNILAB desde março, ocorreu uma dificuldade de identificar quais alunos brasileiros estudariam com moçambicanos, bem como a forma de se chegar até tais alunos. Ainda assim, com o apoio dos estudantes moçambicanos e da AEMOZ, foi possível ouvir quatro estudantes do Brasil (dois homens e duas mulheres) que estudam no mesmo semestre/sala que algum aluno(a) moçambicano(a), com a finalidade de mostrar como os eles são vistos pelos brasileiros.

No decorrer das entrevistas aos estudantes moçambicanos e brasileiros foi ressaltado que todas as informações fornecidas possuem apenas finalidade acadêmica e que eles seriam mantidos em anonimato, sendo omitidas quaisquer informações que viessem a identificá-los. Assim, foram substituídos os nomes originais dos alunos moçambicanos por nomes comuns no continente africano e dos alunos brasileiros por nomes comuns no Brasil.

Também foi entrevistado um representante da UNILAB, para demonstrar a percepção institucional da relação dos moçambicanos com a universidade e a sociedade. No caso desse entrevistado, foi relatado seu cargo, pois ele forneceu apenas informações institucionais.

As entrevistas são semiestruturadas (roteiro constante nos Apêndices I a III) e forneceram os meios necessários para investigar as vivências dos estudantes moçambicanos. Elas possuem três elementos norteadores, ligados a dimensões da identidade:

- **Subjetivos:** gênero, estratégias pessoais de inserção social, preconceitos e estratégias pessoais de enfrentamento;
- **Sociais:** nacionalidade, etnia, manifestações culturais, consumo, associativismo entre migrantes etc.;
- **Ambientais:** percepções do território (espaço, elementos, comparação com o lugar de origem).

Estes itens foram elaborados com base nas dimensões da identidade encontradas no decorrer da pesquisa bibliográfica. A partir daí foram elaboradas questões que contribuíssem para formar o perfil do entrevistado, bem como responder a esses elementos norteadores e, conseqüentemente, atingir o objetivo geral da presente pesquisa.

Segundo Ludwing (2008, p. 66), as entrevistas semiestruturadas se baseiam “em questões específicas, porém, sem ordenamento rígido”, portanto, possibilitam ao entrevistado liberdade para expressar sentimentos e opiniões, de forma que o entrevistador apenas incentiva o entrevistado a falar sobre determinado assunto, sem direcionar ou forçar as respostas.

Todos os participantes assinaram um “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” e explicou-se como seria realizada a investigação, seus riscos e seus benefícios, para que a manifestação de vontade, no sentido de participar (ou não) da pesquisa, fosse efetivamente consciente.

2.3 Método de análise dos dados

De acordo com Moraes (2007, p. 87), a análise textual de uma pesquisa qualitativa é um “processo de desconstrução, seguida de reconstrução, de um conjunto de materiais linguísticos e discursivos, produzindo-se, a partir disso, novos entendimentos sobre fenômenos e discursos investigados”. Ainda segundo o autor, para isso é necessário identificar e isolar as assertivas dos materiais coletados, categorizar e produzir textos descritivos e interpretativos. Assim, após a coleta dos dados, as entrevistas foram transcritas em planilha, em seguida os resultados das entrevistas foram tabulados por categoria (dimensões e elementos identitários que emergirem no decorrer da investigação) e analisados, buscando extrair as principais ideias apresentadas, de modo a alcançar os objetivos propostos neste trabalho. Essa

análise foi feita com descrições sistemáticas e contribuiu para (re)interpretar os resultados obtidos, atingindo uma compreensão de seus significados.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Breve história da imigração internacional no Brasil

O presente subcapítulo busca realizar um histórico conciso sobre o processo migratório internacional no Brasil, relatando apenas os principais fatos para uma melhor compreensão dos temas abordados no decorrer desta tese.

De acordo com a Organização Internacional para as Imigrações (2009), o termo “migração” compreende quaisquer movimentos/deslocamentos de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas. Esse termo é usado para referir-se à entrada de um indivíduo em um Estado, enquanto “emigração” significa o movimento de saída de alguém de um Estado, com a finalidade de se instalar noutro. Feitas essas considerações iniciais sobre o significado dos termos utilizados, passa-se ao aprofundamento das ideias sobre os processos de migração.

Segundo Venâncio (2007), nos primeiros dois séculos de colonização (1500-1700), havia uma restrita vinda de imigrantes, apenas de 500 a 5 mil portugueses chegaram por ano no Brasil. Nos anos iniciais de colonização, esses portugueses traziam alguns poucos escravos africanos (imigração forçada). Contudo, segundo Goulart (*apud* Levy, 1974, p. 50) “de 1550 em diante é que se caracteriza o tráfego de escravos (GOULART 1974, p. 99). Os africanos aqui chegados antes dessa data, poderiam ser considerados como ‘bagagem’ dos povoadores”. Não existem estimativas de quantos africanos teriam vindo nesse primeiro período.

No período seguinte (1701-1850), denominado de transição, percebe-se uma mudança brusca nesses dados. Esse período, tem como principal característica, um

extraordinário aumento do fluxo migratório: “de acordo ainda com as informações de Magalhães Godinho (op.cit.), reafirmadas por Joel Serrão (1982), nos anos compreendidos entre 1701 e 1760, o número de imigrantes portugueses vindos para o Brasil colônia foi da ordem de 600 mil, ou seja, cerca de 10 mil por ano” (VENÂNCIO, 2007, p. 67).

Primeiramente, chegaram ao Brasil os portugueses mais ricos, interessados em explorar a produção de açúcar, que era a atividade mais rentável nos séculos XVI e XVII e se dirigiam principalmente para Pernambuco e Bahia (IBGE, 2018a). Depois, começaram a chegar também portugueses apenados pela justiça para cumprir exílio ou desterro, os chamados degredados, acompanhados ainda de cristãos-novos (judeus convertidos ao Cristianismo) e ciganos que fugiam de perseguições religiosas (IBGE, 2018a). Segundo o IBGE (2018a), os degredados representavam cerca de 10 a 20% da população brasileira da época, contudo, em regiões periféricas, esse número aumentava para um total de 80 a 90%. Nesse período, o total da população era de cerca de 700 mil portugueses dispersos pelo império colonial (VENÂNCIO, 2007).

Apesar da crescente quantidade de portugueses no Brasil, somados à mão de obra indígena, o número não foi suficiente para atuar na economia em ascensão, devido à implantação das capitanias hereditárias e do cultivo de cana-de-açúcar. Assim, originou-se e foi incentivada a vinda forçada dos africanos ao solo brasileiro (LEVY, 1974). Segundo Reis (2007), de início (a partir de 1550), os escravos foram trazidos a fim de trabalhar no mercado açucareiro, contudo, a força de trabalho africano, com o tempo, passou a se estabelecer em todos os setores da economia até sua abolição em 1888. Devido ao amplo território e à demanda gerada pela progressiva produção, o Brasil se tornou o Estado do continente americano que mais trouxe mão-de-obra escrava nos 300 anos (1550-1850) de duração do tráfico transatlântico (REIS, 2007). O autor expõe, ainda, que se calcula que tenham vindo forçadamente ao país em torno de quatro milhões de homens, mulheres e crianças. Tal quantia ajuda a entender a importância africana para a formação histórica e cultural da nação.

Os escravos africanos e seus descendentes crioulos e mestiços influenciaram em profundidade a formação cultural do País, desde a época em que este era

América portuguesa. Raros serão os aspectos de nossa cultura que não tenham sido moldados com a ajuda da mão e da inteligência africanas e afro-brasileiras. (REIS, 2007, p. 90)

Inicialmente, a migração forçada trouxe para o Brasil pessoas oriundas de diversas regiões da África, especialmente de Angola (estima-se um total de 1.285.900) e Costa do Marfim (605.500), de acordo com o IBGE (2018c). A partir do século XVIII, também chegaram quantidades significativas de escravos da costa leste africana, especialmente Moçambique, para abastecer o comércio do Rio de Janeiro, do Recife e de São Paulo, além de outros oriundos da região do Golfo de Benin (sudoeste da atual Nigéria) para os escravocratas baianos (IBGE, 2018c). Calcula-se que os traficantes cariocas desembarcaram quase 269.000 africanos orientais no porto do Rio de Janeiro durante esse período (ELTIS; RICHARDSON, 2010). Nesse período, a maior parte da imigração consistia em escravos, oriundos dos mais diversos países da África, contudo, também havia uma quantidade considerável de portugueses, alemães e italianos (IBGE, 2018c).

Esse período também é marcado por uma definição, realizada pelo governo imperial, do perfil do “imigrante ideal, caracterizado como agricultor, moralizado e em plena capacidade produtiva, excluindo maiores de 45 anos, emigrados por motivos políticos (incluindo os de passado revolucionário) e doentes” (HAESBAERT, 2015, p. 106).

Outra fase da imigração brasileira, conhecida como imigração de massa, entre 1880 e 1967, deslocou para o Brasil cerca de 1.521.553 portugueses, ou seja, 17,5 mil por ano (VENÂNCIO, 2007). Essa fase teve início devido à abertura dos portos, em 1808, que permitiu ainda estrangeiros adquirirem terras e auxílio financeiro do governo (DIÉGUES JÚNIOR, 1969; SEYFERTH, 2015). Seyferth (2015) ressalta que, na ocasião, vieram ao país pessoas de diferentes procedências nacionais, em sua maioria espanhóis, franceses, ingleses e alemães, os quais se estabeleceram principalmente na cidade do Rio de Janeiro, bem como em outras cidades portuárias, dedicando-se às diversas atividades. Segundo a autora (2015, p. 109), esses imigrantes eram “destinados a um projeto de colonização, instituindo uma forma de exploração agrícola baseada na concessão de pequena parcela de terra”.

Diégues Junior (1969) informa que, antes desse período, a entrada de estrangeiros era proibida no território brasileiro, contudo, isto não significava que não

havia acesso de imigrantes, mas eles entravam de outras formas e sem haver correntes migratórias. De acordo com Levy (1974), outras duas situações contribuíram com essa mudança de perfil migratório:

em meados do séc 19 duas circunstâncias vêm favorecer a transformação qualitativa de imigrantes dirigidos ao Brasil, ou seja, de migração africana forçada, para migração de força de trabalho livre, e de origem europeia. De um lado torna-se cada vez mais difícil conseguir escravos – estes já tinham melhores defesas e tinham numericamente diminuído, obrigando os barqueiros a se adentrarem pelo Rio Congo, para buscar gente entre grupos da África Central e Leste (LEVY, 1974, p.50).

Esse período provocou também uma mudança no perfil do imigrante português, passando a predominar os portugueses de origem pobre. Além disso, os grupos de imigrantes passaram a ter parcelas cada vez maiores de mulheres e crianças menores de 14 anos, pobres, órfãs ou abandonadas (IBGE, 2018d).

Um dos períodos mais prósperos para o estudo brasileiro das inter-relações entre dinâmica econômica, espaço e migrações é aquele ocorrido durante o avanço da economia cafeeira, a partir de 1840 (PATARRA, 2003). Isso ocorre porque os deslocamentos eram sucessivos, tanto de uma região produtiva a outra dentro do país, como também pelas “migrações ultramarinas, seja de colonos, seja de escravos e/ou pela captura de populações indígenas” (MARTINE, 1990, p.19).

Martine (1990) destaca que, sob a ótica migratória, a cada ciclo de produção econômica (pau-brasil, açúcar, pecuária, mineração, café ou borracha) deslocava-se o eixo geográfico, contribuindo com a ocupação de novos territórios e núcleos de assentamento. No período de economia cafeeira, o maior número de imigrantes com destino ao Brasil era de origem italiana, pois, devido à crise vivida naquele país, passou-se a acreditar que nas terras do “novo mundo” eles poderiam buscar um recomeço (FIGUEIREDO; ZANELATTO, 2017).

Percebe-se, assim, que com o fim da escravidão iniciou-se uma nova fase do período migratório, principalmente entre os anos de 1890 e 1920 (PATARRA, 2003). Essa fase trouxe principalmente portugueses, italianos, alemães e espanhóis (LEVY, 1974). Apenas nos anos 1890, cerca de 1.200.000 imigrantes entraram em nosso país e, nas décadas seguintes, mantiveram-se números também bastante expressivos “que declinam apenas nos anos 1930; o movimento declinante da entrada de

estrangeiros só se altera com o pequeno pico de imigração internacional do segundo pós-guerra” (PATARRA, 2003, p 12.).

O pequeno aumento de imigração no Brasil, no período pós-guerra, citado por Patarra (2003), teve como motivações as questões ligadas ao reassentamento para os deslocados do conflito mundial na Europa (OLIVEIRA, 2013). Ainda segundo Patarra (2003), no momento de declínio foi registrada a entrada de apenas 835 mil pessoas na década de 1930, além de 285 mil na década de 1940 e 130 mil na década de 1950. “Os anos de 1932 e 1935 constituem um período de considerável imigração japonesa, cuja proporção se eleva a quase 30% do total de entradas” (LEVY, 1974, p. 55). A esse respeito, foi de 1924 a 1941 que o Brasil registrou o maior número de entradas japonesas, 137.5725 pessoas (TANAKA, 2003).

A partir de 1953, tem início as chamadas migrações dirigidas, principalmente para o setor industrial de São Paulo (LEVY, 1974). Segundo a legislação vigente na época (Decreto-lei nº 7967/1945), a imigração dirigida ocorria quando o poder público, empresas ou a iniciativa particular promoviam a introdução de imigrantes (aptos para o trabalho, entre quinze e cinquenta anos), hospedando-os e localizando-os em determinado local, através de recrutamento, mediante licença prévia legal (BRASIL, 1945).

De acordo com Levy (1974), entre 1960 e 1972 ocorreu uma queda considerável no número de entrada de imigrantes no país. Contudo, foi nesse período que se iniciou a nova fase da imigração africana ao Brasil. Segundo Tcham (2016), a imigração moderna dos africanos para o Brasil é recente e foi impulsionada pelos Acordos Educacionais:

desde o início da década de 60, mesmo em número bastante pequeno, os africanos começaram ocupando as vagas que lhes eram destinadas nas Instituições de Ensino Superior (IES). Entretanto, devido ao crescente aumento dos estudantes estrangeiros, particularmente da “África Francófona” e “Anglófona” e Latino Americanos precipitou a necessidade de ajustar o Programa educacional aos critérios de um instrumento formal de cooperação (TCHAM, 2016, 137-138).

Foi nesse contexto que, em 1965, criou-se oficialmente o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), através do Decreto nº 55.613/1965 (BRASIL, 1965), o qual será debatido no item 3.2 deste trabalho.

A partir de 1975, no período da pós-independência, marcado pela Guerra Civil de países como Angola, Costa do Marfim e Moçambique, muitas pessoas dessas regiões vieram para o Brasil como refugiados ou exilados políticos (VARGEM; MALOMALO, 2015). O segundo momento dessa imigração africana moderna ocorreu devido às crises econômicas dos anos 1990, causadas pelas políticas neoliberais, bem como pela ausência de um governo democrático em alguns países africanos, trazendo também senegaleses, congolezes, etíopes, tanzanianos e pessoas de outras nacionalidades (VARGEM; MALOMALO, 2015). Nesse momento, a migração africana quase duplicou, passando de 2,5 mil para 4,8 mil imigrantes no Brasil, entre as décadas de 1980 e 1990 (BAENINGER; PATARRA 2006). No período, o Brasil recebeu principalmente imigrantes latino-americanos, africanos e asiáticos (SEYFERTH, 2015).

Nos anos 2000, volta a ocorrer um aumento considerável de imigrantes no país, especialmente devido à estabilidade da moeda gerada pelo plano real e, posteriormente, pelo crescente desenvolvimento gerado pelo governo Lula/Dilma (FIGUEIREDO; ZANELATTO, 2017). Contudo, Segundo Seyferth (2015), a partir da década de 1980, o Brasil já havia se tornado um país mais de emigração do que de imigração, ou seja, existem mais brasileiros vivendo no exterior do que imigrantes no Brasil. Essa informação é confirmada por Cavalcanti, Oliveira e Macedo (2018). Além disso, os autores informam que a partir de 2010 até meados de 2018, o saldo da movimentação de brasileiros pelos postos de fronteira passou a ser negativo, em torno de -355.326 pessoas em 2017, por exemplo. Além disso, parte dos fluxos de saída não retornam, caracterizando movimentos de emigração. Enquanto isso, a quantidade de pessoas que sai do Brasil é menor que a que entra, gerando um saldo negativo de 202.804 em 2017.

Apesar dessa realidade, a sucessão de projetos de lei encaminhados nas duas últimas décadas (a partir de 2010) ao Congresso Nacional mostra um caráter político xenofóbico (SEYFERTH, 2015). A suposta justificativa é de proteção aos “‘interesses nacionais’ sobre os direitos humanos, e o desinteresse, ou indiferença, em relação ao estrangeiro, uma categoria de pessoa que ainda incomoda o princípio de nacionalidade” (SEYFERTH, 2015, p.132).

Cabe destacar, ainda, que a política imigratória é atualmente regida pela lei nº 13.445/2017 (BRASIL, 2017), a chamada Lei de Imigração, que estabelece princípios

e diretrizes básicas para garantir a universalidade, a indivisibilidade e a interdependência dos direitos humanos dos estrangeiros que se encontram em solo brasileiro. A lei garante, dentre outros direitos, o “acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social” (BRASIL, 2017). Assim, esta lei corresponde a um avanço em relação à legislação anterior (Estatuto do Estrangeiro – Lei 6.815/1980), por “possuir uma alteração básica de enfoque: passa a reconhecer direitos subjetivos das pessoas em situação migratória, o que as coloca inseridas em um contexto de proteção dos direitos humanos” (BAGGIO; NASCIMENTO, 2018, p.22).

Além disso, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas (2012, p. 63), ao analisar os dados do Censo de 2010, a maior parte dos imigrantes que vivem no Brasil são de países com proximidade geográfica, histórica e/ou linguístico-cultural. “Entre os oito países que mais enviam imigrantes para o Brasil, sete (Portugal, Itália, Espanha, Bolívia, Argentina, Paraguai e Uruguai) possuem línguas latinas e quatro situam-se na América do Sul”.

O fluxo atual de estrangeiros ganha forma diferente das vistas anteriormente, por trazer imigrantes e refugiados de crises locais (no caso dos haitianos devido aos desastres ambientais ou os bolivianos devido ao colapso financeiro) e questões inerentes à geopolítica mundial.

Se forem considerados apenas os fluxos recentes, a partir de 2010, os haitianos (101,9 mil) aparecem como primeira nacionalidade em termos de regularização no período, acompanhados na sequência entre os principais países por: bolivianos (79,4 mil), colombianos (48,2 mil), argentinos (40,9 mil) e norte-americanos (39,9 mil), o que demonstra claramente o deslocamento para o Hemisfério Sul entre as origens mais determinantes (POLÍCIA FEDERAL, 2018, p. 61).

De 2011 a 2019, foram registrados no Brasil 1.085.673 imigrantes e as principais nacionalidades recebidas em 2019 foram: 1º lugar Venezuelanos, 2º Haitianos, 3º Colombianos, 4º Bolivianos e 5º Uruguaios (CAVALCANTI et al., 2020).

3.2 Acordos de Cooperação Solidária entre países de Língua Portuguesa

O presente item aborda os Acordos de Cooperação Solidária entre países de Língua Portuguesa, com destaque para o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), que é o projeto responsável por trazer a maioria dos estudantes internacionais para o Brasil. Cabe destacar que a UNILAB não utiliza o PEC-G, visto que os alunos internacionais são recebidos por meio de convênio próprio entre a instituição e os países participantes.

Além disso, a cooperação técnica internacional é uma ferramenta que auxilia o Brasil a promover desenvolvimento integrado a mudanças estruturais nas esferas social e econômica, conforme as demandas entre os países cooperados, compartilhando conhecimentos, experiências e boas práticas (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2019a).

Segundo a Agência Brasileira de Cooperação (2019a), na década de 1970, o acúmulo de práticas positivas dos países em desenvolvimento suscetíveis de serem transmitidas a outros com problemas semelhantes colaborou para que as Nações Unidas criassem o conceito de “Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento” (CTPD) ou “cooperação horizontal”, também conhecida como Cooperação Sul-Sul, em contraponto à “cooperação Norte-Sul”.

A Cooperação Norte-Sul é o tipo mais tradicional de cooperação e se refere ao apoio dos países desenvolvidos a um Estado menos favorecido. Desta forma, o Programa Sul-Sul busca a integração entre as nações do Atlântico Sul e Ásia, almejando o progresso por meio de uma cooperação solidária (RIBEIRO, 2016).

De acordo com Sousa (2015), as dificuldades econômicas causadas pela recessão da década de 1970, que geraram inúmeras limitações para os países em desenvolvimento, também contribuíram para a cooperação internacional entre os países latino-americanos e o fortalecimento da cooperação Sul-Sul.

Em 1974 foi criada a Unidade Especial para CTPD no âmbito do PNUD, iniciando-se os estudos para o fomento a essa modalidade de cooperação. Em 1978, as diretrizes elaboradas foram propostas na Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento e suas recomendações aprovadas na forma do Plano de Ação de Buenos Aires (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2019a).

Essa conferência trouxe um novo conceito de cooperação ao recomendar o compartilhamento de informações entre os países em desenvolvimento especialmente nas áreas de educação, saúde e agricultura (SOUSA, 2015). Assim, a Cooperação técnica entre países, em especial a Cooperação Sul-Sul, se consolida como uma ferramenta eficaz no compartilhamento de conhecimentos específicos entre os países participantes.

O Brasil mantém relações de cooperação técnica com a América Latina, Caribe e África, com atuações pontuais na Ásia (Timor-Leste, Afeganistão e Uzbequistão), Oriente Médio (Líbano e Territórios Palestinos) e Oceania. Em 2008, a ABC aprovou e coordenou a execução de 236 projetos e atividades pontuais de cooperação técnica Sul-Sul, beneficiando 58 países em desenvolvimento. A cooperação técnica Sul-Sul bilateral do Brasil está concentrada nas áreas de agricultura (incluindo produção agrícola e segurança alimentar), formação profissional, educação, justiça, esporte, trabalho, desenvolvimento urbano, biocombustível, transporte aéreo e saúde, meio ambiente, tecnologia da informação, prevenção de acidente de turismo. Outras áreas como cultura, comércio exterior e direitos humanos, estão contempladas em projetos e atividades de concepção mais recente (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2019a).

Para Milani, Conceição e M'Bunde (2015, p. 28), o Brasil é reconhecido por suas práticas de cooperação internacional, especialmente na área educacional, o que contribui para pelo menos três dimensões relacionadas:

(i) economicamente, pois a educação se relaciona diretamente com a qualificação de mão de obra de um país, e a cooperação educacional busca construir capacidades; (ii) no plano político, a cooperação educacional é parte de uma agenda positiva de política externa do Brasil, que busca promover relações mais estreitas entre os Estados e as sociedades baseadas em princípios de solidariedade e não intervenção nos outros países em desenvolvimento; (iii) culturalmente, pois a convivência, a aprendizagem e o intercâmbio de experiências podem contribuir para a formação das elites de países em desenvolvimento, o reforço dos laços entre diferentes sociedades e a compreensão mútua de realidades semelhantes, mas também distintas.

Os autores destacam ainda que a cooperação sul-sul é guiada por princípios institucionais que reforçam as ideias de “solidariedade, horizontalidade, não ingerência, respeito à soberania estatal, não uso de condicionalidades políticas relacionadas a direitos humanos e democracia liberal; compartilhamento de experiências e práticas de políticas públicas etc.” (MILANI; CONCEIÇÃO; M'BUNDE,

2015, p. 29). Desta forma, as relações Sul-Sul possuem um discurso voltado para políticas públicas de desenvolvimento, criando oportunidades de mudanças que podem beneficiar de forma ampla os países envolvidos.

Já para Secretaria General Ibero-americana (2008), a Cooperação Sul-Sul é caracterizada pelos seguintes princípios básicos: a) horizontalidade, que exige que os países colaborem entre si em termos de parceiros, ou seja, além das diferenças nos níveis de desenvolvimento relativo entre eles, a colaboração deve se estabelecer de forma voluntária, sem que nenhuma das partes vincule a sua participação ao estabelecimento de condições; b) consenso, de forma que a execução de ações devem ser submetidas a aceitação dos representantes de cada país; c) Equidade, visto que a Cooperação Sul-Sul deve ser exercida de forma que seus benefícios sejam distribuídos equitativamente entre os participantes. Este critério também deve ser aplicado à distribuição dos custos, que deve ser assumida de forma compartilhada e proporcional às possibilidades reais de cada nação participante.

Dentre os projetos criados no âmbito da Cooperação Técnica Internacional, destaca-se o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Esse programa foi criado em 1965 para amparar estudantes de outros países, devido à expansão de estrangeiros no Brasil (DCE, 2018a). O PEC-G oferece formação e qualificação, em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, para estudantes internacionais através de oferta de vagas gratuitas em cursos de graduação (BRASIL, 2013).

O PEC-G, como acordo de cooperação educacional, é uma vertente positiva das relações entre países, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social e promovendo valores como tolerância e respeito à diversidade cultural. Para Azevedo, essa internacionalização do ensino representa um processo transnacional, em que os participantes fazem uma troca recíproca de conhecimentos e vivências:

a internacionalização não é um fenômeno metafísico de transposição de fronteiras, mas, sim, um complexo processo de integração a um campo acadêmico mundializado em que os diversos atores sociais travam relações com vistas a intercambiar, a cooperar e a compartilhar solidariamente (ou, opostamente, a competir) no âmbito de suas ações sociais e espaços de influências no que se relaciona ao conhecimento, à ciência, à técnica às artes e a cultura (AZEVEDO, 2008, p.876).

Sousa (2015, p. 35) também se refere à posição de destaque que a internacionalização da educação superior, através do PEC-G, ocupa na atualidade e isto ocorre como “consequência dos impactos que o capital financeiro, a tecnologia, o conhecimento, o fluxo de pessoas, valores e ideias, além das fronteiras” no mundo globalizado e em busca do desenvolvimento científico.

O programa PEC-G evoluiu de tal forma que, segundo informações da Divisão de Temas Educacionais (DCE, 2019) ligado ao Ministério das Relações Exteriores, em 2019 eram 57 os países participantes, sendo 25 da África, 25 das Américas e 7 da Ásia. Os cursos com o maior número de vagas oferecidas são Letras, Comunicação Social, Administração, Ciências Biológicas e Pedagogia. A África é o continente com o maior percentual de estudantes selecionados, qual seja, 76% dos participantes.

Entre os países africanos, aqueles com maior quantitativo são: Cabo Verde (3169 estudantes), Guiné-Bissau (1416) e Angola (753). Ao todo, foram 7373 participantes africanos entre 2000 e 2019 (DCE, 2019). Moçambique aparece em 7º lugar, com 229 participantes (DCE, 2019). Na América Latina e Caribe, entre os 2271 selecionados, a maior participação é de paraguaios (790), hondurenhos (276), peruanos (274) e equatorianos (229). Já na Ásia, os timorenses respondem pelo maior número de selecionados: 73 dos 87 escolhidos de 2000 a 2019.

Conforme informações do site do DCE (2019), para participar do processo seletivo, o candidato deve ser estudante de algum dos países com os quais o Brasil possui acordo na área de educação, de cultura ou de ciência e tecnologia. O estudante deve ter “concluído ou estar no último ano do correspondente ao Ensino Médio brasileiro, em algum país que não o Brasil, e não podem ser cidadãos brasileiros, mesmo que detentores de dupla nacionalidade, ou portadores de visto para o Brasil” (DCE, 2018a). Para se inscrever, o candidato deve apresentar-se à Embaixada ou ao Consulado brasileiro de seu país de origem e apontar uma ou duas opções de curso, sendo possível também indicar duas cidades brasileiras (DCE, 2018b).

Os estudantes do PEC-G podem receber alguns benefícios financeiros do Governo Brasileiro, além das possíveis bolsas recebidas por meio do seu país de origem:

- bolsas de estudo e/ou passagem aérea de retorno do Governo brasileiro, em alguns casos específicos;

- Bolsa Mérito: concedida a estudantes-convênio que apresentem notável rendimento acadêmico após o primeiro ano de graduação. Além de bolsa mensal, o bolsista Mérito recebe passagem aérea de retorno ao seu país, após o término da graduação;
- Bolsa MRE: concedida a estudantes-convênio de IES não federais que apresentem debilitada situação financeira após o primeiro ano de graduação no Brasil;
- Bolsa Emergencial: concedida em caráter extraordinário, nos casos em que o estudante se veja em situação de extrema dificuldade financeira de ordem imprevista;
- Passagem aérea de retorno: Em alguns casos, a DCE poderá conceder passagem de retorno ao país de origem do estudante-convênio, após a graduação (DCE, 2019, on-line).

O MEC oferece, ainda, bolsas de estudo (no valor de R\$ 622,00) para alunos do PEC-G de Universidades Federais, por meio do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes). Para concorrer a essa bolsa, o discente deve ter bom desempenho acadêmico e a universidade precisa receber, regularmente, estudantes internacionais por meio do PEC-G (DCE, 2019).

Também existe um convênio voltado a estudantes de pós-graduação *stricto sensu*, denominado Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). Esse programa concede bolsas de estudo para pessoas oriundas de países em desenvolvimento que têm acordo de cooperação cultural e/ou educacional, para formação em cursos de mestrado e doutorado em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. O programa foi criado depois do PEC-G, em 1981, e oferece os seguintes benefícios:

Vagas em IES brasileiras recomendadas pela Capes, sem custos de matrícula; Bolsa mensal no mesmo valor que a oferecida aos estudantes brasileiros, a saber: R\$1500,00 para mestrado, com duração máxima de 24 meses, e R\$2200,00 para doutorado, com duração máxima de 48 meses; e passagem aérea de retorno ao país do estudante estrangeiro (DCE, 2019, on-line).

O PEC-PG é administrado em parceria por três órgãos: Ministério das Relações Exteriores, por meio da Divisão de Temas Educacionais (DCE); pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por meio do Conselho Nacional para Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Tendo em vista a maior proximidade histórico-cultural que o Brasil possui com os países com idioma em comum, o governo brasileiro tem laços mais estreitos com os

membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), grupo criado em 1996, que conta com os seguintes membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (CPLP, 2019).

A CPLP assume-se como um novo projecto político cujo fundamento é a Língua Portuguesa, vínculo histórico e património comum dos Nove – que constituem um espaço geograficamente descontínuo, mas identificado pelo idioma comum. Esse factor de unidade tem fundamentado, no plano mundial, uma actuação conjunta cada vez mais significativa e influente. A CPLP tem como objectivos gerais a concertação política e a cooperação nos domínios social, cultural e económico. Para a prossecução desses objectivos a Comunidade tem promovido a coordenação sistemática das actividades das instituições públicas e entidades privadas empenhadas no incremento da cooperação entre os seus Estados-membros (CPLP, 2019, on-line).

Como parte das ações internacionais destinadas a minorar o impacto da exclusão econômica e social em países que apresentam grandes obstáculos no caminho para o desenvolvimento, o governo brasileiro também possui muitos projetos de cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2018b). Assim, um dos projetos gerados por essa Cooperação foi a Criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), tema que será abordado no item 3.4.

A criação da CPLP representou uma mudança nas relações com os países africanos de língua portuguesa, porque a partir daí ocorreu uma intensificação de ações voltadas para o desenvolvimento do continente africano, inclusive com o perdão da dívida externa de alguns deles (ZAMBERLAM et al., 2009).

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), compostos por Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, possuem área de interesse e influência de Portugal e Brasil pela ligação histórico-social e cultural, “geradas pela presença portuguesa em seus territórios, tendo o comércio como eixo, aliado à escravização de africanos, cujo principal destino era o Brasil” (RIZZI, 2016, p.145). Essas ações de cooperação mútua geraram um aumento na mobilidade de pessoas entre os países envolvidos, como no caso da migração estudantil, tratada no próximo item.

3.3 Mobilidade estudantil no Brasil

Este item abordará o conceito de mobilidade e os principais elementos dessa problemática no campo estudantil no Brasil. A mobilidade humana está relacionada à busca por melhores condições de vida, e pode estar ligada a diferentes fatores, tais como guerras, epidemias, catástrofes naturais, motivações econômicas, dentre outros. A mobilidade sempre esteve presente de forma marcante na história da humanidade e, de acordo com Santos e Lucas (2016), pode-se perceber a importância desse tema até mesmo na Bíblia, que mostra, em diversos momentos, como essa jornada tinha destaque na construção das práticas sociais daquele período. Segundo os autores, o livro sagrado dos cristãos retrata o peregrino e o imigrante não como meros viajantes, mas sim como pessoas que procuram “fugir da guerra, fome, violências, estabelecer novos lugares de poder, conquistar mais riquezas. Vivemos esse sonho da terra prometida até os dias atuais” (SANTOS; LUCAS, 2016, p. 13).

O termo “mobilidade” pode ter sentidos muito diversos, consoante o contexto. Na Sociologia tem presença já antiga associada aos processos de estratificação social, nos quais mobilidade social significa a capacidade do agente e/ou a permeabilidade das estruturas a mudanças de posicionamento. É, portanto, um conceito pertencente ao plano simbólico das relações sociais. Já a mobilidade no seu sentido físico, no espaço ou no território, não tem uma tradição de estudo na Sociologia, estando presente de forma dispersa e pontual, enquanto dimensão de análise em alguns estudos, sobretudo ao nível da Sociologia Urbana (OLIVEIRA, 2018, p. 10).

Os estudos tradicionais sobre movimentos migratórios davam pouca atenção ao conceito de mobilidade, contudo, de acordo com Salazar (2019) existem algumas exceções e esse quadro, com o tempo, começou a mudar. O autor cita, por exemplo, que nos anos 1980, os teóricos Prothero e Chapman já apresentavam “migração” como deslocamento permanente e “circulação” como fluxo de pessoas, ou ainda Uriely, na década de 1990, falava sobre um fluxo contínuo de pessoas em movimento. Salazar ainda destaca que a mobilidade é um elemento fundamental da liberdade humana e que os estudos atuais de mobilidade não se referem a um novo tema acadêmico, mas sim apresentam novas questões para os assuntos tradicionais das ciências sociais (ou seja, sobre a migração). Hogan (2005) defende que a ideia de “mobilidade” é mais abrangente que “migração”, por envolver fatores que vão além da mudança permanente ou temporária de residência. Isso se justifica devido ao

surgimento de novas configurações territoriais, econômicas, culturais, sociais, dentre outras, que alteraram a forma de analisar os movimentos migratórios.

O termo mobilidade é usado como um conceito mais amplo que *migração*, já que considera que uma parte crescente dos movimentos da população com impactos sociais, econômicos, políticos e ambientais não pode ser caracterizada como "mudanças de residência permanentes ou semipermanentes" (Lee, 1966), senão como movimentos circulatórios ou temporais de curta duração (HOGAN, 2005, p. 326).

A imigração poderia ser concisamente definida como uma categoria da mobilidade espacial da população. Isso ocorre porque a ideia da migração, atualmente, está mais complexa e ligada a noções de mobilidade, de trajetória e de fluxos de pessoas. Assim, cada vez mais nos aproximamos da própria acepção da palavra trajetória, que significa o caminho/trajeto percorrido, para passar de um lugar a outro (DICIONÁRIO MICHAELIS, 2020, on-line). Ou seja, o fluxo contínuo, que segue um curso de pessoas, culturas e histórias em busca de novos horizontes.

Nesse sentido, Fortier (2013), destaca que o estudo das mobilidades nos faz pensar na migração em relação às maneiras pelas quais a 'mobilidade' foi estabelecida (com seus aspectos institucional, legal, tecnológico, material e idealista) como uma condição ou mesmo direito universal, e os estudos de migração nos levam assim a reconsiderar a ideia de fluidez, de acessibilidade e de conveniência do mundo móvel assumido, bem como as conjunturas sob as quais as pessoas são (ou não) 'móveis'. Para a autora, a mobilidade cruza campos que são intrinsecamente interdisciplinares, envolvendo questões de cidadania, de fronteiras e de poder estatal, de problemáticas sociais e culturais, de acesso e participação social, dentre outros elementos.

Na "era da mobilidade", as pessoas se têm deslocado em função de motivações diversificadas, que podem estar ligadas a estudos, a exigências profissionais, a condições laborais ou ainda a lazer. Do ponto de vista dos fluxos migratórios, este cenário tem favorecido a diversificação dos destinos dos migrantes que estabelecem criativamente novas conexões ao inaugurarem rotas migratórias. Como resultado, lugares que a princípio estariam distantes, tornam-se próximos, ou pelo menos se tornam mais facilmente "conectáveis". Ao mesmo tempo, os perfis de migrantes são heterogêneos e suas formas de instalação apresentam-se cada vez mais multifacetadas (ALMEIDA, 2014, p.64-65).

Essa mudança no fluxo migratório e a intensificação da mobilidade humana, levantam discussões sobre o que Sheller (2018) denominou como “justiça da mobilidade”. Esse tema apresenta questões políticas e éticas cruciais sobre como fazer a transição para mobilidades mais sustentáveis, em termos ambientais, como também socialmente justas.

All around the world today, the challenges of precarious access to mobility (and unsafe or risky mobilities) produce the sharpest contours of uneven mobility. Urban, regional, and international governing bodies are grappling with a series of crises related to how we move: an urban crisis of pollution and congestion, a global refugee crisis of borders and humanitarianism, and a climate crisis of global warming and decarbonisation (SHELLER, 2018, p. 17)¹.

Como resposta a esses desafios, a autora afirma, ainda, que a justiça da mobilidade é um conceito abrangente para pensar em como o poder e a desigualdade informam a governança e o controle do movimento, moldando os padrões de mobilidade e imobilidade desiguais na circulação de pessoas, de recursos e de informações. Sheller (2018) entende, portanto, que se pode pensar na justiça da mobilidade em diferentes escalas, desde relações interpessoais incorporadas a nível micro, passando por questões a nível meso sobre transporte urbano e o “direito à cidade”, até relações transnacionais a nível macro de viagens e fronteiras, e finalmente fluxos de recursos globais e circulação de energia.

Santos (2010) também ressalta que o perfil das migrações contemporâneas apresenta um quadro diferenciado, mais ligado ao conceito de mobilidade ao apresentar o caso de pessoas que, por exemplo, vêm para o Brasil e, depois de alguns anos, retornam ao seu país de origem, ou ainda aqueles que atravessam a fronteira todos os dias para trabalhar em países vizinhos. Isso porque a mobilidade espacial engloba as mais diferentes práticas, envolvendo ou não mudanças de domicílio.

De forma similar, Haesbaert (2011, p. 238) entende a mobilidade “como a relação social ligada à mudança de lugar, isto é, como o conjunto de modalidades

¹ Atualmente, em todo o mundo, os desafios do acesso precário à mobilidade (e mobilidades inseguras ou arriscadas) produzem os contornos mais nítidos da mobilidade desigual. Órgãos governamentais urbanos, regionais e internacionais estão enfrentando uma série de crises relacionadas à maneira como nos movemos: uma crise urbana de poluição e congestionamento, uma crise global de refugiados nas fronteiras e humanitarismo, além de uma crise climática de aquecimento global e descarbonização (tradução da autora).

pelas quais os membros de uma sociedade tratam a possibilidade de eles próprios ou outros ocuparem sucessivamente vários lugares”. A mobilidade espacial de um sujeito não necessita da efetiva mudança de sua residência, o que aconteceria para defini-lo como migrante. Além disso, a mobilidade espacial pode ser devida ao turismo, ou até mesmo ao caso de pessoas que residem em uma cidade e trabalham ou estudam em outra, fazendo o traslado diariamente. Nessa situação, ocorre o que é definido como mobilidade pendular:

A mobilidade pendular define-se, grosso modo, como o movimento realizado pela população que se desloca entre determinadas unidades espaciais de origem e destino, frequentemente municípios, delimitadas pelo seu local de residência e pelo local em que trabalha e/ou estuda. Além de não serem de fácil definição, a mobilidade pendular envolve e/ou está relacionada a outras formas de mobilidade, como a residencial (LOBO; CARDOSO; ALMEIDA, 2018, p. 173).

Salazar (2018) explica que não existe um único tipo de mobilidade, pois existem diversas modalidades que se caracterizam por motivação, ou seja, o que torna as pessoas (i)móveis; por suas relações com os lugares de onde vêm e aqueles para os quais ou através dos quais se deslocam; dentre outros. Além disso, para o autor, a mobilidade ganha sentido por meio de sua inserção nas sociedades, na cultura, na política e nas histórias. Juntamente com gênero, classe, raça, etnia, idade, nacionalidade, idioma, religião, estilo de vida, deficiência e agrupamentos geopolíticos, a mobilidade tornou-se uma máquina essencial para produzir diferenças, risco, direitos e status, com pessoas móveis e imóveis envolvidas na construção de políticas complexas de localização e movimento (SALAZAR, 2018).

No caso do presente estudo, que envolve pessoas que se deslocaram (mesmo que temporariamente, conforme a duração do curso) com finalidade estudantil, elas necessitam mudar de residência, tendo em vista a distância territorial entre o local do curso (Ceará – Brasil) e seu local de origem (Moçambique). Assim, a situação envolve tanto o conceito de mobilidade, quanto o de migração. Cabe destacar também que a lei nº 13.445/2017, define como imigrante toda “pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil” (BRASIL, 2017, on-line), ou seja, nossa legislação atual é bastante flexível em relação aos tipos de mobilidade que são consideradas como imigração.

De acordo com Marchetto (2003), os fluxos migratórios são correntes de mobilidade dinâmicas e flexíveis que incluem diferentes pessoas e motivações, têm distintos papéis e métodos de inserção nas sociedades que as abrigam e atuam sob a influência e a direção de diferentes organizações e instituições.

Resstel (2015) explica que os fluxos migratórios mudam o padrão étnico, interferem nas políticas econômicas, envolvem questões culturais, religiosas e sociais dos países, formando novos grupos. A autora ressalta que, embora os deslocamentos sempre tenham feito parte da história, atualmente surgem com novos significados para as ciências modernas. Isso ocorre porque o imigrante mantém um elo com o seu país de origem, conectando-se além das fronteiras territoriais. Essa manutenção de vínculo é denominada de transnacionalismo.

Basch, Schiller e Blanc (1994) definem o transnacionalismo como os processos pelos quais os imigrantes constroem redes sociais que conectam seu país de origem e seu país de residência. Esses transmigrantes desenvolvem e mantêm relacionamentos múltiplos - familiar, econômico, social, organizacional, religioso, político - que vão além das fronteiras. Ou seja, o transnacionalismo “é o conjunto dos processos pelos quais os migrantes desenvolvem relações sociais de natureza múltipla, construindo espaços sociais que atravessam as fronteiras geográficas, culturais e políticas” (RAMOS; RAMOS, 2014, p. 4). Os transmigrantes agem, tomam decisões e se sentem envolvidos dentro desse campo social e também desenvolvem suas identidades dentro das redes sociais que os conectam com duas ou mais sociedades simultaneamente.

A través de dichas prácticas transnacionales se superan las aproximaciones teóricas convencionales que conciben las migraciones desde planteamientos unidireccionales, basadas en la errónea premisa de que los inmigrantes y sus descendientes rompen necesariamente sus relaciones y vínculos con la sociedad de origen (SOLÉ; PARELLA; CAVALCANTI, 2008, p. 13, tradução livre)².

Dessa forma, a perspectiva transnacional da migração parte da premissa de que os migrantes constituem campos sociais que conectam localidades e países

²Através dessas práticas transnacionais, superam-se as abordagens teóricas convencionais que concebem as migrações como abordagens unidirecionais, baseadas na premissa errônea de que imigrantes e seus descendentes necessariamente quebram seus relacionamentos e ligações com a sociedade de origem (Solé; Parella; Cavalcanti, 2008, p. 13).

através de redes de relações em uma construção única que transpõe as fronteiras nacionais (FELDMAN-BIANCO, 2015). Alguns fatores favorecem essa superação das fronteiras, como a globalização e o avanço das inovações na área da comunicação. De acordo com Augé (2010), as fronteiras tradicionais vêm sendo questionadas por esses avanços tecnológicos, suprimindo diariamente as barreiras ligadas ao espaço e ao tempo. Contudo, o autor, ressalva que essa mesma globalização pode encobrir outros obstáculos, tais como as diversas desigualdades, criando novas fronteiras ou fazendo ressurgir as anteriores. Essa situação amplia a distância entre a realidade de um planeta muitas vezes dividido e a ideologia de uma “representação sem fronteiras, que permitiria aos bens, aos homens, às imagens e às mensagens circularem sem limitação” (AUGÉ, 2010, p. 22).

Uma das formas dessa mobilidade humana transnacional é a migração de pessoas em processo de qualificação, ou seja, a migração/mobilidade estudantil. De acordo com Bassani (2014), a migração acadêmica é o deslocamento de indivíduos com objetivo de buscar conhecimento ou formação profissional. Segundo a autora, as migrações em função de estudo acontecem principalmente no nível superior, visto que é uma fase de decisão da vida profissional e vem sendo motivada pelo aumento do número de cursos e de universidades. As universidades têm um importante papel na transmissão de conhecimentos, sendo fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade. Além disso, com o processo de globalização das últimas décadas, os cidadãos passaram a precisar de níveis cada vez mais elevados de educação para ingressar no competitivo mercado sem fronteiras e focado no conhecimento (CASTRO; NETO, 2012).

Nesse contexto, as universidades também precisam preparar o estudante para um ambiente globalizado, sendo que uma das ferramentas para tal é a educação internacionalizada. Castro e Neto (2012) destacam que, atualmente, em um cenário marcado pelo aumento de acesso à informação, redução dos custos de formação e pela exigência da inclusão dos países na “sociedade do conhecimento”, a internacionalização da educação corresponde a essas novas tendências causadas pela dinâmica social globalizada, que se esboçou nos anos finais do século XX e se intensificou no século XXI. A internacionalização do ensino favorece a construção e o compartilhamento dos conhecimentos além das fronteiras e, dessa forma, por meio da mobilidade estudantil, surge uma educação em que não circulam apenas pessoas,

mas também ideias, expressões, saberes e culturas dentro de projetos transnacionais (ZAMBERLAM et al., 2009).

Apesar da mobilidade estudantil, para representar uma migração temporária, variando conforme a duração do curso, deve-se considerar que todo o movimento migratório tem como consequências as mudanças na relação dos migrantes com o espaço geográfico, que é carregado de significações socioculturais. Ballerini e Silva (2015) explicam que, apesar de a mobilidade estudantil ser considerada uma modalidade de migração, ela não é “encarada como parte de um movimento migratório permanente, já que, em geral caracteriza-se pela temporalidade e pelo período pré-determinado em que ocorrerá o deslocamento” (BALLERINI; SILVA, 2015, p. 211-212).

Ao se deslocar em função do estudo desenvolve na cidade do local da universidade relações culturais, de amizade, e muitas vezes, acabam migrando permanentemente para o local em que escolheu para estudar. Portanto, tratamos a migração estudantil enquanto movimento migratório, já que grande parte dos estudantes universitários se desloca para estudar em outro município, podendo ser um movimento pendular o qual se configura todos os dias, a saída e retorno ao local de origem, ou mesmo temporário, em um prazo longo ou curto dependendo do curso optado, e podendo tornar-se permanente em virtude das ofertas de emprego (BASSANI, 2014, p. 83).

Independente do caráter pendular ou permanente dessa mobilidade, cabe destacar que uma pessoa que se desloca para fins de estudo é um sujeito importante na configuração espacial, social e econômica da cidade em que está inserido, pois participará ativamente dos mais diversos segmentos (transporte, cultura, entretenimento, circulação de mercadorias etc.) da sociedade local. Morales (2008) defende que a ideia da imigração como uma rede social transnacional ocorre quando ela não é determinada apenas por decisões racionais individuais ou por uma valoração completamente voltada para o mercado de trabalho, como é o caso da migração estudantil.

No mesmo viés, Nascimento (2013), ressalta que os estudos sobre mobilidade estudantil ainda são recentes, mas incluem essa modalidade de deslocamento no rol dos movimentos migratórios. Isso ocorre para gerar maior visibilidade, proporcionando uma melhor compreensão dessa migração, que possui características sociais e econômicas diferenciadas: ela envolve indivíduos portadores de condições educacionais, culturais e financeiras distintas da maioria dos migrantes. Para a autora,

na migração estudantil existem causas contextuais que não estão determinadas nas motivações econômicas normalmente vistas em muitos processos migratórios, mas sim

nos trajetos pessoais que levam os sujeitos a migrar para se (re)descobrir, descobrir uma nova maneira de se (re)articular com o mundo e com os lugares. Esses/as estudantes tomaram uma decisão de abdicar das suas estruturas familiares (de parte, em alguns casos), em favor de seus projetos pessoais e profissionais buscando alcançar uma formação mais qualificada e diversificada num contexto diferente daquele a que estavam habituados (NASCIMENTO, 2013, p. 113).

Além da migração internacional, também merece destaque a migração estudantil entre os estados brasileiros. Segundo Li (2016), com a implantação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e da plataforma do Sistema de Seleção Unificada (SISU), que permitem a um estudante concorrer a vagas no Ensino Superior de qualquer lugar do país, ocorreu uma mudança considerável no comportamento dos estudantes, fazendo aumentar o número de pessoas que vão cursar graduações em estados diferentes dos seus lugares de origem.

Assim, percebe-se que a mobilidade estudantil é uma relevante estratégia na formação de estudantes, uma vez que possibilita a aquisição de conhecimentos fundamentais para que o indivíduo possa interagir em um ambiente globalizado e pluricultural, contribuindo com o desenvolvimento social e tecnológico do país.

Além disso, percebe-se que a mobilidade deve ser analisada de forma multidimensional em suas diversas escalas, pois só assim será possível compreender as características e contradições que minam a história da humanidade que, segundo Augé (2010, p. 99), “tem tudo a ver com a mobilidade”. Para o autor, deve-se pensar a mobilidade como uma questão de espaço e de tempo, pois pensar a mobilidade apenas no espaço, sem, contudo, ser capaz de contemplá-la no tempo, é uma armadilha que aprisiona nas “velhas divisões espaciais (fronteiras, culturas, identidades) que até o presente foram sempre o fermento ativo dos afrontamentos e das violências” (AUGÉ, 2010, p. 102). É necessário, portanto, pensar a mobilidade com seus fluxos, conexões, contradições, elementos transnacionais e paradoxos que conectam esse importante movimento humano.

3.4 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Este subcapítulo contextualizará a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), apresentando seus objetivos e principais características, além das cidades que receberam campus da UNILAB.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) foi criada através da lei nº 12.289/2010, com “natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Redenção, Estado do Ceará” (BRASIL, 2010a). Contudo, a implantação dessa instituição começou a ser pensada em 2008, por meio de uma comissão que identificou temas comuns ao Brasil e aos membros africanos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP (SILVA, 2013).

A UNILAB possui como objetivo principal o ensino e a pesquisa em áreas desses interesses comuns do Brasil e demais países membros da CPLP, principalmente os países africanos. É o caso da formação de professores, do desenvolvimento agrário, da gestão, da saúde pública e das demais áreas consideradas estratégicas (BRASIL, 2010a). Dessa forma, essa universidade visa estimular o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional dos países envolvidos. Segundo o então reitor da UNILAB, Paulo Speller, em entrevista sobre a criação da universidade,

a postura da cooperação solidária permite a aproximação maior das partes envolvidas como um trabalho de mão-dupla. A perspectiva é de troca, aproximação e compartilhamento de conhecimentos e tecnologia, e não de simples transferência unilateral. O conceito deve permear todas as ações da UNILAB em suas relações com as parcerias africanas. Para isso, é importante a mobilidade de profissionais envolvidos, contribuindo para o conhecimento local dos países, fortalecendo a troca de experiências, conhecimentos e tecnologias (INSTITUTO LULA, 2012, on-line).

A UNILAB busca a formação de pessoas aptas para contribuir na inserção do Brasil e dos membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) com o desenvolvimento regional, o intercâmbio cultural, científico e educacional através de uma proposta de integração e de internacionalização do Ensino Superior. Para isso, vem ocorrendo “uma composição de corpo docente e discente proveniente não só das

várias regiões do Brasil, mas também de outros países e do estabelecimento e execução de convênios temporários ou permanentes com outras instituições da CPLP” (INSTITUTO LULA, 2012, on-line).

Assim, a UNILAB, possui um caráter voltado para a cooperação internacional e está comprometida com a interculturalidade desde sua criação. A universidade fundamenta a priori suas ações no intercâmbio acadêmico e solidário com os seguintes países: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Contudo, a instituição poderá gradativamente ampliar seu projeto de integração internacional, com outros países de língua oficial portuguesa, estendendo suas ações (UNILAB, 2019).

A universidade busca construir uma ponte histórica e cultural entre o Brasil e os países de língua portuguesa, especialmente os da África, compartilhando soluções inovadoras para processos históricos similares. E, ainda deseja auxiliar no fortalecimento de uma rede internacional que, com respeito à soberania dos países parceiros, permitirá a realização de ações e intervenções de apoio técnico, acadêmico, científico, cultural e humanitário (UNILAB, 2013, on-line).

De acordo com Souza e Malomalo (2016), a UNILAB surgiu devido a fatores internos e externos ao Brasil, que acompanharam os dois mandatos do governo Lula (2003-2010). Como fatores internos, destacam-se as necessidades formuladas pelos movimentos sociais, especialmente o movimento negro brasileiro; já entre os fatores externos estão a abertura do governo para políticas externas de cooperação solidária Sul-Sul, com destaque para os países da América Latina e da África (especialmente os de língua oficial portuguesa).

A cidade de Redenção foi escolhida para sediar o primeiro campus da UNILAB por ter sido o primeiro município brasileiro a abolir a escravidão (MACIEL, 2017). Situada na microrregião do Maciço de Baturité, há 62,8km da capital do Estado (Fortaleza), o Município de Redenção possui uma população estimada em cerca de 27.663 pessoas nos seus 225,6 km² (IBGE, 2019b). A economia da cidade gira em torno, principalmente, da prestação de serviços (34,22%) e da agropecuária (26,13%). Segundo Silva, esta escolha é simbólica e representa um resgate de uma dívida secular com os povos africanos (SILVA, 2013).

A escolha do município de Redenção para sediar o primeiro campus da UNILAB tem um forte simbolismo para esse projeto. Foi aqui, na antiga Vila de Acarape, que 116 homens e mulheres foram libertos da escravidão, em 1º de janeiro de 1883, antecipando em 5 anos o fim daquela prática abominável em território brasileiro (SILVA, 2013, on-line).

Um ano depois, o estado do Ceará foi a primeira província a decretar oficialmente o fim da escravidão, em 25 de março de 1884.

Além da questão simbólica, a universidade instalou-se em Redenção, como parte da proposta do governo federal de interiorizar a educação superior no Brasil (UNILAB, 2014; SOUZA; MALOMALO, 2016). Cabe ressaltar que a região do Maciço de Baturité, até o momento, era carente de instituições científico-acadêmicas e de oferta de cursos de pós-graduação (DIOGENES; AGUIR, 2013). Portanto, a UNILAB surge como uma forma de “contribuir com a realidade da região e dos países parceiros, assim como para incentivar que estudantes do continente africano tenham uma experiência de formação acadêmica no Brasil” (UNILAB, 2014). A reitora da UNILAB (2013-2014), Nilma Gomes, ressalta a importância da criação da universidade no contexto da cooperação entre o Brasil e os países africanos de língua portuguesa:

Em 1883, na cidade de Redenção, no Ceará, a abolição da escravatura se tornou um fato. Em 2011, um grupo de jovens africanos chega a esta mesma cidade para estudar na UNILAB. Os dois acontecimentos nos falam da luta por libertação e emancipação social. Os milhares de africanos escravizados no passado colonial, no Brasil, construíram em nosso país uma trajetória de luta e resistência e nos deixaram esse legado. Hoje, a presença dos estudantes africanos na UNILAB e a própria existência desta universidade no contexto da cooperação Sul-Sul é expressão de um processo de reconhecimento histórico e político do Brasil em relação ao continente africano, reforçando nossa responsabilidade institucional e política (UNILAB, 2014, on-line).

Cabe ressaltar que, até o momento, o governo não alinhou a construção da UNILAB com um efetivo desenvolvimento da região em que a universidade foi instalada. Souza e Malomalo (2016, p. 276) afirmam que não existe uma política de desenvolvimento que busque “assegurar os direitos sociais, econômicos e culturais dos/as estudantes da UNILAB e moradores/as dos entornos”.

Assim como a escolha pela cidade de Redenção como sede da UNILAB, a data de início das atividades da universidade, 25 de maio de 2011, também possui um contexto simbólico

25 de maio é o Dia da África, data alusiva à fundação da Organização da Unidade Africana (OUA). Além disso, 2011 consagrou-se o Ano Internacional dos Afrodescendentes, pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas de 18 de dezembro de 2009 (DIOGENES e AGUIAR, 2013, p. 36).

Em 2019, a UNILAB possuía 25 cursos de graduação (Administração, Agronomia, Enfermagem, Humanidades etc.) e 10 de pós-graduação (*lato e stricto sensu*) (UNILAB, 2019), distribuídos em quatro campi:

Campus da Liberdade: situado em Redenção – CE, a 62,8km da capital do estado (Fortaleza). O município de Redenção possui população de 26.415 habitantes, de acordo com o último censo, realizado em 2010 (IBGE, 2019b). É o campus que concentra as atividades administrativas e é onde se localiza a Reitoria. Foi no campus da Liberdade que tiveram início as atividades letivas da UNILAB, no dia 25 de maio de 2011 (UNILAB, 2019).

Figura 1 - UNILAB – Campus da Liberdade (Redenção - CE)



Fonte: UNILAB (2019).

Campus dos Palmares: situado em Acarape – CE, há 57 km da Capital do estado (Fortaleza) e está a apenas 4 km do campus da Liberdade. A cidade era distrito de Redenção, emancipou-se em 1987 e possui população de 15.399 pessoas, conforme dados do último censo (IBGE, 2019a). O campus foi inaugurado em 20 novembro de 2012 (Dia Nacional da Consciência Negra, em homenagem à morte de

Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares), mas as aulas iniciaram somente em 4 de janeiro de 2013.

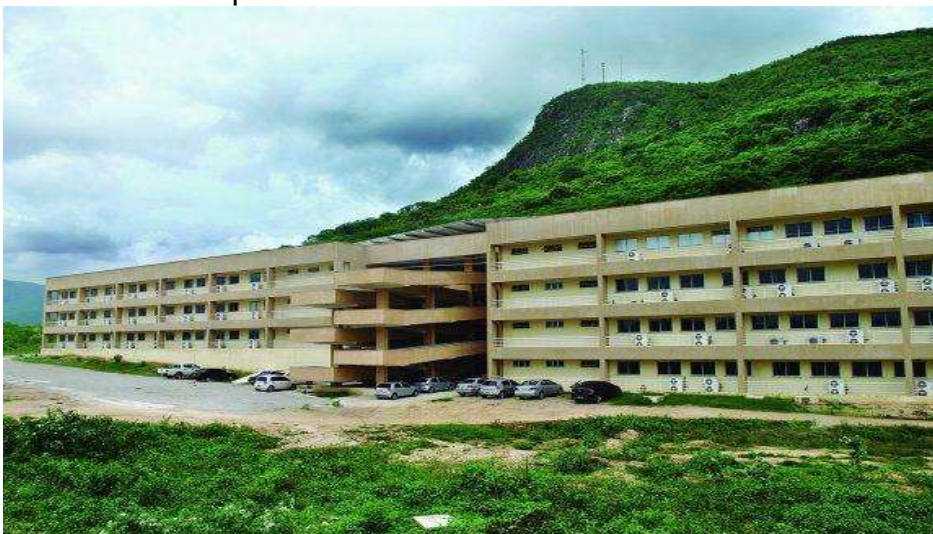
Figura 2 - UNILAB – Campus dos Palmares (Acarape - CE)



Fonte: Arquivo próprio

Campus das Auroras: Localizado entre os municípios de Redenção e Acarape – CE. Foi construído para, futuramente, ser a sede administrativa definitiva da instituição. Inaugurado em 26 de novembro de 2014, o local possui 132 hectares e terá capacidade para atender cinco mil estudantes, 800 funcionários e 400 professores em suas diversas atividades (UNILAB, 2019).

Figura 3 - UNILAB – Campus das Auroras



Fonte: UNILAB (2019).

Juntos, os três campi localizados no Ceará possuem 18 cursos de graduação presencial (UNILAB, 2019) e estão distribuídos territorialmente conforme o mapa abaixo.

O estado da Bahia, conta com o seguinte campus:

Campus dos Malês (São Francisco do Conde – BA): possui este nome em referência à Revolta dos Malês, que foi uma rebelião de caráter étnico e religioso ocorrida na Bahia, em 1835, comandada por escravos muçulmanos que tinha como objetivo principal abolir a escravidão (REIS, 2010). O município de São Francisco do Conde fica a 67 km da capital baiana e faz parte da região metropolitana de Salvador (UNILAB, 2019). A cidade possui população de 33.183 habitantes de acordo com o último censo (IBGE, 2019c) e é considerada a de maior população negra (90,88%) declarada no censo (IBGE, 2019c). Iniciou suas atividades acadêmicas em 2013, com cursos EAD, e em 2014, com cursos presenciais. Em 2021, o campus conta com 1020 alunos, nos seguintes cursos de graduação: Bacharelado em Humanidades, Bacharelado em Relações Internacionais, Licenciatura em Ciências Sociais, Licenciatura em História, Licenciatura em Letras (língua portuguesa) e Licenciatura em Pedagogia (UNILAB, 2021).

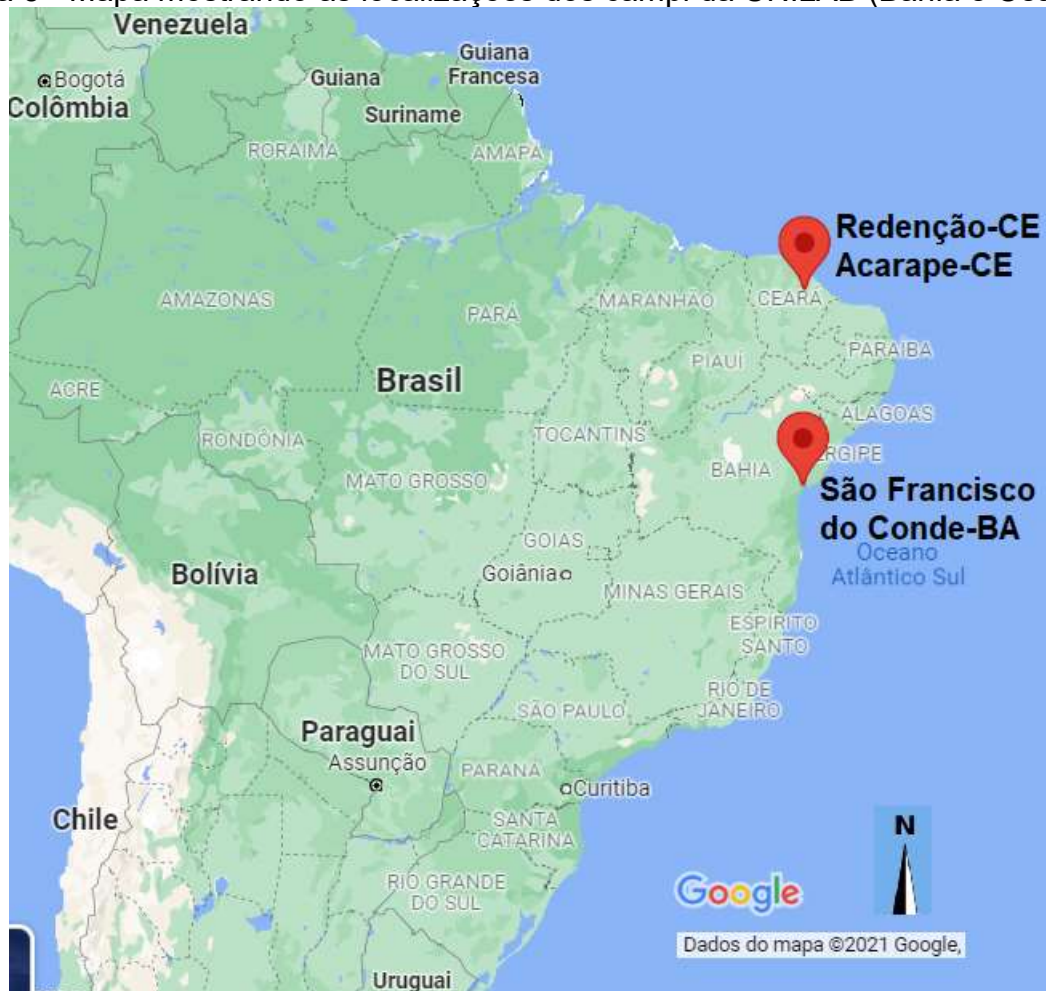
Figura 4 - UNILAB – Campus dos Malês (São Francisco do Conde – BA)



Fonte: UNILAB, 2019.

A instituição, além de representar um marco na política brasileira de cooperação e de internacionalização do Ensino Superior, significa também um avanço nas ações afirmativas sociais. Isso porque enquanto a média brasileira é de 12,8% negros no nível superior (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2016), a UNILAB conta com 84% de alunos negros (44,58% pretos e 39,42% pardos) (UNILAB, 2019). Nesse contexto, a criação da UNILAB faz parte de uma política de emancipação social e superação do racismo e, mais do que um caráter internacional de Cooperação Solidária Sul-Sul, essa universidade pode se afirmar como parte integrante de uma política de reconhecimento e identidade.

Figura 5 - Mapa mostrando as localizações dos campi da UNILAB (Bahia e Ceará)



Fonte: Google Maps

3.5 Imigração de estudantes africanos para o Ceará

Neste subcapítulo, problematiza-se o fenômeno migratório de estudantes de origem africana para o Brasil, principalmente no estado do Ceará. Assim, serão apresentadas algumas características da realidade desse grupo dentro e fora da universidade, abordando distintas esferas da vida desses sujeitos nos percursos diaspóricos.

A mobilidade humana é um processo muito complexo na África, pois existem muitos movimentos populacionais a partir dos países desse continente. De acordo com Marchetto (2003, on-line)

Los trabajadores emigrantes se ven impulsados a desplazarse por factores como la atracción que ejercen Europa Occidental y los países productores de petróleo del Oriente Medio, o por la falta de oportunidades de trabajo en sus propios lugares de origen. Los emigrantes pueden ser no cualificados, semicualificados, profesionales, pero también no autorizados. Además, están los movimientos de nómadas, refugiados y desplazados internos debido a factores históricos, políticos, ecológicos y étnicos.³

É importante notar que a África é composta por países com diferentes níveis de desenvolvimento econômico, mas muitos deles são afetados fortemente pela mobilidade humana internacional, o que, de alguma forma, indica a influência da instabilidade política no fenômeno. No entanto, há também uma interação notável entre motivações individuais e condições globais externas. De acordo com Patrício e Peixoto (2018, p. 12), no continente africano, especialmente em Moçambique, as atuais dinâmicas migratórias mostram que existem contextos híbridos, pois, muitos países são “concomitantemente emissores, receptores e locais de trânsito, os quais podem trocar de posição ao longo do tempo em função da conjuntura interna e externa”.

Para Marchetto (2003), uma das características da migração na África é a “circulação de cérebros”, ou seja, pessoas altamente qualificadas ou em qualificação

³ Os trabalhadores migrantes são movidos por fatores como a atração da Europa Ocidental e os países produtores de petróleo do Oriente Médio, ou pela falta de oportunidades de emprego em seus próprios locais de origem. Os migrantes podem ser não qualificados, semiquilificados, profissionais, mas também não autorizados. Além disso, há movimentos de nômades, refugiados e deslocados internos devido a fatores históricos, políticos, ecológicos e étnicos (Tradução livre da autora).

deixam seu próprio país. De acordo com o autor, um dos lugares escolhidos são os Estados Unidos, que contam com a presença de 30 mil estudantes africanos, o que representa apenas 6% do total de alunos estrangeiros naquele país, mas que representam muito para a África. Se eles retornarem, significarão uma riqueza para seus países de origem; no entanto, se permanecerem nos Estados Unidos, são "cérebros perdidos" para a África.

De acordo com Subuhana (2009), na década de 1950, ocorreu a primeira geração de estudantes dos países africanos de língua portuguesa que se deslocou ao exterior com a finalidade de realizar a graduação, através das missões realizadas por igrejas protestantes. Segundo o autor, no começo esses alunos iam para África do Sul e para outras colônias inglesas, mas posteriormente passaram a escolher Portugal, França, Suíça, Alemanha, Estados Unidos e Inglaterra, entre outros países. Essa primeira geração de imigrantes foi importante, inclusive, para os processos de independência de seus países de origem, visto que nas viagens os estudantes mantiveram contato com a esquerda europeia, com o Partido Comunista Francês e com os liberais dos Estados Unidos (SUBUHANA, 2009). Como consequência desse contato, ergueram-se as principais lideranças que comandaram a de luta pela independência de seus países: “Agostinho Neto (Angola), Amílcar Cabral (Cabo Verde e Guiné Bissau), Eduardo Mondlane e Marcelino dos Santos (Moçambique), Miguel Trovoada (São Tomé e Príncipe), entre outros” (SUBUHANA, 2009, p.112).

No Brasil, o início da imigração estudantil africana ocorreu na metade da década de 1960, com a chegada de 16 pessoas do Senegal, Gana, Camarões e Cabo Verde, os quais vieram através de bolsas de estudo (SOUZA *apud* VARGEM; MALOMALO, 2015). No estado do Ceará, essa imigração demorou algumas décadas para se efetivar. Segundo Langa (2014), a chegada de estudantes africanos ao Ceará começou na segunda metade da década de 1990. Naquele período, deslocavam-se apenas estudantes de países africanos que falavam a língua portuguesa (primeiro grupo oriundo de Angola) para integrar-se na Universidade Federal do Ceará (UFC), através do Programa de Estudantes Convênio - Graduação (PEC-G). Langa afirma que, a partir de 1998, começa uma vinda significativa de bissau-guineenses e cabo-verdianos e, dois anos depois, de estudantes são-tomenses, angolanos e moçambicanos.

Esse número de imigrantes aumentou a partir do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, devido a uma política de cooperação e aproximação com a África (SILVA, 2017). Essa ascendente presença de estudantes africanos no Brasil foi denominada por Langa (2015) de “diáspora africana”, inspirada nas ideias de Du Bois, Gilroy e Hall (que relatavam sobre a dispersão do povo judeu ao redor do mundo). Segundo o autor, esse conceito é utilizado em referência ao deslocamento de comunidades negras e afrodescendentes, produzindo identidades moldadas em diversos lugares.

Langa (2014) afirma que a escolha pelo Brasil ocorre devido “ao maior nível de desenvolvimento econômico, tecnológico e de produção acadêmica, alimentando esperanças de facilidade de inserção por conta de uma língua e culturas em comum” (LANGA, 2014, p. 104). O autor construiu o perfil do estudante africano encontrado na capital do Ceará:

A diáspora africana em Fortaleza é constituída por indivíduos entre os 18 e 35 anos de idade, oriundos do continente africano, majoritariamente do sexo masculino, predominantemente bissau-guineenses e cabo-verdianos, mas com um contingente cada vez maior de mulheres. Tal diáspora nasce do desejo imigrar voluntário por motivos estudantis, legitimada por convênios e acordos de cooperação e, ao mesmo tempo por discursos governamentais dos dois últimos governos brasileiros, de aproximação com “a África” (LANGA, 2014, p. 106).

Subuhana (2008) e Fonseca (2015) também destacam o idioma como uma das principais justificativas para os estudantes africanos escolherem o Brasil. Subuhana ressalta a relevância dos laços de amizade do Brasil com os Países de Língua Portuguesa, bem como suas especificidades históricas, sociais, econômicas, educacionais e culturais. Na pesquisa etnográfica realizada na dissertação de mestrado com estudantes bissau-guineenses em Fortaleza – CE e Natal – RN, Córdova (2011) relata que eles usam o elemento linguístico também como uma estratégia de inserção na sociedade, ou seja, ele é utilizado para negociar seu espaço.

Além disso, de acordo com Subuhana (2007), muitos pais preferem enviar seus filhos para estudar no Brasil, principalmente devido aos altos custos das universidades moçambicanas. Segundo o autor, o custo de vida do Brasil também seria mais barato do que mantê-los em uma instituição de ensino europeia ou estadunidense.

Um dos estados com número mais expressivo de estudantes africanos é o Ceará. Em 2015 estimava-se que havia cerca de 3000 africanos, sendo que 272 desses imigrantes encontram-se localizados em Redenção – CE, enquanto o restante concentra-se, principalmente, em Fortaleza – CE (DIÁRIO DO NORDESTE, 2015a). A capital do Ceará recebe tanto bolsistas do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) para as universidades públicas quanto estudantes de diversas faculdades particulares (DIÁRIO DO NORDESTE, 2015b). De acordo com Langa (2016), os estudantes africanos representam 82,3% do total de estrangeiros que entraram no Ceará de janeiro a junho de 2015.

Langa (2015) realizou uma pesquisa a fim de analisar processos identitários de estudantes africanos na cidade de Fortaleza – CE, enfocando as dimensões do seu cotidiano. No decorrer do texto, o autor relata que a maioria desses estudantes vêm estudar em faculdades particulares, custeados pelos familiares e/ou por trabalhos informais em lojas, mercadinhos, salões de belezas, oficinas ou serviços domésticos em residências. A minoria estuda nas universidades federais (ex: Universidade Federal do Ceará, UNILAB) ou estaduais (Universidade Estadual do Ceará e outras), custeados pelas bolsas do PEC-G ou por outros convênios acordados com seus países de origem.

Na época da pesquisa feita por Langa (2015), o Brasil não permitia o trabalho formal de quem possuía visto de estudante no país, por isso, conforme relatado pelo autor, os estudantes eram obrigados a submeter-se a trabalhos clandestinos. Apenas em dezembro de 2016, o Brasil passou a conceder vistos de estudo e trabalho para os estudantes internacionais de graduação ou de pós-graduação no país, por meio da Resolução Normativa nº 124, de 13 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2016). Uma das condições para obter essa modalidade de visto é que a função estabelecida no contrato de trabalho do estudante tenha relação com o currículo do curso que está sendo realizado no Brasil, o que muitas vezes pode dificultar o acesso a esse benefício. Essa resolução não se aplica ao imigrante beneficiário de bolsa de estudo que tenha como condição o não exercício de atividade remunerada.

Langa (2014; 2015; 2016) ressalta, ainda, a grande quantidade de propagandas enganosas das faculdades particulares brasileiras, que divulgam nos países africanos vantagens inexistentes (estágios, baixo custo de alimentação, moradia e mensalidades etc.) para atrair os estudantes que, quando chegam ao país, passam a

viver em situação precária. Uma dessas situações também é relatada pelo autor abaixo citado:

Um caso que ocorreu em 2009 na cidade de Fortaleza-CE, na ocasião, mais de 100 estudantes de Guiné-Bissau estavam ameaçados de deportação do Brasil. Eles foram atraídos por programas de intercâmbio de três faculdades particulares, mas não conseguiram arcar com as despesas, atrasaram as mensalidades e não puderam mais se matricular. Sem declaração de inscrição em uma instituição de Ensino Superior, seus vistos temporários para estudante não foram renovados pela Polícia Federal. Segundo alguns estudantes, isso ocorreu devido às divergências de preços apresentados pelas faculdades no momento da sua publicidade em um dos países da África, Guiné-Bissau. (SILVA, 2017, p. 107)

Outro caso semelhante envolvendo estudantes africanos possivelmente vítimas de propaganda enganosa é narrado na reportagem da Folha de São Paulo:

Cerca de 300 estudantes universitários de Guiné-Bissau que moram em Fortaleza correm o risco de serem deportados do Brasil, de acordo com o Ministério Público Federal no Ceará. Segundo um grupo de dez alunos, que procurou a Procuradoria na semana passada, eles estão com dificuldades em arcar com os reajustes anuais nas mensalidades das instituições particulares em que estudam. Sem o pagamento em dia, não conseguem renovar os vistos provisórios de permanência no país e ficam assim em situação ilegal. A procuradora apura se as universidades fizeram propaganda enganosa em Guiné-Bissau, onde eles prestaram vestibular. "Existe uma variação na referência cambial. Mas as estimativas dos custos de comida e alojamento não condiziam com a realidade da capital cearense. Isso não ficou esclarecido para os africanos", afirmou a procuradora. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2012, on-line).

Assim, além da preocupação de se adaptar a um novo país, esses indivíduos precisam lutar para conquistar alguma segurança econômica para sobreviver na nova realidade em que se encontram. Os relatos citados são de estudantes de Guiné-Bissau, contudo, o presente trabalho analisará esses e outros aspectos dos imigrantes estudantis de outro país africano: Moçambique.

3.6 Moçambique

Moçambique, oficialmente designado como República de Moçambique, está localizado na costa oriental da África, com uma área de 801.590 km² (PORTAL DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2018a). O país foi colonizado por Portugal durante quase cinco séculos, obtendo sua independência em 25 de junho de 1975 (PORTAL

DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2018a). Com uma população estimada em 28.861.863 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS DE MOÇAMBIQUE, 2017), Moçambique tem a língua portuguesa como oficial e, teoricamente, seria o segundo em número de falantes do idioma, perdendo apenas para o Brasil.

Ocorre que o idioma português consiste em um paradoxo local, pois, na prática, é falado por uma minoria da elite, tornando-se um fator de exclusão política, social, cultural e econômica (PÚBLICO COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2014). Cabe destacar que existem numerosas línguas nacionais não oficiais, porém, reconhecidas e protegidas pela Constituição Federal, todas da grande família de línguas de origem Bantu, sendo as principais: Emakhuwa, Xitsonga, Ciyao, Cisena, XiChona, Echuwabo, Cinyanja, Xironga, Shimakonde, Cinyungue, XiChope, Bitonga e Kiswahili. (CPLP, 2018). Dessa forma, Moçambique vem introduzindo o ensino bilíngue (língua materna e língua oficial) no ensino formal para a inclusão de todos os moçambicanos no processo de desenvolvimento do país (PORTAL DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2018).

O solo moçambicano é rico em ouro, carvão, sal, grafite e bauxita, contudo, é pouco explorado, assim a maioria da população vive da agricultura de subsistência, enquanto os grandes produtores exportam cana-de-açúcar, algodão, sisal, chá e tabaco (CPLP, 2018). Embora seja um país em desenvolvimento, com uma crescente ascensão econômica, apenas em 1962 foi implantado o Ensino Superior, por meio do decreto nº 44.530/1962, criando os Estudos Gerais Universitários de Moçambique (PORTAL DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2018).

Essa criação ocorreu como resposta às críticas dos movimentos sociais que acusavam as colônias portuguesas de não buscar o desenvolvimento dos povos colonizados. Em 2018, Moçambique dispunha de 23 Instituições de Ensino Superior, sendo 11 públicas e 12 privadas, as quais possuem 28.000 alunos e cerca de 1.389 docentes (PORTAL DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2018b). Contudo, não existe educação superior gratuita, sendo que apenas o Ensino Fundamental público é totalmente isento de taxas no país, embora exista um Programa de Bolsas estudantis (PORTAL DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2018b).

O investimento médio anual de Moçambique com educação, em relação ao Produto Interno Bruto – PIB, é de 6,3% (UNICEF, 2018), o que em termos proporcionais supera o Brasil, que investe exatos 6% (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2018). Embora esteja em processo de expansão e inovação,

especialmente pela criação de instituições privadas de Ensino Superior também fora da capital, o número de estudantes universitários moçambicanos ainda é ínfimo, correspondendo a apenas 1% da população (SUBUHANA, 2008). Em comum com outros países africanos participantes dos PALOP é possível perceber as seguintes características: “i) dificuldade de acesso a recursos; e, ii) elevada dependência de doações externas para o ensino e, particularmente, para a pesquisa” (SUBUHANA, 2008, p. 5). Assim, como forma de aumentar o acesso ao Ensino Superior, Moçambique utiliza os convênios de cooperação técnica com diversos países, dentre eles com o Brasil.

A cooperação técnica existente entre o Brasil e Moçambique é amparada pelo Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, assinado em 15 de setembro de 1981 e promulgado somente em 09 de junho de 1984 (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2012). O acordo é composto por 21 projetos em execução, dentre os quais destacam-se projetos na área de segurança alimentar, alimentação escolar, combate ao HIV e fortalecimento do Poder Judiciário (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2012).

Contudo, também se destacam os projetos na área de educação, como a criação da Universidade Aberta do Brasil em Moçambique e a participação de Moçambique no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). As parcerias entre Brasil e Moçambique vão além da Cooperação Técnica, por exemplo, o Brasil é o “único país membro do BRICs (grupo de emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que possui vínculo histórico-cultural com Moçambique e o quinto parceiro comercial mais importante para o país” (ficando atrás apenas da África do Sul, Portugal, Índia e China) (CPLP, 2018).

3.7 Identidade em (re)construção

A identidade do indivíduo é formada no decorrer de sua vida e produz significado para a pessoa, bem como reconhecimento dos outros no grupo em que vive. Assim, torna-se importante para o processo de afirmação da identidade reconhecer os processos históricos e as relações de poder que contribuíram para a produção de uma determinada identidade nas suas diversas dimensões (cultural, étnico-racial, de gênero, nacional, sexual, dentre outras). Dessa forma, este item

abordará as principais dimensões identitárias que podem ser mencionadas pelos entrevistados no decorrer da pesquisa de campo.

Concisamente, Ellery Mourão (2009) explica que a identidade é a maneira como nos vemos e somos vistos. Enquanto Hall, de forma, mais subjetiva, conceitua o termo como

o ponto de encontro, o ponto de *sutura*, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (HALL, 2000, p. 111-112).

A identidade está em constante mudança e, além disso “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos” (HALL, 2006, p. 13). Para o autor, a identidade é um lugar que assume uma postura e posição em um contexto e não uma essência ou substância do sujeito a ser examinado. Hall (2006) entende que as identidades podem mudar, isto é, não são algo fixo e estável. Esses processos de transformação demonstram que, com o mundo pós-moderno, encontram-se ultrapassados conceitos essencialistas ou fixos de identidade. Além disso, um dos fatores importantes nesse processo é a mobilidade territorial. A apresentação do sujeito pós-moderno, trazida por Hall, com uma identidade formada e transformada continuamente nos sistemas culturais que o rodeiam, mostra a necessidade de adaptação desse sujeito à sociedade que influi e é influenciada pela globalização, deslocando as identidades culturais nacionais.

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e não biologicamente (HALL, 2006, p. 12-13).

Para Bauman (2005), existem uma infinidade de identidades à escolha e, por conseguinte, é necessário compreender a perspectiva fragmentada e continuamente em construção e/ou transformação das novas identidades, mesmo considerando a necessidade de segurança de cada indivíduo:

O anseio por identidade vem do desejo de segurança, ele próprio um sentimento ambíguo. Embora possa parecer estimulante no curto prazo, cheio de promessas e premonições vagas de uma experiência ainda não vivenciada, flutuar sem apoio num espaço pouco definido, num lugar teimosamente, perturbadoramente ‘nem-um-nem-outro”, torna-se a longo prazo uma condição enervante e produtora de ansiedade. Por outro lado, uma posição fixa dentro de uma infinidade de possibilidades também não é uma perspectiva atraente. Em nossa época líquido-moderna, em que o indivíduo livremente flutuante, desimpedido, é o herói popular, “estar fixo’ – ser identificado de modo inflexível e sem alternativa – é algo cada vez mais malvisto (BAUMAN, 2005, p.35).

Mesquita (1994) defende identidade como uma “relação com o outro que é ao mesmo tempo, o meu contraponto e o meu par: que permite, portanto, a definição da minha identidade, por diferença e por semelhança”. A autora entende a identidade como uma construção social ao reconhecer-se como sujeito e como grupo e a partir do constante contato e das diversas relações que mantemos com os outros. Hall (2006) também comenta sobre a dualidade igualdade/diferença na formação da identidade, pois, é na negação (do que é próprio na identidade do outro) e na diferença que as identidades são forjadas, e é na contradição que os elementos identitários surgem.

A alternativa não é apegar-se a modelos fechados, unitários e homogêneos de pertencimento cultural, mas abarcar os processos mais amplos o jogo da semelhança e da diferença que estão transformando a cultura no mundo inteiro. Esse é o caminho da diáspora, que é a trajetória de um povo moderno e de uma cultura moderna (HALL, 2003, P.47)

Lucas e Santos (2016) mencionam essa contradição, que ocorre, por exemplo, quando o indivíduo se vê diante de um estrangeiro. Nesse momento, ele afirma sua identidade numa relação ambivalente com alguém visto como estranho e oposto, ou seja, “se é brasileiro justamente por não ser outra coisa”, pois a soberania de um país é onde se reforça os limites territoriais e de nacionalidade (LUCAS e SANTOS, 2016, p. 21). Nesse sentido, Silva (2000) explica que a identidade sempre acompanha uma negação, uma diferença, pois se alguém é brasileiro, é porque “não é argentino”, “não é chinês”.

Para o autor, essas diferenças possuem uma cadeia, normalmente oculta, de declarações negativas sobre a identidade, de modo que a identidade depende da diferença e vice-versa. Assim, identidade e diferença compõem uma relação social, resultado de um processo de produção simbólica e discursiva, em estreita ligação com

as relações de poder (SILVA, 2000). Lucas (2012, p. 126) explica como isso ocorre, ao afirmar que “a criação das condições de igualdade dentro da comunidade são, também, as condições de diferença para fora dela. (...) Para se incluir os primeiros se faz necessário excluir os segundos”.

Hall (2000) também destaca que as identidades atuam por meio da exclusão, bem como da produção de sujeitos marginalizados. Assim, a sociedade que exclui determina uma identidade como norma, como natural. A identidade “normal” nem mesmo é vista como uma identidade, mas apenas como “a identidade”, pois são as “outras” que precisam conquistar seu espaço como tal. Silva (2000) cita como exemplo o fato de que, numa sociedade de hegemonia branca, ser branco não é classificado como uma modalidade de identidade étnica/racial, ou ainda o fato de ser heterossexual, em uma sociedade homofóbica, também não se enquadraria em um tipo identitário.

Agier (2001) defende que os processos identitários só existem dentro de um contexto, pois, são relativos a algo específico que está em jogo (como no caso desta pesquisa, a questão da migração estudantil). Esses contextos podem ser entendidos como diversas dimensões que ajudam a compor a formação da identidade.

A coisa em jogo pode ser, por exemplo, o acesso à terra (caso em que a identidade é produzida como fundamento das territorialidades), ao mercado de trabalho (quando as identificações têm um papel de exclusão, de integração ou de privilégio hierárquico) ou às regalias externas, públicas ou privadas, turísticas ou humanitárias (e as identidades podem ser os fundamentos do reconhecimento das redes ou facções que tomam para si essas regalias) (AGIER, 2001, p. 9).

Amarthya Sen esclarece sobre a importância desse contexto social ao apresentar um exemplo prático, que ajuda na compreensão do tema:

Por exemplo, ao ir a um jantar, a identidade de uma pessoa como vegetariana pode ser mais decisiva do que a identidade de linguista, ao passo que esta última pode ser especialmente importante se a pessoa pensa em participar de um congresso sobre estudos linguísticos. Essa variabilidade em nada reabilita a suposição de filiação única, mas ilustra a necessidade de entender o papel da escolha dentro de um contexto específico (SEN, 2015, p. 43).

O autor explica ainda que é possível pertencer a diversos grupos identitários simultaneamente, pois, em regra, um não exclui o outro. A nossa cidadania,

residência, origem geográfica, gênero, classe, política, profissão, emprego, hábitos alimentares, interesses de esporte, gostos musicais, compromissos sociais etc., fazem de nós membros de uma variedade de grupos. Cada uma destas coletividades, a todas as quais a pessoa pertence simultaneamente, dão-lhe uma identidade particular. Nenhuma destas pode ser confundida com toda a identidade ou única categoria de pertença grupal da pessoa. Contudo, haverá situações em que as diversas identidades de um indivíduo “competem entre si por atenção ou prioridade” e é nesse momento que “as pessoas têm de decidir a importância relativa a dar às respectivas identidades, as quais, mais uma vez, dependerão das condições específicas” (SEN, 2015, p. 38). Hall comenta sobre esta situação ao relatar que em nosso interior existem “identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas” (2006, p. 13).

De maneira complementar, Woodward (2000) relata que as identidades nascem em momentos históricos particulares no decorrer do tempo, pois os elementos que pareciam sustentar certas identidades estão constantemente entrando em colapso e novas identidades vão sendo criadas, muitas vezes por meio de lutas sociais e políticas.

Essas situações causam instabilidades na visão de si mesmo do indivíduo. Dessa forma, Hall (2006) explica que a “perda de um sentido de si estável é chamada, algumas vezes, de duplo deslocamento ou descentração do sujeito” (HALL, 2006, p. 9), que reflete em um desencontro do indivíduo tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmo, resultando na chamada “crise de identidade”. Hall cita Kobena Mercer para justificar que “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (MERCER, 1990, p.43 *apud* HALL, 2006, p. 9).

A expressão “crise de identidade” vem sendo muito utilizada pelos atuais teóricos para representar as características das sociedades contemporâneas e da modernidade tardia (WOODWARD, 2000). Esse distúrbio identitário é parte de um amplo sistema de mudanças que está mudando as estruturas e os processos centrais da sociedade, além de afligir os quadros de referência que davam aos indivíduos um porto seguro no mundo social. As velhas identidades que solidificaram a sociedade

perecem a cada dia, devido às alterações sociais no final do século XX. Hall, então, se questiona se não é a própria modernidade que está sendo transformada e conclui que, com o mundo pós-moderno, ela torna-se “pós” a qualquer concepção essencialista e/ou fixa de identidade. Hall (2006) apresenta, dessa forma, três concepções de identidade:

- **Sujeito do iluminismo:** está baseada na ideia da pessoa como algo totalmente centrado e unificado. Para essa teoria, o sujeito, embora se desenvolvesse ao longo da vida, continuava com o mesmo interior/essência de quando nascia. Esse centro essencial do “eu” era a identidade do indivíduo;
- **Sujeito sociológico:** nesta visão, o núcleo interior não seria algo autônomo e autossuficiente, portanto, as identidades do indivíduo são criadas na interação entre o “eu” e a sociedade. Assim, mesmo se possui uma essência interior, “o eu real dele é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’” (HALL, 2006, p. 11). A identidade estabilizaria os sujeitos e os mundos culturais por eles habitados, transformando-os reciprocamente em estruturas mais unificadas e predizíveis;
- **Sujeito pós-moderno:** nesta concepção, o sujeito é fragmentado e composto de várias identidades, que são abertas em um contínuo processo de formação até o fim da sua vida. Logo, as identidades são sempre inacabadas. Essas identidades são ilimitadas e construídas a partir da óptica de terceiros, como forma de busca pela aceitação e pertencimento a um determinado grupo.

Para Langa (2016), as identidades constituem processos em movimento constante, expressando diversos contextos sociais e trajetórias de cada pessoa. Hall (2006) também discorre sobre a identidade sempre em construção: conforme seus percursos e vivências “elas invocam uma origem que residiria num passado histórico, têm a ver com a utilização de recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que somos, mas daquilo no qual nos tornamos” (HALL, 2006, p. 108-109). De forma semelhante, Resta (2014, p 21) comenta sobre os percursos da construção da identidade, que é composta por trajetos e deslocamentos, pois não se “tem um único ponto de chegada; além do mais, ‘percurso põe em evidência aquilo que acontece ‘per-correndo’”.

3.8 Dimensões da Identidade

A identidade possui diversas dimensões, tais como características profissional, estatal, de classe, sexual, consciente, inconsciente, dentre outras (RESTA, 2014). Outros autores apresentam também a identidade nacional (Hall, Todorov e Bauman, por exemplo), étnica-racial (tal como em Seyferth, Hall e Oliveira) e religiosa (como em Oliveira e Marinucci), que serão aprofundadas a seguir, tendo em vista que são os elementos que podem sofrer interferência pelo processo migratório analisado neste trabalho.

3.8.1 Identidade Cultural e Nacional

Neste item, será analisada a identidade nacional, também denominada de Identidade Cultural Nacional. Esse conceito refere-se a como o indivíduo se identifica em relação ao seu país de origem e como esse pertencimento influenciará em suas vivências, especialmente no contexto da mobilidade.

Hall (2006) apresenta o conceito das “identidades culturais” e explica que são aspectos que surgem do “pertencimento” do indivíduo a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e nacionais. Todorov (2003) também entende que a identidade cultural possui diversas divisões, formadas pela ligação a grupos, que podem ter em comum a idade, religião, sexo, nacionalidade, profissão, meio social, dentre outros aspectos. Hall (2006), contudo, destaca que as identidades culturais nacionais possuem grande destaque no mundo moderno, pois constituem

em uma das principais fontes de identidade cultural. Ao nos definirmos, algumas vezes dizemos que somos ingleses ou galeses ou indianos ou jamaicanos. Obviamente, ao fazer isso estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial. (HALL, 2006, p. 47).

Albuquerque Junior (2016) relata que o vínculo entre o território e o sujeito que ali nasceu, cresceu e ainda reside é tão forte que é visto desde as mais antigas formas de organização social humana. O autor apresenta o exemplo dos gregos antigos, os quais possuíam uma relação tão próxima com suas cidades, que elas eram

fundamentais à própria definição da identidade de quem lá vivia, visto que estava presente na construção do próprio nome do indivíduo. Um exemplo disso é o filósofo Tales de Mileto. Costuma-se pensar que Mileto era seu sobrenome, quando na verdade refere-se à cidade em que ele residia. O autor afirma ainda que o território era tão importante para o cidadão que uma das mais graves penalidades do judiciário grego era o banimento da cidade. Assim surge a ideia da identidade nacional.

Anderson (1989) discorre sobre o sentimento de pertencimento a uma nação, que é concebido por meio de símbolos, de valores, de ideologias e de crenças com o intuito de criar uma identidade coletiva. Essa identidade é, portanto, feita por imagens construídas por cada nação, “buscando homogeneizar culturas, línguas e passado histórico, muitas vezes diferentes”, para gerar um sentimento de união necessário para a formação e manutenção das nações (ANDRADE, 2010, p. 8).

Para Bauman (2005, p. 28), a identidade nacional tem um ideal de “traçar a fronteira entre ‘nós’ e ‘eles’”, exigindo adesão e fidelidade inequívoca, sob pena de exclusão, o que a diferencia das demais categorias de identidade. Silva (2000) ressalta que os pronomes “nós e eles” não são meras expressões nesse contexto, mas sim são classificações indicativas de posições sociais do sujeito dentro de uma relação de poder.

"Nós" e "eles", por exemplo, constitui uma típica oposição binária: não é preciso dizer qual termo é, aqui, privilegiado. As relações de identidade e diferença ordenam-se, todas, em torno de oposições binárias: masculino/feminino, branco/negro, heterossexual/homossexual. Questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam (SILVA, 2000, p. 75).

Assim, a identidade nacional é utilizada como uma ferramenta enaltecadora da nação e como “um mecanismo para unir os ditos iguais e excluir ou submeter o outro, considerado diferente, o inimigo incômodo, estando ele em território alheio ou não” (ANDRADE, 2010, p. 10).

Esse sentimento de identidade nacional, portanto, pode afetar a experiência do migrante tanto por preconceitos de quem o recebe no país como também pela dificuldade de adaptação do imigrante a um novo estilo de vida. Santos (2014) defende que um dos principais problemas existentes nos processos migratórios ocorre quando o imigrante se vê diante da cultura do país que lhe recebe, e isso gera consequências

em relação à configuração de sua própria identidade. Na visão do autor, circunstâncias como a imigração provocam mudanças importantes na vida das pessoas, então, conseqüentemente, podem provocar uma espécie de ameaça à autopercepção e à identidade.

Assim, o imigrante procura apegar-se a distintos elementos de seu ambiente nativo (objetos familiares, música de sua terra, recordações e sonhos em cujo conteúdo manifesto ressurgem aspectos do país de origem) para manter-se sua experiência do “sentir-se a si mesmo” (SANTOS, 2014, p. 847). Nesse sentido, a identidade se torna significativa quando se findam as âncoras sociais que a tornavam “natural, predeterminada e inegociável”, então, é nesse momento que as pessoas procuram “desesperadamente um ‘nós’ a que possam pedir acesso” (BAUMAN, 2015, p. 30), ou seja, busca-se firmar uma identidade como um amparo em momentos de grandes aflições sociais.

Um ponto fundamental na construção da identidade é o lugar onde o indivíduo se encontra. Gallo (2011, p. 59), explica que o ser se constitui em “função de um acontecer, ou de um existir recíproco entre ser e lugar”, ou seja, por meio da experiência geográfica do indivíduo no mundo. Para a autora, o lugar está interligado com a formação do ser e é esta relação “ser-lugar” que possibilita ao migrante continuar sua construção identitária, mesmo que dentro de uma transitoriedade ontológica. Assim, Gallo (2011, p. 59) conclui que a “experiência migrante é uma experiência geográfica de exploração do mundo, tecida na construção de uma relação existencial que se ampara na co-existência entre o ser e o mundo”.

Para Azevedo (2016, p. 9), o fato de migrar contribui para que o indivíduo destaque algumas questões da vivência subjetiva da identidade nacional, pois ele “desfruta a experiência de ser um estrangeiro em outro país, o que evidencia a dimensão contrastiva da identidade nacional”. A autora entende a (re)construção da identidade do imigrante como estratégia em busca de cidadania e de melhor qualidade de vida, pois, ela precisa ser negociada com as culturas em que vive, sem perder o vínculo com sua origem. Ortiz (1995, p. 97) também comenta sobre esse processo ao relatar que “viver a experiência de migração significa ver-se obrigado a negociar com as novas culturas, sem ser totalmente assimilado por elas e sem perder completamente a própria identidade”.

De acordo com Silva (2005, p. 77), muito mais do que transpor fronteiras, a imigração implica na inclusão do sujeito em um novo ambiente sociocultural por meio de um diálogo com esse novo contexto que recebe o imigrante. Para o autor, contudo, esse novo ambiente não é sinônimo de perda ou de fusão da cultura original com a local, mas sim, “ela tende a simplificar-se e a condensar-se em alguns traços, que passam a ser distintivos para o grupo que os veicula, proporcionando-lhe maior visibilidade”. Entretanto, muitas vezes ocorrem conflitos, pois a mudança para uma “outra sociedade e outra cultura coloca em xeque o modo de ser, o modo de ver o mundo, o modo de se ver e modo de se relacionar, trazendo à tona a questão de quem se é” (DANTAS, 2010, p. 20). Durante sua inserção em um novo país, o imigrante incorpora elementos da cultura local, o que dá origem a uma nova identidade híbrida e fragmentada (MEJÍA; CAZAROTTO, 2019). Isso ocorre porque o território é, ao mesmo tempo, produto e produtor da identidade, representando também o “ser” de cada grupo social (MEJÍA; CAZAROTTO, 2019).

3.8.2 Identidade Racial E Étnica

A identidade envolve inúmeros aspectos do indivíduo, contudo, uma dimensão que merece destaque neste trabalho é quanto à identidade étnica-racial (no caso em questão, a identidade negra). Essa ênfase faz-se necessária devido a ser um ponto constantemente abordado pelos pesquisadores de imigração africana no Brasil. Silva (2002), ao tratar de identidade e de consciência racial, expõe que a primeira é um produto social, muitas vezes resultante de uma situação de conflito, envolvendo discriminação, exclusão social e opressão individual ou coletiva. Além disso, “a identidade (étnica) permite associar o indivíduo, ou o grupo, a um passado, uma raça, uma cultura compartilhada, suscita sentimentos de pertença, mas o interesse comum também une, permitindo laços concretos de comunidade” (SEYFERTH, 2011, p. 55).

De acordo com Munanga (2004), a tarefa de definir quem é negro no Brasil é bem mais complexo do que parece, devido ao desejo de branqueamento que se desenvolveu no país. Esse processo iniciou-se no século XIX, quando predominava o ideal de uma sociedade “civilizada”, que teria como modelo a cultura europeia e branca. Essa tese de supremacia da raça branca esteve bastante presente em alguns “meios acadêmicos e políticos brasileiros até o meio do século XX, enunciada por

autores importantes como Silvio Romero, Oliveira Vianna, Euclides da Cunha, Afrânio Peixoto, Arthur Hehl Neiva, entre outros” (SEYFERTH, 2015, p. 121). A “supremacia branca pode ser definida como a dominação exercida pelas pessoas brancas em diversos âmbitos da vida social. (...) atribuindo vantagens e privilégios políticos, econômicos e afetivos às pessoas brancas” (ALMEIDA, 2018, p. 59-60).

A partir dessas ideias e pensadores, o princípio da desigualdade das raças impregnou-se na sociedade moderna (SEYFERTH, 2002). Com isso, pode haver pessoas negras que, por incorporarem esse ideal de branqueamento, não se classifiquem como negras. Ser negro, no Brasil, se tornou um posicionamento político em que se assume a identidade racial negra (OLIVEIRA, 2004). Assim, os conceitos de negro e de branco não possuem teor biológico e sim uma definição etno-semântica, política e ideológica (MUNANGA, 2004). Muitos autores corroboram com esse pensamento, dentre os quais destaca-se Seyferth (2002, p.17), ao explicar que “a noção de raça não aparece com clareza e sim as implicações do conceito grego de Ethnos (base para a moderna noção de etnia): sua definição é cultural, embora não estivessem ausentes as percepções acerca da distintividade biológica”.

Seyferth (2002) informa que, apesar de a ideia de raça ter surgido no século XVIII, já existiam anteriormente formulações vagas sobre os laços sanguíneos e das vinculações bíblicas, com rótulos que também indicavam crenças sobre superioridade e inferioridade de determinados povos.

Assim, a raça é uma construção sociológica em um determinado contexto histórico, visto que não é possível definir geneticamente diferentes “raças humanas”. Não existe um consenso entre a comunidade acadêmica sobre um conceito social de raça, contudo, um posicionamento cada vez mais compartilhado é a necessidade de estudar a raça e o racismo contextualmente no tempo e no espaço (MARTÍNEZ; DUTRA, 2018). Quanto à etnia, esse é um “termo que utilizamos para nos referirmos às características culturais, língua, religião, costume, tradições, sentimento de 'lugar', que são partilhadas por um povo” (HALL, 2006, p. 17). Essa palavra é considerada insuficiente, por Cunha e Santos (2014), para designar a população negra brasileira, considerando que inexistente um ancestral comum, afinal o povo brasileiro é formado por imigrantes de várias origens. Além disso, a palavra “raça” expressa as diferenças e as desigualdades vivenciadas, conforme o pertencimento racial da população (CUNHA; SANTOS, 2014). Assim, os autores preferem utilizar o termo étnico-racial.

Seyferth (2002) afirma que as noções de raça, de etnia e de nação são utilizadas de diferentes formas para classificar e ordenar hierarquicamente indivíduos e grupos. Para a autora, essas diferenças culturais e/ou fenotípicas são utilizadas para justificar os pensamentos e as práticas racistas antes mesmo da invenção do conceito de raça e do evolucionismo cultural no século XIX. Assim, alguns teóricos passam a defender a não utilização do termo raça para classificar grupos humanos. Exemplo disso, ocorreu na Declaração de Jena, que foi escrita em agosto de 2019 pelos biólogos especializados em evolucionismo Martin Fischer, Uwe Hossfeld e Johannes Krause, da Universidade Friedrich Schiller de Jena, e Stefan Richter, da Universidade de Rostock, na Alemanha. De acordo com os teóricos citados, desde o início, a ideia de raças humanas e sua existência tem sido associada a uma avaliação dessas supostas raças. Além disso, a ideia de que diferentes grupos de pessoas diferem em valores não possui qualquer embasamento científico.

A justificativa primariamente biológica para definir grupos de seres humanos em raças, por exemplo, com base em a cor de sua pele ou olhos, ou a forma de seus crânios - levou à perseguição, escravidão e matança de milhões de pessoas. Ainda hoje, o termo "raça" ainda é frequentemente usado em conexão com grupos humanos. No entanto, não há justificativa biológica, e nunca houve uma. O conceito de raça é o resultado de racismo, não seu pré-requisito. (...) Simplesmente remover a palavra "raça" da nossa linguagem diária não impedirá o racismo e intolerância. Uma característica das formas atuais de racismo é precisamente a tendência na extrema direita e círculos xenófobos para evitar o termo "raça". O pensamento racista é perpetuado através de termos como seleção, manutenção da pureza ou etnopluralismo. No entanto, o termo etnopluralismo nada mais é do que uma nova formulação das ideias do apartheid. Designar "os africanos" como uma suposta ameaça à Europa e atribuir certas características biológicas também estão na tradição direta do pior racismo do nosso passado. Então, vamos garantir que as pessoas nunca mais sejam discriminadas em ilusórios motivos biológicos e lembrar a nós mesmos e aos outros que é o racismo que é o racismo que criou raças e que a zoologia/antropologia teve um papel inglório na produção de justificativas supostamente biológicas. Hoje e no futuro, não usando o termo raça deve fazer parte da decência científica (DECLARAÇÃO DE JENA, 2019, p. 05, tradução livre da autora).⁴

⁴ Die Idee der Existenz von Menschenrassen war von Anfang an mit einer Bewertung dieser vermeintlichen Rassen verknüpft, ja die Vorstellung der unterschiedlichen Wertigkeit von Menschengruppen ging der vermeintlich wissenschaftlichen Beschäftigung voraus. Die vorrangig biologische Begründung von Menschengruppen als Rassen – etwa aufgrund der Hautfarbe, Augen- oder Schädelform – hat zur Verfolgung, Versklavung und Ermordung von Abermillionen von Menschen geführt. Auch heute noch wird der Begriff Rasse im Zusammenhang mit menschlichen Gruppen vielfach verwendet. Es gibt hierfür aber keine biologische Begründung und tatsächlich hat es diese auch nie gegeben. Das Konzept der Rasse ist das Ergebnis von Rassismus und nicht dessen Voraussetzung. Eine bloße Streichung des Wortes „Rasse“ aus unserem Sprachgebrauch wird Intoleranz und Rassismus nicht verhindern. Ein Kennzeichen heutiger Formen des Rassismus ist bereits die Vermeidung des Begriffes „Rasse“ gerade in rechtsradikalen und fremdenfeindlichen Milieus. Rassistisches Denken wird mit Begriffen wie Selektion, Reinhaltung oder Ethnopluralismus aufrechterhalten. Bei dem Begriff des Ethnopluralismus handelt es sich aber um nichts weiter als um eine Neuformulierung der Ideen der Apartheid. Auch die Kennzeichnung „des Afrikaners“ als vermeintliche Bedrohung

De acordo com Petrucelli (2013), com as estatísticas públicas ocorreram, já no primeiro recenseamento brasileiro (realizado em 1872), a concretização de um sistema de classificação da cor no país, sendo utilizadas as seguintes categorias: branco, preto, pardo e caboclo. Ocorreram diversas mudanças desde então, porque a partir do ano 2000, encontram-se cinco categorias utilizadas nas pesquisas: branca, preta, amarela, parda e indígena. Essas categorias são escolhidas por autodefinição dos entrevistados, de forma que o próprio entrevistado escolhe uma das opções. Para o IBGE, negro é quem se autodeclara preto ou pardo.

Apesar da complexidade dessa definição, a divisão dessas categorias possui um papel importante como ferramenta para o Estado identificar as demandas referentes às políticas públicas e à delimitação de seus beneficiários no Brasil. Essas categorias oficialmente utilizadas não possuem cunho científico ou base na apreensão de características fenotípicas, mas são “sócio-historicamente construídas, expressando relações de dominação entre o Estado e os diversos grupos étnico-raciais e destes grupos entre si” (PETRUCCELLI, 2007, p. 120).

A última pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017) mostrou que, embora a população brasileira tenha crescido 3,4% de 2012 a 2016, a quantidade de pessoas que se declaravam brancos teve uma redução de 1,8%, enquanto o número de pardos autodeclarados cresceu 6,6% e o de pretos, 14,9%. Ainda, segundo o estudo, isso pode ter ocorrido por dois fatores: devido à tendência de miscigenação, ou seja, a população se mistura e o grupo pardo, conseqüentemente cresceria; ou devido ao crescimento dos autodeclarados como pretos, o que ocorreria devido a um maior reconhecimento e aceitação da população em relação à própria cor.

A identidade negra é uma identidade política que busca propostas transformadoras da realidade do negro no Brasil (MUNANGA, 2003). Entretanto, existe a necessidade da criação de uma identidade negra positiva para combater o racismo. Essa nova identidade pode ser criada por meio de vias político-ideológicas,

Europas und die Zuordnung bestimmter, biologischer Eigenschaften stehen in direkter Tradition des übelsten Rassismus vergangener Zeiten. Sorgen wir also dafür, dass nie wieder mit scheinbar biologischen Begründungen Menschen diskriminiert werden und erinnern wir uns und andere daran, dass es der Rassismus ist, der Rassen geschaffen hat und die Zoologie/Anthropologie sich unrühmlich an vermeintlich biologischen Begründungen beteiligt hat. Der Nichtgebrauch des Begriffes Rasse sollte heute und zukünftig zur wissenschaftlichen Redlichkeit gehören.

de espaços sociais anteriormente ocupados apenas pelos brancos (nas universidades e no mercado de trabalho qualificado e bem remunerado, por exemplo), e não somente nos “espaços que historicamente a sociedade brasileira lhe tem reservado: futebol, carnaval, música, escola de samba, terreiros religiosos” (PEREIRA, 2002, p. 69).

Nesse contexto, Silva (2002) explica que quando se fala em identidade racial no Brasil deve-se analisar como ocorre o diálogo estabelecido na alternância da identidade individual para a social, pois

o diálogo que estabelecemos entre nós mesmos e com o mundo externo funciona como um guia de construção social, influenciando na formação das nossas identidades pessoal e social. Consideremos, então, que essa relação dialógica determina, também, como os demais membros da sociedade da qual fazemos parte nos enxergam e nos definem (SILVA, 2002, p. 55).

Pereira (2002) ressalta que, historicamente, a vida do negro brasileiro é uma luta dolorosa para construir uma identidade positiva diante de si e da sociedade. Segundo o autor, existiram quatro momentos principais na luta pela afirmação étnica negra:

- a) No período abolicionista, cujo objetivo era o reconhecimento das qualidades humanas do negro, como justificativa para a abolição;
- b) Na Semana da Arte Moderna de 1922, em que se propôs uma arte que se afastasse da cultura tradicional europeia e branca. “Pode-se afirmar sem exagero, que nesse momento e dentro desse movimento estético e nacionalista, o negro transformou-se em símbolo de brasilidade” (Pereira, 2002, p. 67);
- c) Na Frente Negra Brasileira, que foi um movimento criado na transição das décadas 1920 e 1930, dentro do movimento negro, e teve o intuito de esclarecer a população negra contra ideias racistas da época;
- d) No Movimento Negro Unificado, que foi fundado na década de 1970 e teve um papel importante no “processo de uma identidade positiva do negro e da sua conscientização política na vida nacional” (PEREIRA, 2002, p. 68).

Esses e outros momentos históricos contribuíram na construção de uma identidade coletiva negra mais positiva e na busca pela igualdade do negro em relação

a outros atores sociais. Na legislação brasileira, pode-se fazer uma retrospectiva para demonstrar a evolução histórica desta luta social:

- **1835 (Lei nº 4, de 10 de junho de 1835):** essa lei previa pena de morte aos escravos ou escravas que matassem ou ferissem gravemente ou fizessem "outra qualquer grave offensa physica a seu senhor, a sua mulher, a descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem, a administrador, feitor e às suas mulheres, que com elles viverem". (BRASIL, 1835, on-line). Caso o ferimento ou ofensa física fossem leves, a pena era de açoites de acordo com as circunstâncias;
- **1837 (Lei Estadual nº 01/1837, do Rio de Janeiro):** "Artigo 3º São prohibidos de frequentar as Escolas Públicas: 1º Todas as pessoas que padecerem molestias contagiosas. 2º Os escravos, e os pretos Africanos, ainda que sejam livres ou libertos." (REVISTA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2005, p. 199);
- **1850 (Lei nº 581, de 04 de setembro de 1850):** também conhecida como Lei Eusébio de Queiroz, em homenagem ao autor da lei, o senador e Ministro da Justiça Eusébio de Queiroz Coitinho Mattoso Câmara. A lei estabelecia medidas para a proibição do tráfico de escravos e criminalizava quem a infringisse (BRASIL, 1850);
- **1850 (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850):** lei das terras devolutas, foi aprovada no mesmo mês e ano da lei que estabeleceu o fim do tráfico de escravos, como forma de impedir que os negros se tornassem proprietários de terras, através da manutenção dos latifúndios. A lei previa que as terras só poderiam ser adquiridas por compra e venda ou por doação do Estado, não sendo possível a aquisição por meio de posse;
- **1854 (Decreto nº 731, de 05 de junho de 1854):** lei que define punições para o "dono, capitão ou mestre, piloto ou contra-mestre, ou interessado no negocio de qualquer embarcação, que se ocupe no trafico de escravos" (BRASIL, 1854, on-line);
- **1871 (Lei nº 2.040, 28 de setembro de 1871):** conhecida como Lei do Ventre Livre, declarou livres os filhos de mulheres escravas a partir da data de sua promulgação. Além disso, ela determinava que essas crianças ficariam em poder dos "senhores das suas mães", obrigando-os a criá-los até os oito anos de idade. Depois dessa idade, os senhores tinham a opção de entregar o menor

ao governo, com direito a uma indenização de \$ 600.000,00, ou utilizar-se dos seus serviços até os 21 anos (BRASIL, 1871);

- **1885 (Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885):** Lei do Sexagenário. Previa a libertação de todos os escravos maiores de 60 anos de idade. Contudo, eles deveriam “a título de indenização pela sua alforria”, prestar serviços a seus ex-senhores pelo período de três anos ou até completarem 65 anos. A partir de 65 anos, os escravos estariam dispensados dessa obrigação. Após o tempo de serviço, os libertos deveriam permanecer na companhia dos ex-senhores, que ficariam obrigados a alimentá-los, vesti-los e tratá-los quando adoecessem (BRASIL, 1885, on-line). Contudo, cabe uma reflexão crítica: quantos escravos conseguiriam chegar até esta idade para usufruir desse direito tão precariamente concedido?
- **1888 (Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888):** lei da Abolição, declara extinta a escravidão no Brasil (BRASIL, 1988);
- **1890 (Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890):** este decreto dispõe que é inteiramente livre a entrada, nos portos brasileiros, de pessoas aptas ao trabalho, com exceção de que respondam a processos criminais em seu país de origem ou se forem nativos da Ásia ou da África, os quais entrariam apenas mediante autorização do Congresso Nacional (BRASIL, 1890). De acordo com Seyfeth (2015), é notória a restrição de natureza apenas racial desse decreto, que limita radicalmente a entrada de africanos no Brasil;
- **1890 (Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890):** essa normativa punia quem não pudesse comprovar a posse de meios de subsistência ou de residência. Ela punia, ainda, quem praticasse capoeira na rua ou em praças públicas. As penas variavam em até seis meses de prisão. Ou seja, era um dispositivo legal para prender negros, por não conseguirem trabalho logo após a abolição da escravidão, bem como os impedia de praticar em público um elemento importante de sua cultura;
- **1988 (Constituição Federal do Brasil):** instituiu o racismo como crime inafiançável e imprescritível, sujeito, inclusive, à pena de reclusão (BRASIL, 1988). O Brasil demorou 388 anos para abolir a escravidão e, depois disso, mais 100 anos para estabelecer, na Constituição Federal, que o racismo é

crime. Levaram mais vários anos para iniciar ações afirmativas concretas para combater a elevada desigualdade racial no país. De acordo com Gomes, as políticas afirmativas são aquelas voltadas para a concretização “da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física” (GOMES, 2003, p. 21);

- **2003 (Lei nº 10.639, 09 de janeiro de 2003):** incluiu, no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Nesse contexto, deverão ser estudados: “a História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (BRASIL, 2003, on-line);
- **2009 (Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009, do Ministério da Saúde):** institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e tem como objetivo

promover a equidade e igualdade racial voltada ao acesso e à qualidade nos serviços de saúde, à redução da morbimortalidade, à produção de conhecimento e ao fortalecimento da consciência sanitária e da participação da população negra nas instâncias de controle social (BRASIL, 2009, online).

- **2010 (Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010):** cria o Estatuto da Igualdade Racial e busca “garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (BRASIL, 2010b, on-line);
- **2010 (Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010):** criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. Os cursos da universidade são preferencialmente de áreas de interesse mútuo do Brasil e dos demais países membros da CPLP, com destaque para temas envolvendo formação de professores, desenvolvimento agrário, gestão, saúde pública e demais áreas consideradas estratégicas (BRASIL, 2010a);
- **2012 (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012):** Lei das Cotas nas universidades. Essa lei dispõe que cada instituição federal de Ensino Superior

deverá fazer uma reserva de vagas por curso e turno, a serem preenchidas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de cada um desses grupos na população da unidade da Federação em que está instalada a instituição (BRASIL, 2012, on-line);

Esse histórico legislativo mostra as desvantagens legalmente impostas aos negros na história do país, comprovando a necessidade de políticas públicas que busquem proporcionar o alcance, de forma mais rápida, de uma verdadeira igualdade de condições. Isso ocorre, na visão de Cardoso e Oliveira (2006), porque a luta pelo reconhecimento de uma identidade étnico-racial está associada ao direito à cidadania plena, entretanto, no Brasil ainda não ocorre o devido reconhecimento da identidade negra. Domingues (2005, p. 165) afirma que o “Brasil é o país da segregação racial não declarada”, o que acontece porque o Brasil possui dificuldades de reconhecer a inexistência de uma democracia racial, pois, segundo Theodoro (2008) existe um mito de que no país não há preconceitos ou discriminações raciais. Contudo, a nova tendência dos fluxos migratórios (por exemplo, dos africanos) para o Brasil ajuda a questionar esse mito, mostrando que o preconceito racial permanece vivo e cada vez menos velado (MARTINEZ; DUTRA, 2018).

3.8.3 Identidade Sexual e de Gênero

Antes de falar sobre identidade sexual e de gênero, cabe fazer uma pequena distinção sobre sexo e gênero. Sexo refere-se ao fator biológico, ou seja, vai de acordo com os órgãos sexuais do indivíduo, enquanto gênero é uma construção social.

Boudieu (1999) explica que a divisão entre os sexos está presente em toda a sociedade, e funciona como um sistema de percepção, de pensamentos e de ação. De acordo com Woodward (2000), a forma como se vivem as identidades sexuais dialoga com os significados culturais sobre a sexualidade que são produzidos por meio de sistemas dominantes de representação.

Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e

sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 2000, p. 11).

Scott (1995) explica que "gênero" é o termo utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. A sociedade dissemina a ideia de que são os órgãos genitais que designam se alguém é homem ou mulher, contudo, a identificação como homens ou mulheres é algo social, não apenas um fato biológico (GOMES DE JESUS, 2012). Dessa forma, a identidade sexual faz, por exemplo, com que a pessoa busque relacionamentos afetivo-sexuais com pessoas do mesmo sexo (homossexual), sexo oposto (heterossexual) ou ambos (bissexual). Já a identidade de gênero refere-se à sensação de pertencimento, de como a pessoa se sente (gênero feminino ou masculino).

Sexo é biológico, gênero é social, construído pelas diferentes culturas. E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto-percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente (GOMES DE JESUS, 2012, p. 8).

Silva define identidade de gênero como

o conjunto de traços construídos na esfera social e cultural por uma dada sociedade, que definem, conseqüentemente, quais os gestos, os comportamentos, as atitudes, os modos de se vestir, falar e agir, de forma semelhante para homens e mulheres. As identidades de gênero tendem a estar em consonância com o sexo biológico do sujeito, porém, não são estruturas fixas, encerradas em si mesmas; pelo contrário, podem e estão continuamente se renovando, em ebulição e a cada momento podem ser novamente moldadas de outras formas. Elas também são impostas pelo processo de socialização, que impede construções singulares. [...] Nós podemos encontrar sujeitos masculinos ou femininos, que não necessariamente pertencem ao seu sexo biológico, e que podem fazer uma escolha afetiva e sexual do sexo oposto ao seu. (SILVA, 1999, p. 74).

Grossi (1998, p. 5) reitera que o gênero demarca o que é "social, cultural e historicamente determinado". Isso ocorre porque todos possuem um núcleo de identidade de gênero, que pode ser definido como "um conjunto de convicções pelas quais se considera socialmente o que é masculino ou feminino. Esse núcleo não se modifica ao longo da vida psíquica de cada sujeito, mas podemos associar novos papéis a esta 'massa de convicções'" (GROSSI, 1998, p. 8).

A dominação e a opressão sofridas pela mulher, bem como a sustentação ideológica da hierarquização por gênero é um fato histórico de longa data. Segundo Beauvoir (1970), na idade da Pedra, quando a terra era comum a todos os membros do clã, ainda havia igualdade de gênero. Mesmo havendo divisão de trabalhos, a mulher tinha papel econômico tão importante quanto o homem. Ela atuava no cultivo dos jardins, tecelagem, fabricação de vasilhames e dedicava-se à caça e pesca.

Contudo, a igualdade se extinguiu, com o aperfeiçoamento das ferramentas agrícolas, que permitiram que as florestas fossem desbravadas, estendendo os domínios rurais. Assim, nasce a propriedade privada e, o homem, impelido pela vontade de cultivar esses novos espaços, começa a utilizar os serviços de outros homens, iniciando também a escravidão. Dessa forma, “senhor dos escravos e da terra, o homem torna-se também proprietário da mulher. Nisso consiste ‘a grande derrota histórica do sexo feminino’” (BEAUVOIR, 1970, p. 73). Foi nesse contexto que a mulher passou a ser submetida pela sociedade patriarcal e assim, segundo a autora, a opressão social é uma seqüela da opressão econômica. Campos e Corrêa, também falam sobre esta histórica situação:

A primeira base de sustentação da ideologia de hierarquização masculina em relação à mulher, e sua conseqüente subordinação, possui cerca de 2.500 (dois mil e quinhentos) anos, através do filósofo helenista Filon de Alexandria, que propagou sua tese baseado nas concepções de Platão, que defendia a ideia de que a mulher pouco possuía capacidade de raciocínio, além de ter alma inferior à do homem. Ideias, estas, que transformaram a mulher na figura repleta de futilidades, vaidades, relacionada tão-somente aos aspectos carnis. (CAMPOS; CORREA, 2007, p. 99).

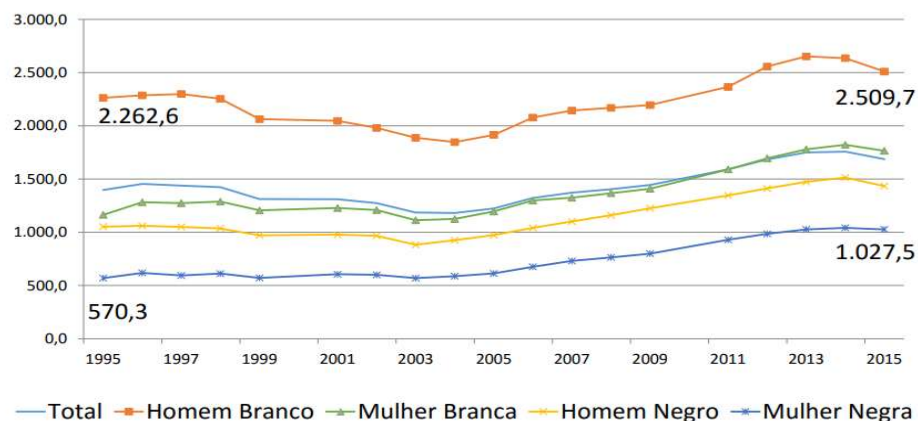
Segundo Bourdieu (2002), a visão patriarcal foi reproduzida por quatro segmentos principais:

- **Família:** segundo o autor é o principal local em que ocorre a disseminação da óptica dominadora masculina, visto que é onde se tem a prematura experiência da divisão de trabalho e da forma de educar por gênero;
- **Igreja:** lugar marcado por desmedido antifeminismo, possui ainda visão pessimista sobre as mulheres, moral e valores patriarcais, motivação divina para justificar a hierarquia baseada no sexo, dentre outros fatores;

- **Estado:** responsável pela disseminação da cultura machista através de legislações, fatores institucionais. Além disso, existem países que levam ao extremo o autoritarismo paternalista;
- **Escola:** devido a uma cultura acadêmica, até pouco tempo possuía um modelo arcaico do homem como princípio ativo e da mulher como elemento passivo.

No Brasil, as mulheres enfrentam desigualdades no mercado de trabalho e em diversos aspectos da vida. Mesmo possuindo maior número entre as pessoas com Ensino Superior completo, entre 2012 e 2016, as mulheres ganharam, em média, 3/4 dos salários dos homens (IBGE, 2018b). Assim, o simples fato de ser mulher gera dificuldades a serem enfrentadas, que são ampliadas quando se trata de uma mulher negra. Ainda segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2018d), as mulheres negras são mais desvalorizadas no mercado de trabalho, recebendo 40,9% do salário de um homem branco. Essa situação, comprova o que foi observado pelas pesquisadoras Costa e Schwinn (2018, p. 198) ao relatar que “mulheres negras sofrem discriminação qualitativamente diversa daquela sofrida por homens negros ou por mulheres brancas”. Os homens negros também enfrentam discriminação salarial, pois recebem menos do que os homens e mulheres brancas, conforme gráfico 1.

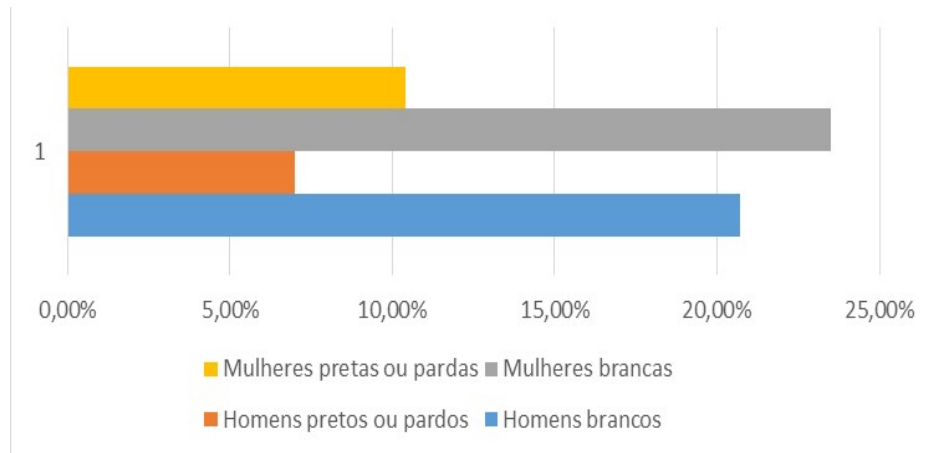
Gráfico 1 - Rendimento médio mensal no trabalho principal da população de 16 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça – Brasil, 1995 a 2015



Fonte: Pnad/ IBGE Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC * rendimento do trabalho principal deflacionado com base no INPC, período de referência set./2015

Além disso, a escolaridade também mostra influências relacionadas a discriminação pelo sexo e cor, conforme o gráfico 2.

Gráfico 2 - População de 25 anos ou mais de idade com ensino superior completo, por sexo e cor/raça



Fonte: Adaptado de IBGE (2018b).

Também devido ao patriarcado, surge o preconceito contra pessoas com orientações sexuais que não seguem o dominante heterossexual, ou seja, preconceito contra a diversidade sexual. Homofobia é o termo utilizado para a conceituar a violência e a discriminação contra pessoas com orientação sexual diferente da heterossexual (JUNQUEIRA, 2007; PRADO; MACHADO 2008). De acordo com Koehler (2013) o “comportamento intolerante em relação à diversidade sexual tem resultado em assassinatos e suicídios de pessoas GLBT em todo o mundo e na negação do livre exercício da cidadania para este segmento da sociedade”. Ainda de acordo com a autora, alguns estudos mostram que o Brasil está em primeiro lugar no ranking mundial de assassinatos homofóbicos, com 44% dos homicídios dolosos.

Cada situação vivenciada nas diversas dimensões identitárias pode ter influências na construção e na percepção das pessoas. Para os imigrantes moçambicanos no Brasil, possivelmente esse processo pode ter impactos diferentes, resultantes das experiências relacionadas à mobilidade territorial, pois a identidade apenas se torna uma questão quando está em conflito e se encontra diante da dúvida e da instabilidade (DANTAS, 2010).

3.8.4 Identidade Religiosa

A religião tem um papel importante na vida, na forma de pensar e de agir das pessoas, portanto, também é uma dimensão pertencente à identidade e, como tal, será analisada neste item.

Oliveira (2009) defende a religião como um importante elemento cultural e como ferramenta da identidade, especialmente quando se fala em identidade afro-brasileira. Além disso, de acordo com Mota (2016), muitas pesquisas apontam o Brasil como o lugar, fora da África, que agrupa e preserva em maior número as tradições da cultura africana. Nesse contexto, “as organizações religiosas foram as principais preservadoras de mitologias, hábitos alimentares, rituais e vocabulário oriundo dos dialetos que aqui se fundiram” (MOTA, 2016, p. 466). Contudo, para o autor, no Brasil ainda existem preconceitos a serem vencidos em relação às religiões de origens africanas, devido à falta de conhecimento da população.

Ademais, para Marinucci, a identidade religiosa não é uma herança, mas sim uma escolha subjetiva e temporária, pois a “ideia de conversão, entendida na ótica da exclusividade e irreversibilidade, não tem mais espaço no mundo líquido moderno” (MARINUCCI, 2011, p. 100). O teórico defende que a dimensão religiosa se molda a partir da constante interação com novas culturas, causadas por diversos fatores, dentre eles pela mobilidade geográfica ou pela “reinterpretação do paradigma de pertencimento denominacional” (2011, p. 114). Assim, devido a essa possibilidade de reconfiguração da identidade religiosa dentro do contexto migratório, é possível que sejam observados relatos sobre o tema no decorrer das pesquisas.

Por fim, considerando que as identidades estão em constante movimento em razão das relações de poder travadas entre indivíduos e grupos (HALL, 2006), as pessoas acabam confrontadas por diferentes identidades de acordo com o grupo de pertencimento a que aderem nas vivências que se deparam no cotidiano. No decorrer deste trabalho, conforme outras dimensões da identidade forem abordadas na pesquisa de campo, elas serão conceituadas e analisadas para uma melhor correlação entre estudo empírico e referencial teórico.

3.9 Vivências diante da mobilidade territorial dos estudantes moçambicanos no Brasil

Neste item serão vistas algumas das experiências relatadas por imigrantes africanos no Brasil, que contribuirão na análise das vivências dos moçambicanos do presente trabalho.

De acordo com Patarra e Baeninger (2006), no contexto da globalização, ocorreu uma valorização das migrações internacionais quanto às suas contribuições na esfera da diversidade, dos significados e das implicações. Isso ocorre porque a interação do imigrante com o país que o recebe (e vice-versa) possui consequências nas vivências, que podem ser influenciadas pelas diversas dimensões da identidade do imigrante. Haesbaert (2015, p. 105) ressalta que a dinâmica das migrações sempre envolve, nos diversos níveis e contextos geo-históricos, “a (re)construção de um Outro advindo do encontro de vivências e trajetórias”. Nesse contexto, percebe-se que os fluxos migratórios são cada vez mais “complexos, qualificados, internacionalizados e feminizados, estando na origem de transformações identitárias, familiares, sociais, económicas, laborais, culturais e políticas e implicando os vários domínios da esfera pública e privada” (MIRANDA; NEVES, 2011, p. 10).

Os imigrantes africanos chegam ao Brasil, atraídos pela estabilidade econômica e política, assim como pela língua oficial comum às nações africanas que também compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Contudo, há um choque de realidade, ao se verem diante de situações de preconceito pela cor da pele, nacionalidade ou condição social. Mas tentam romper essas fronteiras estabelecidas, pois “os estudantes africanos não estão inteirados dos limites sociais tradicionalmente construídos pelos brancos para segregar os negros” (MENDES, 2010, p. 27).

De acordo com Subuhana (2007, p. 326), os moçambicanos possuem uma visão baseada no Brasil fictício e abastado, mostrado nas novelas brasileiras, que são amplamente consumidas em solo moçambicano:

Uns chegaram a imaginar que o Brasil fosse um “paraíso social”, sinônimo de desenvolvimento e progresso, portanto, de uma vida farta e de oportunidades incomensuráveis para todos, chegando a pensar que o estilo de vida e o Brasil mostrado nas telenovelas da Rede Globo de Televisão e da Rede

Record (Miramar, em Moçambique) era o Brasil real, ou seja, o Brasil que eles haveriam de encontrar. Existe aqui “uma contradição muito grande entre mídia e o que o país exatamente é” (Faz-tudo). Mas há aqueles que já conheciam a realidade brasileira por meio de “e/imigrantes ativos” amigos, parentes, ou mesmo por leituras e por outras fontes de informação, como os telejornais dos canais de TV citados.

De acordo com Munanga (2004), as definições de negro, de branco e de mestiço não possuem o mesmo significado em nações e culturas diferentes. Essa percepção diferenciada pode ser observada no relato feito por um estudante de Cabo Verde que, até vir morar no Ceará, desconhecia sua condição de negro:

Somente quando saiu de Cabo Verde, na África, para morar no Ceará, o jovem Andy Monroy percebeu que era negro. Antes, simplesmente não precisava ser. (...) numa noite, quando chegava à sua casa, Andy viu o semblante de pânico de uma senhora que caminhava à sua frente. Acelerou o passo quando viu o rapaz. Rapidamente, a mulher foi avistada pelo porteiro do prédio, que deu abertura. Mas o rapaz entrou no mesmo lugar. Pior, no mesmo elevador. "Ela estava com muito medo". Quando percebeu que olhar para ele era o último gesto de algumas pessoas antes de atravessarem a rua para a outra calçada, ou levantarem o vidro do carro, aumentou a sua angústia. "Nunca imaginei que fosse encontrar racismo no Ceará. Aqui chega a ser pior, porque não admitem que o negro sempre existiu neste lugar. Se eu digo que sou negro, me interrompem como quem corrige de um insulto. 'Não, você não é negro, é moreno'" (DIÁRIO DO NORDESTE, 2015a).

Essa fala, exposta em uma reportagem veiculada no Diário do Nordeste, coincide com o que Santos (2010) relatou em sua pesquisa com estudantes de Cabo Verde no Brasil: que eles, logo ao chegar ao Brasil, passaram a construir uma identidade que se define como negra, acompanhada do uso de vestimentas e de penteados que remetem à africanidade (mesmo que em seus países usassem basicamente vestimentas tipicamente europeias ou americanas), pois, para muitos, tais classificações só passaram a fazer sentido após o distanciamento com o país de origem.

Hirsch (2010, p. 225) também relata situações semelhantes com estudantes cabo-verdianos no Rio de Janeiro: “em entrevista, a estudante Lúcia conta, com certa timidez, que passou a se perceber como negra depois de vir para o Rio de Janeiro, cidade onde se instalou há três anos para cursar graduação”. Segundo a autora, isso ocorreu porque em Cabo Verde, Lúcia era percebida como “branca”, na óptica da sua família e sua comunidade, contudo, no novo ambiente, ela passou a identificar-se como negra. A autora destaca que essa situação não é um caso isolado, pois muitos

estudantes relataram durante as entrevistas que, no Brasil, alteraram a forma como se classificavam racialmente. De acordo com a autora, em Cabo Verde questões raciais não costumam ser objeto de reflexão, pois segundo os entrevistados (estudantes cabo-verdianos em universidades do Rio de Janeiro), não existe racismo, pois todos são vistos como “igualmente mestiços” (HIRSCH, 2010, p. 244).

Pereira e Santos (2018) citam um interessante exemplo de identidade no movimento migratório: Manoel é um refugiado angolano que veio residir no Rio de Janeiro nos anos 90. Pouco tempo após sua chegada, foi convidado por um projeto social para fazer uma apresentação de capoeira. Contudo, Manoel não gostava e tampouco era praticante do esporte. Depois dessa situação, ele passou a se interessar pela atividade e, atualmente, Manoel encontrou na capoeira uma atividade prazerosa e com retorno financeiro. O imaginário popular do brasileiro facilitou a entrada de Manoel no turismo da cidade do Rio de Janeiro por meio das apresentações de capoeira e, a partir de aí, ele se encontrou com uma África até então desconhecida, embora presente no ideal construído pelo brasileiro. Manoel, assim, passou a negociar “o seu pertencimento nesse novo local, sua visibilidade e preservação de seus traços socioculturais, a partir da oportunidade ofertada por meio das apresentações de capoeira, como um dos instrumentos de interação e integração” (PEREIRA e SANTOS, 2018, p. 05).

Ellery Mourão, pesquisadora da área de fluxos migratórios de estudantes africanos no Brasil, afirma que, nos relatos apresentados pelos pesquisados, existe uma busca pela

parcela de identificação com o continente que foi sendo negada, indicando que a vivência no Brasil é também fator relevante para a tomada de consciência sobre a questão da “africanidade”. Os deslocamentos possibilitam os trânsitos identitários, quando aproximam diferenças. Fora do país, diversos estudantes de nacionalidades diferentes passam a conviver cotidianamente uns com os outros, dividindo o mesmo espaço universitário, o que permite a eles um olhar para si e para o outro (ELLERY MOURÃO, 2009, p.92).

O preconceito étnico e racial é apontado pelos estudantes africanos como o principal problema enfrentado no Brasil, de acordo com Subuhana (2007) e Silva (2017). Os autores destacam que a discriminação racial é ainda mais agravada quando ocorre em conjunto com dificuldades financeiras enfrentadas pelos

estudantes, pois o preconceito socioeconômico seria ainda maior do que o causado pelo “tom de pele”.

O conceito de racismo foi criado por volta de 1920 e, desde então, é objeto de diversas leituras e interpretações (MUNANGA, 2003). Essa crença consiste na ideia de que existem “raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural” (MUNANGA, 2003). Dessa forma, o racismo seria constituído por múltiplas práticas de discriminação e de exclusão pela cor da pele, pela origem ou por opções culturais, sendo que tais ações possuem o poder de dificultar/impedir a pessoa de alcançar seus objetivos e direitos (SIQUEIRA, 2002). A ideia do racismo clássico parte da noção de raça, enquanto o racismo atual se alimenta da noção de etnia definida como um grupo cultural (MUNANGA, 2003). Almeida (2018, p. 25) apresenta uma definição muito didática sobre o que é o racismo:

é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.

Os autores Elias e Scotson (2000) destacam a diferenciação existente entre preconceito individual e a estigmatização grupal praticada pela sociedade. A primeira possui uma raiz na personalidade individualizada, enquanto, na segunda, um grupo rotula negativamente o outro, causando instabilidade entre os agrupamentos sociais distintos. No caso em análise, pode haver, portanto, um estigma em relação à etnia ou cor/raça dos moçambicanos.

Langa (2014) ressalta “a existência de múltiplas representações acerca da presença africana, destacando-se visões estigmatizantes perpassadas de preconceito racial pela condição de negro”. Confirmando essas informações, Subuhana (2007) destaca o “preconceito racial como a principal causa do mal-estar de um número considerável de nossos interlocutores em terras brasileiras”. O autor também informa que a imagem construída pelo brasileiro sobre os negros africanos costuma ser bastante negativa, pois associam a África predominantemente a guerras, à selva, à pobreza e à miséria. Dessa forma, o negro africano fica exposto a palavras e a atos preconceituosos e estigmatizantes (SUBUHANA, 2007).

Schiller e Salazar (2013, p. 20) destacam que as situações de crise econômica parecem vir acompanhadas de uma “normalização das fronteiras nacionais e étnicas”. Segundo os autores, sob o argumento da proteção da soberania do país, passa-se a olhar com desconfiança para aqueles que migram, além de receio quanto aos domínios da economia, vagas de emprego, cultura e identidade nacional. Lucas e Santos (2016) citam que a população mais conservadora da Europa, por exemplo, passou a defender o fechamento das fronteiras, por receio de uma possível invasão de refugiados, instabilizando os valores europeus e as condições de trabalho da população nativa, ao passo que outros mais extremos receiam o crescimento da violência e do terrorismo.

Schiller (2008) defende que é necessário evitar tais ideias, porque isso nos impede de contemplar como os lugares e as pessoas que neles vivem são elementos entrelaçados nos processos globais, através de projetos transnacionais. Marinucci (2018) também relata sobre esse fato e como ele vem ganhando espaço no meio de discursos xenofóbicos e racistas, legitimados por políticas migratórias restritivas e “malthusianas”.⁵ Augé (2010) cita, como exemplo dessa situação, a crise financeira que atingiu a França no fim dos anos 70: antes dela, buscava-se estabilizar e integrar os trabalhadores imigrantes com os demais trabalhadores franceses, contudo, com a chegada da crise e do conseqüente desemprego, a situação mudou drasticamente. O medo do desemprego fez com que a classe operária passasse a ver os imigrantes de forma preconceituosa e segregada. Assim, a classe imigrante foi a primeira a ser atingida pela citada crise (por preconceito, desemprego, clandestinidade etc.).

Santos (2014, p. 26-27) acredita que diversos países, em diferentes épocas, adotaram posturas controversas em relação à mobilidade humana internacional, “as quais se materializam desde aberturas e tolerâncias aos imigrantes em tempos de boa economia, à relutância e até mesmo xenofobismo e ressentimento, particularmente em tempos de desaceleração econômica, desemprego e insegurança financeira”.

⁵Thomas Malthus [1766-1834] afirmava que a população tenderia ao colapso alimentar porque, embora a produção de alimentos crescesse numa progressão aritmética, a população cresceria numa progressão geométrica (muito mais rápida). Por tal motivo, Malthus defendia uma série de condutas para o controle populacional. Assim, Marinucci denomina teorias malthusianas, aquelas que defendem algum tipo de controle populacional para o enfrentamento das crises sociais, econômicas ou ambientais.

Além disso, Santos (2016), afirma que essa xenofobia é disseminada como tática da classe dominante capitalista, com o objetivo de dividir os imigrantes do restante da classe trabalhadora local para dificultar a organização de movimentos sociais contra a miséria e o desemprego.

Dessa forma, o autor entende o sentimento anti-imigrante também como uma estratégia utilizada para controle sobre toda a classe trabalhadora. A xenofobia é uma palavra que vem do grego *xénos* (estrangeiro) + *phobos* (medo), utilizada para definir “o medo, a rejeição, a recusa, a antipatia e a profunda aversão ao estrangeiro” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2016). O termo expressa uma delimitação territorial e cultural, em que o nativo vê o estranho como alguém suspeito, por possuir comportamento, aparência e cultura diferentes.

Assim, além do racismo presente na sociedade brasileira, existem relatos de que os africanos enfrentam, também, preconceito devido a seus países. Para Langa (2014) e Subuhana (2007), o brasileiro possui uma imagem negativa dos africanos, sendo que a visão construída sobre o negro estrangeiro mudaria de acordo com sua origem.

Durante a pesquisa descobrimos que a imagem que o brasileiro constrói sobre o negro estrangeiro varia de acordo com a sua proveniência. O negro norte americano seria visto como uma pessoa rica e com mais dinheiro. Essa reverência abrange o negro europeu. As representações construídas sobre os negros africanos são bem negativas. Quando vêem um negro africano “começam a imaginar que vivemos na selva, subimos em árvores e andamos no meio de elefantes”. A África é associada a guerras, “selva, pobreza e miséria”. Isso faz com que o negro africano, muitas das vezes, seja sujeito a discursos e ações preconceituosas e estigmatizantes, sendo comum o uso da categoria “angolano” para se referir a todo indivíduo oriundo do continente africano, independentemente de sua nacionalidade. Essa generalização é tão arraigada que perpassa em indivíduos de todos os níveis socioeconômicos e até acadêmicos” (SUBUHANA, 2007, p. 332).

Apesar da proximidade histórica e cultural, uma grande parte dos brasileiros desconhece o continente africano. Um exemplo disso pode ser observado no depoimento colhido em uma pesquisa com imigrantes angolanos residentes no Rio de Janeiro:

Os brasileiros conhecem muito pouco sobre o continente africano, não sabem apontar à África no mapa *mundi*. Antes de viajar para cá, eu já tinha algumas informações sobre o Brasil, até mesmo pela influência africana no Brasil. Você acredita que me perguntaram no posto de saúde se eu comia cérebro

de macaco e se eu matava pessoas em rituais de magia negra? Eu fiquei muito chateado com essas perguntas, é muita ignorância e preconceito, é o que eu acho. (PEREIRA; SANTOS, 2018, p. 7).

Martínez e Dutra (2018) explicam que, no Brasil, a construção do racismo tem uma jornada muito próxima com a história migratória do país. As autoras sugerem que o tema merece reflexão sobre como os imigrantes racialmente identificados percebem o racismo no Brasil, quando o país vende uma imagem no exterior de uma democracia racial.

Souza (2015) realizou uma pesquisa para analisar as vivências e as perspectivas dos imigrantes africanos em qualificação no Brasil. Em seu texto, a autora destaca que os entrevistados (estudantes africanos) relataram que, no cotidiano universitário e na sociedade em que estão inseridos, são expostos a pensamentos e ações de brasileiros que associam a imagem do imigrante negro e africano à “pobreza, sujeira e inferioridade”. Segundo a autora, no início, esse tratamento é incompreendido pelos entrevistados, principalmente pelo fato de serem um grupo seletivo e que, ao retornarem a seus países de origem, serão vistos como uma elite intelectual.

Além disso, de acordo com Souza e Malomalo (2016), a maioria dos brasileiros ainda não sabe diferenciar as nacionalidades africanas. Segundo os autores, na UNILAB de Redenção, a maioria dos estudantes negros são guineenses, assim, os moradores da cidade pensam que todos os outros imigrantes negros da universidade são desta mesma nacionalidade. Para minimizar os preconceitos vivenciados na UNILAB e promover a igualdade étnico-racial foi criado, em 2015, o Núcleo de Promoção da Igualdade Racial Kabengele Munanga, contudo, ainda não existem estudos para demonstrar a efetividade desse núcleo na instituição (SOUZA; MUNANGA, 2016).

Esses preconceitos são enfrentados nas mais diversas situações e lugares: nas instituições de ensino, em seleções de estágio, bolsas e empregos. Por conseguinte, muitas vezes, esses imigrantes conseguem vagas precarizadas e/ou mal remuneradas, aquém de suas qualificações acadêmicas e profissionais (LANGA, 2016).

Essa situação encontra explicação na visão de Marinucci (2018), ao expor que, atualmente, com uma realidade composta por profundas mudanças socioculturais

concomitantes à crescente visibilidade dos fenômenos migratórios, explodiram novas e antigas formas de racismo. Além disso, o autor explica que ocorreu uma mudança do racismo clássico, que era mais disfarçado, para um neorracismo, em decorrência de variáveis contextuais, envolvendo identidades étnicas, culturais, religiosas e nacionais.

Malomalo e Badi (2015) destacam a importância de abandonar a percepção negativa da África, que a caracteriza como um perigo demográfico, migratório, ambiental, de terrorismo e de enfermidades, pois é esta errônea visão a responsável pelo sentimento de xenofobia e de hostilidade de alguns brasileiros diante da migração africana.

De acordo com Langa (2014), as mulheres africanas ocupam uma condição ainda mais difícil do que os homens nesse processo migratório:

Sua condição de negras e imigrantes coloca-as numa posição de subalternidade no mercado afetivo. As moças se envolvem em nítidas relações de submissão, a envolver dependência econômico-financeira, em seus relacionamentos tanto com africanos como com homens brasileiros. Mesmo diante de dificuldades, elas apresentam suas estratégias, como a escolha de parceiros com melhores condições financeiras, que contribuam no pagamento de despesas (LANGA, 2014, p. 120).

Para Miranda (2011), nos últimos trinta anos, ocorreu pouco esforço para incorporar um debate sobre gênero nas teorias das migrações internacionais. Segundo a autora, isso se deve aos estudos que dão maior atenção às causas das migrações do que a quem migra, contudo, para a elaboração de uma teoria internacional das migrações faz-se necessária a construção de um quadro teórico que permita a compreensão das experiências únicas dos homens e das mulheres em cada estágio do processo de migração. Isso porque, para a autora, as relações de gênero, os papéis e as hierarquias influenciam diretamente no processo migratório. Sem essa visão, torna-se inviável a apreensão de todas as complexidades que envolvem os processos migratórios.

Além disso, destaca-se que a migração feminina tem outras peculiaridades, como possuir normalmente uma permanência mais longa que a dos homens e ser uma migração multicausal, que responde a fatores estruturais, familiares e pessoais (MORALES, 2009). Contudo, a migração feminina ainda se encontra invisível no mundo acadêmico, o que dificulta analisar, de forma detalhada, outras abordagens e

peculiaridades (MEJÍA; CAZAROTTO, 2017). As autoras apresentam os seguintes dados ao falarem das mulheres haitianas que migraram para o Brasil:

As consequências da crise econômica atingem as mulheres de forma mais intensa, sofrem maior exclusão do que os homens do mercado de trabalho, onde algumas foram desligadas e outras nem conseguiram entrar. Apesar de que no setor operacional das empresas homens e mulheres desempenham as mesmas funções, os empresários dão preferência à contratação de homens; na inserção das mulheres correm o risco de terem que bancar com a licença de maternidade. (...) As mulheres vinculadas ao mercado de trabalho recebem um salário insuficiente para cobrir as despesas de moradia no Brasil, comprar a moeda americana e enviá-la aos familiares que ficaram no Haiti (MEJÍA; CAZAROTTO, 2017, p. 187-188).

A pesquisadora de literatura africana, com ênfase nos Estudos Feministas, Suélem da Cunha também ressalta a falta de estudos sobre a mulher migrante e salienta que a imigrante negra, latina, ou originária dos países ditos do “terceiro mundo” são as que mais sofrem diante das barreiras fronteiriças (CUNHA, 2017).

Essa discriminação sofrida pela mulher imigrante gera medo, isolamento e dificuldade de integração, culminando em uma maior vulnerabilidade diante da violência doméstica e sexual (COSTA; SCHWINN, 2018). Para Pereira (2015), apesar dessas distinções, muitas vezes as experiências migratórias femininas se tornam invisíveis e desvalorizadas, pois os estudos focam predominantemente na óptica masculina. A autora, contudo, ressalva que “se aspiramos reconstruir uma história mais complexa, é necessário lançarmos nossos olhares e realizarmos nossas análises em uma perspectiva que considere as categorias de gênero e de classe” (PEREIRA, 2015, p. 100).

Para Costa e Schwinn, esses e outros fatores são reflexo das discriminações sofridas pelas mulheres e o preconceito vai além da questão de ser mulher, podendo-se incluir critérios de raça, de classe, de sexualidade, de nacionalidade, de idade e de etnia. Para as autoras, assim é possível descentralizar o debate e “o foco passa a ser não mais na mulher branca europeia ou no racismo sofrido pelo homem negro, mas as interrelações discriminatórias sofridas por mulheres negras, pobres, estrangeiras, lésbicas, etc.” (COSTA; SCHWINN, 2018, p. 198-199).

Santos (2014) apresenta três principais modelos teóricos de gestão da diversidade étnico-cultural, que foram historicamente criados como tentativa de solução para esses tipos de problemas:

- a) **Modelo da assimilação:** de acordo com esta teoria, os imigrantes deveriam deixar de lado seus costumes e práticas culturais de seus países de origem, assimilando/adequando seu comportamento aos valores e normas observados no país de origem. Dessa forma, eles deveriam mudar, por exemplo, sua língua, suas roupas, seus estilos de vida e suas perspectivas culturais para possibilitar a integração social;
- b) **Modelo do *melting pot*:** esta regra propõe que os imigrantes sejam mesclados com a população nativa, formando um novo padrão cultural, não havendo uma total extinção das tradições deles. Para Santos (2014, p. 22), muitos veem este modelo como “o resultado mais desejável de integração em sociedades com diversidade étnica”, pois os costumes dos imigrantes não são abandonados, contribuindo para um meio social híbrido, por exemplo, na culinária, na moda, na música e na arquitetura. De acordo com Seyferth (2000, p.171-172), uma possível interpretação brasileira do processo de *melting pot* pode ser associada à integração sociocultural por meio da assimilação e da miscigenação envolvendo as “raças formadoras do país, desde os tempos do Brasil colônia (portugueses, índios e negros) e todos os imigrantes”;
- c) **Modelo do pluralismo cultural:** para este movimento, “as culturas étnicas têm validade plena para existir separadamente, mas devem participar da vida econômica e política da sociedade maior” (SANTOS, 2014, p. 28). O autor contextualiza que este modelo pode ser percebido a partir da década de 1960, devido a uma revolução comportamental instigada pelo feminismo e por movimentos civis em favor dos negros e dos homossexuais. Aos poucos, o mundo passou a abandonar uma configuração homogeneizada, dando lugar ao surgimento de um lugar mais complexo e multicultural.

Não é nenhum delírio de importância destacar que a pluralidade cultural é, na contemporaneidade, uma realidade e uma virtude das sociedades democráticas que devem ser estimuladas. Assim, o fato de diferentes culturas postularem o mesmo direito de exercerem, num mesmo país, as suas diferenças, exige dos direitos humanos uma espécie de mediação entre a igualdade e a diferença que sua universalidade comporta (SANTOS, 2014, p. 29).

Portanto, os novos atores sociais mostrados pelos processos migratórios têm revelado alguns problemas na sociedade brasileira: o nacionalismo excessivo, a xenofobia, o racismo e o machismo, que surgem cada vez menos velados. Tais fatos podem interferir nas vivências desses imigrantes. Por isso, as entrevistas realizadas para esta pesquisa buscaram identificar e analisar como isso ocorre entre os moçambicanos que estudam na UNILAB.

3.10 Integração, solidariedade e associativismo entre os imigrantes

Este subcapítulo trata da importância do associativismo como ferramenta de integração e de resistência dos imigrantes diante das dificuldades e oportunidades encontradas no Brasil.

De acordo com Escuredo (2016, p. 180) muitas vezes, “as identidades culturais, étnicas, sociais e nacionais do imigrante tornam-se mais autênticas e reforçadas, do que no país de origem”. Segundo a autora, isso acontece porque o imigrante se depara com a necessidade de construir uma realidade familiar em um universo simbólico, e é nesse contexto que começam a ser construídas redes migratórias, a partir de uma ideia de identidade nacional. Essa necessidade faz com que os imigrantes se aproximem com um sentimento de solidariedade e de associativismo gerados pela origem e situação em comum.

Além disso, de acordo com Agier (2001, p. 21), a globalização, por meio do maior acesso aos transportes e à comunicação, confronta as tradicionais “fronteiras territoriais locais e a relação entre lugares e identidades”. Por outro lado, para o autor, essa mesma troca ágil de informações causa dissociações entre lugares e culturas. O autor acredita que o consequente sentimento de perda de identidade acaba sendo compensado pela busca de novos contextos e retóricas identitárias.

Zamberlam et al. (2009) destaca que é característica dos seres humanos o estabelecimento e a manutenção de raízes ligadas à família, à comunidade e à cultura. O autor salienta também que o estudante, ao migrar na busca por novos conhecimentos, fica envolvido em um contexto histórico que envolve seu crescimento pessoal. Assim, esse processo de integração não pode ser descuidado: é necessária a abertura de espaços para um desenvolvimento adequado na universidade e na

sociedade em que o estudante está inserido. Uma das formas de alcançar isso é através da participação em organizações voltadas para este jovem.

Segundo Joseph (2018), pode ser observada uma multiplicação das associações criadas pelos próprios migrantes para reivindicar seus direitos. Isso ocorre porque essas associações contribuem para “a manifestação e a preservação de elementos identitários culturais, linguísticos e religiosos dos migrantes nos países de residência” (JOSEPH, 2018, p. 10). Petrus e Francalino (2010, p. 214) também apontam que as associações de imigrantes desempenham um relevante papel “tanto na transmissão de informação e no apoio aos que chegam, passam ou partem, quanto na reivindicação coletiva dos direitos dos imigrantes e conquistas dos mesmos”.

Assim, o movimento migratório africano tem estimulado o associativismo por dois motivos principais: como estratégia de sobrevivência e para afirmação dos valores culturais da África. Um dos primeiros projetos não-governamentais de integração surgiu em Fortaleza – CE, sob a denominação do movimento “Chamado África” (DIÁRIO DO NORDESTE, 2014), porém, muitas outras entidades surgiram nessa ocasião:

A diáspora tem gerado grupos e movimentos, a congregar estudantes africanos em um processo de mobilização e organização em diversas agremiações estudantis, cabendo destacar: a Associação de Estudantes Africanos no Estado do Ceará (AEAC), a Associação de Estudantes da Guiné-Bissau no Estado do Ceará (AEGBECE), a Fundação de Estudantes Cabo-verdianos nas Faculdades do Nordeste (FEAF) e o Movimento Pastoral de Estudantes Africanos (MPEA). Este último movimento, hoje, revela-se com maior articulação e visibilidade, destacando-se em ações de promoção e defesa dos direitos dos estudantes africanos e denunciando as situações por que passam esses sujeitos, por meio de reuniões entre estudantes e faculdades, encaminhamento de processos na justiça e realização de manifestações públicas (LANGA, 2014, p. 105).

Os estudantes moçambicanos da UNILAB, por exemplo, também possuem uma entidade representativa: Associação dos Estudantes Moçambicanos na UNILAB – AEMOZ/UNILAB.

Outra forma de integração que merece destaque é a participação em instituições religiosas, pois, para o imigrante, as igrejas são redes sociais de troca de experiências e de solidariedade usadas, muitas vezes, como espaços terapêuticos que ajudam a lidar com as situações adversas enfrentadas no processo de mobilidade (MEJÍA; CAZAROTTO, 2017).

Para Silva (2017), esse associativismo formado entre os estudantes em trânsito pode ser muito importante, não somente para o aluno africano, mas também para o brasileiro, ao possibilitar a integração solidária e a partilha de saberes entre as partes. Escuredo (2016) destaca que as redes sociais de imigrantes ajudam na composição identitária de seus membros, assim como possibilita uma interação que envolve tanto as sociedades de origem como as de destino. Assim, a autora expõe que essas redes possuem uma perspectiva transnacional e intercultural, que contribui para uma melhor socialização e, ainda, com a própria evolução das identidades nacional e cultural. Quanto à participação das mulheres imigrantes nesses grupos, a autora ressalta que essa é uma oportunidade de proporcionar uma experiência enriquecedora de protagonismo e de empoderamento feminino.

Por tais motivos, Rodrigues (2014) destaca que tem acompanhado o crescimento de várias iniciativas recentes, entre os imigrantes africanos, que procuram se agremiar em associações por perceberem a necessidade de, em conjunto, buscarem novas perspectivas de vida, enfrentando a invisibilidade e ocupando lugares, além de poderem discutir sobre seus direitos.

Ramos e Ramos (2014, p. 4), ressaltam que é perceptível a presença do transnacionalismo no associativismo migrante e que ele envolve um intercâmbio cultural, acadêmico, desportivo e econômico, contribuindo na formação de “laços sociais e elementos mediadores de produção e reprodução de identidades, valores, pertencas e capital social”. As autoras afirmam que as redes sociais de imigrantes possuem um papel importante na sua integração na sociedade e que, por isso, exigem maior reconhecimento por parte dos investigadores e dos poderes públicos.

A união dos imigrantes que se identificam uns com os outros e que se organizam para se defender contra o racismo e outras dificuldades geradas pela sua condição de imigrante contribui para a construção de identidades políticas coletivas e na conquista de direitos (HUERTA, 2016). Martinez e Dutra (2018) expõem a importância da construção de uma identidade coletiva em torno da diáspora africana e que seja enfatizada a construção de uma luta contra o racismo no Brasil, porque isso poderia ajudar a melhorar o diálogo entre o movimento negro brasileiro e o coletivo de imigrantes africanos. Nesse sentido, Petrus e Francalino (2010, p. 217) afirmam que as associações e demais grupos de imigrantes contribuem para a construção dessa identidade coletiva e na experiência de pertencimento a um grupo.

Além disso, elas buscam integrar a “sua cultura pátria com a sociedade de destino, ou seja, fogem do que podemos chamar de um essencialismo etnocultural”.

Para Mejía e Cazarotto (2019), a interação social dos imigrantes no lugar de chegada é um componente relevante na análise das práticas transnacionais, visto que auxiliam na reestruturação das cidades a que estão transnacionalmente conectados. Os fluxos atuais dos transmigrantes “suscitam a produção de novos arranjos sociais, econômicos e culturais numa perspectiva dinâmica entre o local e o global, interligando sujeitos, culturas e sociedades, que outrora estavam distanciados por rupturas geográficas e/ou históricas” (PEREIRA; SANTOS, 2018, p. 2). Assim, as ações possibilitadas pela interação social e pelo associativismo local podem contribuir em uma melhor experiência migrante.

Esses e outros formatos de agrupamentos de jovens universitários internacionais enquadram-se no que a Sociologia definiu como “tribos urbanas”. Essa ideia foi concebida pelo autor francês Michel Maffesoli, em suas pesquisas do início dos anos 80 e, posteriormente, no livro “Le temps des tribus: le déclin de l'individualisme dans les sociétés postmodernes”⁶, de 1988. No Brasil, os primeiros estudos apareceram no início da década de 1990, com autores como José Guilherme Magnani. O objetivo era estudar os diversos microgrupos urbanos formados por jovens da “sociedade pós-moderna” que se unem a partir de elementos culturais em comum.

Maffesoli (2006) explica que as tribos urbanas são novas configurações sociais formadas nas interações pós-modernas por meio de uma rede de afinidades baseada nas individualidades dos sujeitos, que se aproximam devido a interesses em comum, como elementos culturais, laços de redes e vizinhança na sociedade urbana contemporânea a fim de expressar valores e estilos de vida. Assim, devido à sexualidade, às relações de amizade, às preferências filosóficas ou religiosas, dentre outros, formam-se “redes de influência, a camaradagem e outras formas de ajuda mútua, das quais se tratou, que constituem o tecido social” (MAFFESOLI, 2006, p. 14). Ou seja, o tecido social consiste em laços de reciprocidade que se tecem entre indivíduos com determinadas características em comum.

⁶ “O tempo das Tribos: O Declínio do Individualismo nas Sociedades de Massa.

Além disso, o fenômeno tem como característica principal a “fluidez, pelos ajuntamentos pontuais e pela dispersão” (MAFFESOLI, 2006, p. 107), porque segundo o autor a ambiência estética é de sucessivas sedimentações culturais frágeis, na ocasião, de forte envolvimento emocional (MAFFESOLI, 2006). O autor defende que existe, portanto, uma solidariedade não-aleatória (eletiva) que sela alianças por meio de uma dimensão afetiva na vida diária. Ainda assim, a valorização do grupo se torna a desconstrução do individualismo (MAFFESOLI, 2006), uma vez que esses grupos não têm em comum a luta por causas políticas, mas apenas eventos e preocupações do cotidiano.

Não é mais uma grande causa, a "sociedade perfeita do amanhã que vamos construir pela política", mas, ao contrário, a preocupação cotidiana. Na França, por exemplo, é o movimento contra os aluguéis caros. O que vemos entre os "indignados" não é mais engajamento, porque engajamento é racional. Aqui a indignação é emocional. E o emocional vai ser forte, pontual e processado rapidamente até outro pretexto surgir (MAFFESOLI, 2013, on-line).

Os principais exemplos de tribos urbanas citados por Maffesoli (2006) e Magnani (2010) são os punks, os grunges, os skatistas, os jovens religiosos, os cybermanos, os jovens negros, dentre outros. As relações desses grupos podem acontecer por meio de dois eixos:

Relações de aproximação: 1. afinidade de estilo de vida e/ou classe social, e também por afinidade de interesse específico: é o caso dos evangélicos de distintas denominações em eventos gospel ou entre evangélicos e jovens católicos de orientação carismática. 2. Por afinidade de estilo de vida e/ou classe social, mas com diferenças de interesse específico. Por exemplo: pichadores/skatistas/hip-hop: o visual, os gostos musicais e até as gírias utilizadas são parecidas, mas cada qual se dedica a uma prática diferente; outro exemplo é a relação entre trances e adeptos da música tecno. 3. Por afinidade de interesse específico, mas com diferenças de estilo de vida e/ou classe social: japas (street dance) e b. boys (break); os “descolados” e cybermanos, nas raves; straight edges e Hare Krishnas; straight edges e anarquistas; jovens negros (para os quais a balada black é lugar de afirmação) e jovens brancos (que freqüentam os espaços dessas baladas porque curtem a black music).

Relações de evitação: 1. Sem enfrentamento: “selecionados” versus “baianada de chinelo”, na mancha da Vila Olímpia, pondo às claras o preconceito; jovens instrumentistas versus música comercial, que detestam, mas com a qual são obrigados a entrar em contato por razões de trabalho e sobrevivência; forrozeiros “pé-de-serra” versus forró eletrônico; forró comercializado versus forrozeiros “das antigas”. 2. Com enfrentamento: carecas versus straight edges; carecas versus góticos; pichadores de grifes rivais, em razão de “atropelos” (MAGNANI, 2010, p. 34-35).

Pais (2004) ressalta que se esses indivíduos que compõem uma tribo urbana se distanciam de padrões sociais não é para se isolar dos grupos diferentes, mas para ir ao encontro de grupos que possuem interesses e ideais semelhantes. Nesse sentido, o autor defende que as tribos causam a sensação de pertencimento e garantia de afirmação identitária, pois encontram apoio para resistir à adversidade e criar vínculos de sociabilidade e integração social.

Magnani (1992), contudo, critica o uso do termo “tribos urbanas” como categoria ou conceito de grupo, porém acredita que, observando as devidas limitações e particularidades, o termo pode ser usado como metáfora para representar tais agrupamentos (destaque-se que Maffesoli também propõe o termo como metáfora). Magnani explica, ainda, que as tribos, normalmente, são constituídas pelos laços de sociabilidade, por meio de ritos de passagem, presença de códigos de diferenciação, formas de uso e apropriação do espaço urbano, modalidades preferidas de entretenimento e lazer, dentre outros. Para o autor (2010), esses grupos são pequenos e voláteis, bem como se formam como contraste à homogeneidade e ao individualismo da sociedade pós-moderna. Além disso, para a formação das tribos urbanas, são levados em consideração o indivíduo, suas especificidades e espaço ocupado.

A idéia era levar em conta tanto os atores sociais com suas especificidades (determinações estruturais, símbolos, sinais de pertencimento, escolhas, valores etc.), quanto o espaço com o qual interagem – mas não na qualidade de mero cenário, e sim como produto da prática social acumulada desses agentes, e também como fator de determinação de suas práticas, constituindo, assim, a garantia (visível, pública) de sua inserção no espaço (MAGNANI, 2010, p. 17).

Assim, as tribos são uma maneira de “se expor, estabelecer laços, marcar diferenças, fazer escolhas, colocar-se, enfim, na paisagem urbana diante dos outros e em relação a eles” (MAGNANI, 2010, p. 37). O aprendizado gerado por essa prática vai além do interior dos próprios grupos e espaços, gerando uma experiência globalizada e multicultural (MAGNANI, 2010). Em essência, Magnani e Maffesoli se aproximam do sentido formal que o dicionário Michaelis (2020, on-line) apresenta para o termo tribo, qual seja: “conjunto de famílias autônomas, descendentes de um grupo comum, que partilham a mesma língua, padrões culturais, tradições etc. (significado antropológico)” ou ainda no significado coloquial: “grupo de pessoas ligadas por

afinidades, interesses comuns e/ou as mesmas atividades”. Assim, as tribos se apresentam como redes de indivíduos com interesses comuns que, no cenário migratório, contribuirá para o estudante internacional se adaptar em seu novo ambiente.

Em textos e entrevistas posteriores, Maffesoli começou a adotar também a expressão “religiosidade juvenil”, para definir esse fenômeno:

Nesses três séculos e meio, o tripé da vida social é a emergência do individualismo, a prevalência do racionalismo e a ideia de progressismo. As novas gerações não creem mais nesse tripé e privilegiam a comunidade, o que em outra época chamei “tribo”; não mais o racional, mas o emocional; não mais o progressismo, mas o presente.

Para mim isso é a religiosidade juvenil. Eles não se reconhecem mais no materialismo econômico que se encontra tanto no que resta dos marxismos quanto entre os liberais. Por outro lado, há, mais e mais, o apelo do qualitativo da existência, o fazer da vida uma obra de arte, dito à moda de Nietzsche. O fato de que não será mais o trabalho o valor essencial; de que coisas muito simples, os compartilhamentos, as novas formas de solidariedade, elementos de generosidade - elementos que são religiosos (MAFFESOLI, 2019, on-line).

Nessa óptica, a religiosidade não apresenta um sinônimo de pertencimento a determinada igreja/religião/seita, mas sim no sentido unicamente de estar junto e partilhar emoções (MAFFESOLI, 2017). Assim, o autor busca a etimologia da palavra religião, que vem de “religare” (religar). Isto porque Maffesoli explica a “estrutura do ‘viver juntos’ compreendendo seus mitos, suas fantasias, tudo o que é seu imaginário. E a religião ocupa um lugar importante nesse imaginário” (MAFFESOLI, 2019, on-line).

São necessárias, portanto, ações coletivas, alianças e estratégias para construir um movimento social dos imigrantes em um contexto multinacional, pluricultural e transnacional. O conjunto dessas associações “entre grupos de pessoas ligadas por laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos” (PORTES, 1999, p. 12) no contexto migratório constitui redes sociais estratégicas. Essas redes surgem de forma a reduzir as dificuldades encontradas nos processos migratórios, principalmente em âmbito internacional.

4 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO: TRAJETÓRIA DOS ESTUDANTES MOÇAMBICANOS NO BRASIL

4.1 Perfil dos Entrevistados

Segundo a UNILAB (2020), encontram-se matriculados na instituição 45 moçambicanos, sendo 15 (33,33%) do gênero feminino e 30 (66,67%) do gênero masculino. Além disso, 100% desses alunos são negros. Eles possuem média de idade de 23,33 anos e estão divididos nos cursos de Engenharia de Energias (13 alunos), Administração Pública (10 alunos), Agronomia (5 alunos), Enfermagem (4 alunos), Humanidades (4 alunos), Relações Internacionais (3 alunos), Sociologia (3 alunos), Ciências Biológicas (1 aluno), Engenharia da Computação (1 aluno) e Pedagogia (1 aluno).

Foram entrevistados 19 moçambicanos que estudam na UNILAB (Ceará e Bahia), sendo três deles de gênero feminino e 16 de gênero masculino, com média de 24,15 anos de idade. Todos os entrevistados classificaram-se como negros(as). Entre esses entrevistados havia desde alunos do primeiro semestre na UNILAB (com apenas três meses no Brasil), até alunos que acabaram de concluir o curso (estando há seis anos no país), aguardando apenas os trâmites para a colação de grau, conforme perfil demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 2 - Perfil dos Entrevistados Moçambicanos (Alunos da UNILAB)

Código/ Pseudônimo	Gênero	Idade	Semestre e Código do Curso (O nome do curso foi omitido para garantir o anonimato dos entrevistados)	Há quanto tempo você está no Brasil?
Armando	Masculino	25	8º semestre do curso A	4 anos
Amara	Feminino	20	4º semestre do curso B	Mais de um ano
Adelowo	Masculino	26	6º semestre do curso C	2 anos e quatro meses
Ayana	Feminino	22	6º semestre do curso D	2 anos e 9 meses
Akin	Masculino	20	1º semestre do curso E	3 meses
Arlindo	Masculino	22	6º Semestre do curso A	2 anos e 5 meses
Bonami	Masculino	29	10º semestre do curso C	6 anos
Danso	Masculino	25	4º semestre do curso D	um ano e meio.
Erasto	Masculino	26	2º semestre do curso C	9 meses
Fayola	Feminino	19	2º semestre do curso C	Menos de um ano.
Isaach	Masculino	25	2º semestre do curso F.	06 anos.
Jafari	Masculino	26	5º semestre do curso B	02 anos
Kwame	Masculino	24	Último semestre do curso C	06 anos.
Malik	Masculino	29	8º semestre do curso C	06 anos, no dia 1º de maio.
Mansur	Masculino	31	3º semestre do curso G	Quase dois anos.
Miro	Masculino	25	4º semestre do curso B	01 ano e 11 meses.
Razak	Masculino	20	2º semestre do curso A	Provavelmente há uns 09 ou 10 meses.
Yannick	Masculino	20	1º Semestre do curso E	Menos de um ano.
Zainadine	Masculino	25	7º semestre do curso I	3 anos e quatro meses

Fonte: Pesquisa de Campo (2020).

Cabe destacar que os nomes dos entrevistados moçambicanos e brasileiros foram substituídos por pseudônimos a fim de preservar o anonimato.

Em relação aos alunos brasileiros da UNILAB, em 2020 havia 3.463 matriculados na graduação presencial, sendo divididos da seguinte forma: 2.007 pardos, 794 negros, 200 não declarados, 93 indígenas, 42 amarelos. Com média de idade de 25,50 anos (UNILAB, 2020). Os alunos brasileiros entrevistados são todos negros, de semestres iniciais ou intermediários, sendo dois homens e duas mulheres, conforme quadro 3:

Quadro 3 - Perfil dos Entrevistados Brasileiros (Alunos da UNILAB)

Código/ Pseudônimo	Gênero	Semestre e Código do Curso (O nome do curso foi omitido para garantir o anonimato dos entrevistados)	Idade	Cor
Antônio	Masculino	3º semestre do Curso do curso B	20	Negro
Bruna	Feminino	2º semestre do Curso C	19	Negro
Carlos	Masculino	6º semestre do Curso A	22	Negro
Diana	Feminino	5º semestre do Curso B	21	Negro

Fonte: Pesquisa de Campo (2020).

Já o representante da UNILAB, que foi entrevistado, é o coordenador de Seleção, Acolhimento e Acompanhamento da universidade. Essa unidade foi escolhida para a entrevista por conduzir os processos seletivos de alunos, bem como por realizar ações de assistência aos discentes, possuindo as seguintes atribuições:

- I – coordenar e acompanhar as atividades desenvolvidas pela Seção de Seleção de estudantes internacionais;
- II – coordenar e acompanhar as atividades desenvolvidas pela Seção de Acolhimento e Acompanhamento;
- II – elaborar e revisar os documentos da Pró-Reitoria de Relações Institucionais, no tocante a Seleção e Acolhimento dos estudantes;
- III – articular as relações administrativas entre a Pró-Reitoria e as Divisões/seções Gerenciais;
- IV – assessorar a Pró-Reitora sobre as ações desenvolvidas pelas Divisões/seções Gerenciais;
- V – elaborar ações e planos estratégicos junto as Divisões/seções Gerenciais;
- VI – fazer o encaminhamento das ações das Divisões/seções Gerenciais, quando necessário;
- VII – estabelecer contatos com embaixadas e parceiros internacionais para fins de seleção e acolhimento dos estudantes;
- VIII – acompanhar a emissão de Passaportes oficiais para servidores em missão institucional oficial;
- IX – emitir relatórios sobre as ações e atividades desenvolvidas na Coordenação;
- X – propor a realização de estudos, programas e planejamentos de ações para o aprimoramento das atividades da Coordenação (UNILAB, 2019).

Com tais atribuições institucionais, entendeu-se que o referido servidor seria o mais apto a responder questões sobre os alunos internacionais e suas interações acadêmicas, bem como sobre as ferramentas de apoio estudantil.

4.2 UNILAB: Processo Seletivo e Cooperação Técnica

O representante da UNILAB informou que os editais dos processos seletivos para os cursos da universidade são divulgados por meio das Embaixadas, Ministério das Relações Exteriores, redes sociais e associações de estudantes estrangeiros da UNILAB. O entrevistado explicou que, na UNILAB – Ceará, há uma associação para cada nacionalidade, contudo, na UNILAB – Bahia existe apenas uma associação que engloba todas as nacionalidades dos estudantes de lá. Além disso, o servidor informou que a parte de divulgação dos editais seria a maior dificuldade encontrada pela instituição:

a atuação nos países parceiros é muito limitada, a gente conta muito hoje com o apoio das embaixadas do Brasil nos países estrangeiros. Desde 2020 a gente passou a contar também com o apoio das embaixadas dos países estrangeiros no Brasil. A gente tem articulação com o fórum dos estudantes internacionais que estudam na universidade, que é uma rede de apoio composta pelas associações de estudantes internacionais e as redes sociais. Então assim, a divulgação hoje é o edital na página da universidade, embaixadas, fórum de alunos internacionais e redes sociais: Instagram, Facebook... é assim que a gente faz hoje a nossa divulgação (REPRESENTANTE DA UNILAB, 2021).

O servidor informou que a UNILAB não atua por meio do PEC-G, mas sim por um convênio próprio, denominado Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros (PSEE), regulamentado pela Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Da UNILAB nº 42, de 22 de novembro de 2019. O entrevistado disse ainda que, antes dessa resolução de 2019, não havia na instituição um normativo (além dos editais) que regulamentasse o acesso de alunos internacionais. Também comentou que metade das vagas de graduação são ofertadas para alunos brasileiros e a outra metade para alunos internacionais, contudo, devido às limitações logísticas, muitas vagas de alunos internacionais acabam não sendo preenchidas e vão para alunos nacionais.

De acordo com o entrevistado, as parcerias educacionais firmadas na cooperação sul-sul, no início, contavam com maior participação dos países parceiros, contudo, com o passar dos anos a cooperação passou a ser mais unilateral, ou seja, seria mais a universidade que participava. Entretanto, ele acredita que nos últimos anos, estão conseguindo voltar a ter mais diálogo e ações por parte dos países parceiros. Como exemplo, o representante da UNILAB, citou que estão sendo criadas

bolsas que serão concedidas por alguns países parceiros para os alunos internacionais.

Porque antigamente só quem dava algum tipo de bolsa era Angola, por meio do Instituto de Bolsas de Angola, e o Timor-Leste. Com o passar do tempo, a cooperação foi ficando mais fraca e a gente ficou apenas com alguns poucos bolsistas de Angola. Então assim, o olhar da nova gestão (da UNILAB), com relação a cooperação e até mesmo pra fortalecer.... porque a gente escuta muito: “ah, mas é só o Brasil que entra com contrapartidas etc”. Então a nova gestão tem buscado apoio e a gente tem conseguido já com Moçambique, com Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, esses subsídios, essas bolsas. Então, assim, o objetivo da cooperação é fortalecer também a universidade e torná-la sustentável ao longo dos anos, porque do jeito que estava realmente ficava difícil e a gente está formando mão-de-obra qualificada para os países parceiros. Uma experiência, realmente de quem vai pra esses países em alguns anos, o que eu percebia era que o país precisa dessa mão de obra, precisa desse profissional, então ele precisa desse investimento que o governo brasileiro está dando. Então assim, pela cooperação brasileira, o que é que a gente recebe em troca, né? (REPRESENTANTE DA UNILAB).

Em seguida foi questionado se, nos países que existe um melhor diálogo, existiria também uma quantidade maior de alunos concorrendo a vagas na UNILAB. O entrevistado explanou sobre o assunto, além de descrever as etapas do processo seletivo para os alunos internacionais:

A gente vai ter essa primeira experiência no PSEE de 2021. Porque antes, os países que a gente tinha mais procura era Angola, Guiné-Bissau e em terceiro Moçambique. Depois deles São Tomé e Príncipe e por último Timor Leste. Mas com certeza o fator impeditivo hoje é que eles não têm condições, por não ter uma bolsa, não ter a passagem para vir para o Brasil. O primeiro acordo de cooperação, a gente assinou em junho (2021), com Moçambique e quando a gente assinou com Moçambique, outros países começaram a nos procurar e também ter interesse de firmar essa parceria. Então assim, a gente acredita que vai aumentar bastante a demanda desses países até porque eles já vinham de alguma forma, já vinham com bolsa ou sem bolsa. E como a quantidade de bolsas vai aumentar, a gente, inclusive, vai ter que melhorar nosso processo seletivo pra poder logisticamente ter a possibilidade de acolher todo esse pessoal. Porque, como é que funciona hoje nosso processo seletivo? Como a gente não tem suporte nenhum ou muito mínimo nos países parceiros, a gente limitou a aplicar prova a três vezes o número de vagas. Então se a gente oferta 100 vagas por país, a gente limitou a aplicar a prova para 300 pessoas por país. No que a gente vai aumentar agora, porque agora a gente vai ter bolsa e a gente tem que preencher essas vagas, a gente tem que melhorar nossa logística para que mais gente faça a prova e mais gente seja aprovado. Por quê? Por que que eu digo isso? Moçambique, esse edital de 2020 a gente lançou em janeiro de 2020, mas a gente só aplicou a prova em março de 2021 devido a pandemia. Então assim, já tinha pessoas escritas quando a gente abriu essa conversa com o instituto de bolsas de Moçambique. Então o que é que a gente vai fazer... A gente só aprovou em Moçambique 40 pessoas para um universo de 150 bolsas, olha só, né? Então, assim, a gente precisa melhorar o processo, fazer com que ele tenha o maior

número de candidatos possíveis, pra gente poder realmente suprir essas bolsas, para que essas bolsas venham pra gente entregar para o candidato e não volte... não fique uma vaga ociosa. Porque o regulamento da universidade diz que 50% das nossas vagas têm que ser internacionais, mas pela prática hoje não chega nem a 30%, infelizmente. Porque não são preenchidas, porque, por exemplo, Angola e Guiné-Bissau, eles preenchem, aí vem Moçambique, já bem menos: de 150 bolsas de vagas, acaba aprovando uns 40. São Tomé, de 140 vagas, aprovamos uns 15, Cabo Verde, não sei, Timor Leste, nenhum. Então acaba que a gente não vai preencher metade das vagas.

Entrevistadora: Acaba não preenchendo por eles não passarem na seleção ou por não terem inscritos?

Bom, a gente tem de Angola e Guiné-Bissau, a gente tem muita demanda e consequentemente muitos aprovados. Em Moçambique a gente teve mais de 200 inscritos, mas apenas 40 e poucos aprovados. Em Timor Leste, nós tivemos somente 6 inscritos, mas nenhum aprovado. Porque assim, o processo seletivo, ele tem algumas fases. Ele tem a fase de inscrição e a gente percebe que na fase de inscrição, muitos desses candidatos são eliminados, porque quando se inscrevem erram alguma coisa na inscrição, porque infelizmente eles não têm muito...ahhh, porque assim, habitualmente o processo seletivo ele acontece tudo muito rápido, por exemplo a gente lança o edital hoje para a inscrição ser daqui há 05 dias. Então a gente não consegue fazer um planejamento de dar um melhor acompanhamento para esse pessoal, que é nosso objetivo: lançar o edital, ter os 30 dias de espelho, pra que a gente possa realmente conversar com o candidato, porque o que é muito fácil para nós de compreensão em língua portuguesa, pra eles não é tão fácil assim. Então a gente percebe que por eles não terem tanto essa compreensão, eles acabam errando algumas coisas bobas na inscrição. E com esse erro, ele é eliminado. Aí a segunda fase é a fase de histórico escolar, onde ele vai digitalizar seu histórico escolar do ensino médio, ensino secundário, e também a gente precisa que ele insira no sistema alguma de suas notas, de algumas disciplinas que são básicas aqui no Brasil. Aí acaba que ele não tem essa compreensão, ele erra na hora de preencher o histórico e acaba também sendo eliminado. Para ele ir para a prova de redação, ele tem que passar nas duas fases anteriores. E eu vejo como uma falha hoje no processo é que a gente não consegue dar esse acompanhamento para os candidatos de forma a evitar esse número de inscrições indeferidas e também a gente ver que, pela questão do país parceiro, dessa comunidade, um candidato, um amigo, ele faz a inscrição de 10, 15 candidatos e, naturalmente, vai ter erros na hora da inscrição e esse erro, ele vai ocasionar uma eliminação da pessoa, infelizmente. Mas assim, a gente hoje tem em torno de 9 mil inscritos, em 2020 foi 9 mil inscritos, mas a gente não consegue nem metade dessas pessoas, infelizmente. Porque, como falei, só vai para a prova, até 3 vezes o número de vagas por país e têm países que realmente não têm essa quantidade, infelizmente (REPRESENTANTE DA UNILAB).

Ao final, o entrevistado expôs que o acordo de colaboração técnica necessita de maior apoio logístico entre os países participantes para que mais alunos e de diferentes lugares possam participar do processo seletivo e ter a oportunidade de fazer um curso superior no Brasil.

Pra que a gente possa chegar em outras províncias, porque hoje a gente fica muito preso nas capitais, quando a gente vai pra Angola, por exemplo, a gente só pode aplicar prova em Luanda. Moçambique, apenas em Maputo. A gente

não consegue chegar ainda nessas províncias mais distantes. Já em Moçambique a gente, com esse acordo de cooperação firmado com o instituto de bolsas, a gente vai conseguir chegar nas províncias mais distantes, o que é muito bom para a universidade e é bom para os candidatos também (REPRESENTANTE DA UNILAB).

Diante da narrativa do entrevistado é possível perceber alguns obstáculos enfrentados pela instituição e pelos candidatos: a) Dificuldades logísticas e financeiras, que poderiam ser solucionadas caso os países parceiros dessem maior suporte à UNILAB e, principalmente, aos candidatos, durante o processo seletivo. Esta ação evitaria a eliminação de muitos candidatos por erros no preenchimento do formulário de inscrição e no envio de documentos. Um apoio mais efetivo, possibilitaria ainda a realização de provas em cidades do interior, aumentando o número de moradores dessas comunidades participando dos processos seletivos. Além disso, se os países parceiros fornecessem uma maior quantidade de bolsas de estudos, permitiria que mais candidatos com vulnerabilidade econômica tivessem a oportunidade de estudar na UNILAB; b) obstáculos culturais, pois embora a língua oficial nos PALOPs seja a portuguesa, existem inúmeros outros idiomas nativos que são mais utilizados no dia a dia, dificultando a compreensão dos requisitos do edital. Contudo, tal situação também poderia ser resolvida caso os países parceiros fornecessem um melhor suporte para os candidatos.

4.3 Motivações e Projetos dos estudantes moçambicanos antes da mobilidade

Os entrevistados relataram seu modo de vida, seu cotidiano e como a família cuidava deles antes da vinda ao Brasil, destacando que agora aprenderam a resolver os problemas do dia a dia sozinhos ou com ajuda de amigos. Alguns trabalhavam, outros sempre sonharam em prosseguir os estudos, mas não tinham tido oportunidade (como Jafari) ou até iniciaram algum curso de graduação (Bonami e Danso) antes de vir para o Brasil.

Eu sempre gostei de estudar, estudei em Portugal todo o ensino médio e um ano de faculdade. Mas voltei para Moçambique e surgiu essa possibilidade de cá vir, que tem sido uma boa experiência até ao momento (BONAMI).

Eu dantes já trabalhei, já trabalhei em 3 empresas de Moçambique, não é? Tipo, eu, aquilo, eu ainda tinha muita vontade de continuar a estudar, mas eu não sabia como, eu não fazia ideia antes do meu tio me passar a informação da Unilab. Eu não fazia ideia, daí eu ia pro trabalho, fui vendo alguns livros, eu nunca deixei de estudar. Trabalhava, mas sempre os cadernos eu nunca deixei eles, então quando surgiu a oportunidade deu vir estudar aqui na Unilab, tive que deixar de trabalhar para vir estudar aqui. E aqui estou só estudando. Não há tempo para trabalhar, porque o nosso horário é num período elaborado. O curso em si é integral, de manhã e de tarde (JAFARI).

Já Kwame, por exemplo, relatou que levava uma vida muito agitada em uma cidade grande, então não conseguia ter foco para estudar, e a vinda para uma cidade do interior do Brasil mudou sua vida, ajudando-o a ter concentração e dedicação nos estudos. Assim, seguiram-se outros relatos de luta, de esperança e de dedicação para cursar a graduação em um país distante e culturalmente diferente a fim de conquistar sonhos e objetivos de vida.

Sobre a forma com que os entrevistados moçambicanos tomaram conhecimento da UNILAB, as informações variam: seis deles ficaram sabendo da instituição por meio de amigos que estudavam na UNILAB ou comentaram sobre a instituição; nove falaram que algum familiar comentou sobre ou incentivou a vinda à UNILAB; dois foram informados por meio de Centros Culturais Brasileiros em Moçambique; um soube através de um professor universitário moçambicano; e um, por meio de um Projeto Social de Moçambique. Este último relatou que sempre quis conhecer a Bahia, devido a um livro de Jorge Amado, intitulado “Porto dos Milagres”. Então, quando lhe disseram que havia uma universidade de integração internacional no Brasil, Isaach fez a seleção para a UNILAB do Ceará, contudo não obteve êxito. Em seguida, quando ficou sabendo da abertura de um Campus em São Francisco do Conde – Bahia (Campus dos Malês) fez uma nova tentativa, conforme relato a seguir:

E aí a segunda vez, quando chegou o início de 2014... Janeiro, foi quando abriu o Campus dos Malês. Eu disse “agora eu tenho que ir”. E deu tudo certo. Eu fiz a segunda prova e fui aprovado. Naquela lista da primeira entrada, foram destinadas 56 vagas para cada país. Eu lembro até hoje que eles jogaram na internet, eu fui o único estudante de Moçambique aprovado para vir para Bahia. Então, sou da primeira turma, dos primeiros estudantes estrangeiros que vieram pro campus da Bahia, da UNILAB da Bahia. E aí eu fiquei meio que um solitário aqui durante 3 anos, durante 3 anos eu fui o único estudante moçambicano aqui. Depois de 3 anos que entraram dois professores moçambicanos, mais dois estudantes moçambicanos (ISAACH).

Neste depoimento, é possível observar a solidão causada por ser o único moçambicano nos primeiros anos de mobilidade estudantil. Apesar desse obstáculo, a experiência parece ter sido exitosa, visto que após a conclusão do primeiro curso, o entrevistado decidiu realizar mais dois cursos na UNILAB. Agora está cursando a 3ª graduação na instituição.

Em relação aos motivos que os levaram a escolher seus cursos, a resposta dos entrevistados moçambicanos quase sempre girava em torno da afinidade ou do sonho de estudar determinada área do conhecimento:

Em Moçambique eu fazia Engenharia Ambiental e ele (o pai do entrevistado) disse “Agronomia vai de acordo com o teu curso aqui”. Com a diferença que a Engenharia era mais para desenhar e enquanto que Agronomia é para pegar mais na prática. Então acabei concorrendo e gostei (YANNICK).

Quis fazer Sociologia porque é o curso que eu mais sonhava fazer. Porque é um curso que relata sobre as causas sociais, tudo aquilo que são as problemáticas num contexto da realidade da sociedade que o curso estuda (ZAINADINE).

É, para ser sincero, eu sempre gostei de ser cuidadoso, cuidar de quem está a passar mal em casa, essas coisas. Eu sempre gostei de fazer isso. Porque, assim, quando meu irmão estava a fazer mestrado em Portugal, ele tava separado, eu tive que ficar com os filhos dele, então toda vez que ficavam doentes, eu cuidava, levava para o hospital e tudo (MIRO – Aluno do curso de Enfermagem).

Apenas um dos entrevistados relatou ter escolhido o curso com foco apenas nas oportunidades profissionais da área:

Assim, eu escolhi o curso (Engenharia de Energias) porque a área que eu tô cursando agora é emergência de Moçambique. Fora de ser um curso novo a nível mundial mesmo, internacional, né? Ele é um curso novo. Então, naquela esperança, né? (MALIK).

Em relação às motivações que os levaram a imigração para o Brasil, os entrevistados, no geral, falaram sobre a vontade de estudar fora do país, em uma universidade que possuísse um currículo mais amplo e atraente do que em Moçambique. Além disso, explicaram que também levaram em consideração o fato de o Brasil ser um país de língua portuguesa, pois acreditaram que teriam uma adaptação com menos obstáculos. Mansur exemplifica tais argumentos:

São muitos motivos. Primeiro a vontade de estudar e eu tinha uma bolsa para Alemanha, só que não deu certo pelos processos. Então tive outra oportunidade de estudar aqui no Brasil lá em Santa Catarina, mas falhei também em um documento, então depois para começar sempre quis estudar no Brasil, por causa da língua, da cultura... nós consumimos muita coisa brasileira em Moçambique. Então achei que seria uma integração mais fácil do que se eu fosse para outros países, como a Espanha, né? Aqui no Brasil tem muitos moçambicanos a estudar (MANSUR).

Os entrevistados comentaram sobre o que foi necessário fazer para ingressar no Brasil. Na ocasião, todos mencionaram os processos burocráticos do processo seletivo, a entrega de documentos, a confecção de vistos etc. Outros, no entanto, aproveitaram o momento para lembrar a dor de partir de seu país e deixar a família para enfrentar situações muito distantes de sua zona de conforto.

Não foi fácil, não foi tão simples. Primeiro era a questão de deixar a família, ter que dizer que “eu já vou”, me despedir a última vez, tem que estudar, tem que me formar, mas resumindo, é família. Isso foi o maior sacrifício que eu já dei na vida, não é? Deixar os familiares e continuar a vida do outro lado do mundo (JAFARI).

Isaach relatou uma outra dificuldade, a de conseguir participar do processo seletivo, devido à origem socioeconômica, inclusive tendo passado por situações de preconceito para efetivar sua inscrição. Além disso, o entrevistado não possuía computador e internet em casa, sendo necessário ir algumas vezes ao “internet café” (Lan House) para conseguir ter acesso ao edital, preencher formulários, dentre outros motivos. Os entrevistados Ayana e Bonami ressaltaram as despesas para conseguir participar da seleção, emitir documentos, comprar passagens e se mudar de país, além da força de vontade para conseguir “posteriormente coragem para pegar um voo e abandonar tudo”. Assim, relatam que precisaram abandonar família, amigos, estilo de vida, cidade/país em busca de uma oportunidade acadêmica que pudesse abrir portas para um futuro melhor.

Os entrevistados Armando, Amara, Adelowo, Ayana, Akin, Danso, Isaach e Malik declararam que a vinda ao Brasil seria um projeto individual, familiar e institucional.

Estou fazendo o curso que posteriormente me fará seguir a carreira que eu quero. Também faço isso para dar orgulho a minha família, entre outras coisas pessoais. E tenho a esperança de colaborar com Moçambique, com todo meu conhecimento (AYANA).

Eu classifico nos três. Foi pessoal, familiar e é comunitário. Eu digo familiar porque a minha perspectiva não é de ficar aqui, é voltar, retornar para o meu país, pra minha comunidade e conseguir ser.... enfim, para dar a voz e tudo mais, buscar fazer pelos meus também, porque eu vim de uma comunidade onde muitas das crianças, adolescentes, migram para África do Sul, nós temos uma fronteira de mais de 80 km, cerca de 80 km da minha comunidade pra a África do Sul, então muitas crianças quando terminam o ensino médio não conseguem acessar o ensino superior e migram ilegalmente para África do Sul, trabalhar nas minas ou em outras áreas. Então... isso me inspirou já dentro da universidade, de olhar e pensar alguma coisa futura pra que eu possa mudar o mínimo, contribuir com o mínimo, a partir da minha formação e servir. E aí familiar por quê? Porque também eu fui, eu sou até agora o único na minha família que conseguiu acessar o ensino superior, né? São 6 em casa, 6 irmãos, dois rapazes e quatro meninas e de todos eu sou o único que até agora conseguiu ter a oportunidade de acessar o ensino superior. E particular minha porque também era um sonho meu fazer a universidade, de não fazer parte da estatística daqueles que nunca conseguiram fazer ensino superior, e mais ainda fazer na Bahia. Mas a minha comunidade, e a minha família, eles também esperam que algo bom, algo de grande, de bonito aconteça com o nosso regresso e nós também esperamos que o país esteja preparado para nos receber, para nos compreender, porque essas experiências que a gente vem colhendo, obviamente serão bem úteis pra nossa comunidade, pro nosso país. O meu objetivo central, muito além de objetivos pessoais, que é essa estabilidade financeira e essa aquisição de conhecimento, é influenciar determinadas mudanças dentro da administração pública moçambicana. Estamos diante de uma administração muito rudimentar, estamos diante de uma administração que contempla muito nepotismo, muita corrupção, desde o pequeno até o maior, então são essas mudanças que a gente quer cá trazer. Se ontem a gente não conseguia falar, se ontem a gente não conseguia levantar um cartaz com determinados escritas, ao nosso presidente ou ao nosso partido, hoje a gente aprendeu aqui no Brasil que isso é possível, que ninguém pode nos prender por fazermos isso, então essa pequena comunidade que se formou fora, ela pode voltar para Moçambique e começar essas mudanças, começar essas revoluções, não rebeliões, mas evoluções pra poder mudar determinado contexto social que Moçambique está passando. Então é natural que isso aconteça, querendo como não, é natural que isso aconteça, que as nossas experiências possam mudar a nossa família, a nossa casa, será um tratamento diferencial e no sentido um pouco mais macro da coisa, a nossa comunidade, o nosso país (ISAACH).

Contudo, para os entrevistados Jafari e Miro, foi um projeto individual e familiar. No caso de Miro, a motivação maior foi sua família, pois ela estava preocupada com o fato de ele estar afastando-se dos estudos e passando muito tempo em distrações causadas pelas inúmeras festas da cidade natal.

Para ser sincero, não vou mentir não, é que lá, como eu morava na capital, tipo assim, eu brincava muito, não vou mentir. Eu tinha muitas saídas. Por isso que escolheram pra eu vir aqui, “você vai estudar lá e não tem muitas saídas” (MIRO).

Já para os entrevistados Kwame e Mansur, a imigração é um projeto individual e institucional, pois sempre quiserem estudar fora para conhecer outras culturas. Além disso, tinham o desejo de procurar uma educação superior de maior qualidade para contribuir com o desenvolvimento da comunidade e do país.

Bom, na verdade eu sempre quis conhecer outros estudantes, ficar mais tempo em outros sítios especialmente por estudos, né? Ir para outros sítios e saber mais, né. Então isso tudo me ajuda, ajuda na minha carreira, não só carreira acadêmica, mas na vida também me ajuda muito, conheço muita gente, me interajo com muita gente, pessoas diferentes, então... o meu projeto de vida é muito mais acadêmico. E... sempre contribuí, contribuí para mudança, qualquer coisa, na comunidade. Mesmo à distância também. Por exemplo, estamos aqui, mas estamos sempre a escrever, a comunicar nos jornais, essas coisas sobre o país, nas redes sociais estamos sempre nos debates. Somos moçambicanos (MANSUR).

Os entrevistados Yannick e Zainadine se consideram muito ligados à família, desejando ajudá-los e fazê-los sentirem orgulho de sua conquista acadêmica, por isso, essa foi a razão maior para decidirem estudar em outro país:

Na verdade, a minha maior motivação é, foi meu pai, né... Como tudo começou com ele... Ele acabou me motivando, me chamando pra vir pra cá, então... Logo, eu olho pra ele... Já a segunda parte, o desenvolvimento do meu país, eu e alguns colegas conversamos: será que a gente vai voltar pra lá quando terminar? A gente fica aqui? ou a gente vai para outro sítio para construir nova vida... Mas é... ya, minha motivação mesmo foi meu pai... e a minha mãe, porque, eu sempre tive o desejo de mostrar pra eles o fruto daquilo que eles estão plantando pra mim. Ya, meu pai e minha mãe. Meu pai e minha mãe (YANNICK).

Apenas os entrevistados Arlindo, Bonami, Erasto, Fayola e Razak consideram a imigração como um projeto exclusivamente individual, o que confirma a visão predominantemente coletiva dos moçambicanos:

Pra mim, eu acho que foi um projeto muito individual. Primeiro porque eu já tinha pretensões em fazer uma formação fora, portanto, o meu objetivo era fazer uma formação em qualquer país que fosse anglófono, mas logo que surgiu a oportunidade de cá vir pra UNILAB, de cá vir para o Brasil, eu abracei a oportunidade. E só para salientar o quão individual foi, a minha família só teve essa informação um mês antes, quando eu já tava aprovado e pronto pra vir. Eu não queria deixar eles na expectativa, então um mês antes da viagem eu mostrei o edital, mostrei o formulário preenchido, já havia passado e tal, então foi uma alegria para todos nós, mas foi um projeto muito individual mesmo (RAZAK).

Os entrevistados optaram por sair de sua zona de conforto (família, amigos, rotinas e ambiente) em busca de melhores perspectivas. Observa-se, por exemplo, na fala de Isaach que muitas pessoas da comunidade em que está inserido não têm acesso à Educação Superior e migram ilegalmente para a África do Sul, passando a trabalhar em minas ou outros lugares. Assim, Isaach vê que sua vinda ao Brasil como imigrante legal por meio de um convênio entre os países envolvidos pode ser um exemplo a ser seguido e servir de inspiração para outros jovens moçambicanos. Ele entende que possui uma missão em relação ao coletivo comunitário, para além do coletivo familiar. No aspecto pessoal, Isaach entende que o fato de ter a oportunidade de fazer uma graduação é um privilégio, visto que é o único de sua família a conseguir tal feito.

Essa visão é compartilhada por uma considerável parcela dos entrevistados. Como um ideal, gera muitas responsabilidades, mas também expectativas de um futuro melhor para ele, sua família e sua comunidade. Eles esperam que, após cumprida essa obrigação familiar e comunitária, haja reconhecimento e os retornos esperados pela sua mobilidade acadêmica e, como consequência, também atinjam seus objetivos pessoais. Os entrevistados se apresentam como cidadãos de fronteira, que já não serão como os que não saíram, também não serão do país para o qual migraram. São, assim, imigrantes transnacionais que se integraram ao Brasil, sem perder o vínculo com seu país de origem.

4.4 Situações vivenciadas durante a mobilidade

O presente subcapítulo narra as situações que os entrevistados vivenciaram durante o período de mobilidade e está dividido em subitens conforme as diversas temáticas que surgiram no decorrer das entrevistas.

4.4.1 Brasil idealizado x Brasil real

Os respondentes desta pesquisa também falaram sobre como era a visão que possuíam em relação ao Brasil antes da imigração e se essa visão se confirmou ou não. A esse respeito, os entrevistados Armando, Ayana, Bonami, Danso, Fayola, Isaach, Jafari, Miro e Yannick tinham uma percepção baseada em um Brasil fictício e

abastado mostrado nas novelas brasileiras. Eles comentaram sobre o fato de o moçambicano ter uma visão de Brasil limitada ao que lhes é transmitido pelas novelas e outros programas das redes de TV brasileiras, que são amplamente consumidas pelos moçambicanos. Nessa visão mostra-se apenas um Brasil hospitaleiro, com belas praias, cidades grandes e bonitas, repleto de música e liberdade.

Achei que era um paraíso e que a hospitalidade tão mostrada era uma realidade. Assim como se mostra nas novelas e mídia. A minha atual impressão é de que o povo não é tão hospitaleiro como mostrava, as pessoas têm medo de nós. Aqui não é nem de longe o que eu pensava, não falo de infraestruturas, mas das pessoas (AYANA).

Mudou muito, mudou muita coisa. Antes eu tinha, cegamente, a impressão de que era um lugar com as mil maravilhas, um lugar pacífico, que o povo era muito acolhedor. Pra mim o Brasil, talvez era o exemplo de país que eu queria viver, que eu escolheria. Eu digo até hoje, a Bahia, no caso é o segundo melhor lugar do mundo, o primeiro é em casa, sempre em casa. Independente do problema que tenha lá, se tenha guerra e tudo mais, mas é em casa. E aí quando eu cheguei aqui, a partir da... eu li Jorge Amado e, agora imagine que a leitura que eu tive deles, de como eles descreviam a sua terra Bahia, muito apaixonado e vendiam para o mundo. Então era uma coisa, aqui pra mim tava acima de qualquer nação, então eu busquei, criei essa imagem de mim, né? E quando eu cheguei aqui foi tudo por terra abaixo (ISAACH).

Contudo, para Isaach, uma das visões que ele tinha da Bahia se manteve, que seria de um lugar onde vive uma grande parcela de população negra, o que lhe fez sentir-se confortável, como se estivesse em seu país de origem:

Primeiro, já logo de cara, tipo no primeiro dia, assim que eu desembarquei em Guarulhos, eu peguei um voo, é uma historinha curiosa, peguei um voo de São Paulo que era pra vir pra Salvador, e o porto num livro lá, não sei se era Capitães de Areia ou Porto dos Milagres, falava do porto, né? Era o porto 2 de julho, que é o dia da independência da Bahia. Eu cheguei, no meu cartão de embarque estava lá, aeroporto de José de Magalhães. Eu tomei um susto, já tava dentro do avião, perguntei aeromoça, “moça, esse voo vai para Bahia?” e ela “sim, vamos pra Luís Eduardo Magalhães”, eu disse “não vou pra Luís Eduardo Magalhães, vai para Bahia?” e ela “mas por que insistência?” “porque o porto é 2 de julho”, “não, o aeroporto de Salvador, na Bahia, é Luís Eduardo Magalhães mesmo.” Aí olhei para os lados e falei “é que todo mundo que tá aqui no avião com exceção minha é branco e eu sou negro, e eu li que a Bahia tem muitos negros, eu vou para lá, eu tô preocupado por isso” e ela disse: “não, não se preocupe, as pessoas que estão aqui são gringos.” E que aquilo era normal, né? Aquela imagem era normal, tudo bem. Mas aí quando eu cheguei na Bahia, quando desembarcou em Salvador a sensação que eu tive foi de que eu tava a desembarcar numa margem do meu país, onde eu fazia trajetória semanalmente, todos os dias da semana, então me tranquilizei. E pareceu isso, tinha tanta gente negra, tinha tantos negros, pretos, isso foi uma coisa, uma imagem muito forte. E aí teve esse contato, foi uma coisa que me chamou atenção naquele primeiro momento.

Mas aí eu descobri essas diferenças quando eu entrei mais no interior (Isaach).

Pode-se perceber que o principal ponto de diferença entre o Brasil idealizado pelos moçambicanos a partir da imagem que a mídia transmite difere da realidade por uma questão relacionada à receptividade dos brasileiros e devido aos preconceitos aqui vividos.

Assim, eu, quando saí de Moçambique pra cá, minha mente, na minha cabeça, eu estudar no exterior, não era o Brasil que eu estou, o que eu encontrei. Porque eu pensei de outra forma, mas um dia eu percebi, porque eu havia pensado de outra forma daquele jeito: é o que a mídia mostra, né? Então, de lá para cá, com o tempo... assim, eu não achava que seria tão difícil, né? Ninguém disse que seria fácil, mas eu não achava que seria tão difícil. Nunca ninguém que está lá em Moçambique na minha época tinha vindo aqui. Hoje em dia já tem muita gente estudando, fazendo intercâmbio, então já tem conhecimento, mas na altura que eu saí, nunca ninguém ia pensar que aqui tem tanto preconceito assim. Todo mundo vê o Brasil como um país das maravilhas, mas quando você chega pra viver na pele, é complicado, é difícil. E pensando de lá pra cá, essas coisas não mudam, as coisas não mudam, as coisas melhoram, mudam de técnica, não mudam nada, melhoram de técnica. O preconceito é o mesmo, o desprezo é o mesmo, e tudo é o mesmo só que com técnicas diferentes (MALIK).

Malik encontra-se no Brasil há seis anos e acredita que a situação de preconceito aqui vivido não mudou desde sua chegada até aquela ocasião, alterando-se os tipos e formas de manifestação da discriminação, mas nunca deixando de sofrer tal intolerância.

Além disso, em alguns relatos (Jafari, Miro e Yannick) percebe-se que alguns moçambicanos entrevistados esperavam estudar em cidades maiores, melhor desenvolvidas e com mais atrativos, contudo, os campi da UNILAB são todos em municípios pouco habitados (São Francisco do Conde com 33.183 habitantes, Acarape 15.338 e Redenção 26.415 – IBGE, 2019a), embora estejam geograficamente próximos das capitais dos seus estados. Os entrevistados Miro e Yannick foram os que mais aparentam sofrer com esse choque de realidade:

Moçambique quando ver Brasil, assiste muitas novelas e alguns programas. E nas novelas quando eles assistem eles vêm muito Rio de Janeiro e São Paulo, as cidades. Agora, eu cheguei e vi (risos) só os matinhos lá... Aí eu fiquei "melhor olhar para o Brasil não das novelas, mas com um olhar vasto. Daquilo que iremos ver de uma outra parte... (YANNICK).

A impressão que eu tinha do Brasil, nas novelas, das facções a gente já sabia, porque dessa violência do Brasil todo mundo já sabe. Os cantores eu não vou mentir não, gostei. Agora que me espantou é que assim, é que eu pensava que fossem aquelas cidades que sai nas novelas, né. Aquela paisagem que mostram no Rio de Janeiro, essas coisas. Mas na realidade, eu não vou, tipo assim, o que mais me assustou aqui é o nível de criminalidade. Isso me preocupa bastante. A minha visão do Brasil era só cidade, tudo de luxúria, mas é ao contrário. Eu vejo que tem coisas que eu passava quando ia pra casa da minha avó no campo, eu já passei aqui. Ficar uma semana toda com falta de água, tive que ir tirar água lá e pedir água nos vizinhos pra tomar banho, comprar água, é, foi difícil mesmo. A diferença que eu vi é que aqui eu estou no interior, não vou mentir, quando eu cheguei eu chorei, a dizer que ia voltar para casa e tudo mais. Porque eu sou da capital né, quando eu cheguei aqui, vi isso aqui, eu fiquei um pouco assim, né, eu chorei. Não era o que eu esperava, né? Porque eu tinha outra visão do Brasil (MIRO).

Essa questão é pertinente, já me perguntaram muitas vezes. Bom, o Brasil que é retratado em Moçambique é um país de novelas, as pessoas têm gravado aquilo na mente, tipo, o Brasil é mil maravilhas, aquele Brasil do Rio de Janeiro, São Paulo, então você não imagina que existe um país diferente, as pessoas não fazem ideia disso, entende? Então quando eu cheguei aqui, eu, em algum momento, me arrependi, porque vim para cá, para o interior, eu fiquei com medo, sendo sincero fiquei com medo, porque comparando Moçambique é diferente, Moçambique concentra as pessoas em pontos da cidade... assim você vê a vegetação lá dentro, mais afastado.... Então aqui é um segredo, você pode entrar numa vegetação como se fosse uma pequena cidade, não é? Eu, na minha trajetória, no dia que eu vim para cá quando cheguei, não me acostumei. É muita mudança, mas o que motiva mais é o fator estudar, estar na universidade em si tem qualidades (JAFARI).

Os relatos dos entrevistados Jafari e Miro, acima transcritos, mostram também que a mídia de Moçambique já começa a mostrar um outro lado do Brasil, de um país com situações envolvendo violência, tráfico de drogas e o crime organizado. Ao que, segundo os entrevistados, a mídia moçambicana não se refere e pega desprevenido quem não possui conhecimentos no país, é sobre o racismo e a xenofobia presentes no Brasil. Além desse entrevistado, outros (Adelowo, Mansur e Razak) também relatam esse conhecimento prévio sobre a violência no país. Os entrevistados (Amara, Adelowo, Akin, Arlindo, Erasto, Kwame, Mansur, Razak, Zainadine) possuem um conhecimento mais amplo do que lhes esperava na imigração, tendo em vista que possuem amigos ou familiares que também passaram por experiências de migração no Brasil, especialmente para cursar graduação.

Assim, nós, quando estando em Moçambique, aquilo que a mídia transmitir para nós é aquilo que a gente acredita que o Brasil é. A mídia transmite para nós muito daquela que é a parte criminosa do Brasil, aquela questão das facções, são os problemas que o Brasil possui, mas também transmite para nós as praias, transmite para nós o samba, o carnaval, as festas, a folia e por

aí vai. E nós temos muito a visão também do Brasil baiano, né, o Brasil baiano, aquela terra e por aí vai. Entretanto, aquilo que eu vim de fato observar como diferença daquilo que eu tinha em mente, não estava muito ligado nessas questões festivas e tal, mas tava ligado na própria questão social, o problema, a própria crise estrutural que Brasil apresenta, mais concretamente ligado às questões de gênero, às questões de raça, questões que eu achei que Brasil talvez fosse um pouco mais tolerante, diferentemente dos demais países. A gente vê um Brasil muito acolhedor, um Brasil que respeita essas diferenças e tal, e de fato, não que isso não exista, entretanto, não está naquele nível que a gente acreditava que teria. Eu não imaginava, não imaginava que era possível encontrar essas situações de racismo, situações de discriminação por questões de gênero, não imaginava que seria uma luta muito dura e tal. Nós não temos essa visão, temos a visão de Brasil como um país muito acolhedor. E de fato é, entretanto tem também essas situações que nos deixam meio a desejar. Então são essas coisas que tinham a ver com as minhas expectativas e com as realidades que eu cá identificar (RAZAK).

Como todo, eu não criei nenhuma expectativa assim, né. Tanto é que eu quando liguei para um amigo que já estava aqui, ele somente informou que não é o Brasil das novelas e que... é, teve essa noção de que o Brasil das novelas, né. Porém tem muitos feriados e dá para aproveitar fora o período das aulas (KWAME).

Muitos dos meus colegas tinham aquela impressão de que o Brasil que a gente ia encontrar seria o Brasil, que nem é Rio de Janeiro, São Paulo, por aí fora, as cidades grandes, metrópoles. Mas como disse, cheguei aqui de alguns colegas, amigos... Então eu já sabia pra onde eu ia e o que eu podia esperar (ZAINADINE).

É um pouco complicado. Graças a Deus eu já tinha contato com algumas pessoas brasileiras lá em Moçambique e mesmo à distância, com a pessoa que ia ser meu orientador em um curso de Santa Catarina, víamos conversando há algum tempo. E pessoas que já haviam estado no Brasil me explicavam as coisas, então era sempre a ideia, a primeira ideia que eu tive era que o Brasil era um país violento e me recordo até que uma semana antes de vir para cá ouve uma situação de violência aqui, então isso me preocupou um pouco se vou mesmo ou não. Mas quando cheguei aqui virou um pouco, deu para ver outra parte, que não era assim como imaginava. Mesmo na parte de relações, né? Eu achava que ia ser mais acolhedor, mas não é bem assim, tem esse desnível (MANSUR).

Quanto à impressão que eles possuíam da universidade, essa era boa e se manteve ou até mesmo ultrapassou as expectativas, como pode ser observado em alguns exemplos abaixo.

A universidade achei que seria muito legal. Achei que fosse aprender muito aqui. E é melhor do que imaginei, tenho os melhores professores do mundo (AYANA).

A impressão era bem alta, mas tudo relacionado com o meu papel estudantil, e não me decepcionei quanto a isso, sendo eu um aluno dedicado e a Universidade dispõe de tudo quanto preciso para ter sucesso acadêmico (ERASTO).

Com frequência, os entrevistados utilizavam a palavra “acolher/acolhimento” para se referir sobre o que desejavam encontrar no Brasil. O termo deriva do latim e significa “receber alguém; hospedar; agasalhar; acomodar; amparar” (MICHAELIS, 2020, on-line). Ou seja, eles acreditavam que seriam recebidos de “braços abertos”, com cordialidade e estima pelo Brasil que eles idealizavam, contudo o que era esperado por eles não foi o que vivenciaram.

A partir das percepções dos entrevistados, percebe-se a existência de dois “Brasis”. O primeiro, formado pelo Brasil midiático e romantizado, mostrando o país como um lugar sempre hospitaleiro; com muitas belezas naturais; cidades grandes, repletas de atrativos turísticos e com poucos problemas econômicos, estruturais e sociais. Essa visão é difundida pelas novelas e diversos programas brasileiros consumidos pelos moçambicanos (ou no caso de Isaach, pelos livros de Jorge Amado), causando uma percepção distorcida e fantasiosa, que fez nascer sonhos que se desmoronaram com a chegada ao Brasil real.

O Brasil que, de fato, foi apresentado durante a mobilidade, é um país que discrimina os negros, especialmente os negros imigrantes de países africanos. É ainda um país machista, com altos índices de criminalidade, com problemas socioeconômicos e que objetifica os corpos negros (conforme será relatado nos próximos subcapítulos). Assim, ver que no Brasil não havia uma boa recepção em relação às diferentes culturas, causou decepção aos entrevistados.

Esses entrevistados sabiam que existiriam obstáculos inerentes a uma mudança de país (saudades dos familiares, diferenças culturais etc.), mas imaginavam que pelo fato de terem como idioma oficial o mesmo que o Brasil, bem como pela imagem idealizada do país, o acolhimento e a inserção social seriam facilitados. Entretanto, a realidade se mostrou diferente, ou como expos Malik: “Ninguém disse que seria fácil, mas eu não achava que seria tão difícil.”

Apesar de diversos percalços que tornaram o percurso mais árduo do que imaginavam, as motivações e projetos dos moçambicanos os mantêm fortalecidos no ideal de continuar estudando para superar as decepções e atingir seus objetivos pessoais, familiares e comunitários. Cabe destacar, ainda, que alguns entrevistados possuíam amigos e familiares que já moravam no Brasil e que vieram para estudar. Tais moçambicanos tinham um acesso mais amplo às informações sobre a realidade

do país, também possuíam menos expectativas, o que, conseqüentemente, causou um menor nível de decepção em relação a quem só conhecia o Brasil midiático, ou seja, menos expectativas geram uma menor decepção. Dessa forma, percebe-se que as informações fornecidas por pessoas conhecidas (reais) diferem daquelas de quem tinha só a referência midiática (romantizada).

4.4.2 Integração e oportunidades durante a mobilidade

Discutiu-se sobre o fato de se a UNILAB considera a ligação do estudante internacional com suas raízes culturais, bem como sobre como se ela trabalha com a presença das diferentes nacionalidades e culturas para tornar-se um laboratório de globalização, que é uma das propostas da instituição. A esse respeito, os entrevistados brasileiros informaram sobre a existência de eventos de integração voltados para que todos conheçam a cultura de cada país. Além disso, informaram que a UNILAB trata os alunos internacionais de forma igual e respeitosa. O entrevistado brasileiro Carlos citou ainda a existência de comemorações da independência dos países presentes na universidade.

Já o representante da UNILAB analisou que a instituição sempre busca reforçar a interculturalidade. Para tanto, realiza festivais de culturas, além de outras ações de integração. O entrevistado citou ainda que, em 2015, por exemplo, conseguiram promover um momento com técnicos de uma universidade moçambicana e técnicos da UNILAB para fortalecer os laços institucionais e fazer um intercâmbio de conhecimentos por meio de acordos de cooperação. Ele ainda informou que a universidade busca sempre dialogar com os alunos e procurar entender as necessidades deles.

E a universidade também através de falas, de conversas com eles, a gente, um dia na semana, pelo menos, a gente oferta um cardápio de cada país, seja cachupa, ou outras comidas típicas. Então, assim, para que a cultura se perpetue, por meio da alimentação ou ainda pela integração que eles fazem por meio das festas, das comemorações de independência dos países, onde cada país promove o seu evento. São Tomé e Príncipe, por exemplo, tem um evento aqui que conta com personalidades do país, com brasileiros, com estrangeiros. Além do nosso festival de culturas, que é um evento anual, da

Pró-reitoria de extensão, onde as culturas dos países parceiros são demonstradas. Então assim, tem sempre esse movimento dentro da universidade (Representante da UNILAB)

Entre os entrevistados moçambicanos, apenas três disseram que a UNILAB não levava em consideração suas raízes culturais

Quer dizer, até que pode respeitar, mas estamos a falar de dois povos totalmente diferentes e cada país tem sua diversidade cultural, então acho que há choque aqui em termo de cultura. Então o estranhamento, ele acontece... Respeitar, digo que pode até respeitar, mas consideração não... (ZAINADINE).

Eu acho que não leva em consideração. Eu acho que não mesmo. Porque... eu posso falar mais alguma coisa? Posso comentar? Porque no meu ponto de vista, na minha forma de ver, a universidade, nem a cidade em si, localmente onde a gente está, e nem a universidade tava preparada para receber esse número de africanos, que hoje tem, esses países todos, essas nacionalidades todas, essas culturas todas. Então, tu já pode imaginar, né? (MALIK).

Os demais entrevistados relatam alguns choques culturais, contudo, no geral relatam haver harmonia, respeito e consideração dentro do ambiente universitário em relação às raízes culturais de cada nacionalidade.

Bom, primeiro dizer que a UNILAB é um projeto incrível e ela não deixa com que as nossas questões culturais, com que as nossas tradições sejam mortas e apagadas. Ela, por si só, procura sempre mostrar aquilo que cada país tem de belo, as nossas danças, as nossas comidas, as nossas línguas. Existe projeto de extensão pra tudo, existe projeto de extensão pra mostrar as suas línguas, projeto de extensão pra mostrar as danças e tal. A UNILAB orgulha-se, na verdade, dessa diferenciação cultural e procura sempre expor isso, não existe programa algum que a UNILAB faz sem talvez colocar ali uma música africana, sem colocar alguma coisa africana. Então a UNILAB por si só é um projeto maravilhoso que dá valor, de fato, a essas questões de diferenciação cultural, não olhando para a cultura como um problema, mas como uma vantagem, quanto mais culturas a UNILAB tiver, melhor. E é possível que nós moçambicanos, nós internacionais aprendamos entre nós e aprendamos com os próprios brasileiros, com os próprios cearenses. A gente chega aqui, os cearenses nos apresentam alguns vocábulos cearenses, nós apresentamos para eles alguns vocábulos nossos, é possível encontrar um moçambicano falando Criolo, que é uma língua de Guiné Bissau, é possível falar moçambicano, encontrar um moçambicano falando expressões nordestinas e várias outras coisas que são meio que cearenses, comendo cuscuz, por exemplo, é isso (RAZAK)

Os entrevistados moçambicanos e brasileiros também destacaram a realização de eventos de integração, em especial o Dia da África e as celebrações de

cada país africano em relação à sua independência, além da existência de um currículo multicultural, inclusive com professores de diversos países.

Conforme os relatos expostos, a UNILAB realiza diversos eventos e ferramentas para comemorar e divulgar as culturas dos diferentes países presentes na instituição. Para 16 entrevistados, isso demonstra o respeito pelo conjunto de suas crenças, valores, costumes e histórias. Contudo, três entrevistados parecem entender que, embora a instituição respeite essas diferenças, ela não estava preparada para receber uma diversidade cultural tão expressiva, portanto, ocorreram alguns estranhamentos causados por choques culturais.

4.4.3 Ferramentas de Apoio Estudantil

Quanto às possíveis ferramentas de apoio (bolsas, residência estudantil, restaurante universitário etc.) existentes na instituição, o representante da UNILAB informou que a universidade faz seleções para a concessão dos auxílios por meio de editais próprios, conforme informações disponíveis na página institucional (<http://www.UNILAB.edu.br/auxilios>). De acordo com o site citado pelo entrevistado, a instituição possui o Programa de Assistência ao Estudante (PAES), que é financiado com recursos da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regida pelo decreto nº 7.234/2010. O objetivo do programa é “apoiar o acesso a direitos de assistência estudantil a estudantes matriculados em cursos de graduação presencial da UNILAB, cujas condições socioeconômicas são insuficientes para permanência no espaço universitário” (UNILAB, 2020, on-line). O PAES é regulamentado pela Resolução da UNILAB nº 001-B, de 09 de fevereiro de 2015. Os indicadores de vulnerabilidade socioeconômica utilizados para seleção dos estudantes são:

renda per capita do grupo familiar de até um salário-mínimo e meio vigente no país, moradia em unidade habitacional alugada ou financiada, situações de agravo de doenças no grupo familiar, trajetória de escolarização no Ensino Médio em escola pública, renda familiar instável e localização da moradia na zona rural. Os estudantes que apresentam esse perfil de vulnerabilidade socioeconômica poderão ser atendidos pelo PAES desde que a universidade possua recursos financeiros para a realização da cobertura (UNILAB, 2020, on-line).

De acordo com a instrução normativa que regulamenta o programa, existem os seguintes auxílios para atender os alunos:

I – Auxílio Moradia: concedido com o objetivo de garantir condições de residência nos municípios sede dos Campi da UNILAB, cujo grupo familiar resida distante da sede do curso presencial onde o estudante se encontra regularmente matriculado (fora da zona urbana dos municípios dos Campi), cujo acesso aos Campi seja dificultado pela ausência de transporte regular, pela distância ou por outros fatores devidamente justificados, com documentação pertinente. II – Auxílio Instalação: concedido com o objetivo de apoiar os estudantes beneficiários do Auxílio Moradia a proverem condições de fixação de residência nos municípios sede dos Campi da UNILAB, no que se refere à aquisição de mobília, eletrodomésticos, utensílios domésticos, entre outros itens especificados em edital regular ou o de fluxo contínuo; III – Auxílio Transporte: concedido com o objetivo de complementar despesas com transporte e apoiar no deslocamento para a UNILAB, assegurando-lhes as condições para acesso às atividades universitárias. IV – Auxílio Alimentação: concedido com o objetivo de complementar despesas com alimentação. V – Auxílio Social: concedido com o objetivo de apoiar estudantes em situação de elevado grau de vulnerabilidade socioeconômica familiar; VI- Auxílio Emergencial: auxílio de natureza eventual e provisória, concedido de forma excepcional, em razão de situação de caráter emergencial, aos estudantes cujas condições de extrema vulnerabilidade socioeconômica ponham em risco sua permanência na Universidade (UNILAB, 2015, p. 02- 03).

Assim, podemos observar que a UNILAB buscou abranger diversas situações e características de vulnerabilidade, a fim de atender seus alunos brasileiros e estrangeiros. Os alunos entrevistados destacaram, ainda, que não existem bolsas exclusivas para os alunos estrangeiros. Apenas 2 dos 19 entrevistados disseram não receber bolsa ou auxílio financeiro da UNILAB.

Malik acrescentou que, atualmente (2020), não existe residência estudantil fornecida pela universidade, contudo, o prédio estaria em construção. Ele acredita que, como forma de suprir essa ausência, existe o auxílio-moradia. O entrevistado informou, ainda, que recebe dois auxílios, totalizando R\$ 530,00. Um auxílio moradia “de R\$ 380,00, acho que é pra despesa, pagar casa, o aluguel, gás e energia. E os outros 150 é mais para o custo de alimentação.” Ele falou também da existência de bolsas acadêmicas da universidade no valor de R\$ 400,00, porém, tais bolsas não possuem critérios de vulnerabilidade, mas de mérito estudantil e são concedidas por meio de edital e processo seletivo.

Razak relatou que a instituição também possui um restaurante universitário, mas com a pandemia do coronavírus o serviço está suspenso. Por tal motivo, a instituição criou um outro programa para poder aumentar o auxílio estudantil.

Se as pessoas ficam mais tempo em casa, obviamente, gastam mais bujão, gastam mais gás, mais água, então criou-se condições pra poder auxiliar um pouco mais. Nem todos temos bolsas, não é possível ter pra todos, mas todos que eu conheço, que concorreram aos auxílios e preenchem os requisitos. Todos temos auxílios e além do mais têm estudantes recém-chegados que não fizeram o semestre e esses estudantes, eles não podem ter o auxílio logo de primeiro, é canalizado um valor em nome dos estudantes para as pessoas que receberam os estudantes nas suas casas. As pessoas vão poder usar o valor para poder sanar algumas necessidades que esses mesmos estudantes têm e ajudar com assuntos de casa. Normalmente o período de acolhimento dura 3 meses, esse com certeza vai durar um pouco mais, não há condição desses recém-chegados ter ou procurar moradia (RAZAK).

O entrevistado explicou que existe um programa de acolhimento, em que o aluno recém-chegado na cidade fica na casa de alguém por três meses e, só depois desse período, vai para um outro lugar para morar ou pode continuar dividindo o aluguel com alguém. Contudo, devido à pandemia, o programa possivelmente durará um tempo maior.

O representante da UNILAB informou que:

A gente tem os auxílios, que são de competência da Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis. Eles participam também de editais para os auxílios alimentação, moradia, emergencial, transporte, a gente tem um transporte que é intercampi lá. Tem o auxílio instalação, por exemplo: eu cheguei agora no Brasil, aí tem o auxílio instalação, que é o primeiro auxílio, para que ele possa, junto com os demais, manter uma casa, comprar alguns móveis, essas coisas... Mas hoje os auxílios são feitos em editais para todos os estudantes, mas a gente tem a sensibilidade de, inicialmente, todos os estudantes internacionais recebam esse auxílio. Está tendo um estudo entre pró-reitorias pra gente ver uma forma para que os estudantes internacionais já cheguem com o auxílio. E, inicialmente, eles têm à disposição o RU, restaurante universitário, é gratuito, por enquanto, até receber o auxílio. E a gente também faz o acolhimento em forma de tutoria, a gente paga uma bolsa para um estudante ser o acolhedor, para acolher novatos em suas residências até que esses novatos se inscrevam no processo de auxílio, comece a receber esse auxílio e possa, a partir daí, alugar uma casa ou dividir com outras pessoas. Com as bolsas vindas pelos países parceiros, isso vai facilitar nossa vida, porque a gente vai entrar, principalmente, com a alimentação e o transporte pela universidade e eles vão custear outras coisas, enfim, essa é a ideia. Todos têm acesso aos auxílios, é pra brasileiros e internacionais e sempre que entram novos alunos, há seleção para novos auxílios. Mas se ele perder a inscrição ou não cumprir algum pré-requisito a gente tem que ver uma forma de acolhê-lo na cidade.

O representante da UNILAB falou ainda que existem outras ações de apoio aos estudantes internacionais que são adotadas pela instituição:

Ações que a gente tem feito, de conscientização, tanto das leis brasileiras, como das questões mesmo locais, porque o que a gente percebe é que muitos, quando chegam no Brasil, eles não têm essa compreensão. Então até para evitar mesmo problemas no país, a gente tem feito isso... Tem feito muitas ações de conscientização, principalmente em relação a mulher e isso é importante. Outras ações que a gente acha importante junto aos internacionais, principalmente, a questão de visto, legalização, porque a gente percebe que muitos deles não têm essa preocupação e não sabem o que um visto vencido pode ocasionar pra ele. Ele pode perder a matrícula, pode perder auxílios, inclusive. Então são mais questões do dia a dia, questões de rotina e legislação que a gente tem que fazer.

Percebe-se que a UNILAB oferece diversas ferramentas de apoio, que atendem a maior parte dos entrevistados, possibilitando que a permanência deles ocorra sem dificuldades financeiras, ou pelo menos tal tipo de dificuldade não foi relatada por eles no decorrer da pesquisa.

4.4.4 Xenofobia e Racismo

Alguns entrevistados moçambicanos (Ayana, Isaach, Jafari, Kwame e Mansur) ressaltaram que, embora a UNILAB tenha consideração por suas raízes culturais, uma parte da população da cidade ainda não possui consideração e interesse em conhecer as culturas africanas. Um deles (Ayana) cita que tem a sensação de que as pessoas da cidade possuem o desejo que os alunos internacionais esqueçam totalmente suas origens para se enquadrar na realidade local. Outro entrevistado (Jafari) relatou ainda que, embora alguns tenham interesse em saber sobre sua cultura, muitos não se aproximam, acham que são perigosos e ficam com medo.

Mansur, por sua vez, falou que ocorreram algumas situações de desrespeito e desconsideração da população em relação a suas raízes culturais em sua experiência migratória, porém existiria somente “à primeira vista, aquele preconceito inicial”. Mas esses seriam apenas alguns casos e, no geral, ele disse que encontrou boas pessoas que o receberam bem.

Isaach também relata esse choque cultural e a xenofobia enfrentados, principalmente nos primeiros anos no Brasil, tornando a experiência de mobilidade tensa e, às vezes, desagradável:

Porque assim, os choques culturais, eles são latentes, são muito fortes, todos os dias. E às vezes nós achamos que passaram, mas de uma hora para outra aparece um velho fantasma e gera um novo impacto. Nas redes sociais da cidade, nos grupos, então isso fica bem escancarado. Muito tenso. Eu diria que se eu tivesse que caracterizar dizia que são muito tensas, né? Não são aquela coisa branda e tudo mais. E só se difere alguns locais porque buscou fazer um trabalho de base. Nós da primeira entrada apanhamos muito nesse sentido, as ações de xenofobia, de racismo e tudo mais. Foram muito fortes. Eu já presenciei, já vivi, mas era... um pouco tinha a ver com a questão cultural, porque a racial, não vou dizer racial, porque a cidade (São Francisco do Conde-BA) tem 97% da população negra, segundo o IBGE, então não era racial, era cultural. O jeito de falar, a língua, alguém imitar o som de um macaco, era algo linguística e cultural, não era racial. Nunca levei nesse aspecto de racial (ISAACH).

Situações de xenofobia também são relatadas pelos entrevistados da UNILAB do Ceará. Por exemplo, Adelowo cita que notava preconceito devido à sua fala, e Ayana disse que “as pessoas têm uma concepção muito errada da África. Então com isso as pessoas acham que somos pobres, ignorantes, entre outros”.

Aos poucos, outros entrevistados foram contando sobre as dificuldades e preconceitos sofridos no país, com ênfase nas situações de xenofobia e de racismo. Malik, ao discorrer sobre o tema, informou que acredita que o preconceito se inicia por ser negro, contudo, é bastante elevado pelo fato de ser imigrante.

Assim, eu acho que, que primeiro é por ser negro. E a coisa dobra quando descobrem que você é imigrante. Entendeu? Então é um tipo de preconceito duplo, primeiro por ser negro e depois por ser imigrante. E essas duas, as pessoas, acarreta um monte de outros tipos de preconceito. E é um tipo de preconceito que eu acho que é difícil de acabar, ou de se livrar, é o fato de... assim, se a gente vai para outra cidade, a gente vai sofrer esse preconceito por ser negro e depois por ser africano. A gente sofre preconceito por ser negro, africano, estrangeiro isso e mais aquilo. Então é um monte de coisa. Eu acho que preconceito, um tipo de preconceito que não termina ou vai ser difícil é o fato e de todos vão pensar que o estrangeiro africano negro, ele sofre no seu país. Ele morre de fome, ele isso, ele aquilo, ele veio aqui pra isso, veio aqui pra destruir isso, entendeu? (MALIK).

Miro conta uma experiência de xenofobia sofrida logo no início de sua imigração ao Brasil. Ele acredita que tais situações ocorram devido à falta de

conhecimento sobre a realidade, o que tornaria a pessoa sujeita a praticar tais discriminações.

O maior preconceito que sofri foi quando cheguei na faculdade. Eu me lembro da minha colega *****. Ela disse assim “como é que tu chegou aqui, chegou de navio?” Ela disse assim “eu vejo os africanos a passarem mal, por vir em navios, a nadar, essas coisas”. Eu disse assim “em navio é pouco, eu vim acorrentado para chegar até aqui como um escravo, como você me vê, eu sou africano, sou escravo. E se você não entende bem essas coisas sobre a África, tenta lá ver geografia que você vai entender, e procura ver a capital de Moçambique pra saber de onde eu venho”. E eu perguntei uma coisa a ela, depois dessa briga a gente ficou amigo, ficamos amigos e eu perguntei “tu já saiu daqui pra viajar pra outro canto?” E ela disse que não. “Mas tu tem passaporte?” e ela disse não. Aí eu vi que eu tava discutindo com uma pessoa leiga, que não sabia o que é sair daqui, estar em outro canto, então eu acabei entendendo que era porque não sabia mesmo, ela não sabia (MIRO).

Enquanto Yannick, ao comentar sobre as situações de xenofobia, acha que as pessoas têm uma visão limitada àquilo que querem acreditar/ver sobre a África, não se permitindo pesquisar e buscar mais informações sobre o local:

Porque a maioria das pessoas quando olha para África... as pessoas quando olham pra África, eles veem aquelas figuras de crianças que estão ali desnutridas, outras sem boas condições, bebendo água suja e pensam que aquilo é África. Mas é mentira, não é só aquela parte que é África. Também tem outras partes, se nós olharmos para dentro, vamos ver que temos muitos prédios, boas praias, lugares belos... Posso dizer que acabam vendo aquilo que querem ver, se eu quero ver algo, então eu vou a procura de tal coisa, mas se eu pesquisar mesmo pra ver no seu todo, vou ver mais coisas. E de repente vou ficar espantado pelas coisas que posso ver (YANNICK).

Kwame vale-se de uma simbologia interessante para descrever o racismo vivenciado no país: “Eu acredito que a questão do racismo, ela ainda é gritante, ainda que silenciosa, ela ainda é gritante. E quanto ao sentir assim muito na pele, não cheguei a sentir muito, mas é uma questão que se faz sentir no país”. De forma semelhante, Fayola falou sobre esse preconceito velado que existe na sociedade brasileira que, embora muitas vezes não seja expressado com palavras, sente-se na pele a exclusão:

O preconceito, a gente passa quase sempre. As pessoas não falam, mas só no olhar a gente nota que há um certo preconceito. A gente chega num lugar e a gente sente que ali, as pessoas não falam, mas elas se sentem desconfortáveis com a nossa presença lá. Eu não ligo muito para isso, mas sempre existe (FAYOLA).

Além disso, as cenas de racismo repetem-se em situações cotidianas, como em restaurantes, praças e festas. Um exemplo disso, pode ser percebido na fala de Mansur, ao dizer que já passou por episódios de racismo, por exemplo, no supermercado, ao receber um tratamento desconfiado e diferente dos demais clientes do local.

Alguns relatos atribuem também esse preconceito a um contato inicial e principalmente por pessoas mais velhas ou com pouca escolaridade:

Quando cheguei em Redenção fui considerado como um selvagem, sei lá. Pessoas perguntavam se eu morava com elefantes em casa, se tinha televisão sabe, coisas absurdas para o Brasil que eu procurava. No final entendi, que tudo isso era questões de pessoas que não tinham escola (BONAMI).

Eu em particular já vi várias vezes o estranhamento de certas pessoas e eu acho que são pessoas sem conhecimento, porque as pessoas um pouco mais estudadas, elas percebem que essa questão de diferença de cor, diferença de religião não influencia nas questões de relação social, né? Então são pessoas às vezes um pouco mais idosas, e que não têm um nível de escolaridade um pouco elevado para poder compreender essas situações (RAZAK).

Os entrevistados Adelowo e Akin acreditam que o preconceito existe pelo simples fato de eles serem negros e imigrantes, o que causa reflexos no cotidiano e nas interações sociais deles. Um caso grave e explícito de xenofobia e racismo e como isso afeta as relações sociais e de gênero pode ser visto no depoimento do entrevistado a seguir:

É complicado e triste dizer isso, porque ainda somos vistos como invasores, ou seja, cogitam ou alegam que vivemos tirar o que é deles aqui no Brasil. Mas ressaltar aqui que não são todos, mas sim a maioria. E isso nos assusta bastante... Racismo em grande escala, por ser negro ou Preto africano não nos dão valor, alguns. Isolamento nos trabalhos acadêmicos etc. Isso ocorre com frequência em sala de aula e ao passear na cidade tem havido Xingamentos (...). Eu já presenciei sim, quando jogaram água de propósito na minha frente quando estava passando pelo passeio da cidade (ARMANDO).

Na visão de alguns entrevistados, em aparente alento, com o gradativo aumento de imigrantes africanos trazidos pela UNILAB em Redenção – CE, os preconceitos diminuíram e ficaram um pouco menos diretos, conforme relato a seguir:

Primeiro porque a comunidade que a gente está inserido é uma comunidade que já nos conhece faz tempo, africanos já estão aqui faz tempo. Redenção é uma cidade com muito número de africanos, eu até considero uma cidade universitária, né? E Internacional. Não é possível sair à rua e não perceber, assim, africanos e tal. Mas, ainda assim existem pessoas que olham diferente na estrada e você percebe que aquele olhar é um olhar de... sei lá, de estranhamento e tal. E não é, assim, algo tão notório, e nós também sabemos o que a gente quer, nós acabamos não ligando muito pra essa situação e tal, para não criarmos aqui problemas. Eu não sei se é o fato de ser estrangeiro, se é o fato de ser africano e tal, mas a gente não liga muito, infelizmente a gente vê isso, né, não de forma tão direta como em alguns outros países que alguns sofrem a famosa xenofobia, são agredidos e tal, mas a gente observa isso (RAZAK).

Apenas três dos entrevistados moçambicanos disseram não ter presenciado ou vivido situações de preconceito. Todos os demais 16 presenciaram ou sofreram preconceitos e relataram que isso interfere nas relações sociais e de gênero, como no relato a seguir: “Há quem olhe com aqueles olhos, tipo, ‘não vou me aproximar porque é um negro e é estrangeiro’, mas por vezes essas questões são diluídas, né (KWAME)”.

Nas entrevistas com alunos brasileiros, três dos entrevistados (Antônio, Carlos e Diana) relataram que os estudantes africanos sofrem algum tipo de preconceito na sociedade local, enquanto Bruna disse que não observou se existe tal situação. Antônio ressaltou que “alguns tem preconceito, não sei se pela cor ou por serem de outro país... talvez um pouco de cada”. Além disso, ele informou que já presenciou uma situação de preconceito vivida por um estudante africano e ficou muito triste, sem saber como agir. Adelowo também disse que acredita que existe preconceito por eles serem negros e imigrantes, o que coincide com a fala anteriormente elencada de outros entrevistados que relataram que acreditam que sofrem preconceito primeiro por serem negros e, depois, de forma mais acentuada por serem também imigrantes. Diana atribuiu as ações preconceituosas às pessoas mais antigas da cidade, de forma semelhante ao entrevistado moçambicano Razak. Essa entrevistada ressaltou, ainda, que também sofre preconceito por ser negra, contudo, ela acredita que os imigrantes “por eles serem africanos sofrem mais que eu, que sou daqui”.

Sobre o tema, o representante da UNILAB comentou:

É um relato que a gente escuta quase que diariamente dos estudantes. A gente ver muito questão de racismo, preconceito. É até um trabalho que a gente precisa fazer, principalmente na área de extensão, para sair um pouco dos muros da universidade e promover também essa integração com a população, com a sociedade. A gente vê que os estudantes, eles fazem de

alguma forma já esse papel, eles vão para as igrejas, vão para alguns grupos para promover essa integração também em sociedade do Maciço e Recôncavo, mas infelizmente, a grande maioria nos relata que eles não são tão bem acolhidos pela sociedade. Até mesmo também questão de direitos que eles possuem, quando, por exemplo, uma pessoa aluga uma casa, eles acham que os estudantes internacionais não possuem direitos quando vão atrás de algumas questões. Acaba que a sociedade do Maciço e Recôncavo acaba não legitimando, não considerando também essas questões. É uma luta diária nossa dentro da universidade também promover a integração na sala de aula, mas inevitavelmente a gente também percebe que há a questão dos grupinhos. Mas isso ocorre mais no começo, assim que eles chegam naturalmente os internacionais vão ficar entre eles e os brasileiros entre eles, né? E com o tempo, sim, vai ocorrendo essa integração. Mas inicialmente é mais difícil. E inclusive é uma questão que a gente está sempre lutando na universidade, para que a integração ocorra de fato, não apenas no papel. Mas a gente percebe que ainda há alguns atores dentro da universidade que promover essa segregação em sala de aula, no RU (restaurante universitário) você vê isso. Então infelizmente você ainda vê essa situação. Apesar de que é uma luta da universidade de promover a integração e a gente tem tentado.

Quando questionado sobre as maiores dificuldades encontradas pelos alunos internacionais, o representante da UNILAB acrescentou:

A questão do racismo, infelizmente a gente vê muito isso. A distância, pois poucos são os que conseguem ir ao seu país, uma vez ao ano, dois em dois anos, é muito difícil. Questões de saúde, porque hoje eles são atendidos pelos SUS e a gente sabe que para o brasileiro é difícil o atendimento do SUS, imagina para o internacional. Medos também. E a pandemia vem trazendo muitos medos, doenças simples foram maximizadas por isso. A gente teve um caso de óbito de aluno internacional no ano passado (2020) e isso aflorou ainda mais esse receio, esse medo. A integração, de certa forma, também é um desafio. Porque é difícil também você está em uma cidade como Redenção, Acarape, cidades pequenas. E ficar confinado, onde a internet é ruim... e tudo é mais difícil. A pandemia trouxe isso também, a questão do medo em relação a doença, o restaurante universitário não funcionou mais. A gente teve até uma verba, um auxílio extra. As questões também de tecnologia, porque antes eles tinham o espaço da universidade para fazer seus trabalhos, suas pesquisas, mas com a pandemia eles ficam sem essa ferramenta. Então ficaram se vendo em uma cidade onde é ruim o apoio tecnológico. Então no mais é isso, a questão da integração também é difícil com a cidade, como já falei. Eles têm mais o apoio dos internacionais apoiando os internacionais. Então esses são os maiores desafios deles.

Na opinião dos estudantes brasileiros entrevistados, as maiores dificuldades são “a distância dos familiares e o preconceito” (ANTÔNIO e CARLOS); “dificuldades por causa das diferenças de formas de viver... Acho que seriam diferenças culturais, né? Mas aos poucos vão se acostumando... Se adaptam...” (BRUNA). Para Diana, o maior entrave seria o preconceito, pois isso a incomoda por ser negra, de modo que percebe que também é algo que atormenta os estudantes internacionais.

Quando se debatia sobre os preconceitos vivenciados, os entrevistados utilizaram com frequência as palavras “ilha” e “isolamento” para descrever a sensação de solidão acompanhada, ou seja, mesmo com muitos brasileiros e outros alunos internacionais ao seu redor, o sentimento que fica diante dos preconceitos é o desamparo, o medo e a tristeza. Em uma das falas transcritas no presente subitem (Kwame), são utilizadas duas palavras contrastantes “gritante” e “silêncio” para descrever a sensação que a questão do racismo lhe desperta. Esse silêncio representa a ausência de sons, de verbalização de palavras/expressões diretamente racistas, contudo, ao dizer que é algo gritante, ele denota a sensação de que o racismo é transmitido pelas repressões ou ausência de gestos amigáveis e oportunidades que poderiam ser proporcionadas no país. Ou seja, que ele fica latente em diversas situações do seu dia a dia.

Também se vê regularmente a menção de que os moçambicanos são vistos como “selvagens/invasores” e que é constante o estranhamento entre os brasileiros e eles. No subitem Brasil Ideal x Brasil Real foi relatado que os moçambicanos possuíam uma visão errônea do Brasil, produzida pela mídia. Ao que parece, os brasileiros também possuem uma visão equivocada gerada a partir de conteúdos midiáticos e sensacionalistas que mostram o continente africano como um lugar que possui exclusivamente pobreza e miséria. Ou seja, a mídia vem gerando distorções de olhares de ambos os lados, causando opiniões sem exame crítico ao mostrar a realidade do Brasil e da África. Essas concepções despertam no brasileiro um sentimento hostil e intolerante em relação aos imigrantes africanos, além de desilusões nos moçambicanos que esperavam uma realidade diferente.

Prova disso é que, por meio dos relatos, percebe-se que o preconceito sofrido foi mais sobre a origem do que em relação à cor da pele. Não que inexista racismo no cotidiano deles, mas o que se sobressaiu foi o preconceito sobre ser de um país africano. A intolerância sofrida pelos estudantes internacionais também foi sentida pelos estudantes brasileiros entrevistados (vista e vivida, pois os entrevistados brasileiros também são negros e já passaram por discriminação), assim como pelo representante da UNILAB. Mesmo que existam ações antirracistas dentro da universidade, elas também precisam ser levadas para fora dos muros institucionais por meio de projetos de extensão para que a comunidade possa conhecer e respeitar as diferenças culturais existentes. Assim, a universidade gera a interação comunitária.

4.4.5 Hipersexualização

Um tema até então inexplorado no referencial teórico desta pesquisa é a hipersexualização, objetificação ou erotização dos negros no Brasil. Esse assunto foi abordado com intensidade por alguns dos entrevistados: “ocorre xingamentos e dizem que nós só servimos pra ser escravo de sexo”. (ARMANDO).

Ayana mencionou sobre como a sexualização do negro e africano interfere nas relações de gênero aqui no Brasil: “as pessoas têm o preconceito de que as pretas têm algumas dádivas sexuais. Somos muito sexualizadas pelos homens daqui”. (Ayana). Os entrevistados Isaach e Mansur também se pronunciaram sobre a hipersexualização dos negros no Brasil, e na opinião deles, isto afeta especialmente a mulher negra:

Elas sofrem mais. Eu me sinto, é... talvez não muito confortável de dizer isso, porque eu não sou uma mulher africana, ser uma mulher africana é uma identidade muito problemática porque a prática, eu vou falar isso a partir da minha vivência, elas... Eu vou dar um exemplo, quando a gente chegou aqui, da primeira entrada, logo no segundo dia ocorreu um assalto entre os estudantes estrangeiros, foi um grupo de meninas, três meninas, todas africanas, num lugar talvez não muito isolado, elas sofreram, e elas sofrem. Ainda que acompanhadas, isso é muito interessante, acompanhadas até mesmo dos próprios meninos africanos, né? Aqui tem muita prática de mototáxi e tudo mais, e eles têm... têm feito alguns movimentos, gestos, hipersexualizando as meninas e tudo mais. É uma forma de sexismo e machismo. Então eu diria que ela sofre por isso, né? A gente já presenciou isso. Umam chegam acompanhadas de seus companheiros e tudo mais, e mesmo assim não tem tido o mínimo de respeito que merecia, isso pesa porque elas sentem essa identidade, elas são africanas, negras e mulheres, três identidades que pesam muito. E eu não vou colocar, eu não consigo colocar uma mulher brasileira nem africana sofrer algum tipo de sexismo ou de um ato machista e tudo mais, porque de certa forma ela sabe que ela aqui tem um espaço mais politizado e ela pode levantar a voz e gritar e dizer que não quer, muitas meninas africanas têm adotado a mesma postura, né? E tipo, de calar e tudo mais, de sentir e tudo mais, e a partir daí, e a gente escuta isso direto aqui, é... com os homens brasileiros, dizem “não, elas são submissas, são fáceis” e tudo mais. E aí é uma grande, uma enorme hipersexualização delas aqui. Isso é muito forte (ISAACH).

Já ouvi comentários que “africanas são assim... tem poligamia”... as pessoas têm uma ideia de que o africano no geral é isso... É polígamo e é sexualmente muito ativo. E tem muita, é... é preconceito sim, tem muitos preconceitos com relação a África. Acho que é desconhecimento, inocência, né? É normal as pessoas estereotiparem algo. Mas nada é homogêneo... (MANSUR).

Amara, relata que não chegou a observar um excesso de sexualização dos negros(as), contudo, comentou a existência de um “olhar característico e um

comentário em voz baixa depois de eu passar”, situação que parece acontecer com suas demais colegas. Já Fayola, acredita que existe um excesso de sexualização em relação a(os) negra(os), contudo, ela acredita que isso acontece mais com os homens. Ainda assim, ela relata o quanto isso também a afeta negativamente. Para ela, é mais comum os moçambicanos namorarem brasileiras, do que as moçambicanas namorarem brasileiros.

Sim, eu acho que isso é verdade. Até porque quando a gente chegou aqui eu recebi várias mensagens de brasileiros querendo ficar, isso logo na primeira semana. Aí eu nem conhecia eles e eles mandavam mensagens pedindo pra ficar e perguntando como é ficar com a gente. Aí eu acho que isso é mais com os meninos, eu noto mais com os meninos... As brasileiras acham que eles são muito bons de cama, quando veem eles, acham que são objetos sexuais. Então noto mais com os meninos, até porque nas meninas é muito difícil ver uma menina namorando com um brasileiro. São poucas as meninas. Agora os meninos namorando com as brasileiras, são muitos. Então acho que existe sim de olharem para nós negros e verem como um objeto sexual. Quando os homens brasileiros, quando olham para nós, eles não procuram para uma relação, eles procuram ficar com a gente, só para ficar uma noite e ver como é que é... E isso não só dentro da faculdade, mas fora também. Houve casos de pessoas que pediram pra ficar, comparar, tipo dizem que os africanos, os negros são muito bons de cama. É muito desconfortável, porque você às vezes você quer uma relação com alguém e ver que a pessoa só quer ficar. Acho que é muito triste, porque nós negros não somos só isso, só objeto de sexualidade, nós também temos sentimentos (FAYOLA).

Conforme será analisado mais detalhadamente na sequência, percebe-se que muitos fatores podem influenciar essa hipersexualização dos homens negros e das mulheres negras. Uma delas pode ser a influência da mídia, que apresenta essa imagem muito sensualizada dos corpos negros, criando um estereótipo. Conforme visto na fala de Fayol, ela atribui esse fato ao desconhecimento da realidade, que vai alimentando essas imagens preconcebidas, padronizadas e generalizadas sobre os negros(as). Essa situação provoca desconforto nos homens e nas mulheres entrevistados, pois eles acabam sendo vistos de forma superficial e objetificada, dificultando a socialização e os relacionamentos amorosos mais duradouros.

Também merece destaque a observação de Isaach sobre o fato de que as mulheres moçambicanas no Brasil acabam tendo cruzamentos identitários e de preconceitos: africanas, negras e mulheres, três fatores que geram preconceitos e, conseqüentemente, causam diversos impactos na experiência da mobilidade acadêmica.

4.4.6 Relações de gênero

Sobre as diferenças culturais entre as mulheres africanas e brasileiras, os entrevistados responderam que elas existem, de fato. Os motivos variaram no decorrer de cada resposta, contudo Zainadine resumiu as diferenças, informando que elas existiam principalmente na maneira de se vestir, de se comportar e de conviver com as outras pessoas. Yannick explicou, ainda, que a mulher moçambicana está sempre preocupada em agradar os outros e que, desde cedo, por volta dos 10 anos, ela já sabe cozinhar e cuidar da casa. Para esse entrevistado, a mulher moçambicana é educada para saber lidar com o que encontrará em seu futuro. Os entrevistados Jafari e Razak também falaram sobre essas diferenças, relatando a existência de uma cultura de superioridade masculina em Moçambique.

Jafari: Sim, existem, existem diferenças sim. Uma diferença enorme porque lá em Moçambique, vou falar das moçambicanas, lá, tipo, eu falo mais pela educação que desde nova mulher moçambicana cozinha em casa, faz tarefas, a educação em si é bem diferente. Os pais mostram o trabalho bem cedo, que elas devem cuidar da casa, lavar roupa, entre outras questões domésticas, não é? Então no Brasil o que eu vejo, no meu ponto de vista, eu vejo que são poucas as moças que fazem isso, os que fazem isso são famílias mais pobres. Aqui acontece mais da mulher ir para a escola do que cumprir com essas tarefas, os pais lá fazem mais pela questão que, não sei se aqui existem ritos de iniciação .. aqui tem ritos de iniciação?

ENTREVISTADORA: Tem por exemplo as festas de 15 anos da jovem, no rito de iniciação da jovem na sociedade. Algumas famílias, principalmente o pessoal mais tradicional, mais conservador, gosta muito de fazer esse tipo de rito de iniciação. Lá também é assim aos 15 anos, tem algum tipo de evento?

Jafari: Lá faz-se antes. Mas não é uma festa, lá isso é mais um momento para começar a chamar atenção da mulher. Tipo, disciplina para poder respeitar o seu marido no futuro. (Jafari)

Elas possuem uma distinção absurda, porque elas são educadas a terem, posso considerar, um respeito muito forte principalmente pelos demais, pelos homens. Elas são ensinadas, infelizmente, que o homem, em particular, é talvez uma pessoa um pouco mais superior a ela, essas questões meio tradicionais que hoje é uma luta também em Moçambique. Mas existe essa diferença em que elas, na sua forma de ser, na sua forma de falar, na sua forma de sentar, na sua forma de vestir, as roupas procuram ser um pouco mais longas, que devem cobrir tudo, não deve mostrar partes do corpo dela e tal (RAZAK).

Para Miro, algumas mulheres em Moçambique também usariam algumas roupas curtas, mas quando começam a pensar em procurar um marido, passariam a se vestirem de forma “mais decente”, pois “geralmente o homem que fez um doutorado ou um mestrado mesmo, ele não vai aceitar uma mulher que não é preservada, né?”

Isaach, por sua vez, explicou que a mulher brasileira é mais politizada, pois conhece e luta mais por seus direitos, possuindo ainda melhor formação acadêmica, pois em Moçambique as mulheres teriam menos acesso ao Ensino Superior. Uma explicação possível para isso pode ser vista nos discursos de alguns entrevistados que, concisamente, comentaram que em Moçambique as mulheres são criadas para serem mães e esposas. Percebe-se, com as falas apresentadas até o momento, que o machismo ainda é muito presente em Moçambique, contudo, de acordo com Isaach, essa situação vem mudando aos poucos e a mulher moçambicana começou a ocupar mais espaço acadêmico, profissional e político. Segundo o entrevistado, as mulheres africanas estão ganhando espaço por meio de um movimento denominado “mulherismo”.

É... são muitas. Primeiro de vestir, como eu falei lá no início, né, a gente toma um susto. E também, como elas, a partir da realidade do país, as relações sociais especialmente de gênero, elas talvez sejam um pouco mais politizadas, no sentido de saber quais são os seus direitos e tudo mais, aquela coisa toda diferente das nossas. Mas eu também diria que isso é relativo porque existe a noção que é global do feminismo, né? O feminismo, a luta das mulheres pelos direitos, e existem noções próprias locais em África que chama-se de mulherismo, as mulheres já tem um direito e tudo mais. E aqui a mulher, ela... ela tem essa cara mais... ela bota a cara na rua e tudo mais, está em diferentes frentes e tudo mais, muito mais, talvez, politizadas, no modelo formal, né? Aquela coisa, ter mais formação acadêmica e tal e tudo mais. E lá ela tem, mas nós sabemos que há muitos problemas, muitos casos onde elas, por exemplo, não conseguem ter acesso ao ensino superior de igual forma que os homens. Mas por outro lado são as que mais controlam a economia, elas sustentam uma família lá, é muito comum isso aí. É um outro poder também, que eu acredito que seja outra forma de feminismo, né? A capacidade, por exemplo, a minha mãe agora, eu perdi meu pai, e minha mãe ficou com 6 filhos, então ela cria a família inteira. Eu perdi meu pai fez dois anos agora em abril, e eu acho que a luta que a minha mãe faz pra botar comida na mesa agora sozinha e cuidar das minhas irmãs, dos meus sobrinhos, então isso é... é uma forma, né? Temos um Parlamento, uma assembleia, que de 255 Deputados, acho que 99 são mulheres, mas isso não quer dizer muito, né? Porque se você for entrar numa sala da universidade, um curso de engenharia, economia, ou até das humanas e medicina, você vai encontrar menos de um terço de mulheres. E aqui no Brasil é muito diferente, aqui no Brasil elas têm a possibilidade de ir pra escola e tudo mais, e dar voz a esses movimentos sociais, a luta pelos direitos das mulheres de forma muito mais politizada (ISAACH).

As mulheres moçambicanas entrevistadas relataram que a maior diferença é a liberdade da mulher brasileira, porque aqui a luta das mulheres por igualdade é mais intensa, apresentando melhores resultados em relação a Moçambique. As entrevistadas também mencionaram que a mulher moçambicana enfrenta dificuldades

e preconceitos maiores do que o homem moçambicano no processo de mobilidade acadêmica no Brasil. Segundo elas, isso ocorreria devido ao machismo. Além disso, elas voltaram a falar sobre a erotização da mulher negra e africana no Brasil e disseram que esse tipo de preconceito afeta as relações sociais e o cotidiano no país. Uma das entrevistadas justificou, ainda, que elas enfrentam mais dificuldades não apenas no Brasil, mas também em Moçambique:

Na nossa população moçambicana, o número de homens é bem reduzido comparando as meninas de Moçambique. Mas há mais moçambicanos do que moçambicanas aqui estudando, por exemplo. Enfrentamos mais dificuldade em casa também, em Moçambique. Nós temos vários fatores que influenciam para a mulher desistir dos estudos. São poucas mulheres em sociedade que conseguem cumprir com os estudos. Temos cobranças diferentes, os casamentos indesejados, dentre outros aspectos que influenciam negativamente a vida da mulher. No próprio governo moçambicano são poucas mulheres que estão lá, mas vai mudar, eu espero. Já temos engenheiras, já temos médicas, entre outros profissionais, né? (AMARA).

Para os homens entrevistados a opinião se dividiu: os entrevistados Arlindo, Danso, Erasto, Isaach, Jafari e Malik acreditam que as mulheres moçambicanas sofrem mais dificuldades e preconceitos em relação ao homem moçambicano no Brasil, seja devido às diferenças culturais existentes, seja pelo machismo (presente em Moçambique e no Brasil) ou pela hipersexualização da mulher africana. Os entrevistados Adelowo, Razak, Yannick e Zainadineacham que as mulheres e os homens enfrentam os mesmos obstáculos, pois os preconceitos existentes seriam mais em relação ao “aspecto racial, da cor da pele, etnia e cultura” (ADELOWO) e não pelo gênero. Além disso, para Razak, não haveria essa diferença, pois no Brasil a mulher é mais “empoderada”. Os demais homens entrevistados (Armando, Akin, Bonami, Kwame e Mansur) disseram não saber, pois não teriam ainda pensado sobre o assunto.

Apesar dos entrevistados considerarem que a mulher brasileira seja mais emancipada e politizada por ter mais oportunidade de estudar e de trabalhar, se analisados dados políticos dos dois países, vê-se que o Brasil ainda possui uma política fundada no patriarcado. Enquanto em Moçambique o percentual de deputadas é de 41,2% (DEUTSCHE WELLE, 2020), o Brasil possui apenas 77 (15%). Ainda assim, essa quantia é fruto da decisão do Tribunal Superior Eleitoral que, em 2018, garantiu que nas eleições haveria a aplicação de, no mínimo, 30% dos recursos do

Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do tempo de propaganda gratuita no rádio e na TV para as candidaturas de mulheres (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2018). Nas eleições de 2014, antes da decisão do Tribunal Superior Eleitoral, o percentual era de apenas 10% (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2018). Tal situação merece reflexão e mudança de posturas, pois a sub-representação política feminina gera efeitos negativos na idealização, na construção e na execução de políticas públicas voltadas à mulher.

As mulheres moçambicanas entrevistadas relatam enfrentar situações em que o machismo, especialmente a hipersexualização, prejudicou suas vivências no Brasil de alguma forma. Também se percebe, nos relatos apresentados, que os entrevistados (homens e mulheres) consideram que existe uma cultura de machismo em Moçambique. Assim, o pensamento machista é cultural e significativo nos dois países, fazendo com que as mulheres sofram uma espécie de cruzamento de preconceitos transnacionais. Essa cultura está presente na sociedade nos mais diversos aspectos (economia, política, família etc.) e em alguns comentários dos homens entrevistados.

4.4.7 Estratégias de Inserção Social

Apesar das dificuldades e dos preconceitos, 18 dos entrevistados moçambicanos fizeram amigos, bem como viveram algum relacionamento amoroso no Brasil. Apenas um entrevistado relatou não ter feito amigos e não ter tido relacionamentos amorosos, principalmente pelo pouco tempo de estadia, bem como por esse tempo ter sido quase em sua totalidade prejudicado pela quarentena do coronavírus, que suspendeu as aulas durante vários meses de 2020, sendo reativadas posteriormente na modalidade on-line. Esse período também tem sido marcado por muitas restrições para sair de casa, de modo que não existem eventos religiosos, estudantis e festas em geral.

Na verdade, não há aula, né? Devido a pandemia todo mundo tá em casa, em isolamento, nosso semestre foi cancelado parcialmente, apenas as bolsas e auxílios estão sendo pagas normalmente pra ajudar os estudantes (MANSUR).

Sobre as aulas em período de pandemia, o representante da UNILAB explicou que

as aulas estão todas remotas, inclusive para os recém ingressos. Para os que já estão no Brasil, há uma possibilidade de algumas aulas de laboratório, alguns dias da semana, mas prioritariamente as aulas estão remotas. E para aqueles que passaram na seleção 2020, eles estão estudando os primeiros semestres em seus países, totalmente remoto, a gente priorizou realmente as disciplinas comuns, pra que no momento que eles possam vir para o Brasil possam fazer as disciplinas mais específicas do curso. E provavelmente em 2022 a gente volta a ficar presencialmente.

Jafari relatou a dificuldade de fazer amigos no Brasil e comentou que o único amigo brasileiro aparenta ter vergonha da relação de amizade com um moçambicano, inclusive tendo receio de ser visto ao seu lado. Assim, a “amizade” se restringiu ao ambiente universitário.

Ok, sim. Tipo, eu... amigos, tipo internacionais, não há muita dificuldade, é mais com brasileiros. Eu até tenho um colega, esse colega brasileiro, o nome dele é ***** , mas eu vejo nele que ele quer ter uma amizade com uma pessoa internacional, mas só que ele questiona se, tipo, “ok, tá bem, vamos ter essa amizade, você vem na minha casa, não sei o que vai acontecer se eu te levar na minha casa, se os meus amigos estiverem lá não sei o que vão achar de ti”. Há esse medo, o que acontece na sociedade para levar uma amizade a sério existe, esse medo. E existe o preconceito nessa sociedade. As pessoas não estão acostumadas a estar ao lado de internacionais, é diferente quando, é diferente comparando com Fortaleza. Em Fortaleza a integração faz sentir comparando aqui com o interior, as pessoas têm medo, a comunidade em si já tem medo. E é um assunto bem complexo. Eu não consigo entender o porquê (JAFARI).

As diferenças e choques culturais são constantes e exigem dos alunos internacionais formas de superar tais desafios. Assim, como sujeitos vindos de outro país, os moçambicanos buscam inserir-se nos espaços sociais brasileiros por meio de estratégias pessoais. Ao falar desses métodos, os moçambicanos muitas vezes mencionaram ações de enfrentamento a preconceitos ou de como simplesmente tentam esquecer ou se esquivar dessas tristes situações, conforme os três relatos abaixo:

Eu uso o perdão. Tento entender que nem todos entendem as coisas como elas são (AYANA).

Uma das lições que eu tive foi de que eu vim para uma sociedade diferente, e tinha que me acostumar como ela é. Ainda que eu sofra algum tipo de injustiça, discriminação, preconceito racial, social, minha estratégia é de

buscar me isolar, não aceitar os lugares onde eu, em algum momento, sofri algum tipo de discriminação, preconceito e tudo mais. Então eu busco desviar, é uma das formas de não entrar em atrito, justamente porque eu não sou daqui, então eu tiro uma lição daquilo, mas busco não entrar em confronto, né? (ISAACH).

A primeira estratégia que eu acho que seja a mais infeliz ainda é reprimir. Por quê? Porque eu já vivo sabendo que existem espaços, existem ambientes, que por mais que eu queira estar lá, eu não posso estar. Por mais que eu até tenha condições de estar, eu não posso, porque de uma forma ou de outra eu já sei o que vou sofrer lá. Então eu já esqueço que existe aquele lugar, coloco isso na minha cabeça e pronto, essa é a primeira estratégia (MALIK).

Outros entrevistados buscam aprender os costumes e a cultura brasileira, citando que procuram “investigar e aprender as variações linguísticas” (AKIN) ou “compreender a cultura e a forma de viver dos outros e mesmo que eu não concorde com algumas coisas, mas eu respeito isso” (ERASTO). Um entrevistado, inclusive, informou ter participado de um evento internacional com povos indígenas e quilombolas aqui no Brasil, e que tal evento teria ajudado a interagir com os colegas brasileiros, também presentes na ocasião (ARMANDO). A religião e as redes sociais também são mencionadas como forma de buscar a inserção social:

Eu tenho inclusive vários grupos aqui, eu sou evangélico, né, sou da Igreja Universal, então existem esses grupos. Tipo, às vezes existe algum evento em Maracanaú, em Fortaleza, então nós temos que estar presentes, embora aqui na nossa região em Redenção seja a nossa sede, né? É basicamente isso, eu tenho certos grupos aqui, tem o grupo da Universal e o grupo de enfermagem nessas plataformas de WhatsApp (JAFARI).

Os esportes e eventos sociais se mostraram, da mesma forma, como uma maneira de interagir com a sociedade local aos moçambicanos entrevistados:

Eu acho que é algo bem espontâneo, né? Tem certos pontos que nos une, por exemplo, o esporte nos une, estar em um ambiente como alguma festa ou algo social nos une, estar numa sala de aula acaba nos unindo. A gente vai desenvolvendo afinidades de acordo com o comportamento de cada um, isso nos une ou nos separa, né? Cada um consegue desenvolver essa afinidade ou não (KWAME).

Na visão do representante da UNILAB, para interagir com a sociedade local, os estudantes moçambicanos criam algumas estratégias, tais como a participação em eventos religiosos, ações na sociedade e, ainda, por meio da participação nas atividades universitárias. Quanto aos alunos brasileiros que estudam com

moçambicanos na UNILAB, dois não souberam informar quais seriam as estratégias de inserção. Outro informou que os moçambicanos se demonstram amigáveis e educados (CARLOS) e a última, que as estratégias ficavam em torno das formas de lidar com os preconceitos (DIANA). Quando esses entrevistados analisam sua própria relação com os estudantes internacionais, todos a avaliaram como boa e, quando questionados a respeito de se eles saberiam as diferentes nacionalidades de seus colegas de sala, Antônio informou que sabe apenas de alguns colegas, os demais informaram que acreditam saber informar os países de origem de seus colegas.

Todos os alunos brasileiros destacaram que buscam aprender sobre a cultura dos colegas de outras nacionalidades, cada um destacando um aspecto diferente que gosta de conhecer: “Gosto de aprender sobre o que gostam de fazer, comer, assistir. Descobri, por exemplo, que eles assistem nossas novelas por lá” (ANTÔNIO); “Busco, sim, aprender a falar Criolo, que é uma língua muito falada em Guiné Bissau” (BRUNA); “gosto de aprender sobre os tipos de música que escutam em seus países de origem e busco me informar sobre aspectos políticos dos países” (CARLOS); “Acho legal ver que existem diferenças no português que eles falam...Tem algumas palavras e expressões diferentes” (DIANA).

Como forma de colaborar com a inserção social dos colegas internacionais, três dos entrevistados brasileiros já haviam levado estudantes africanos para conhecer a cultura e os lugares de lazer locais, tais como eventos, praças, lojas, feiras e lanchonetes. Apenas a entrevistada brasileira Bruna afirmou não ter realizado tal experiência de integração.

As estratégias de inserção social são métodos de subjetivação, conscientes ou não, que os moçambicanos utilizam para ter aceitação na sociedade durante o período de mobilidade no Brasil. Os entrevistados tentam construir-se como sujeitos em um novo local, buscando criar relações com as coisas e as pessoas que convivem. No decorrer das entrevistas palavras como “desviar, isolar, evitar” estiveram muito presentes nas falas, demonstrando medo pelo fato de ser um imigrante e poder se prejudicar de alguma forma caso revide as discriminações sofridas, resignando-se. Percebe-se, ainda, declarações que demonstram respeito pela forma de viver do brasileiro e vontade de aprender/compreender a cultura local para melhor integrar-se na sociedade.

Algumas ferramentas como a participação em eventos, em redes sociais, na religião e nos esportes também foram mencionadas nessa busca por um maior envolvimento social. Assim, o compartilhamento de espaços físicos e midiáticos tem potencial para melhorar o convívio entre os alunos internacionais e a comunidade local, contudo, a subjetividade de cada um atravessa as estratégias de interação ou não com o outro.

Os entrevistados brasileiros reconhecem o que os entrevistados moçambicanos informaram a forma como eles buscam ser sempre cordiais e evitar atritos para serem mais facilmente aceitos. Além disso, os brasileiros participantes da entrevista também buscam conhecer a cultura dos colegas de outras nacionalidades e inseri-los no convívio social fora das universidades, entretanto, é possível que esses sejam contatos superficiais, visto que eles não mencionaram, por exemplo, terem levados os alunos internacionais para conhecer seus amigos e familiares.

4.4.8 Mobilidade e Identidade

Na opinião dos moçambicanos, a mobilidade é o ato de se mover no espaço em busca de um objetivo, gerando um intercâmbio de conhecimentos. Os entrevistados também entendem que essa mobilidade possibilita os mais diversos aprendizados e chances de crescimento pessoal, acadêmico e profissional, bem como a oportunidade de conhecer e de se conectar com novas pessoas e lugares, conforme algumas narrações abaixo transcritas:

Isso tem um significado de conhecer uma nova cultura, eu sempre quis, tinha um sonho de conhecer o mundo aqui fora, o Brasil é um dos países que estavam no plano. Brasil, Portugal, países que estão fora do continente africano que fala a língua portuguesa. Essa foi a curiosidade. Depois vou conhecer alguns países que falam língua inglesa, né (JAFARI).

Conhecer mais pessoas, né, alargar mais o campo de interação, por exemplo, se eu for trabalhar em Moçambique, já tenho alguns projetos que eu posso fazer a partir de lá, tendo em conta a minha experiência aqui. Em Moçambique eu faço parte da associação moçambicana de sociologia, então... Está a ser e vai ser frutífero para mim esse curso (MANSUR).

Inicialmente conhecer um lugar novo e uma nova cultura, né. Oportunidade de fazer parcerias e aprender cada vez mais, porque esse é nosso objetivo principal ao sair de casa. E também fazer novas amizades, iniciar um novo ciclo de amigos (KWAME).

Representa um ganho, né? Representa um ganho, mais um ganho acadêmico, mais um ganho de convívio, experiência. É aprendizado acima de tudo. Com cada país que faz parte da UNILAB (ZAINADINE).

Ela traz muitas oportunidades. Por exemplo, sabendo que o Brasil é dos países muito desenvolvidos... Ao voltarmos para nosso país, eles pegando nosso currículo eles vão se admirar do conhecimento que nós obtemos. Veja só onde essa pessoa foi obter conhecimento? Em um dos países bem desenvolvidos, onde a educação está num nível muito alto. Então vai ser algo muito extraordinário, entende? Ya, eu acho mesmo, que vai ser algo extraordinário. Eu imagino eu daqui há quatro anos ou cinco anos, por causa da pandemia vai ser cinco anos, eu vou voltar para Moçambique e é provável que em Moçambique eles me coloquem logo numa gerência de uma empresa, por exemplo, de agricultura. Vou para gerenciar, por exemplo, da agricultura aqui na capital. E por que eles vão fazer isso? Porque vão olhar para o currículo, onde, eu tipo, diferentemente se eu tivesse um currículo do meu próprio país. "Esse aqui é nosso, esse tem o conhecimento só básico". O Brasil tem uma agricultura muito grande, eles vão olhar pra isso: "ele foi buscar a agricultura em um sítio muito grande. Apostamos nele que a agricultura vai muito bem" (YANNICK).

Eu acho que a maior oportunidade que ela me possibilita é de criar uma rede, chama Network, né? Eu costumo dizer que eu sou cidadão do mundo, eu gosto de viajar e tudo mais, eu gosto de fazer relações tipo de amizade e tudo mais, descobrir o outro, gosto enfim de me conectar. E a mobilidade, ela possibilita isso. Possibilita e potencializa nas nossas relações interpessoais, nós podemos dialogar com os demais e ter a nossa própria rede. E poder ter a oportunidade de voltar pra alguns espaços não como estranhos, com uma identidade local, ela é criada a partir daquele contato, então isso é também como mais, mais aprecio. Eu vejo como uma virtude da mobilidade, de nos possibilitar estar em lugares e a partir daquele contato, seja ele de um ou dois dias, vamos deixar aquela marca ali, e quando voltar talvez não nos sentimos mais estranhos como da primeira vez (ISAACH).

Na fala de Isaach, vemos, pela primeira vez, uma menção à identidade no processo de mobilidade. Para ele, a mobilidade permite criar outras identidades nos lugares que se deslocam, identidade que não de um estranho visitando um lugar, mas de alguém que ali viveu, compartilhando situações e emoções, permitindo ter uma identidade local, mesmo sendo de outro país.

Também, na entrevista com o representante da UNILAB, ele informou que entende como mobilidade "qualquer ação que configure em trocas culturais" e que as vantagens da mobilidade são a "integração internacional e a multiculturalidade". Além disso, ele acredita que a instituição está cumprindo sua missão institucional de receber os estudantes internacionais, em especial os dos países parceiros.

Quanto à identidade e aos aspectos que podem ser afetados com a experiência da imigração, foram listados para os entrevistados alguns exemplos que integram as dimensões identitárias: estratégias de inserção social, questões de

gênero, de nacionalidade, de etnia, de manifestações culturais, de manifestações religiosas, de interações ambientais, de formas de consumo e de enfrentamento de preconceitos.

Em relação às "estratégias de inserção social", os entrevistados Armando, Amara, Ayana, Fayola, Mansur, Miro e Zainadine mencionaram que sentiram que a imigração afetou na forma que se relacionam e nas suas ferramentas de interação social. Isso ocorreu porque foi necessário se adaptar ao novo ambiente, às novas pessoas e às situações do cotidiano, conforme a narrativa de Mansur. Já Armando, cita como exemplo dessa mudança, a necessidade de criar uma associação de estudantes moçambicanos, para ter maior representatividade no campus e na cidade que residem.

Geralmente é um processo longo, mas tento fazer o máximo possível de integrar, eu tenho esse cuidado, né. Tenho esse cuidado de, por exemplo, tem palavras aqui que se usa que eu não posso usar, essas coisas. Também já tive uma conversa antes com meu orientador, que me deu algumas dicas antes de chegar mesmo, de como falar, essas coisas todas. E alguns gestos também, tem uns gestos por aqui que são obscenos. Tem também o meu comportamento, o comportamento nosso, por exemplo, nós dificilmente, receber com a mão esquerda é um pouco... um pouco falta de respeito, né? Tu não podes receber nem entregar com o esquerdo, mas aqui não tem esse cuidado, lá já é hábito para mim, né. Então tem essas coisas que eu vejo. E eu procuro sempre falar, no supermercado, por exemplo, com as pessoas, conversar um pouco (MANSUR).

Através das nossas estratégias criamos a associação dos estudantes moçambicanos da UNILAB, que através dos mesmos temos tido várias sentadas, reuniões e debates sobre a nossa estadia cá no Brasil, debruçando também sobre a situação do nosso país, a atual mudança das políticas do Brasil, da UNILAB, e etc.... Isso depende de cada pessoa, ou seja, é algo singular. Mas ressalto que vem coisas que a gente não tinha como hábito em Moçambique, mas aqui temos criado um hábito e respeito sobre o mesmo. Procuramos aceitar e respeitar, mas não nos colocamos dentro de algumas realidades que não batem com as nossas (ARMANDO).

Apesar de 16 dos entrevistados terem relatado que presenciaram ou sofreram preconceito, apenas os entrevistados Adelowo, Akin, Danso, Malik e Zainadine acham que o enfrentamento aos preconceitos afetou, de alguma forma, suas identidades:

Na verdade, o Brasil é um país onde senti na pele a questão do preconceito logo na minha chegada foi difícil conviver com essa situação é lhe dar com ela, mas no final acabei entendendo e superei este dilema (DANSO).

Isso mudou, isso mexeu muito com o meu estilo de vida. Isso mexeu muito porque eu acho que o tanto que a gente muda no decorrer da nossa

formação, esse fato de a gente ter que ter estratégias pra enfrentar, pra fugir, pra se afastar do racismo, essas coisas de preconceito acabam mudando nossa forma de viver (MALIK).

Para os entrevistados Adelowo, Ayana, Akin, Arlindo, Isaach, Jafari, Malik, Mansur e Zainadine, as manifestações culturais foram elementos identitários que precisaram ser constantemente negociados para se adaptar no Brasil por dois motivos principais: os moçambicanos não conseguem expressar ou ter reconhecimento de sua cultura no Brasil e, além disso, eles são cobrados pelos brasileiros para conhecer e entender a cultura daqui.

Quanto às formas de consumo, os entrevistados Isaach, Jafari, Malik, Yannick e Zainadine relataram que a mobilidade gerou mudanças também nesse aspecto. As principais mudanças são sobre alimentos consumidos e o padrão de consumo. Segundo eles, no Brasil eles têm acesso a produtos e serviços em maior quantidade e qualidade do que em Moçambique

Sim, talvez por algumas influências, né, de comida, por exemplo. Eu já consumo coisas, que no início, quando eu cheguei, detestava, agora eu consumo. Primeira vez que eu comi um prato que chamamos cuscuz aqui eu detestei, mas depois comecei a me integrar melhor, então são as pequenas mudanças (MANSUR).

Porque, comparativamente, o padrão que eu tinha lá talvez tenha melhorado aqui, o padrão de ter acesso, de poder consumir, dos serviços, bens e tudo mais, ter posses... então acho que influenciou bastante, né (ISAACH).

Para os entrevistados Bonami, Danso, Miro, Razak e Zainadine, houve alterações na forma com que ocorriam as interações ambientais. Para eles, isso ocorreu devido a diversos fatores, tais como a mudança na forma de ver o Brasil, as pessoas, a realidade sociopolítica e o meio ambiente local.

Quanto à maneira de relacionar-se com a nacionalidade, os entrevistados Ayana, Arlindo, Bonami, Isaach, Jafari, Mansur e Zainadine relataram que perceberam mudanças nesse aspecto, pois passaram a valorizar mais sua identidade moçambicana. Ayana ressaltou que a nacionalidade seria o fundamento de sua identidade no Brasil, pois várias vivências aqui ocorridas tiveram como raiz o seu local de origem: “É a chave de tudo. Sou estrangeira, isso é a raiz de tudo”. Outros entrevistados destacaram que sair do país despertou maior interesse e amor pelos elementos culturais de Moçambique e da África. Nesse contexto, foi perguntado a

todos os entrevistados se a imigração reforça ou enfraquece a identidade africana e pode-se perceber que 17 deles acham que a mobilidade ajudou a reforçá-la. Akin, por exemplo, acredita que reforça sua identidade africana, pois a cor e a raça mostram sua verdadeira identidade.

a questão de nacionalidade, acho que serve pra todos, todos nós quando saímos do nosso país. Então nós carregamos muito a bandeira, acho que se pudesse vestia a bandeira e sairia direto todos os dias, né? Tanto que eu choro ainda hoje sempre que toca o hino nacional do meu país. Porque às vezes eu era o único que cantava o hino nacional no auditório, na minha própria formatura mesmo. Então assim, parece que naquele momento, exalta minha Pátria (ISAACH).

Miro reforça essa ideia e acrescenta que nada pode mudar sua identidade africana.

É porque assim, há uma coisa, desculpa responder assim, mas eu vou responder, ninguém pode tirar isso de mim. Eu digo isso para mim mesmo. A pessoa pode falar o que quiser, mas isso não vai me tirar, eu sou africano. Ninguém vai tirar isso de mim, não tem como. Por mais que eu me case com uma brasileira, sempre serei africano mesmo. A verdade é a verdade, né? (MIRO).

Razak, por sua vez, destacou ainda que, quando estava em Moçambique, não conhecia e admirava tanto sua própria cultura e história, mas a imigração despertou um espírito nacionalista que antes não possuía, fazendo-o pesquisar e divulgar as coisas boas do seu país.

Algo que eu percebi e envergonha ter que dizer é que quando eu estava no meu próprio país, eu pouco sabia do meu próprio país. É aquele ditado popular que a gente diz, quando a gente tem a coisa, a gente dá menos valor, a gente só dá valor quando perde ela, né? E saindo do território nacional eu pude começar a observar o meu país de uma outra forma, começa a surgir um espírito nacionalista. Ontem eu não estaria nessa camiseta (falou mostrando a camisa da seleção moçambicana), em Moçambique, não colocaria, mas hoje eu quero mostrar, quero mostrar que sou moçambicano, eu quero mostrar que a África não é um país, eu quero mostrar que a gente tem danças tradicionais, eu quero mostrar que a gente tem línguas nativas, eu me orgulho em dizer que Moçambique tem 54 línguas, um país só com 54 línguas. Então me orgulho de muita coisa boa que antes eu não ligava. Então a minha vinda para o Brasil veio fortalecer o meu próprio espírito nacionalista, veio fortalecer as minhas raízes, vem fortalecer quem realmente sou e hoje eu aprendo mais de Moçambique estando fora, hoje eu me ligo mais a Moçambique estando fora de Moçambique, eu me ligo mais às causas sociais de Moçambique, tudo aquilo que eu faço, eu penso no meu país, como eu posso levantar isso lá em Moçambique, como é que eu posso fazer isso em Moçambique, então de fato... infelizmente eu acho que poderia ter dado mais

quando estava em Moçambique, mas infelizmente eu estou dando agora. Então essa vinda veio apenas fortalecer a minha moçambicanidade (RAZAK).

Já Mansur ressaltou que a mobilidade por um lado fortalece a identidade como africano, mas deixa de lado a identidade moçambicana. Isso porque na África, e em seu país, ele podia se denominar moçambicano, contudo, no Brasil seria necessário denominar-se africano para que os brasileiros entendessem o local de onde ele vem.

Eu acho que reforça o lado africano. Também diminui um pouco, né, a minha etnia local. Reforça no sentido de que aqui é mais fácil falar que sou africano do que sou moçambicano, tem essa exigência por exemplo, você falar que é africano. Eu não posso falar que sou moçambicano senão vão perguntar onde é que é, essas coisas todas. Então sempre tem essa necessidade de falar que sou africano e não só para mim, mas muitos, quando estão em público, isso foi bom perceber, sempre fala que é africano. A nacionalidade africana lá não conta muito, é diferente de quando eu estou em África. Quando estou na África, mas fora do meu país, eu falo que sou moçambicano. Em África Do Sul, por exemplo, sou moçambicano. Então aqui não posso falar que sou moçambicano, tenho que falar que sou africano. Vai de acordo com o que as pessoas construíram (MANSUR).

Isaach também comenta sobre essa situação, mas ressalta que, embora no Brasil não possa falar seu idioma nativo ou expressar outros elementos de sua cultura, a mobilidade fortalece sua identidade moçambicana e africana, pois ele a reafirma nos momentos de dificuldade, não se deixando esquecer de quem e de onde é. Contudo, no seu caso, por ser da UNILAB da Bahia, em que há apenas quatro moçambicanos, a tarefa se torna ainda mais árdua.

Ela fortalece. Fortalece na medida em que eu... quando eu cheguei aqui, eu pude me achar, me achar porque eu vim para dentro de uma identidade, e dentro dessa identidade eu tinha que reformar minha identidade nacional, já que eu não poderia falar minha língua, tinha sempre que reafirmar pra todo mundo. Aqui não sou apenas de Moçambique, porque agora eu sou um africano. Eu sou moçambicano, sou africano, então eu busco reafirmar isso sempre. Então isso muda porque há uma necessidade de reforço, de reforçar constantemente a minha identidade, minha pátria e essas coisas, eu preciso reafirmar para não ser esquecido ou para eu não cair, ou seja, acharem que eu sou mais um angolano ou um guineense. E aqui é mais difícil, porque temos poucos moçambicanos aqui na Bahia, né? Então cada vez mais, acho que é isso que acontece na UNILAB, mas há necessidade de eles reafirmarem o seu lugar. Isso não é diferente. Porque a gente não pode falar nossas línguas, a gente tem que falar português (ISAACH).

Apenas Ayana achou que a mobilidade enfraqueceu sua identidade africana, pois para ela “identidade significa poder viver aquilo” e no Brasil não a deixariam

expressar-se e ser ela mesma. Enquanto isso, Jafari não soube afirmar com certeza, pois a mobilidade fez com que ele mudasse muitos costumes e práticas culturais que seriam vividas se ele estivesse em Moçambique.

Sabe, eu não sei. Há quem diz que eu tô na idade de ser pai, que isso é uma idade de costume no meu país. Voltando na questão da alimentação, tem coisas que eu estou consumindo aqui no Brasil, mas em Moçambique eu não consumia, eu estou mudando a minha alimentação drasticamente e às vezes fico pensando “ah, mas e os pratos que faziam lá em casa, se eu voltar e dizer que eu já não gosto desse prato as pessoas vão ficar chateadas” entendeu. A minha alimentação está mudando drasticamente mesmo, estou a comer coisas que eu não estava acostumado. A fala e a gastronomia. Os costumes, é basicamente isso, porque lá em Moçambique eu não era muito de sair e por aqui pior ainda. Por aqui não tem parque, não tem shopping, completamente habito dentro de casa, só isso, mas não foi difícil me adaptar aqui, tão difícil assim, e eu acabei me acostumando assim, eu gosto daqui, é, a região em si é calma, as pessoas conseguem fazer as suas coisas, não há muita poluição sonora, poluição ambiental, uma zona bem tranquila, a vizinhança são pessoas que também estão numa boa. Por exemplo, em Moçambique, no local que eu morava tinha muita poluição sonora, mas aqui os bairros são muito tranquilos. Cada um faz a sua vida e eu gosto disso. Eu acabei me adaptando porque muitas coisas aqui no Brasil quase são idênticas como eu estava em Moçambique, não é? (ISAACH).

Em relação à etnia, os entrevistados Erasto, Isaach, Mansur e Zainadine informaram terem percebido mudanças. Para eles, como a etnia é algo ligado a uma conjuntura herdada e baseada na sociedade em que se vive e atrelada a elementos culturais em comum, a distância física em relação a suas comunidades afetaria esse aspecto por dois motivos:

primeiro porque eu não sabia que existia muita diferença no Brasil, né, eu pensei que fosse homogêneo, mas não é, há variações. A forma de falar varia, tem pessoas que falam muito mais rápido, tem pessoas que falam muito mais devagar. Depois, também, por causa da própria UNILAB, né. A UNILAB tem vários grupos, vários grupos étnicos, mesmo, é, África, são vários grupos étnicos, então dá pra conhecer muito (MANSUR).

Quanto à identidade de gênero, os entrevistados Amara, Ayana, Isaach, Malik, Mansur e Zainadine destacaram que a forma de ver o tema mudou, pois no Brasil haveria maior debate sobre temas ligados à sexualidade, homofobia e feminismo. Amara, por exemplo, uma das poucas mulheres entrevistadas na pesquisa, ressaltou que no Brasil adquiriu muito conhecimento sobre “identidade de gênero e empoderamento feminino” (Amara). Outra mulher entrevistada (Ayana) na pesquisa ressaltou que existe uma diferença notável entre os dois países nesse aspecto, pois

a luta das mulheres no Brasil é mais intensa e já apresenta maiores resultados em relação a Moçambique, uma vez que aqui as mulheres têm mais direitos. Até alguns homens entrevistados perceberam essa diferença nos direitos e na forma de debater o feminismo. Isaach, por exemplo, afirmou que sua forma de ver esses temas mudou, pois em Moçambique

a gente não debate, não entende essa forte tradição de debater as relações de gênero e de poder e tudo mais. Então mudou bastante, agora tenho uma visão muito crítica das relações de gênero, questões mais práticas da minha própria Cultura, a partir dessa nova vivência, dessa nova realidade (ISAACH).

Em relação à religiosidade, apenas os entrevistados Isaach e Zainadine informaram que haviam mudado a sua forma de ver a religião, pois até o momento da imigração eles não sabiam que no Brasil havia preconceito em relação às religiões de matriz africana.

Quando eu vim pra aqui para o Brasil, é... eu vim descobrir, vim saber do racismo religioso a partir daqui. Um preconceito sobre algumas religiões africanas. E aí eu comecei a analisar criticamente, porque antes eu olhava para as religiões e uma forma, é... não que seja errado, né? Mas muito romantizada, do bem e do mal e quando vim comparar esse choque religioso, né, essa intolerância em constante conflito mudei a percepção da religião, da própria religião daqui para lá. Esse choque me fez ter uma visão diferente, um pouco mais crítica. Me mostraram que na verdade não existe um mar de rosas, existe um conflito (ISAACH).

Zainadine foi o único que afirmou que todos os aspectos da identidade mencionados na pergunta sofreram interferência devido à mobilidade.

Todos os aspectos da identidade listados são afetados. Os hábitos são diferentes, o convívio também vai ser diferente. É... sempre que a gente está perante a algo estranho, sempre há aquele choque, né? O Estranhamento, estranhamento é mais preciso...A forma que a gente vivia lá, não vai ser a mesma forma que a gente vai viver aqui. Então as coisas, totalmente mudam. Cada aspecto vai direta ou indiretamente interferir em outro e isso vai nos afetando (ZAINADINE).

Também foram abordados os entrevistados brasileiros em relação a como percebem os aspectos de identidade que os estudantes moçambicanos expõem. Eles comentaram sobre dois pontos: cultura e nacionalidade. Segundo eles, os moçambicanos buscam “reafirmar os aspectos nacionais e culturais pra gente conhecer e valorizar as coisas deles” (CARLOS) e que são “muito ligados aos seu

país de origem e cultura, ao mesmo tempo que “tentam aprender e entender nossa cultura” (ANTÔNIO). Tais relatos vão ao encontro do que os moçambicanos falaram sobre a negociação de aspectos identitários a fim de se adaptar ao Brasil.

O representante da UNILAB também comentou sobre como a mobilidade traz impactos em diversos aspectos da identidade.

A gente percebe que tem impactos. Eles trazem as suas questões culturais e é bem forte, as línguas maternas também, eles estão sempre falando as línguas maternas, promovendo esse discurso, inclusive. E repassando essas culturas para nós brasileiros. Hoje os estudantes que dão curso de crioulo, são alunos de Guiné-Bissau, alunos de Angola. Há também essa necessidade de integrar o brasileiro à cultura, à língua deles.

Ao falar da mobilidade, os moçambicanos discorreram sobre as diversas oportunidades esperadas e/ou proporcionadas por essa experiência e destacaram alguns pontos que, para eles, configura a essência dessa experiência:

- 1 – Conhecer uma nova cultura;
- 2 – Conhecer e interagir com mais pessoas;
- 3 – Fazer parcerias e novas amizades;
- 4 – Ganhar experiência/aprendizado pessoal, profissional e acadêmico;
- 5 – Obter reconhecimento futuro pela qualificação no exterior;
- 6 – Ascensão social, econômica e profissional;
- 7 – Criar uma rede de contatos e interação (*network*);
- 8 – Descobrir e se conectar com o outro;
- 9 – Ampliar sua própria identidade por meio da relação com o outro, uma alteridade que gera nova identidade;
- 10 – Deixar sua marca em um ambiente novo e sentir-se como o outro, ou seja, não se sentir como estranho no Brasil, sendo inserido/incluído no novo lugar.

A mobilidade, para os entrevistados, fez transpor barreiras geográficas e culturais em uma constante conexão com pessoas e lugares que ensinam e aprendem novas experiências e sensações. Eles criaram novas identidades baseadas em uma integração cultural, então já não são os mesmos que viviam em Moçambique, mas não são (e não querem ser) como os brasileiros, possuindo uma identidade expandida e fluida, que vai além das fronteiras, pois os indivíduos podem “forjar territórios em que a dimensão simbólica (como aquela promovida pelas identidades) se sobrepõe à dimensão mais concreta (como a do domínio político que faz o uso de fronteiras

territoriais para se fortalecer)”. (HAESBAERT, 1999, p. 171). Caso voltem a viver em Moçambique, ocorrerá uma recursividade, pois sofreram outra metamorfose e terão outros choques culturais e momentos em que precisarão se moldar com base nesse retorno ao território de origem.

Além disso, com a mobilidade, os entrevistados precisaram se adaptar ao outro e, para tanto, utilizam algumas ferramentas de interação social, como a criação da associação de estudantes moçambicanos da UNILAB a fim de obterem maior visibilidade e sociabilidade. Eles também demonstram a necessidade de sentirem-se incluídos e representados, pois a “visibilidade, sua identidade, de fato a sua própria existência como uma pessoa, é confirmada na visão dos outros” (INGOLD, 2008, p. 35).

Para Brum e Jesus (2015, p. 202), a invisibilidade social gera inúmeras formas de exclusão e de discriminação causadas por impercepções equivocadas e negativas de reconhecimento das diferenças culturais do outro e “produzem assimetrias equivalentes a um não existir como correlato”. Assim, o receio dos entrevistados é ter que passar por essa invisibilidade social/psíquica, contudo, vê-se que em alguns relatos esse sentimento é experimentado, principalmente nas situações que relatam as discriminações sofridas no Brasil. Também se percebe que as dificuldades fortaleceram os entrevistados que, aos poucos, olham para esse preconceito e entendem que ele é proveniente de pessoas desinformadas e com uma visão da realidade distorcida.

Em relação às manifestações culturais, os entrevistados tiveram que fazer uma negociação cultural para se adaptar ao Brasil e para facilitar a compreensão do outro e de si. Hall (2006, p. 88-89) explica que isso ocorre quando o indivíduo precisa “negociar com as culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades”, para tanto as pessoas “devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas”. Bauman (2005, p. 84) também expõe sobre essa dinâmica identitária repleta de fluidez, em que se forma “uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resolvida a ser devorado”. Isso se reflete na forma de consumo, quando se acaba também “negociando” as identidades, especialmente em relação ao padrão de consumo e aos itens de alimentação dos entrevistados, contudo, nesse aspecto a

negociação gerou uma integração cultural, pois esse processo permitiu que os entrevistados se sentissem como membros da comunidade local em muitas ocasiões. Quanto às interações ambientais, elas foram evoluindo à medida que os entrevistados mudaram suas perspectivas em relação à cultura, política, realidade local e brasileira.

Um ponto que merece destaque é a relação com a nacionalidade, pois nesse aspecto são relatadas diversas mudanças pós-mobilidade, tais como: maior admiração/amor por Moçambique, pela África e suas raízes culturais. Os entrevistados reconhecem-se como moçambicanos/africanos a partir do contato com o outro, revendo-se a partir de outra perspectiva e fortalecendo sua identidade nacional e africana. Ocorreram relatos de negociação também nesse aspecto identitário, por meio de uma mediação cultural, como forma de facilitar a compreensão de si pelo outro e enfrentar as discriminações.

Mesmo com todos os preconceitos (ou talvez devido aos preconceitos), os entrevistados tiveram que fortalecer sua relação com seu lugar de origem, sua visão de si e sua identidade, porque, mais do que um simples espírito de nacionalismo, a mobilidade transmutou suas identidades nacionais e africanas, ressaltando também o engajamento comunitário, político e o senso de responsabilidade coletiva. Assim, os entrevistados ampliaram suas identidades de nacional para continental a fim de serem compreendidos, e passaram a enxergar-se e ser enxergados de forma diferente ao que estavam habituados, realizando novos cruzamentos identitários.

Em relação à identidade sexual e de gênero, veem-se narrativas, principalmente sobre a questão da mulher na sociedade moçambicana e brasileira e em relação à consciência e às ações de fortalecimento da mulher e da equidade de gênero. Na opinião dos entrevistados, no Brasil existe mais debate sobre tais assuntos, o que contribuiu também para a ocorrência de mudanças identitárias.

Sobre a religiosidade, o tema foi abordado apenas por um entrevistado que se viu diante da intolerância religiosa contra igrejas de matrizes africanas no Brasil e se sentiu impactado ao descobrir e presenciar tal tipo de discriminação.

4.4.9 As percepções do ambiente e as diferenças culturais

No decorrer da experiência de mobilidade, algo que se destaca é a percepção dos entrevistados do Brasil em relação a Moçambique. Para além das diferenças e semelhanças entre os dois países, Bonami, destacou que é perceptível que Brasil e Moçambique possuem boas relações institucionais. Já Ayana ressaltou que Moçambique é sua casa e que lá “é um lugar em que eu posso ser eu e ninguém vai me discriminar por isso. Eu olho Moçambique como símbolo de hospitalidade e respeito”. Isso ocorre por causa das dificuldades e dos preconceitos enfrentados aqui, que não existiam em seu país de origem. O entrevistado sente como se sua identidade estivesse sendo limitada no Brasil, sendo forçado a ser alguém que não é de verdade a fim de enfrentar os preconceitos e adequar-se à nova realidade.

Todos os entrevistados parecem ter percebido mais diferenças do que pontos em comum, talvez porque as diferenças acabam marcando quem as presencia e/ou vivencia. Ainda assim, foram relatadas algumas afinidades, como quando Jafari percebeu semelhanças ambientais entre a região em que morava em Moçambique com a cidade de Redenção, pois as duas são cidades pequenas e no interior:

Um dos aspectos que observei no primeiro dia que cheguei é a simplicidade da região. Não tem muita diferença com a zona onde eu morava porque eu também morava numa periferia, não é? As casas, a simplicidade das casas, o asfalto da forma como está na região. Tipo, é uma pequena cidade que está no meio, mas ao redor dela tem uma vegetação que ninguém habita. Então o que isso é diferente de Moçambique? Moçambique, as suas zonas de habitação, as pessoas estão mais concentradas em zonas assim, livres, há menor extensão (JAFARI).

Isaach destacou uma semelhança que lhe agradou muito, que foi encontrar a presença de religiões de matriz africana no território brasileiro, o que lhe ajudou a adaptar-se melhor

a partir de alguns elementos culturais eu fui me identificando, especialmente no Recôncavo, mas também em Salvador, culturas muito próximas, religiões de matrizes africanas também um pouco presentes. Aqui era só um culto, mas para mim era tradição, era uma coisa viva minha, né? E ao mesmo tempo vi diferenças culturais, né? (ISAACH).

Kwame viu semelhanças entre os climas, que são predominantemente tropicais, com a ausência de estações do ano bem definidas, havendo, no entanto, estações secas e estações chuvosas. Ayana percebeu semelhanças na infraestrutura das cidades e nas expressões culturais negras, tais como a capoeira e alguns ritmos de dança. Os entrevistados Adelowo e Arlindo, por sua vez, destacaram que os países têm em comum a língua portuguesa e, por causa disso, o brasileiro conhece um pouco de Moçambique. Contudo, mesmo possuindo idioma em comum, os entrevistados Adelowo e Arlindo ressaltaram que a forma de falar e algumas expressões linguísticas são muito diferentes. Em contrapartida, Mansur tem muitas dificuldades de entender a fala de algumas pessoas, pois disse que se fala muito rápido no Brasil. Além disso, Jafari acha que os moçambicanos costumam falar mais rápido e seriam os brasileiros que não lhe compreendiam bem.

Eu levei volta de 7 meses tendo esse problema. Mas de começo quando eu cheguei em São Paulo, não é? Porque eu dantes falava muito rápido, não é? Em Moçambique é assim, a nossa forma de falar é muito rápido, só entende quem convive conosco um certo tempo. Então eu cheguei lá no aeroporto, falei com a moça. Já foi uma época em que eu tinha que despachar a bagagem, as malas pra aqui no Ceará. Então houve choque, ela não me entendia e eu entendia o que ela falava. Porque nós temos esse costume de ouvir os brasileiros. Lá em Moçambique nós temos alguns canais de aqui. Para entender um brasileiro para um moçambicano se torna fácil. Apesar de ser o mesmo idioma tem muita diferença e é algo que começou aí no aeroporto, cheguei aqui e não foi fácil (BONAMI).

Adelowo destaca ainda algumas semelhanças em alguns pratos da culinária, como a feijoada, pois são pratos em comum nas duas nações. Jafari acha que os dois países possuem “comidas fortes”, portanto teriam essa parte parecida. Contudo, os entrevistados Armando, Amara, Jafari, Mansur, Miro, Razak e Yannick acham que no geral os tipos de comida, os preparos e os temperos são muito diferentes. Miro, por exemplo, não consegue comer a comida servida no restaurante universitário da UNILAB, por fazê-lo passar mal. Por tal motivo, a família envia dinheiro para que ele possa preparar sua própria alimentação. No geral, as maiores diferenças mencionadas foram sobre as culturas dos países. Armando, por exemplo, ressaltou que as maiores diferenças na cultura estão na música e na gastronomia. Os entrevistados a seguir citaram alguns exemplos das diferenças gastronômicas:

Em África, por exemplo, comemos mais verduras e é misturada com amendoim e leite de coco, essas coisas. Enquanto aqui é mais comida de óleo, frango, essas coisas. Não que a gente lá não coma frango (risos), não

é isso, a gente come frango, mas lá é mais o que a gente chama de "comida de amendoim". Acho que é uma alimentação mais saudável (YANNICK).

Tem coisas que eu não estava habituado, tem coisas que até agora eu não consigo comer, como a farofa (risos). Eu já consumo coisas, que no início, quando eu cheguei, detestava, agora eu consumo. Primeira vez que eu comi um prato que chamamos cuscuz aqui eu detestei, mas depois comecei a me integrar melhor, então são as pequenas mudanças (MANSUR).

Lá nós fazemos um molho, um molho de coco, né, amendoim pilado, juntamos com couve. É couve, amendoim pilado e juntamos com óleo de coco. É uma maravilha. E essas comidas aqui me fazem falta... (JAFARI).

A economia é citada pelos entrevistados Adelowo e Miro, como uma outra diferença. Para eles, a economia brasileira está mais fortalecida, desenvolvida e possui mais recursos naturais que Moçambique. Contudo, para Adelowo, o comércio é feito de forma semelhante entre os dois países.

Os entrevistados Amara, Ayana e Razak tem a percepção que o Brasil é mais liberal e politizado, tanto no debate feminista quanto na forma que a população se expressa e vai às ruas em busca de direitos ou para protestar contra seus representantes políticos. Razak comentou que, em Moçambique, as pessoas não têm esse hábito de questionar e criticar seus governantes em manifestações populares.

Então, eu acho que no que diz respeito às diferenças, algo que em particular me chamou atenção, e eu acho que a gente sempre olha pra aquilo que nos interessa, né? Então eu não me interesso muito por danças e tal, então acabo não observando tanto essas diferenças, mas eu olho muito para a maneira que o brasileiro, a maneira que o Brasil em si, que utilizam para protestar quando os seus direitos são feridos. A liberdade de expressão que o Brasil tem é uma liberdade de expressão surpreendente, embora, sim, exista quem reclame, mas é surpreendente ver como o pessoal fala, os seus líderes políticos, ver como o pessoal fala da sua própria situação econômica e tal. Eu não sei se é porque o Brasil tenha talvez um índice diferente de formados, de pessoas talvez no mínimo com ensino médio, ensino superior e tal, mas a maneira como o Brasil lida com seus aspectos políticos, não apenas quem faz política, mas também quem vive os efeitos dessa mesma política, é surpreendente. É incrível ver imagens de pessoas na rua com folhetos, com alguns dizeres, alguns não muito agradáveis, mas mostram que de fato eles têm essa capacidade de poder falar, de poder dizer as coisas. Eu não acho que nós moçambicanos, não que a gente não tenha liberdade de expressão, a gente tem, mas eu não acho que nós moçambicanos teríamos saído à rua com uma faixa escrevendo alguma coisa, digamos que, desrespeitosa ao nosso presidente, eu acho que a gente não faria isso, não porque a gente não tem vontade, mas meramente porque não é algo do nosso padrão. Então a capacidade que o Brasil tem pra reivindicar os seus direitos, pra contestar determinadas situações é surpreendente, eu acho ela surpreendente e isso de fato torna-se diferencial pra mim. E vários outros aspectos, claro, talvez um outro, o modo de alimentação que o brasileiro tem, a maneira que o brasileiro tem para divertir-se e tal, mas em particular primeira coisa que

eu notei talvez seria um diferencial bem notório, sobre o Brasil e Moçambique (RAZAK).

Kwame também fala sobre o Brasil ser mais livre, porém dentro de outros aspectos e contextos. Segundo ele, a relação aluno e professor é diferente. Em Moçambique as universidades criaram pedestais em que ficam os professores e, por isso, os alunos são mais formais no trato cotidiano. Na opinião do entrevistado, isso seria uma vantagem para o Brasil em alguns aspectos:

Enquanto no Brasil já é mais livre, os alunos conseguem dialogar mais abertamente. Eu vejo como algo positivo sim, só que até certo ponto, né? Desde que a gente não se exceda. Mantendo o respeito. Aqui o vestuário às vezes é muito informal, é algo que tem muita diferença. Por exemplo, aqui, ele (o professor) ou aluno pode ir para faculdade de chinelos. Lá dificilmente é visto isso (KWAME).

Os entrevistados Danso, Isaach e Razak também relatam as diferenças nas vestimentas no Brasil, em especial dentro da universidade, pois em Moçambique costuma ser um ambiente mais formal em relação às roupas e formas de tratamento.

E aí eu posso generalizar, dizer “nós africanos”, né, de cinco países que estamos na UNILAB, nós nos vestimos muito formal pra ir para uma aula na universidade. Vemos o espaço da universidade como uma extensão da sociedade, mas uma extensão restrita, porque não são todos que acessam aquele espaço. E o professor que foi dar aula de short e sandálias... era um chinelo, e tomamos um susto. Eu disse “esse senhor será o professor?” “é, vai ser ele”. E é isso. As colegas brasileiras e os africanos todos bem-vestidos, bem-vestidos na nossa Cultura, né? Na nossa matriz social. E eles, tipo, as minhas colegas usam short curto, os colegas de regata, de sandália havaiana, “meu Deus do céu, por que que isso é assim aqui? Isso é muito oposto da minha realidade, lá o professor não pode entrar assim”. E os estudantes do Brasil chamam um professor pelo nome e não dizem Senhor-professor, aquela forma formal. E isso também é um dos elementos diferentes, isso dentro da universidade (ISAACH).

Outra diferença percebida pelos entrevistados Adelowo, Jafari e Yannick é quanto aos métodos de ensino, que segundo eles seriam mais avançados, o que possibilita ter um diferencial no currículo quando retornam ao país de origem.

Jafari: Bom, eu na verdade sou um pouco otimista. As coisas negativas passam assim, eu não presto muita atenção, mas quando uma coisa boa acontece eu conto como exemplo, né. O Brasil, na verdade, aqui é uma oportunidade para o internacional. Principalmente nossos países do continente africano, lá existem educação por vezes com deficiências. Você

chega na sala de aula e não tem, como se diz? A tela... como se diz aqui? Essa máquina que reflete a tela.

Entrevistadora: O Datashow, né?

Jafari: Datashow, exatamente. Lá no ensino superior não se usa com frequência Datashow, são poucas as instituições que usam Datashow. Acredito que se eu tivesse lá e quisesse fazer um nível superior, acredito que estaria em uma universidade onde não existe Datashow, enquanto que no Brasil é muito simples. Você faz o seu slide, você vai apresentar o seu trabalho, lá não tem espaço para isso (JAFARI).

Isaach também destacou uma diferença cultural que lhe chamou bastante a atenção, quanto ao fato de o brasileiro costumar trocar abraços e gestos de afeto de maneira mais explícita do que os moçambicanos. Contudo, os homens em Moçambique podem andar de mãos dadas, enquanto no Brasil quando ele fez isso com um colega de sexo masculino, foi repreendido por um colega brasileiro, que lhe informou que o gesto seria um ato restrito para casais.

Isaach: E aí quando a gente vai sair pra rua, pra questão do dia a dia, as pessoas vão ao supermercado descamisados, é uma coisa que... enfim, vamos dizer é uma forma de se expressar.... a própria questão do corpo, né? As pessoas se abraçam, trocam calor, como se fosse a coisa mais natural... enfim. E aí eu não posso pegar a mão do meu colega, caminhar como a gente fazia lá e tudo mais porque aqui tem uma outra relação, um pouco homofóbica, vão achar que eu sou aquilo e tudo mais. Eu já fui repreendido inúmeras vezes que eu não podia fazer aquilo.

Entrevistadora: Então lá os homens costumam a andar de mãos dadas, como amigos?

Isaach: É, tipo, em Moçambique é assim. Eu falo isso, desde 2005 até 2012 quando saí de lá... Eu caminhava em uma estrada de mais de 3 km, indo e voltando, a gente tava abraçado assim, meninos, ou de mãos dadas. Se você jogar uma foto aí, buscar uma foto na internet, talvez você ache algo parecido. E aí a partir dessas coisas, né? Dentro e fora, os códigos de lá eram muito diferentes, a forma de falar, enfim, muita coisa. O acesso aos lugares públicos era muito diferente (ISAACH).

No entanto, Isaach relatou uma semelhança positiva no Brasil, pelo menos vista na cidade de São Francisco do Conde – BA, onde estuda, na UNILAB. Segundo ele, na cidade existe uma espécie de rede de solidariedade entre os moradores da comunidade,

uma coisa que eu achei curioso, que me chama muita atenção, são alguns bairros que eu passei, eu morei, mudei de casa. As pessoas têm uma... as redes de sociabilidade comunitária, né? Aquela coisa de a minha casa... nós

não costumamos, é muito difícil ver no interior de Moçambique, achar casas onde a pessoa, ainda que tenha uma certa condição social e econômica, um pouco assim, com muro que cerca a sua casa. Isso aqui também não tem, né? Tem essa estrutura e tudo mais. E tem algo muito bonito que é ir da sua janela para falar ao seu vizinho, pra pedir uma coisa, uma colher de sal, de açúcar e tudo mais, e aí vai. Essa estrutura social de solidariedade, né? Comunitária e social, onde não existe o bem individual, existe um bem coletivo, isso eu vi aqui, né? Não em todos os lugares, mas onde eu morei eu vi. Especialmente aqui... E aí sempre que eu busquei entender por que que era assim, falavam “não, faz parte de uma estrutura cultural, de uma tradição nossa. Nos festejos, as pessoas entram em casa das outras, comem, saem, uma coisa que é muito nossa”. Em Moçambique o que que acontece? nunca se pergunta “Quem são os pais daquela criança?” Vais perguntar de que comunidade ele vem, de que sociedade ele vem. Então a partir daí se o erro acontecer, é um erro coletivo. Não sei se é nessas mesmas palavras que tem aqui, mas lá é mais ou menos assim, isso é um produto das relações que nós temos a nível da comunidade (ISAACH).

Akin ressalta que as diferenças se encontram nas falas, preconceitos e tabus. Pois cada um dos dois países teria sua forma de pré-julgar as pessoas pelas aparências, contudo em situações diferentes. Bonami destacou que o Brasil tem uma extensão territorial muito maior do que Moçambique e, por ter sido povoado por diversos povos, possui uma multiculturalidade marcante, por isso no Brasil “tem quase de tudo e Moçambique não passa de um São Paulo ou Rio de Janeiro”.

Zainadine foi bastante enfático ao declarar que são dois países extremamente opostos e, portanto, acredita que

são coisas que não tem como a gente comparar, né? Apesar da história idêntica pela sua colonização, mas não tem nada a ver... Moçambique é Moçambique... Brasil é Brasil... A alimentação é totalmente diferente, a culinária é totalmente diferente, a educação é totalmente diferente. A economia também é totalmente diferente. Então cada país tem suas diversidades (ZAINADINE).

Aos alunos brasileiros entrevistados, foi perguntado como eles e os demais colegas brasileiros lidam com as semelhanças e diferenças existentes entre as nacionalidades. Todas as respostas relataram o respeito e a forma harmoniosa com que procuram lidar com os contrastes existentes. Diana, por exemplo, ressaltou a importância da empatia e da compreensão que cada pessoa, seja de qual país for, pois vai haver uma realidade distinta e esses são elementos fundamentais para uma convivência amigável.

Nesse trajeto migratório, outro ponto essencial é o conhecimento dos direitos e deveres no novo espaço ocupado. Conforme já relatado no referencial teórico,

apenas a partir de dezembro de 2016 os imigrantes estudantis puderam ter acesso ao trabalho legalizado no Brasil, quando se iniciou a concessão de vistos de estudo e de trabalho para os estudantes internacionais de graduação ou de pós-graduação no país, por meio da Resolução Normativa nº 124, de 13 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2016). Assim, os entrevistados relataram que possuem os mesmos direitos dos brasileiros, exceto votar e ser votado em eleições.

Eles também destacaram como algo muito importante o fato de possuírem direito a um sistema público e gratuito de saúde com diretrizes de universalidade e integralidade, ou seja, no Brasil o acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) é dever constitucional do Estado e direito de todos independente da nacionalidade. Esse princípio constitucional foi recentemente fortalecido com a previsão na Lei do Imigrante (Lei 13.445/2017), em seu artigo 4º, inciso VIII, que garante que é assegurado o “acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória” (BRASIL, 2017, on-line).

Quanto às restrições, alguns entrevistados (Ayana, Arlindo e Miro) ressaltam que se sentem privados de liberdade de expressão no Brasil, embora não exista qualquer proibição legal a respeito. Miro, por exemplo, citou que seu irmão, que também reside no Brasil a estudos, já havia lhe orientado a não cobrar seus direitos por receio de ser prejudicado:

Uma coisa que eu... como meu irmão está a fazer doutorado em Santa Catarina, ele me disse assim ó: “não procure saber dos seus direitos, você pode se prejudicar. Então, o que você deve fazer? Se adaptar, conversar com todo mundo, gostando ou não gostando, se você gostar ou não da conversa tem que conversar, demonstrar sempre um sorriso, não deixar se abalar, seguir o seu foco” (MIRO).

Os entrevistados Isaach, Kwame, Razak e Zainadine ressaltaram também que não podem interferir politicamente no Brasil e são recomendados por amigos e familiares a não participar sequer de manifestações populares na sociedade e dentro da UNILAB, por serem imigrantes. Nas entrevistas, alguns moçambicanos relatam que no Brasil não possuem liberdade para serem quem são, contudo, em Moçambique, sentem-se livres para isso, o que demonstra que ocorre uma espécie de delimitação identitária para os entrevistados devido à mobilidade. Essas percepções dependem

das experiências vividas pelos moçambicanos e pelas situações aqui encaradas, gerando processos de negociação, aceitação e negação cultural diante de cada experiência.

Muitos foram os dilemas e paradoxos vividos pelos entrevistados diante de realidades e de culturas diferentes. Mesmo com a proximidade cultural gerada pelo idioma em comum e pelo fato de a mídia moçambicana importar programações vindas do Brasil, a comunicação entre brasileiros e moçambicanos não foi, muitas vezes, uma via de mão dupla. Todavia, os entrevistados têm a percepção da limitação do outro não como um preconceito, mas como um obstáculo que afetou especialmente nos primeiros momentos em solo brasileiro.

Também foi mencionado o ambiente político do Brasil como sendo mais liberal, com maior liberdade para expressar e cobrar direitos em manifestações públicas de rua. Tal fato foi visto como positivo pelos entrevistados. Além disso, no ambiente acadêmico, os entrevistados esclareceram que o Brasil possui métodos de ensino mais avançados, entretanto é mais informal em relação aos trajés e na relação aluno/professor, o que vai ao encontro de uma pesquisa realizada por Lavor e Mejía (2020, p. 103) com professores moçambicanos durante uma experiência de mobilidade no Brasil:

Quanto ao ensino, assinalaram que a forma de se relacionar e os espaços de convivência entre os professores e alunos nas instituições de ensino no Brasil são menos formais do que os estabelecidos entre esses mesmos atores sociais em Moçambique. Em Moçambique, a relação entre alunos e professores é mais hierárquica, os alunos assumem uma posição subordinada diante dos professores, perpassa certa reverência no trato dos alunos.

Por outro lado, os entrevistados possuem a sensação de não possuírem liberdade de expressão no Brasil, pois ficam com receio de serem prejudicados, devido ao desconhecimento dos códigos do outro, medo de deportação etc., caso participem de manifestações políticas populares.

Nos espaços sociais, a ocorrência de códigos culturais diferentes também causou estranhamento, contradições e conflitos. O contato com o outro durante a mobilidade necessita de tradução desses códigos diferentes, que impactam as identidades de quem intercambia esses preceitos culturais. Claval (1999) explica que existem dois tipos de códigos culturais: os códigos materiais (estilo de arquitetura,

roupas, música, religião, festas) e os imateriais (ideologias, valores e convenções sociais).

As duas modalidades de códigos culturais foram contrastantes na experiência da mobilidade, contudo, os imateriais acabam tendo maior relevância e impacto nos entrevistados. Também ocorreram conexões e encontros ao perceberem semelhanças, por exemplo, no senso coletivo e na solidariedade presente nas cidades do interior do Brasil e de Moçambique, mesmo que se expressem/manifestem de formas diferentes, porém com o mesmo intuito colaborativo.

4.4.10 Associativismo

Como forma de garantir seus direitos e sentirem-se mais fortalecidos em território brasileiro, os entrevistados mencionaram que todas as nacionalidades presentes na UNILAB possuem uma associação de representação estudantil. Na ocasião, os entrevistados falaram sobre a existência da Associação dos Estudantes Moçambicanos na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (AEMOZ-UNILAB). Na ocasião, constatou-se que apenas os entrevistados Isaach, Malik, Yannick e Zainadine não participam da associação.

Contudo, os entrevistados Isaach e Malik participam de outros projetos estudantis e grupos comunitários que lhe ajudaram a integrar-se na sociedade. Já os entrevistados Yannick e Zainadine não participam de instituições, pois não sentiram necessidade e interesse de integrar algum grupo. Os demais entrevistados participam e acreditam que participar de grupos, em especial da AEMOZ, ajuda-os a enfrentar possíveis dificuldades, bem como os deixa mais fortalecidos e com sensação de estarem fazendo parte de uma família que divide a mesma cultura e interesses.

Primeiro é essa associação que vai nortear determinados comportamentos que a gente deve ter, adotar no Brasil, é essa associação que vai reunir-nos e resolver certos problemas que a gente possui, certos problemas que talvez estejam muito além da universidade. E eu acho que tem um papel fundamental, né, na nossa vida estudantil, essa associação que vai dar um apoio, essa associação que talvez em momentos de crise como esta, estará próximo para te dar um aconchego, é sempre bom estar perto de quem você considera mais família. Nós vamos considerar família aqueles que têm a mesma nacionalidade contigo e tal, então é uma associação que procura estabelecer esse laço e abraçar, criar esses programas de interação com cada um. Anteriormente a gente fazia algumas socializações, algumas convivências pra poder descontrair aquele estresse todo que emana das

atividades e tal. Dia 25 agora a gente vai celebrar a independência de Moçambique, já criou-se um programa com a participação de todos os moçambicanos, criou-se um programa lá em que os moçambicanos estão todos inseridos pra poder participar apenas online, devido ao COVID-19... Infelizmente será assim, por esse meio, né? Mas ela tem um papel fundamental no desenvolvimento de cada estudante, não só a associação dos estudantes moçambicanos, como todas as outras associações de todas as outras nacionalidades (RAZAK).

Outro elemento relevante nessa trajetória é sobre a forma de organização social dos alunos internacionais ao chegarem no Brasil. Sobre a estratégia de enfrentamento ao isolamento, a maioria dos entrevistados moçambicanos afirmou que todas as nacionalidades se unem, pois se entendem e possuem semelhanças culturais. Portanto, na opinião desses discentes, não haveria uma divisão entre os países.

Existe amizade em todo canto, com toda nacionalidade. Desde o momento que a gente está na mesma turma, a gente é colega, família, é tudo. Então os convívios e as saídas, tudo isso às vezes é feito através das amizades que a gente faz dentro das salas, ou fora da UNILAB também (ZAINADINE).

Isaach, conforme já mencionado, passou muito tempo sendo o único moçambicano da UNILAB-Bahia, falou que se sentiu culturalmente isolado no início, tendo que se unir às demais nacionalidades. Diante desse depoimento, percebe-se que, mesmo entre os países africanos, existe uma falta de reconhecimento das diferenças, ou seja, não é um ato praticado apenas pelos brasileiros.

Quando eu cheguei fomos pra pousada, onde já estavam lá outros estudantes de Guiné Bissau, Cabo Verde, uma são tomeense e um angolano. E aí eu cheguei lá, dividi o quarto com dois estudantes de Guiné-Bissau e eles foram minhas primeiras relações sociais com os africanos de outros países. E a partir daí eu, conversando com eles, dialogando, os primeiros estranhamentos, aquela coisa da língua. O primeiro susto, porque eu cheguei... Quase todo mundo pelos corredores, tinha 47, 44 estudantes naquela lista, eram de Guiné-Bissau, Cabo Verde... Cabo Verde 6, uma são tomeense, um angolano. Então eu tava numa ilha, eu costumo dizer que cheguei e me senti uma ilha, culturalmente falando, culturalmente e linguisticamente, né? Cada um tem seus dialetos e línguas, então eu não entendia nada. E eles só foram descobrir que eu não era guineense, nem cabo-verdiano depois de duas semanas que alguém me abordou. E aí eu falei tipo "como assim? Criolo? Eu não falo Criolo". Aí ele disse "de onde você é?" "Eu sou lá de Moçambique". "Ah, Moçambique, verdade". E aí foi minhas primeiras experiências (ISAACH).

Contudo, dois entrevistados tiveram opiniões diferentes. Jafari falou que, às vezes, ocorre essa separação por grupos, mas que quando se integram a solidão é reduzida. Malik falou que, no início, todos se uniam, mas passado o primeiro semestre, haveria uma divisão em grupos formados por laços de interesses e afinidades em comum.

Na entrevista com o representante da UNILAB, ele respondeu que, infelizmente, escutam diariamente que a integração não ocorre em sua plenitude, pois em alguns cursos haveria uma separação física na própria sala de aula e em trabalhos em grupo. Para o entrevistado, tal situação prejudica a experiência de mobilidade estudantil e aumenta a dificuldade de adaptação dos estudantes internacionais.

O associativismo dentro da perspectiva da mobilidade estudantil representa a criação de grupos que ajudam na construção de laços de amizade e de apoio, transformando-se em uma quase “segunda família” para os entrevistados. Essa rede de pessoas com objetivos e elementos culturais semelhantes aproxima-se da ideia das “tribos urbanas” defendidas por Maffesoli (2006), Magnani (2010) e Pais (2004), conforme referencial teórico.

Assim, formam-se diversas tribos de estudantes internacionais, que são elos que se cruzam, entrelaçando identidades formadas de semelhanças e de diferenças que dão apoio, geram inclusão, pertencimento e aconchego, mesmo diante de um país diferente e com diversas situações de enfrentamentos a preconceitos. É claro que não é exclusivamente por ser do mesmo país que as pessoas terão afinidade espontânea, contudo, esses pontos em comum ajudam a criar laços fortalecidos pelos interesses em comum.

A associação, portanto, é uma estratégia de enfrentamento ao isolamento, pois ela vai muito além de iniciativas institucionais da UNILAB, embora também possam surgir por meio delas. Entretanto, as iniciativas só permanecem espontaneamente por interesse dos envolvidos, sejam elas de integração entre moçambicanos, entre estudantes de países africanos e entre eles e os brasileiros, pois todos ocupam o lugar de outro para cada um.

4.5 Perspectivas pós-mobilidade

Em relação aos planos para o futuro, os entrevistados Armando, Adelowo, Akin, Arlindo, Bonami, Erasto, Isaach, Jafari, Kwame, Malik e Razak falaram que pretendem fazer uma pós-graduação *stricto sensu*, provavelmente no Brasil e, após sua conclusão, desejam voltar para Moçambique para ajudar no desenvolvimento do país.

Da minha parte digo, através daquilo que aprendo cá, busco analisar, estudar e comparar alguns aspectos relevantes e inerentes ao meu país, para futuramente, procurar levá-los e trazer o bem-estar à sociedade moçambicana (ARMANDO).

Ayana mencionou o desejo de sair do Brasil logo que terminar o curso e realizar o mestrado em outro país, pois vir ao Brasil não teria sido uma boa experiência cultural, devido à existência de muita discriminação. Assim, apenas após o mestrado ela desejaria retornar para Moçambique. Já os entrevistados Yannick e Zainadine acreditam que, logo que terminarem a graduação, vão retornar para levar seus conhecimentos aqui adquiridos.

Os entrevistados Amara, Fayola e Mansur pretendem prosseguir os estudos no Brasil ou na Europa, sendo que ainda não possuem nada decidido para períodos posteriores. Miro pretende prosseguir os estudos aqui no Brasil e, depois, permanecer de forma definitiva apenas se, porventura, casar-se com sua namorada brasileira.

Eu estou com alguém, se tudo der certo, já somos quase noivos, se tudo der certo eu vou continuar aqui mesmo no Ceará, mas é aquela coisa, né, de a pessoa depois não querer mais... se ela me dissesse que não quer, pra eu não sofrer, essas coisas, aqui, eu vou ir pra outro canto. Mas se ela continuar, se casar, eu vou continuar por aqui. Porque não vou mentir, eu gosto dela (MIRO).

Já Danso, afirmou que, se obtiver um bom emprego no Brasil, permanecerá aqui, mas se não conseguir, retornará para Moçambique.

Os entrevistados também comentaram sobre os demais estudantes internacionais que conhecem, cogitando se eles, ao terminarem seus cursos, permaneceriam no Brasil ou se se envolveriam em outra mobilidade, bem como em que condições isso ocorreria. Eles relataram também que, em geral, os alunos

internacionais ainda permanecem no Brasil, pelo menos para o mestrado, sendo que alguns permanecem aqui até mesmo porque encontram trabalho, porém outros retornam ao seu país de origem. Isaach, que já concluiu uma primeira graduação na UNILAB, relatou que, em sua primeira turma, eram 47 alunos internacionais, dos quais uns 30 permaneceram no Brasil e estão fazendo mestrado.

O representante da UNILAB relatou situações semelhantes:

A gente tem visto em nossos estudos de acompanhamento que a grande maioria tá ficando para estudar ou está estudando em outros países e também tem a parcela que está retornando. Poucos são aqueles que se naturalizam brasileiros. A grande maioria tem ficado para continuar os estudos e alguns tem retornado já para os seus países e bem poucos mesmo casam e têm filhos e ficam no Brasil. A maioria volta ou então fica seguindo seus estudos pra voltar um dia. É importante perceber que alguns países são mais nacionalistas. Moçambique, por exemplo, a grande maioria, quando a gente pergunta: você pretende voltar? Eles respondem sim, eu quero voltar. Alguns outros países nem tanto, alguns tem a intenção de ficar no Brasil, mas enfim, Moçambique, que é seu foco de estudo, tem sim essa intenção de retornar. (REPRESENTANTE DA UNILAB)

Na opinião do representante da UNILAB, sobre quais perspectivas a mobilidade oferece para os estudantes internacionais, essas vagas representam oportunidades de crescimento pessoal e acadêmico e, conseqüentemente, ajudarão no desenvolvimento de Moçambique e dos demais países participantes, pois muitos pretendem retornar. Ele falou, ainda, que percebe “que em algumas nacionalidades, os estudantes são bem mais patriotas e seu intuito de retornar ao país de origem é bem evidente, isso é nítido para os moçambicanos”. Embora, de acordo com o entrevistado, somente a partir de 2020, a UNILAB passou a realizar um mapeamento e acompanhamento dos egressos, de forma que, em breve, haverá uma assistência com maior efetividade.

Pela primeira vez na universidade, a gente fez em 2020, um questionário online pra gente fazer um acompanhamento. A gente faz perguntas simples, o que eles estão fazendo hoje, se estão em pós-graduação, se estão trabalhando, se estão atuando na área do curso. E até perguntas como “em que a UNILAB te ajudou?” (REPRESENTANTE DA UNILAB).

Enquanto, não saem os resultados dos primeiros mapeamentos, o entrevistado destacou que é perceptível a importância da UNILAB na vida acadêmica e profissional dos seus alunos

A razão de ser da universidade é essa, é a integração entre esses países e isso a gente está batalhando para acontecer, a gente tá formando mesmo bons profissionais, levando o nome da UNILAB lá para o país parceiro e isso é muito importante. Você não imagina o que a gente escuta de coisas boas quando a gente está nos países parceiros, encontra estudantes “olha, eu me formei pela universidade, pela UNILAB, hoje eu possuo um alto cargo aqui em Angola, foi graças a universidade”. Então é muito prazeroso e gratificante. Temos ex-alunos em altos cargos de gestão nos países e aí a gente percebe que o nosso trabalho está sendo bem-feito (REPRESENTANTE DA UNILAB)

Os moçambicanos também falaram sobre os impactos da mobilidade estudantil no crescimento pessoal e profissional, bem como ela acarretaria reflexos no desenvolvimento de suas regiões/país. Os entrevistados destacaram que a experiência de mobilidade acadêmica possibilita um grande aprendizado como pessoa e estudante: como pessoa, por adquirir experiência e maturidade ao morar longe de seus familiares, e como profissionais/estudantes, pois aprendem coisas que serão um diferencial em relação ao conteúdo que aprenderiam se fossem fazer faculdade em Moçambique.

Acho que terei outra maneira de ver o mundo quando regressar (Arlindo).

Eu acredito que o fato de sair de casa, ele acaba dando uma independência, isso pode ser positivo ou negativo. Pra mim foi positivo, né? Hoje eu pude crescer, tanto pessoalmente como pude atingir uma maior maturidade, né, que eu acredito que não teria se estivesse em casa, do lado dos meus pais (KWAME).

Eu vou falar do lado positivo, né. Bom, Moçambique, o curso de enfermagem, lá não tem, como é que eu posso dizer isso? O nível superior do curso de enfermagem ainda é novo em Moçambique. Aí eu falo mais para um curso exterior, mais para especialidade em enfermagem. Lá existe uma instituição de ensino de enfermagem, porém é mais curso técnico. Aqui no Brasil já é diferente, é uma graduação mesmo. Aqui torna-se mais vantajoso porque a tecnologia em si é bem avançada. Existem aulas práticas que em Moçambique não faria e que estou a fazer aqui no Brasil. Eu falo de aparelhos, a tecnologia em si. Aqui no Brasil é bem avançado (JAFARI).

Além disso, os entrevistados sempre destacam que esse aprendizado permitirá que eles possam contribuir com suas comunidades e com Moçambique, conforme alguns exemplos abaixo:

Vai trazendo desenvolvimento, na medida em que eu for pra lá e puder trabalhar e puder contribuir. É nessa forma que o país pode esperar de mim, dessa mobilidade acadêmica (ARMANDO).

Minha contribuição. Meu conhecimento vai ajudar no desenvolvimento do meu país (AYANA).

Muitas contribuições. Primeiro porque eu já irei com uma experiência para ajudar o meu país rumo ao desenvolvimento (DANSO).

Com a experiência de formação no exterior, os impactos a isso são positivos, porque adquire formação de nível, para que eu possa crescer primeiro como pessoa e depois para que ajude a minha família e comunidade. Então ao voltar para o meu país não seria um prejuízo, mas sim uma oportunidade primeiro para o meu país E depois para mim (ERASTO).

Isaach, destacou que só passou a ter consciência dessa sua vontade de contribuir com seu país durante a realização do curso de Relações Internacionais, em que estudou sobre violações dos direitos humanos e reconheceu alguns problemas em seu país que ele poderá ajudar a resolver quando retornar após a finalização do curso.

Minha monografia em RI foi sobre violação de direitos humanos e eu falei sobre a inserção da Vale em Moçambique e a violação dos direitos humanos. Eu trouxe um pouco da experiência de uma comunidade lá, fiz um paralelo, e eu disse “talvez a melhor forma de falar disso, de ajudar agora é falar, mas futuramente é trabalhar para que isso não ocorra ou que isso venha a se reduzir”. Então eu quero, se eu conseguir e as minhas forças permitirem, né? Quero poder fazer isso mais a frente. Que eu acho que é uma forma de eu devolver, não digo dívida, dívida é uma palavra muito forte, é um compromisso, né? Um comprometimento, tenho que cumprir futuramente com todos que estão lá e que de certa forma serviu como espelho, porque da minha geração, eu fiz ensino primário, ensino médio, né? Não são todos que conseguiram, só tenho dois ou três colegas, no máximo cinco, que conseguiram fazer ensino superior. E trabalhar para que os demais não fiquem nessa, de não conseguirem, né? E mostrar que há um mundo de possibilidades aqui fora (ISAACH).

Foi indagado, sobre a visão dos brasileiros, as perspectivas que a mobilidade oferece para os estudantes internacionais, ao que eles responderam que os alunos de outros países, diferente dos alunos brasileiros, possuem muito forte a ideia de “fazer a diferença em seus países e não apenas pensar em seu crescimento acadêmico ou profissional. Acho isso legal. Pensam no crescimento deles como pessoa, mas também pensam que vão ajudar o país a se desenvolver. Isso é algo bonito, né?” (CARLOS). Os entrevistados também destacaram que viver longe dos familiares e em outro país ajuda a pessoa a amadurecer, além de possibilitar conhecimentos acadêmicos que farão a diferença como futuros profissionais.

Ainda, os entrevistados explicaram que os alunos internacionais comentam que, às vezes, os componentes curriculares das universidades brasileiras são

melhores do que os de seus países de origem. Além disso, alunos de muitos países da UNILAB relataram aos entrevistados que, possivelmente, não teriam a oportunidade de fazer uma graduação em seus próprios países, portanto, a experiência de mobilidade acadêmica abre muitas portas para um futuro promissor.

O representante da UNILAB destacou que na instituição, os alunos internacionais têm acesso a

um ensino superior de qualidade, ensino gratuito, porque pela experiência que a gente viu pelos países parceiros, mesmo as instituições públicas lá, paga-se propina (mensalidade). Então aqui é uma possibilidade de ter ensino gratuito para que ele possa seguir carreira, porque eles acabam vindo na graduação, mas ficam para o mestrado, doutorado. Então temos muitos alunos seguindo carreira no Brasil. E sem contar que quando voltam para seus países, eles levam uma bagagem imensa de conhecimento. Por exemplo, alguns estudantes, que eu conversei com eles em Angola, eles só fizeram graduação aqui, não prosseguiram os estudos, mas eles possuem conhecimento suficiente para mudar algumas legislações, alguns regramentos nos países que ainda não possuem. Então a gente viu que eles levam sim muita bagagem, muito conhecimento e isso agrega bastante lá.

Sobre a troca de conhecimentos desse período no Brasil, os entrevistados moçambicanos destacaram que, de fato, é algo mútuo, pois aprendem e ensinam igualmente durante a vivência, tanto em relação à cultura, à tolerância com as diferenças, quanto na área acadêmica, pois fala-se sobre técnicas, autores e elementos de ensino que são utilizados exclusivamente em Moçambique e outros que são aplicados apenas nas universidades daqui.

Eu aprendo muito dos meus colegas, eles também aprendem muito de mim. No curso de enfermagem existem atividades aqui no Brasil o Enfermeiro não faz, mas em Moçambique faz. Então já dá para se encontrar e beber mais da experiência, isso torna-se mais amplo. Aqui existem certos fármacos que não existem em Moçambique. Em Moçambique tem fármacos que o Brasil não tem, é vice-versa, então dá para controlar o assunto e saber mais... Aqui fora há uma visão de que Moçambique é um país muito pequeno, quando não é, é um país grande. Um país bem grande, porque essas pesquisas ajudam muito, nós precisamos de mais moçambicanos para vir estudar aqui fora. São poucos os moçambicanos que vem aqui. Por exemplo, na minha entrada só foram dois moçambicanos. É desconfortável. Mas a associação insiste em trabalhar para trazer mais moçambicanos e essas pesquisas também ajudam para expandir mais a nossa nação, né (JAFARI).

Nossos professores e colegas de graduação aqui tem pouco conhecimento de autores ocidentais, diferente de mim, eu conheço muito de autores ocidentais. Então me surpreendeu muito um dia quando eu tive explicar pra eles quem era um intelectual ocidental muito conhecido em Moçambique...me perguntaram “quem é esse?” As pessoas que fazem graduação aqui não conhecem, não tem muito domínio de autores ocidentais, né? Mas então houve troca que me fez falar muitas coisas de Moçambique, então foi esse cruzamento aí (MANSUR).

Por fim, os entrevistados fizeram uma avaliação de como tem sido, no geral, a experiência de mobilidade estudantil. Os entrevistados destacam que existem “altos e baixos” nas vivências diárias no processo migratório e que esse percurso exigiu muito preparo psicológico para enfrentar as adversidades que surgiram no caminho, contudo, eles acreditam que os frutos que colherão após o curso farão valer a pena todo o esforço e dedicação. No geral, os entrevistados destacaram os aspectos positivos de toda a experiência acadêmica (conteúdo da universidade, aulas teóricas e práticas, eventos acadêmicos etc.) e pessoal (amizades, romances, crescimento humano, conhecimento de novas culturas etc.) adquirida nesse período. No entanto, para eles também é inegável que muitos foram os aspectos negativos nessa imigração, causados pela distância dos amigos e familiares moçambicanos, mas principalmente pelo preconceito, algo com que eles não esperavam ter que lidar no Brasil.

Tudo isso tem um preço e o preço é alto. O preço está na mente. Eu acho que o impacto mais negativo dessa história toda é como a gente sai dessa formação psicologicamente. Eu acho que é isso. A gente esperar uma realidade e encontra outra totalmente diferente, e essa totalmente diferente não melhora, vai piorando cada vez que passa, cada dia que passa vai piorando, e de maneiras diferentes. Eu acho que essa mente tá fragmentada, o que acontece é isso mesmo...fica fragmentada, trava com tanta discriminação (MALIK).

Essa fala de Malik não é uma impressão geral sobre a mobilidade, já que a maioria vê a mobilidade com um “saldo positivo” devido à existência de muitas experiências satisfatórias. Porém, as discriminações causam uma sensação de tristeza e de desconsolo na maioria dos entrevistados. Infelizmente, isso ficará marcado na memória afetiva deles.

Como a pesquisa não foi feita com egressos, não é possível ter uma visão muito objetiva sobre a realidade pós UNILAB de tais moçambicanos. Além disso, a universidade não faz um acompanhamento efetivo dos egressos. Por esse motivo,

falou-se, aqui, sobre as perspectivas dos entrevistados com base no que eles veem que acontece com os demais moçambicanos que concluíram seus cursos e em relação aos seus atuais planos para o futuro.

Percebe-se, pelas falas dos entrevistados, a existência de três alternativas principais: permanecer em mobilidade para cursar um mestrado e doutorado e só depois retornar ou avaliar a melhor opção; voltar de imediato para Moçambique; ou permanecer no Brasil de forma definitiva. Mas de modo geral, a maioria pretende voltar para seu país de origem, pois possui um engajamento social com o desenvolvimento nacional. Aqueles que não pretendem voltar, tiveram uma total inserção cultural com o Brasil e criaram laços de afeto, acadêmicos e profissionais difíceis de romper e, portanto, querem permanecer aqui. Essa preocupação com o desenvolvimento de Moçambique é ressaltada pelos moçambicanos e evidenciada pelos entrevistados brasileiros, que também relataram essa percepção, conforme os trechos de entrevistas destacadas no presente subcapítulo.

Também merecem destaque as metamorfoses pessoais que a mobilidade proporcionou e ainda proporcionará, pois é notório que a reterritorialização da identidade acelera o processo de maturidade dos entrevistados, o que provoca uma grande ruptura na forma de ver o mundo ao seu redor, por meio de mudanças na consciência crítica e solidária. Apesar dessas mudanças, os entrevistados não se percebem colhendo os frutos dessa mobilidade no presente, de modo que toda expectativa se situa no futuro, entendendo que todo o esforço será recompensado. Entretanto, as vivências e essa maturidade são inegáveis frutos que os moçambicanos já começaram a colher para suas vidas.

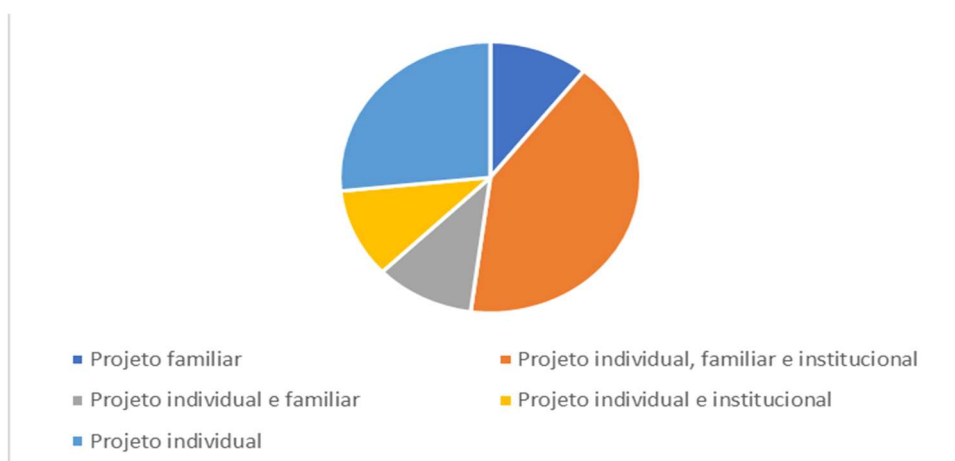
5 ANÁLISES SOBRE OS ELEMENTOS IDENTITÁRIOS

A mobilidade estudantil é a consolidação de projetos que podem ter elementos individuais, familiares ou institucionais. Conforme verificado por Lavor e Mejía (2020), em pesquisa com professores de Moçambique que vieram ao Brasil em 2018 para fazer uma qualificação, os moçambicanos tem uma visão mais desenvolvida voltada a objetivos coletivos. Mais do que apenas um projeto individual, as experiências citadas pelas autoras visavam atender a um projeto institucional de desenvolver suas regiões e seu país de origem. Subuhana (2009) também ressalta que, nas culturas africanas de origem Bantu – como é o caso de Moçambique – é bastante marcante a ideia de coletividade.

Essa visão confirma o que foi dito por Sayad (1998 *apud* SEYFERTH, 2014, p. 12), ao explicar que “a migração é um fato coletivo e individual, as experiências singulares de mobilidade podem esclarecer aspectos da dimensão coletiva, instrumentalizando a teoria da migração”.

Antes da mobilidade, o que estimulou os moçambicanos entrevistados foram motivações e projetos com maior cunho coletivo (familiar e/ou institucional) do que individual, conforme o gráfico 3, sendo que 41% dos entrevistados relataram que a vinda ao Brasil seria um projeto individual, familiar e/ou institucional. A esse respeito, para 11% foi um projeto individual e familiar), ao passo que, na opinião de outros 11%, a vinda seria um projeto individual e institucional. Ainda, 11% consideraram o projeto como familiar, totalizando 74% de motivações coletivas, enquanto apenas 26% consideraram a imigração como um projeto exclusivamente individual, o que confirma a visão predominantemente coletiva dos moçambicanos.

Gráfico 3 - Projetos de vida dos moçambicanos



Fonte: Pesquisa de Campo (2020).

Assim, conforme exposto no referencial teórico, percebe-se que as motivações dos estudantes internacionais diferem da maioria dos imigrantes, que normalmente possuem razões econômicas para realizar a migração (NASCIMENTO, 2013)

Durante a imigração, muitas das situações apresentadas nas entrevistas são resultado do imaginário da população sobre determinado tema. Seja pela visão de parte da população moçambicana que vê o Brasil pela óptica das novelas que mostram um país apenas de festas, de harmonia e de belezas naturais. Ou ainda pela visão de alguns brasileiros que acham que Moçambique ou outros países africanos possuem apenas pobreza, falta de estrutura e diversas outras vulnerabilidades. Todas essas visões são imagens pré-concebidas e generalizadas sem conhecimento profundo, que se valem somente do senso comum de um determinado grupo e são, portanto, parte do imaginário.

Isso pode ser percebido no resultado da entrevista que mostrou que nove entrevistados possuíam uma visão do Brasil baseada no que viam nas novelas e demais mídias de Moçambique, confirmando o que Subuhana (2007) escreve sobre o fato de os moçambicanos terem uma percepção baseada em um Brasil fictício e abastado, mostrado nas novelas. Contudo, os demais entrevistados, por possuírem contato com outros moçambicanos que já haviam participado de programas de mobilidade ao Brasil, já conheciam o país de forma mais realista e completa.

Maffesoli (2001) explica que o imaginário é uma ficção, ou seja, não retrata a realidade e que produz imagens coletivas sobre determinados assuntos. Para o autor,

o imaginário não é algo individual, mas sim de pelo menos parte de um conjunto de pessoas.

O imaginário é o estado de espírito de um grupo, de um país, de um Estado, nação, de uma comunidade, etc. O imaginário estabelece um vínculo. É cimento social. Logo, se o imaginário liga, une numa mesma atmosfera, não pode ser individual (MAFFESOLI, 2001, p. 76).

O autor explica, ainda, que o imaginário se encontra em uma dimensão/atmosfera formada por uma força social, semelhante a uma aura, que não se pode ver, mas se sente. Além disso, os meios de comunicação, como a internet que “alimenta e é alimentada por imaginários” (MAFFESOLI, 2001, p. 80), possuem um importante papel nesta construção. No caso dos moçambicanos entrevistados, percebe-se que todos possuíam um determinado imaginário sobre o Brasil, a UNILAB e a realidade que encontrariam na imigração. Esse imaginário foi influenciado por meios de comunicação (novelas e programas de TV) e redes de amigos e de familiares. Da mesma forma, os brasileiros que receberam os moçambicanos possuíam um imaginário sobre a realidade de Moçambique, muitas vezes com visões equivocadas e repletas de diversos preconceitos. Diversos autores, tais como Langa (2014), Subuhana (2007) e Silva (2017), expõem sobre esse estereótipo existente no Brasil.

Contudo, o que ainda não havia sido observado nos demais trabalhos analisados no referencial teórico que abordam a imigração africana é a hipersexualização sofrida no Brasil. Conforme alguns depoimentos anteriormente citados no “capítulo 04 – Resultados da Pesquisa de Campo”, alguns entrevistados relataram que existe um imaginário popular no Brasil que transforma o(a) negro(a) em sinônimo de objeto sexual e tal situação prejudica as vivências no país.

Quando as diferenças culturais são consideradas numa perspectiva estereotipada, focaliza-se apenas as manifestações externas e particulares dos fenômenos culturais. Deixa-se de valorizar devidamente os sujeitos sociais que produzem tais manifestações culturais, ou não se consegue compreender a densidade, a dinamicidade e a complexidade dos significados que eles tecem (FLEURI, 2006, p. 24).

A imagem excessivamente sexualizada do negro, para os entrevistados, é um dos mecanismos de discriminação presentes na sociedade brasileira que eles não

esperavam encontrar no país. De acordo com Barros e Barreto (2018), a história do negro mostra o preconceito pela sua imagem, que era tratada como uma mercadoria e essa objetificação do negro cercou-o também de uma imagem de fantasias e de desejos em torno de sua sexualidade no contexto midiático. Para os autores (2018, p. 313) essa imagem excessivamente sexualizada é “uma construção discursiva da fantasia mediada pelo preconceito racial no imaginário social”.

Rodrigues (2020), defende que é necessário acabar com a figura estereotipada que persegue a dignidade dos negros. O autor fala que essa imagem hipersexualizada dificulta as relações sociais, pois transforma a pessoa em um objeto, sem emoções ou outras características da personalidade e identidade. Além disso, a

objetificação do corpo masculino negro como viril, forte e insaciável parece sugerir que este corpo serve quase que exclusivamente aos desejos do próprio corpo, deixando de lado outros aspectos (valores, pensamentos e direitos) da essência humana, como inteligência, cultura, educação etc. (RODRIGUES, 2020, p. 268)

No caso da mulher negra, “a representação das mulheres pardas ou ‘mulatas’ como símbolo sexual faz parte de uma iconografia festejada dentro de uma concepção de nação brasileira miscigenada” (CANDIDO; JUNIOR, 2019, p. 03). Para os autores, esse estereótipo é uma forma de preconceito racial que reproduz cicatrizes de inferioridade no corpo negro, como se para eles o relacionamento se resumisse à sexualidade, não havendo capacidade para relações mais profundas. Embora essa hipersexualização não seja um caso restrito ao Brasil, para os autores, é no Brasil que se demonstram algumas peculiaridades, pois apresenta-se a “mulata” como um ícone nacional de beleza, o que foi difundido por diferentes meios culturais e midiáticos (novelas, filmes, propagandas etc.) desde a década de 1950. Ou seja, reduzir os negros (em especial a mulher negra) à erotização dos seus corpos, reproduz um discurso racista, mantendo uma objetificação que oprime e hierarquiza.

Na fala das mulheres entrevistadas é possível perceber o quanto a situação afeta a interação social e os relacionamentos afetivos. Tanto que se relatou que é mais comum os moçambicanos namorarem brasileiras, do que as moçambicanas namorarem brasileiros, de forma a validar o que foi afirmado por Subuhana (2009) a respeito de que algumas mulheres africanas em estudo no Brasil evitam envolver-se com homens brasileiros por achar que eles não as levariam a sério para um

relacionamento afetivo. O que também vai ao encontro do que foi apresentado no referencial, a respeito de que a discriminação que a mulher imigrante enfrenta gera medo, isolamento e dificulta a integração social (COSTA; SCHWINN, 2018).

Conforme exposto por Isaach, os diversos preconceitos sofridos pelas moçambicanas são percebidos tanto em Moçambique quanto no Brasil, porém, por meio de um movimento denominado “mulherismo”, foi possível perceber mudanças na situação. O mulherismo é um movimento social feminista que se dedica especificamente à causa negra (OMALADE, 1994; COLLINS, 2017). Para as autoras, os dois fenômenos possuem como pauta o combate ao racismo e ao sexismo enfrentados pelas mulheres negras, a fim de alcançar igualdade e liberdade. Contudo, os “atuais debates sobre se o ponto de vista das mulheres negras deve ser nomeado ‘mulherismo’ ou ‘feminismo negro’ reflete esse desafio básico de acolher a diversidade das mulheres negras” (COLLINS, 2017, p. 04). Existe uma certa divisão sobre qual denominação deveria expressar a luta dessa categoria, contudo, não é o propósito deste trabalho entrar nessa temática.

O que parece central é que no encontro com o diferente é necessário um diálogo, em que se compreenda o outro, sua cultura e seus pontos de vista. Para isso, é preciso “ir ao encontro da singularidade do outro”, devido ao fato do ser humano ser capaz de novas compreensões do outro e de si mesmo, por meio da linguagem (HERMANN, 2014, p. 478). Para a autora, “nessa experiência alojam-se as expectativas de uma abertura ética que mantenha a relação com a alteridade, supere o universalismo que assimila e nivela, para criarmos um mundo comum”.

Etimologicamente, a palavra alteridade vem do latim “alteritas” e o dicionário Michaelis define como a “característica, estado ou qualidade de ser distinto e diferente, de ser outro” (MICHAELIS, 2020). Tanto no significado linguístico quanto filosófico, alteridade tem uma ideia de reconhecimento da diferença do outro.

Nesse sentido, Vêras (2017) trata sobre o “direito à diferença” e que essa ideia não deve ser algo excludente, mas sim existir como uma forma de se almejar a universalidade dessas experiências sociológicas diversas das nossas. A autora reflete que, na imigração, a alteridade está presente “na análise transnacional do fenômeno, pois este representa novo campo analítico ao interpretar o fenômeno da migração como formado de múltiplas relações entre os imigrantes com seus locais de origem e de destino” (VERAS, 2017, p. 50).

Esse pensamento lembra a visão exposta no referencial teórico, quando se apresenta a definição de Basch, Schiller e Blanc (1994), bem como de Feldman-Bianco (2015) de transnacionalismo enquanto processos em que os imigrantes constroem redes sociais que conectam seu país de origem a seu país de residência, desenvolvendo e mantendo relacionamentos múltiplos – familiar, econômico, social, organizacional, religioso, político – que ultrapassam fronteiras geográficas. Ou seja, confirmando o que Solé, Parella e Cavalcanti (2008) explicam, os transmigrantes mantêm seus relacionamentos e ligações com suas sociedades de origem, mesmo enquanto criam vínculos em um novo lugar.

Assim, os moçambicanos entrevistados, embora estejam aqui no Brasil, mantêm contato com suas raízes culturais e com a nacionalidade, ao mesmo tempo que tentam se adaptar ao novo país. Alguns também colaboram, mesmo estando longe de Moçambique, com os conhecimentos que já estão adquirindo, e planejam retornar para contribuir ainda mais com o desenvolvimento quando retornarem às suas terras natais, constituindo-se efetivamente como imigrantes transnacionais.

Sempre contribui, contribui para mudança, qualquer coisa, na comunidade. Mesmo à distância também. Por exemplo, estamos aqui, mas estamos sempre a escrever, a comunicar nos jornais, essas coisas sobre o país, nas redes sociais estamos sempre nos debates. Somos moçambicanos. Por exemplo, falar o que acontece aqui, comparar, né. Por exemplo, no ano passado, há uma organização que me pediu para.... No ano passado tivemos duas tragédias naturais, né? Lá em Moçambique. Então uma organização me convidou, me pediu para fazer uma comparação, as diferenças daqui os desafios e como responde a tragédias naturais pra passar experiência pra lá, então escrevi um texto a falar sobre as secas, como que aqui funciona. (MANSUR).

Esse diálogo no encontro com o outro possibilita um rico intercâmbio cultural e a extensão dos horizontes de cada interlocutor. “Só podemos ampliar nossas perspectivas éticas porque temos a capacidade de nos colocar no lugar do outro, perceber suas expectativas. O diálogo só se inicia porque há um outro, base para toda relação, e nisso há um *éthos*” (HERMANN, 2014, p.491). Buber, em seu livro “Eu e Tu” (2006), trata da importância do diálogo, pois ele seria o “lugar” em que ocorre o encontro entre duas pessoas. De acordo com Zuben, tradutor de Buber no Brasil, o “Eu” seria a pessoa que encontra o “Tu”, de modo que esse encontro pode acontecer em três esferas: “a relação com os seres da natureza, a esfera dos homens e a esfera

das essências espirituais” (ZUBEN, 2006, p. 31). Buber (2006) explica que, quando o “Eu” entra em contato com o “Tu”, conscientemente ou não, geram-se consequências na vida e no modo de ser. Ou seja, o diálogo proporciona o exercício de alteridade, que se manifesta quando o “Eu” se relaciona com o “Tu”, deixando consequências e marcas nas duas partes, que – de forma consciente ou não – permitem-se fazer parte desse encontro. Além disso, na mobilidade o indivíduo torna-se o outro para o outro, isto é, ele sai de um lugar conhecido para uma nova experiência inter-humana. Assim, a mobilidade produz diferenças, risco, direito e status (SALAZAR, 2018), porém, pode ser uma oportunidade também de diálogo e de encontro.

Paulo Freire é outro autor que explica o diálogo como um encontro de pessoas e uma ferramenta em que os sujeitos podem transformar o mundo de forma colaborativa.

Enquanto na teoria da ação antidialógica a conquista, como sua primeira característica, implica num sujeito que, conquistando o outro, o transforma em quase ‘coisa’, na teoria dialógica da ação, os sujeitos se encontram para a transformação do mundo em colaboração. O eu antidialógico, dominador, transforma o tu dominado, conquistado num mero ‘isto’. O eu dialógico, pelo contrário, sabe que é exatamente o tu que o constitui. Sabe também que, constituído por um tu – um não-eu –, esse tu que o constitui se constitui, por sua vez, como eu, ao ter no seu eu um tu. Desta forma, o eu e o tu passam a ser, na dialética destas relações constitutivas, dois tu que se fazem dois eu. Não há, portanto, na teoria dialógica da ação, um sujeito que domina pela conquista e um objeto dominado. Em lugar disto, há sujeitos que se encontram para a pronúncia do mundo, para a sua transformação (FREIRE, 1987, p. 96-97).

No mesmo sentido, Buber explica que, para que ocorra uma comunidade dialógica, independentemente de haver afeto entre as pessoas, é necessário um encontro de respeito mútuo pelas diferenças, porque

a verdadeira comunidade não nasce do fato de que as pessoas têm sentimentos umas para com as outras (embora ela não possa, na verdade, nascer sem isso), ela nasce de duas coisas: de estarem todos em relação viva e mútua com um centro vivo e de estarem unidos uns aos outros em uma relação viva e recíproca. A segunda resulta da primeira; porém não é dada imediatamente com a primeira. A relação viva e recíproca implica sentimentos, mas não provém deles. A comunidade edifica-se sobre a relação viva e recíproca, todavia, o verdadeiro construtor é o centro ativo e vivo (BUBER, 2006, p. 69).

Na criação de suas novas comunidades dialógicas, construídas em consequência da mobilidade estudantil, os moçambicanos interagiram, socializaram e criaram vínculos, tanto com brasileiros (colegas de classe e moradores da região), quanto com outros colegas de diversas cidades de Moçambique, ou outros alunos internacionais dos demais países participantes do convênio com a UNILAB (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste) e, ainda, relações institucionais com a UNILAB (professores e demais servidores do campus).

Dentro dessas novas comunidades, pode-se observar cada elemento da identidade que é acionado no decorrer das vivências dos moçambicanos. De forma constante, os entrevistados abordaram a identidade quando relataram suas experiências de mobilidade, o que reafirma o demonstrado no referencial teórico quando se abordou a influência do lugar e da mobilidade na identidade. Para Galo (2011), o lugar está interligado com a formação do ser identitário. Contudo, alguns aspectos tiveram maior relevância do que outros.

Os elementos que norteiam os aspectos das dimensões identitárias acionadas pelos moçambicanos podem ser divididos em três grandes grupos, conforme demonstrado a seguir:

Aspectos Culturais, a respeito dos quais Hall (1997) explica que a cultura é composta por códigos de significados que dão sentido aos nossos atos, de forma que toda ação social é também cultural, isto é, as práticas sociais são elementos de significação cultural. O autor explica que a cultura possui duas dimensões: a) substantiva, que exerce um papel na estrutura empírica da realidade; b) epistemológica, que realiza a construção da modificação nas compreensões dos modelos conceituais que usamos para representação do mundo, abrangendo tanto a vida social quanto os aspectos ligados às percepções humanas.

A cultura, podemos dizer, está envolvida em todas essas práticas que não são geneticamente programadas em nós [...], mas que carregam sentido e valores para nós, que precisam ser significativamente interpretadas por outros, ou que dependem do sentido para seu efetivo funcionamento. A cultura, desse modo, permeia toda a sociedade. Ela é o que diferencia o elemento “humano” na vida social daquilo que é biologicamente direcionado. Nesse sentido, o estudo da cultura ressalta o papel fundamental do domínio simbólico no centro da vida em sociedade (HALL, 2016, p. 21).

Além disso, para a Hall (2016), a cultura faz um intercâmbio entre os membros do grupo dessa sociedade além de produzir sentidos, assim, quando duas pessoas são da mesma cultura, elas utilizam os mesmos códigos/significados e interpretam o mundo de forma parecida, expressando seus pensamentos de uma forma que os membros do grupo possam compreender um ao outro. Nesse sentido, Geertz (1989, p. 10) analisa que “compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade”, ou seja, a cultura de um povo envolve valores, códigos e significados próprios de cada grupo.

Chick (1997) apresenta quatro categorias de cultura: 1) conhecimentos, valores e crenças pessoais; 2) padrões de comportamento presentes nos diversos grupos sociais; 3) expressões e produções materiais de uma sociedade; e 4) sistema de informações que são compartilhadas entre grupos sociais. Contudo, de forma concisa é possível resumir essas categorias em duas: cultura em sentido amplo (códigos, crenças e padrões de comportamento) e em sentido estrito (produção intelectual).

Para a análise do item “Aspectos Culturais” proposta na tese, a palavra cultura foi tratada em sentido amplo e antropológico, ou seja, o “conjunto de conhecimentos, costumes, crenças, padrões de comportamento, adquiridos e transmitidos socialmente, que caracterizam um grupo social” (MICHAELIS, 2020), composto pelos elementos ligados à etnia, nacionalidade, ligação com o continente, manifestações culturais, formas de consumo e de religião. Nessa análise, esses elementos passarão a ser denominados como identidade étnica, identidade nacional, identidade africana, identidade cultural (no sentido restrito da palavra “cultura”, que abrange a produção intelectual de um povo (MICHAELIS, 2020), identidade de consumo e identidade religiosa.

Aspectos Subjetivos, que compreendem sexualidade, gênero, estratégias de inserção social, associativismo, preconceitos e suas estratégias de enfrentamento. Tais elementos irão compor a identidade sexual e de gênero e identidade social (inserção social, associativismo, preconceitos e formas de enfrentamento)

Aspectos Ambientais, em que entram as percepções do território, as interações ambientais e a comparação com lugar de origem. Na análise desses dados, as informações serão denominadas identidade ambiental.

Dessa forma, a partir do quadro a seguir, pode-se perceber quais dimensões foram mais afetadas de acordo com a visão de cada entrevistado.

Quadro 4 - Principais aspectos da identidade afetados

Entrevistados moçambicanos	ASPECTOS CULTURAIS						Aspectos Subjetivos		Aspectos Ambientais
	Identidade Étnica	Identidade Nacional	Identidade Africana	Identidade Cultural	Identidade de Consumo	Identidade Religiosa	Identidade sexual e de gênero	Identidade Social	Identidade Ambiental
Armando			X					X	
Amara			X				X	X	
Adelowo			X	X				X	
Ayana		X	X	X			X	X	
Akin			X	X				X	
Arlindo		X	X	X					
Bonami		X	X						X
Danso			X					X	X
Erasto	X		X						
Fayola			X					X	
Isaach	X	X	X	X	X	X	X		
Jafari				X	X				
Kwame		X	X						
Malik			X	X	X		X	X	
Mansur	X	X	X	X			X	X	
Miro			X					X	X
Razak			X						X
Yannick			X		X				
Zainadine	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Pesquisa de Campo (2020).

Para analisar as dimensões acionadas e/ou afetadas durante a mobilidade, utilizaram-se alguns elementos da identidade, como os sociais (estratégias de inserção social, enfrentamento de preconceitos), de gênero, de nacionalidade, de etnia, manifestações culturais e religiosas, interações ambientais e de consumo. Em relação a cada uma das dimensões, pode-se observar as seguintes características:

- **Identidade social:** De acordo com Fernandes e Pereira (2018) a formação de um grupo social tem início a partir de

alguns determinantes psicossociológicos articulados aos processos de formação da identidade, comparação e categorização social, assim como, determinantes relativos ao contexto imediato que servem de palco para essa construção, como por exemplo, o convívio comum, a vivência da cooperação intragrupal e competição intergrupala, a necessidade de coesão para o alcance das metas, dentre outros (FERNANDES; PEREIRA, 2018, p. 44).

Segundo os autores, seria o pertencimento a esse grupo que resultaria na identidade social. Nesse sentido, 58% dos entrevistados relataram que a identidade social foi afetada durante a mobilidade e, decorrência disso, ocorreram duas situações:

- **Estratégias de inserção social:** 37% dos entrevistados mencionaram que foi necessário adaptar-se ao novo ambiente, aos costumes, às pessoas e às situações do cotidiano. Diversas foram as estratégias criadas nesse período, sendo que uma delas foi criada de forma coletiva para fortalecer e dar maior representatividade aos moçambicanos, qual seja, a criação de uma associação de estudantes moçambicanos da UNILAB;

A participação em associações e demais redes sociais de imigrantes é uma estratégia cada vez mais utilizada para facilitar a sobrevivência e reafirmar os valores culturais dos entrevistados, conforme consta no referencial teórico quando abordou-se a perspectiva de Joseph (2018), de Petrus e Francalino (2010), de Langa (2014), de Silva (2017), de Escuredo (2016) e de Rodrigues (2014).

De acordo com González-Rey (2007, p. 144), em sua Teoria da Subjetividade, o sujeito é capaz de gerar um espaço próprio de subjetivação nas diversas atividades humanas, pois o “sujeito emerge na ação que vai mais além das normas formais estabelecidas, na possibilidade de gerar espaços próprios de subjetivação que lhe permitam um desenvolvimento diferenciado nos espaços da subjetividade social”.

- **Enfrentamento a preconceitos:** 26% dos entrevistados acham que o enfrentamento aos preconceitos afetou de alguma forma suas identidades, devido à dificuldade de lidar com essa nova conjuntura. Os preconceitos mudaram o estilo de vida deles, pois precisaram buscar ferramentas de fuga ou de enfrentamento a essa condição. Além disso, no decorrer das entrevistas, percebeu-se que o preconceito enfrentado foi tanto sobre o lugar de origem (Moçambique/África) quanto pela

questão da cor ou, ainda, conforme a opinião de alguns entrevistados, pela junção dos dois fatores.

Assim, no caso dos entrevistados é perceptível que se trata xenofobia e racismo. Ou, conforme a opinião dos entrevistados, o problema é ser negro e imigrante, o que impacta negativamente nas vivências decorrentes da mobilidade estudantil no Brasil.

De acordo com o IBGE (2019c), 90,88% da população da cidade de São Francisco do Conde – Bahia (cidade em que Isaach estuda e reside) é composta por negros, correspondendo à cidade com maior população negra do país (UNILAB, 2019). Em Redenção e Acarape, onde os demais entrevistados estudam e residem, o percentual de negros também é alto, respectivamente 80,13% e 82,17%. Tais dados, somados às afirmações dos entrevistados, corroboram que a questão do racismo no Brasil é algo estrutural, pois “ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade.” (ALMEIDA, 2018, p. 15)

Cabe destacar que a xenofobia é citada por Langa (2014), Subuhana (2007), Souza (2015) e Pereira e Santos (2018) como uma das dificuldades enfrentadas pelos imigrantes africanos, ao descreverem a estigmatizante imagem negativa que os brasileiros possuem da África, conforme exposto no referencial teórico.

A opinião supramencionada lembra o que Subuhana expôs a respeito da visão do brasileiro sobre o negro estrangeiro, que varia de acordo com o país de origem. Para o autor, quando o brasileiro está diante de um estadunidense ou europeu negro, ele o vê como uma pessoa rica, mas quando é um negro africano, ele o veria de forma negativa e associado à pobreza e miséria.

Na tabela 1, é possível observar as quantidades de negros (pardos e pretos) em relação às outras cores, nos municípios onde residem os entrevistados:

Tabela 1 - Quantidade de habitantes (de acordo com a cor) nas cidades dos entrevistados em 2010

COR	SÃO FRANCISCO DO CONDE	REDENÇÃO	ACARAPE
AMARELO	711	231	14
BRANCA	2239	4989	2721
INDÍGENA	77	28	0
PARDO	16878	20081	12050
PRETO	13278	1086	553
TOTAL	33183	26415	15338

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE (2019a; 2019b; 2019c).

Os moçambicanos relataram situações bastante explícitas da intolerância sofrida no Brasil. Contudo, também foi possível observar na fala dos entrevistados que, em alguns casos, o preconceito vivenciado foi velado, o que valida a opinião de Domingues (2005, p. 165): o “Brasil é o país da segregação racial não declarada”.

Subuhana (2007) e Silva (2017) afirmam que a discriminação racial é ainda mais agravada quando ocorre em conjunto com dificuldades financeiras enfrentadas pelos estudantes, pois, o preconceito socioeconômico seria ainda maior do que o causado pelo “tom de pele”. Contudo, os estudantes entrevistados não relataram dificuldades financeiras, provavelmente devido ao fato de estarem estudando em uma universidade pública e gratuita, que fornece algumas ferramentas de apoio estudantil (restaurante universitário, bolsas, monitorias etc.).

Esses dois itens (estratégias de inserção social e enfrentamento a preconceitos) vão ao encontro do que defendem Fernandes e Pereira (2018) quando afirmam que o sentimento de pertencimento a uma identidade social é desenvolvido por meio da interação social, contudo, em determinadas circunstâncias, esse pertencimento pode ser afetado por preconceitos. Os preconceitos surgem quando ocorrem julgamentos e generalizações exageradas “sobre as características das pessoas pertencentes aos grupos, portanto, o processo de categorização social pode ser destacado com um dos principais responsáveis pelo favoritismo endogrupal e a discriminação exogrupal” (FERNANDES; PEREIRA, 2018, p. 44).

Diversas são as ferramentas utilizadas pelos entrevistados para conseguir integrar-se socialmente e combater os preconceitos. Dentre elas, destacam-se a AEMOZ e a criação de redes e de grupos sociais que contribuíram para o

fortalecimento dos estudantes internacionais. A criação de tais microgrupos, ou das chamadas tribos urbanas, funciona por meio de uma rede de apoio baseada em interesses e elementos culturais em comum, em que os moçambicanos estabelecem laços, marcam as diferenças e fazem escolhas do cotidiano. Isso corresponde ao exposto na parte do referencial teórico por Maffesoli (2001 e 2006), Magnani (2010) e Pais (2004).

Outro ponto que merece destaque no discurso dos entrevistados é sobre a dificuldade de interagir e de se relacionar com o ambiente (principalmente os estudantes de semestres iniciais) devido à pandemia da COVID-19. Inúmeras são as restrições causadas pela pandemia, tais como semestres letivos paralisados, restaurantes universitários fechados, pouca socialização (cancelamento de eventos e festas em geral). Essa situação aumenta a vulnerabilidade social e emocional dos imigrantes, que se tornam ainda mais isolados do que se estivessem enfrentando o coronavírus em seus países de origem.

- **Identidade cultural:** A cultura está sendo analisada neste item, como anteriormente explicado, em seu sentido mais estrito, ou seja, como a propriedade intelectual, produto das diferentes construções históricas de determinado agrupamento humano. Nesse contexto, 47% dos entrevistados entendem que precisaram negociar sua cultura para se adaptar ao Brasil. De acordo com os entrevistados, isso ocorre por não conseguirem expressar ou ter o devido reconhecimento da produção intelectual moçambicana, africana ou de seus grupos étnicos. Além disso, eles precisam ainda conhecer e entender a cultura daqui. Conforme já exposto no referencial teórico, Hall (2006) e Todorov (2003) explicam que a identidade cultural surge a partir do pertencimento a um grupo que pode possuir diversos aspectos em comum, tais como raça, idade, religião, meio social, profissão etc.;
- **Identidade de consumo:** 26% dos entrevistados relataram que a mobilidade gerou mudanças também nesse aspecto, o que ocorreu na forma de aquisição de bens materiais e, principalmente, como forma de inserção social, ou seja, uma forma de consumo cultural. Assim, para os moçambicanos, o consumo se torna um ato social e cultural na busca da construção de sua identidade dentro da sociedade brasileira e do contexto de consumo aqui encontrado. De acordo com Silva, Barbosa e Farias (2020, p. 385), o consumo normalmente está

relacionado com “significados pessoais e sociais compartilhados com o mercado” e a identidade pode ser desenvolvida com base nas escolhas de consumo e no sentido que essas decisões possuem;

Em relação aos bens consumidos, a maior mudança mencionada diz respeito aos alimentos e a uma melhora no padrão de consumo, pois no Brasil haveria uma oferta maior e com mais opções de produtos e serviços disponíveis.

- **Identidade ambiental:** 26% dos entrevistados relataram mudanças na forma com que ocorriam suas interações ambientais, devido à nova forma de ver o Brasil (Brasil Idealizado x Brasil Real), sua população, a realidade sociopolítica e o meio ambiente local. Tal percepção está de acordo com Marin, Torres Oliveira e Comar (2003, p. 4), que explicam que “falar de percepção ambiental é falamos da relação do ser humano com o mundo”, pois, isso é algo se estende para além dos “conceitos que as pessoas têm do seu lugar, do seu mundo, mas das imagens com que o povoam”. Para os autores, as pessoas fazem uso das percepções sensoriais e das fontes de fantasia, da imaginação e da temporalidade na percepção e na interação com o ambiente. Essa ideia também se aproxima da visão de Guattari (1990) sobre os três registros ecológicos: meio ambiente, relações sociais e subjetividade humana, ou seja, as relações com a sociedade, com a psique e com a natureza;
- **Identidade nacional:** para Hall (2006), a identidade nacional é uma das principais fontes da identidade cultural. Bauman (2005) explica que a identidade nacional traça uma fronteira entre os indivíduos de diferentes países, exigindo adesão e fidelidade inequívoca, sob pena de exclusão. Santos (2014) complementa a ideia, relatando que o imigrante tenta apegar-se a distintos elementos de seu ambiente nativo para manter sua identidade nacional, o que pode afetar a experiência imigrante. No caso em questão, percebe-se que os brasileiros excluem a identidade africana/moçambicana por possuírem uma visão repleta de preconceitos. Contudo, a identidade moçambicana e africana dos entrevistados não prejudicou a experiência da mobilidade, pois mesmo mantendo vínculos com seus países de origem, eles souberam também participar e interagir com os brasileiros e outras nacionalidades presentes da UNILAB, vencendo os desafios e contratempores presentes no percurso.

Além disso, percebeu-se uma mudança na forma de lidar com a nacionalidade nas falas 37% dos entrevistados e até mesmo um maior apego ao seu país de origem, por terem passado a valorizar mais suas raízes, além de diversas situações vividas, que tiveram como motivação o lugar de origem. Contudo, quando perguntados se a imigração reforça ou enfraquece a identidade africana, esse percentual aumenta de forma surpreendente, 85% dos entrevistados acham que a mobilidade reforçou sua identidade nacional e africana, porque sair de Moçambique teria despertado maior amor e interesse pelo país e pela África. Dessa forma, eles precisaram aprender mais e valorizar suas origens e cultura para reforçar suas identidades.

Apenas 5% perceberam que a mobilidade enfraqueceu sua identidade nacional e continental por não poderem falar seus idiomas nativos e expressarem seus elementos culturais, ou seja, viver de acordo com os seus costumes. Outros 5% entenderam que a mobilidade, ao mesmo tempo que fortalece a identidade como africano, enfraquece a identidade moçambicana, porque na África e em seu país ele podia denominar-se moçambicano, contudo, no Brasil, seria necessário denominar-se africano para que os brasileiros entendessem o local de onde ele vem. Ainda, 5% não souberam informar se ocorreu o enfraquecimento ou o fortalecimento de sua identidade e de suas raízes moçambicanas e africanas.

Gráfico 4- Identidade Nacional e Africana



Fonte: Pesquisa de Campo (2020).

Esses dados apresentaram, portanto, um elemento novo para a pesquisa, a identidade africana, que se transformou em uma categoria emergente.

- **Identidade africana:** de acordo com Marqueza (2019), a identidade africana formou-se, principalmente, devido ao colonialismo que atingiu todos os países da África. A partir disso, os países africanos passaram a ter elementos (estruturas de poder, forma de exploração de riquezas, acirramento das rivalidades entre etnias, luta pela independência) em comum que contribuíram para a formação dessa identidade. Assim, mesmo que cada país africano possua uma rica diversidade cultural, existem fatores em comum que favoreceram a existência de uma identidade nacional e, ao mesmo tempo, a identidade africana. De forma semelhante Pinto (2008) disserta sobre a construção dessa identidade, que estaria mais próxima de uma identidade cívica.

A identidade africana emerge em consequência da construção do “outro”. Considerando a inexistência de uma identidade comum entre os povos pré-coloniais, apenas poderemos perceber a dinâmica da formação dos Estados africanos a partir da conexão entre identidade e ameaça. O Estado africano para se consolidar enfrentou duas frentes de ameaça: em primeiro lugar as potências coloniais, contra as quais foi importante o fortalecimento do movimento pan-africano, criando uma identidade comum da região e uma necessidade de libertação de todo o continente. A segunda ameaça é representada pelo próprio pan-africanismo, que desafiava a legitimidade, a soberania e a estabilidade dos Estados-nacionais em favor de uma identidade transfronteiriça (PINTO, 2008, p. 213).

Deng et al. (1996) explica que a identidade política de um africano é como um edifício de três níveis: no topo da estrutura está um senso abrangente de identidade continental que todos os africanos compartilham. Dessa forma, o autor explica que todos eles dizem sem hesitação: “somos africanos”. Na base do edifício, encontra-se o senso de identidade étnica, que é uma força poderosa para a maioria dos africanos, que podem conclamar com confiança: “somos Kikuyu, ou Baganda, ou Iorubás”, dentre outras.

A crise, no entanto, surgiria no meio desse hipotético edifício, qual seja, a identidade nacional. Poucos são os que podem afirmar verdadeiramente com sentimento e convicção “somos ugandeses” ou “somos etíopes” ou “somos moçambicanos”. Por isso, o senso de identidade nacional seria o menos desenvolvido

dentro dessa identidade política dos africanos. O autor informa, ainda, que essa situação foi agravada devido ao fato de que muitos governantes mantiveram um estilo de governo semelhante ao utilizado na época do colonialismo: dividindo e manipulando as diferentes etnias para ganhar poder político.

- **Identidade étnica:** 21% dos entrevistados informaram terem percebido mudanças nesse aspecto, visto que, na opinião dos entrevistados, a etnia estaria relacionada a uma conjuntura que é herdada da sociedade em que vivem, de modo que a distância física em relação a suas comunidades afetaria essa dimensão. Esse entendimento vai ao acordo com a visão do autor Fredrik Barth (2000, p. 184), que classifica etnicidade como uma “organização social que nos permite descrever as fronteiras e as relações dos grupos sociais em termos de contrastes altamente seletivos, que são utilizados de forma emblemática para organizar as identidades e as interações”. Barth (2000) explica que as identidades étnicas se mobilizam, tendo a alteridade como referência, pois são as fronteiras étnicas que definem o grupo, e não seu conteúdo cultural interno. Assim, a identidade étnica tem uma origem comum e mantém uma fronteira entre “ele” e “os outros” a partir de determinados traços culturais coletivos;
- **Identidade sexual e de gênero:** embora os entrevistados não tenham relatado mudanças na orientação sexual e de gênero, 32% destacaram que a forma de ver o tema mudou, pois no Brasil haveria maior debate sobre temas ligados à sexualidade, homofobia, feminismo, relações de gênero e poder, empoderamento feminino. Conforme exposto no referencial teórico, Bourdieu (1999) relata que a divisão social entre os sexos é um sistema de percepção, pensamentos e ação. Esses elementos relacionados à visão sobre gênero sofreram alteração conforme a cultura com que os entrevistados conviviam. Aqui no Brasil, eles passaram a ter compreensões diferentes de acordo com a evolução das experiências vivenciadas no país.

Cabe destacar que, de acordo com Peres e Baeninger (2014), em um contexto migratório, as metamorfoses experimentadas pelos diferentes sexos são distintas e cada uma tem impactos diferentes na identidade e na estrutura de vida. Tal entendimento coincide com a visão de alguns entrevistados, que afirmaram que as mulheres moçambicanas enfrentam outros obstáculos (além dos vivenciados pelos

homens), ou seja, são diferenças socialmente construídas ao longo do processo migratório.

- **Identidade Religiosa:** no referencial teórico, apresentou-se a visão de Marinucci (2011) que expôs que a dimensão religiosa pode ser moldada a partir da constante interação com novas culturas, causadas por diversos fatores, dentre eles a mobilidade geográfica. Apesar disso, apenas 11% informaram que havia ocorrido mudanças nessa dimensão da identidade por ter presenciado preconceitos em relação às religiões de matriz africana. Embora os entrevistados não fossem de uma dessas religiões, o fato de existir esse preconceito no Brasil, fez com que eles vissem a importância de respeitar as diferentes crenças e a liberdade de exercê-las.

A Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 5º, inciso VI, dispõe como um direito fundamental a liberdade de crença e o livre exercício dos cultos religiosos, bem como a proteção aos locais de culto e suas liturgias (BRASIL, 1988). Contudo, é perceptível a intolerância contra algumas religiões, especialmente as de matriz africana. Essa intransigência ocorre porque “as religiões de matrizes africanas historicamente estiveram neste lugar de subordinação frente às religiões hegemônicas detentoras de poder, status e influência, sofrendo perseguição, preconceito e discriminação” (OLIVEIRA, 2014, p. 30).

Para a autora, essa perseguição desrespeita e tenta desqualificar os praticantes das religiões de matriz africana nos diversos ambientes em que as estruturas de poder se formam, se expressam e se reproduzem. De acordo com a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa do Rio de Janeiro, mais de 70% dos casos de ofensas, de abusos e de atos violentos registrados entre 2012 e 2015 no estado foram contra praticantes de religiões de matriz africana (PUC-RIO, 2016).

Essa situação lembra o exposto no referencial teórico por Sen (2010), Agier (2001) e Woodward (2000), quando falam da importância do contexto social na formação da identidade. Nesse caso, percebe-se que, antes da mobilidade, a religiosidade ou a africanidade, por exemplo, não estavam em questão, porém, quando os entrevistados se viram diante da intolerância religiosa relativa às religiões de matriz africana, ou quando perceberam que precisariam realçar suas identidades nacionais ou africanas, passaram a encarar essas dimensões identitárias de forma diferente de antes.

Para os entrevistados, os aspectos da identidade citados precisam ser negociados para a construção de vínculos coletivos ao longo da experiência de mobilidade estudantil. Hall (2005, p. 07) afirma que a identidade é uma “celebração móvel, já que o sujeito assume identidades diferentes, e estas variam de acordo com o momento”. Bauman (2005) complementa a ideia, afirmando que a identidade e o pertencimento não são imutáveis e sim experimentos infundáveis e negociáveis, de acordo com as decisões e o caminho seguido pelo indivíduo no decorrer de sua vida. Rosa e Santos (2013, p. 105) explicam que o termo negociação de identidade tem sido utilizado em diversos ramos científicos, especialmente na Antropologia, para

representar os fenômenos relativos às identidades no contexto da globalização e da imigração, dos conflitos relacionados às identidades nacionais, étnicas e religiosas, bem como em relação à luta de classes e às questões de gênero. No caso em análise a negociação identitária ocorre como forma de se adaptar às mudanças trazidas devido à imigração estudantil.

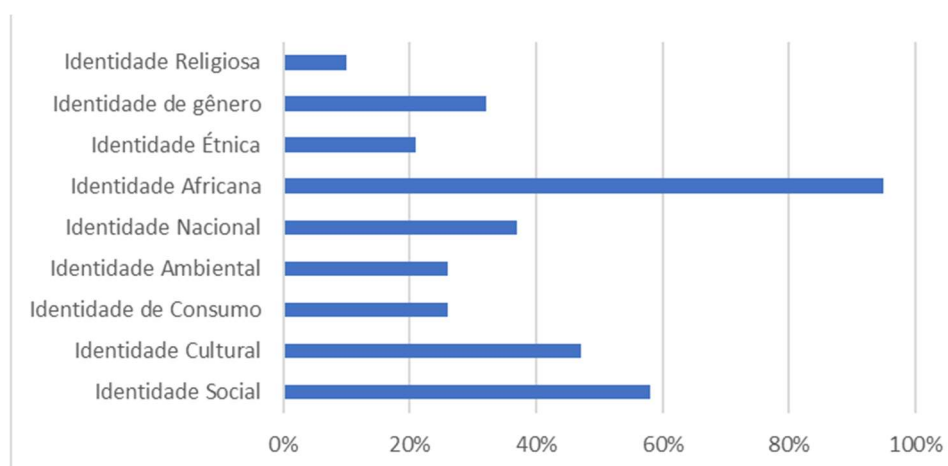
Yannick relata essa ideia de evolução da identidade, mesmo estando apenas no primeiro semestre de curso no Brasil.

Eu tenho uma identidade vasta e não fixa, sim, não fixa. Por que não fixa? Porque eu **** cheguei a pouco tempo, esse ano, esse é o meu primeiro semestre, se não estivéssemos com esse problema "Covid - 19", eu deveria estar a estudar pra ter mais experiências. Então posso dizer que não tenho muita experiência com a UNILAB, mas daquela que eu tive foi agradável, a recepção, o ensino, o comportamento de cada colega, docente ou até outro trabalhador da UNILAB. Até agora nunca passei por uma situação de racismo, discriminação por conta da minha cor, pela ou raça. Isso é positivo. Falar do ensino, posso dizer que daquela que tive foi boa, até agora sabendo que a percepção da matéria varia de estudante para estudante. Gostei de ter me integrado a um novo ambiente, para ter novas experiências sobre a vida, não estar fixado apenas naquilo que está ao meu redor ou alcance dos meus olhos, mas ir avante/longe pra saber o que outros passam, tem, sentem, etc... Meu maior desejo é voltar com uma coroa na cabeça e com as seguintes escritas no diploma: dr em Agronomia, Sr. **** (Yannick).

A esse respeito, nas falas dos entrevistados percebe-se a construção diária da identidade no contexto da mobilidade acadêmica de forma semelhante ao que Resta (2014) falou sobre esses percursos, indicando que eles são repletos de trajetos e de deslocamentos, com diversos pontos de chegada, evidenciando também o que acontece “per-correndo”. A mobilidade proporcionou encontros com “o outro”, com “o

diferente” e, nesse contexto, diversos elementos foram acionados, interferindo (e sofrendo interferência) na formação dos vínculos sociais. Mesquita (1994) e Hall (2006) explicam a construção social da identidade diante das diferenças, pois seria diante desses contrastes e da negação que a identidade ganharia forma. Contudo, algumas dimensões tiveram maior relevância do que outras. Percebe-se, portanto, que os aspectos mais impactados foram os culturais e subjetivos, enquanto as dimensões da identidade africana, da identidade social e cultural foram mais acionadas pelos moçambicanos durante o período de mobilidade no Brasil, conforme o gráfico a seguir, confeccionado a partir dos dados coletados nas entrevistas.

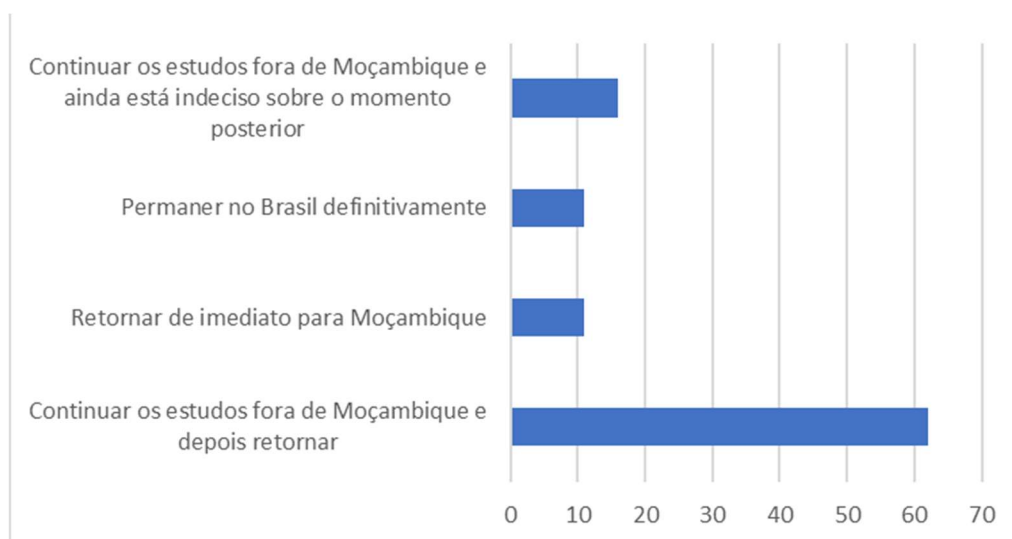
Gráfico 5 - Dimensões da Identidade acionadas pelos entrevistados



Fonte: Pesquisa de Campo (2020).

Em relação às perspectivas, após a conclusão da graduação na UNILAB, conforme o gráfico 6: 62% dos entrevistados falaram que pretendem fazer uma pós-graduação *stricto sensu* fora de Moçambique (a maioria no Brasil) e, após a conclusão dessa etapa, eles desejam voltar para seu país de origem para ajudar no desenvolvimento local, reafirmando a ideia do projeto coletivo que motivou a vinda ao Brasil; 11% irá retornar para Moçambique logo que terminar a graduação e levar seus conhecimentos aqui adquiridos; 16% pretende prosseguir os estudos no Brasil ou na Europa, porém ainda não decidiu sobre o que fará depois da conclusão da pós-graduação; ainda, 11% dos entrevistados pretende permanecer, desde que se concretizem determinados planos.

Gráfico 6 - Perspectivas para o futuro



Fonte: Pesquisa de Campo (2020).

Além de proporcionar conhecimentos acadêmicos, a mobilidade dos moçambicanos possui potencial para contribuir na política e no desenvolvimento do país, ao fazer os estudantes internacionais despertarem para a importância de conhecer seus direitos e aprender a cobrá-los de formas mais eficazes de seus governantes. Os entrevistados perceberam que, no Brasil, existe mais liberdade de expressão, além de uma forma diferente de cobrar dos políticos sobre seus direitos. Conforme consta no referencial teórico, a independência de Moçambique ocorreu como consequência indireta da mobilidade estudantil, visto que os principais envolvidos no movimento de independência do país são da primeira geração de imigrantes estudantis. Assim, é possível que essa nova fase de mobilidade estudantil moçambicana também forneça relevantes contribuições nesse cenário.

Assim, retomamos ao problema de pesquisa quando, inicialmente, questionava-se como as diversas dimensões da identidade dos estudantes imigrantes moçambicanos na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) são acionadas no contexto de suas interações sociais no Brasil, considerando três momentos do processo, o antes, o durante e o após o período de estudos. Consideramos que a questão serviu como um disparador para a investigação, o que justifica sua relevância e, também, entendemos que ela está respondida com os dados já apresentados. No entanto, percebemos que podemos

avançar na problematização, já que ao final do estudo passamos a nos perguntar: qual a potência da mobilidade no campo da Educação a fim de promover o desenvolvimento humano, levando-se em conta que ela mobiliza, fundamentalmente, dimensões da identidade? Como a experiência de desenvolvimento humano investigada foi afetada pelas interações/vínculos; discriminações/preconceitos; diálogo, muitas vezes, sem acolhimento?

A forma como a temática surgiu no decorrer das entrevistas remete inevitavelmente ao desenvolvimento a partir da abordagem das capacitações (criada por Amartya Sen), conforme analisado a seguir.

O conceito de “desenvolvimento humano” foi desenvolvido por Mahbub ul Haq, nas publicações do Relatório de Desenvolvimento Humano produzido a partir da década de 1990 pelo PNUD (OLIVEIRA, 2014) e tem como objetivo focar nas liberdades de escolhas e de oportunidades, e não apenas em conceitos ligados estritamente ao aspecto econômico, pois enquanto o crescimento econômico trata apenas de situações quantitativas, o desenvolvimento humano foca em aspectos qualitativos.

O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. (...) O conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana (PNUD, 2013, on-line).

Sen (2007) explica que o desenvolvimento deve ser entendido a partir da mitigação das privações. Nesse contexto, a privação seria aquilo que pode tirar a liberdade de escolha de uma pessoa. Veiga (2006, p. 4), mostra que, para Sen, só existe desenvolvimento “quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida”. Ou seja, na abordagem das capacitações o desenvolvimento é a expansão das liberdades de empoderamento para suprir as

necessidades e as escolhas de cada indivíduo. Para isso, é necessária a remoção das fontes de privações de liberdade preponderantes, tais como “pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência dos Estados repressivos” (VEIGA, 2008, p. 34)

Sen (2007) divide as liberdades em: constitutivas, ou substantivas, que são as capacidades elementares, como ter condições de evitar privações. São aquelas que enriquecem nossas vidas e a que queremos atingir como fins; e instrumentais, que são os meios para atingir aqueles fins, ou seja, liberdade que as pessoas têm de escolhas dentro do contexto que vivem. Sen (2012, p. 82) argumenta ainda que “decidir e escolher também são partes do viver”, portanto a liberdade tem papel fundamental no desenvolvimento humano.

As liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais. Além de reconhecer, fundamentalmente, a importância avaliatória da liberdade, precisamos entender a notável relação empírica que vincula, umas às outras, liberdades diferentes (SEN, 2007, p. 26).

O autor apresenta cinco liberdades instrumentais: liberdade política; facilidades econômicas; oportunidades sociais; garantias de transparência; e segurança protetora.

A liberdade política inclui os direitos civis e os direitos políticos associados às democracias, o que inclui a escolha entre diferentes partidos políticos, de determinar quem deve governar e segundo quais princípios, o direito ao voto, a oportunidade de diálogo político, dissensão e crítica, entre outros, além da possibilidade de fiscalizar e criticar autoridades, da garantia de livre expressão política e de uma imprensa sem censura (SEN, 2007). Ou seja, poder participar efetivamente das escolhas políticas e ter liberdade de expressão e associação.

As facilidades econômicas referem-se à oportunidade de uso de recursos econômicos com o propósito de consumo, de produção e de troca, para uma vida digna.

A segurança protetora corresponde às garantias que formam uma rede de segurança social, com disposições institucionais, tais como distribuição de alimentos

em tempos de crise, programas de governo voltados à geração de emprego, bolsas assistenciais etc. A segurança protetora é necessária para impedir que a população seja reduzida à miséria, à fome e à morte. A segurança protetora inclui “disposições institucionais fixas, como benefícios aos desempregados e suplementos de renda regulamentares para os indigentes, bem como medidas ad hoc, como distribuição de alimentos em crises de fome coletiva ou empregos públicos de emergência para gerar renda para os necessitados (SEN, 2007, p. 56).

Já as oportunidades sociais estão relacionadas ao acesso à educação e à saúde, à qualidade de vida, à participação em atividades econômicas e políticas.

Quanto à garantia de transparência refere-se à liberdade de comunicação entre as pessoas, de “dessegregado e clareza”, portanto está atrelada ao aspecto da confiança, o que inibe a corrupção, a irresponsabilidade financeira e as transações ilícitas.

Como forma de contribuir com o debate sobre o desenvolvimento humano na perspectiva da mobilidade, pode-se observar que algumas dessas liberdades podem ser relacionadas com o objeto da presente tese. Dessa forma, foi possível obter os seguintes resultados:

- **Liberdade política:** No caso da presente pesquisa, percebe-se que os moçambicanos entrevistados após a chegada ao Brasil perceberam que essa liberdade não é exercida tão plenamente em Moçambique quanto no Brasil, ou seja, eles descobriram a existência de uma privação dessa liberdade. Além disso, como os entrevistados também puderam notar a importância dessa liberdade instrumental, eles poderão, após retornar aos seus países de origem, lutar pela efetivação desse direito. Cabe lembrar que no referencial teórico foi citado o fato de que a primeira geração de estudantes dos PALOPs que se deslocou, na década de 1950, ao exterior com a finalidade de realizar a graduação, foi importante para os processos de independência de seus países de origem. Os estudantes mantiveram contato com a esquerda europeia, com o Partido Comunista Francês e com os liberais dos Estados Unidos (SUBUHANA, 2009) e em consequência, ergueram-se as principais lideranças que comandaram a de luta pela independência de seus países: “Agostinho Neto (Angola), Amílcar Cabral (Cabo Verde e Guiné Bissau),

Eduardo Mondlane e Marcelino dos Santos (Moçambique), Miguel Trovoada (São Tomé e Príncipe), entre outros” (SUBUHANA, 2009, p.112). De acordo com o representante da UNILAB entrevistado, os ex-alunos da instituição adquiriram conhecimento suficiente para mudar legislações e regramentos e muitos já estão desempenhando altos cargos em seus países de origem.

- **Facilidades econômicas:** correspondem à liberdade e à possibilidade de utilização de recursos econômicos para aquisição de bens e de serviços. Os moçambicanos, por possuírem liberdade econômica proporcionada por seus familiares e pelos auxílios acadêmicos da UNILAB, puderam escolher vir ao Brasil realizar a mobilidade estudantil e, após a conclusão do curso, possivelmente terão acesso a mais facilidades econômicas em consequência das oportunidades profissionais que o curso de nível superior proporcionará aos entrevistados;
- **Oportunidades sociais:** são aquelas relacionadas à educação, à saúde, à qualidade de vida, entre outras. Embora muitos dos entrevistados, por diversos motivos, fossem privados da oportunidade de ter acesso à educação em seu país de origem, conseguiram acesso a esse direito por meio da mobilidade. De acordo com Gonçalves (2018), embora desde 1975 tenha havido tentativas do governo moçambicano de expandir o acesso ao Ensino Superior com a criação de algumas novas universidades, as ações promovidas têm sido insuficientes, ocorrendo uma estagnação da expansão da educação superior pública. O autor informa, ainda, que também têm acontecido casos de privatização de algumas universidades públicas existentes, mantendo a elitização do acesso à educação superior e dilatando as desigualdades sociais do país. Contudo, muitos moçambicanos passaram a migrar para outros países para ter acesso ao Ensino Superior e, conforme a presente pesquisa, a maioria pretende retornar para seu país de origem, a fim de contribuir para o desenvolvimento do lugar. Portanto, a mobilidade acadêmica proporciona oportunidades sociais aos estudantes envolvidos nesse processo.

Na visão de Amartya Sen, o desenvolvimento está ligado à promoção de oportunidades, pois apenas com a remoção das privações, o indivíduo terá mais liberdade para as escolhas que melhor lhe aprouverem. Os entrevistados, ao optarem

pela mobilidade, visaram proporcionar maior liberdade de escolhas e de oportunidades não apenas na sua esfera pessoal, mas para o desenvolvimento das suas regiões e país de origem. No presente estudo percebe-se, de forma central, a educação como meio e como um fim em si mesmo do desenvolvimento humano. Portanto, além de proporcionar mudanças identitárias aos entrevistados, a mobilidade possibilitou perspectivas de desenvolvimento econômico, social e político.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese possuía quatro objetivos específicos, que contribuíram para atingir o objetivo geral. Inicialmente, foi apresentada uma contextualização da imigração no Brasil, bem como criação dos Programas de Colaboração técnica internacional. A cooperação técnica internacional contribui para um desenvolvimento que possibilita mudanças sociais estruturais nos países cooperados, em um importante intercâmbio de conhecimentos. Aqui, cabe destacar a criação do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), que visava amparar a crescente entrada de estudantes internacionais no país, garantindo a disponibilidade de vagas gratuitas em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Cabe ressaltar que a UNILAB não preenche suas vagas por meio do PEC-G, mas sim de convênios próprios entre os países participantes, ofertando cursos em áreas de interesse mútuo.

A UNILAB possui um papel importante ao proporcionar um intercâmbio de diferentes culturas que possuem muito a aprender e a ensinar uma à outra. Tanto que se percebe na fala de alguns entrevistados que, pouco a pouco, a imagem preconceituosa existente nas cidades em que eles estão vivendo, pode ir gradualmente dando espaço à aceitação e ao respeito mútuo.

Nesse sentido, existe a perspectiva de que os próximos grupos de imigrantes possam ter experiências de mobilidade com menos dificuldades e hostilidades por parte dos brasileiros. Mas, para que isso se torne realidade, uma sugestão seria criar mais projetos de extensão que levassem a comunidade acadêmica, em especial os estudantes internacionais, ao encontro da população local, para conviver, realizar atendimentos, cursos e palestras dentro da área de especialidade de cada um, bem

como para que participem de eventos e apresentações culturais que permitam aos moradores da região conhecerem a cultura dos PALOPs.

Enquanto isso não ocorre, os entrevistados acabaram dinamizando aspectos identitários que tiveram maior relevância do que outros no contexto atual e dentro de suas vivências. Ao construir novas comunidades dialógicas em decorrência dessa mobilidade, os moçambicanos interagiram, socializaram, criaram vínculos e diferentes elementos da identidade foram acionados no decorrer dessas vivências. Conforme já exposto, esses elementos foram divididos em três grupos principais:

- **Aspectos Culturais (cultura em sentido amplo):** compostos pela Identidade Étnica, Identidade Nacional, Identidade Africana, Identidade Cultural (no sentido restrito da palavra “cultura”);
- **Aspectos Subjetivos:** Identidade Social, Sexual de Gênero;
- **Aspectos Ambientais:** Identidade Ambiental.

Os aspectos com maior expressão foram os culturais e subjetivos, visto que foi possível observar que, devido às vivências e às percepções dos entrevistados, as dimensões mais acionadas durante a mobilidade foram a Identidade Africana, a Identidade Social e a Identidade Cultural.

- a) **Identidade africana:** Se fortaleceu durante a mobilidade. Muitas vezes, fez-se necessário demonstrar essa identidade para se impor na sociedade local e para relembrar a importância de suas raízes;
- b) **Identidade social:** tendo em vista que as estratégias de inserção social e o enfrentamento aos preconceitos estão muito presentes no dia a dia dos entrevistados, isso deixou marcas profundas nas lembranças relacionadas à mobilidade estudantil;
- c) **Identidade cultural:** foi constantemente negociada no período de adaptação no Brasil. Em diversos momentos, os entrevistados não puderam expressar-se e ter o devido reconhecimento de sua cultura enquanto moçambicanos, africanos ou dentro do grupo étnico que pertencem.

Em seguida, a proposta da tese era mapear as trajetórias dos estudantes, considerando aspectos e dimensões da identidade com interferências decorrentes da mobilidade estudantil, levando-se em conta três tempos: antes de sair do país; na condição de estudantes da UNILAB, e ao finalizar os cursos. Nesse contexto, foram

abordadas as motivações dos entrevistados, percebendo que 74% possuíam motivações coletivas para vir ao Brasil estudar. Quanto à percepção sobre o Brasil antes da mobilidade, 49% possuíam ainda uma visão baseada nas novelas brasileiras, amplamente consumidas em Moçambique, que retratam um país rico, de muitas festas, com pessoas receptivas e afetuosas. Contudo, 51% que têm amigos e familiares que já estavam no Brasil possuíam uma concepção mais realista dos fatos, conhecendo os diversos problemas sociais existentes. Ao chegar no Brasil, os moçambicanos relataram como maiores obstáculos o racismo, a xenofobia e a hipersexualização. Esses problemas têm raízes históricas que não possuem influência da atual crise econômica e política do Brasil e tampouco foram agravados pela pandemia de Covid-19. Contudo, a pandemia dificultou a experiência da mobilidade estudantil em outro aspecto: na socialização dos moçambicanos, gerando um obstáculo a mais nesse percurso.

Quanto às perspectivas para o futuro, reafirma-se a noção comunitária da mobilidade dos entrevistados, pois 74% querem, depois da graduação ou após uma pós-graduação, retornar para Moçambique, destacando a intenção de contribuir para o desenvolvimento do país. Isso permite atingir o objetivo específico de verificar como a identidade pessoal intercambia com o interesse de vínculo coletivo, pois, mesmo que exista o interesse coletivo, há um fato pessoal ligado à vontade de fazer uma graduação (que possivelmente não conseguiria cursar em Moçambique), além da vontade de conhecer outras culturas e vivenciar novas experiências.

Nesse contexto, também se atinge outro objetivo específico: identificar e analisar as dificuldades e motivações dos estudantes moçambicanos da UNILAB na sociedade local, diante de aspectos e de dimensões identitárias, assim como as estratégias que constroem para seu enfrentamento. Essas estratégias utilizadas pelos moçambicanos não são de combate direto contra os preconceitos, sendo que muitos guardam esse sentimento e ficam receosos de expor, mas com perseverança, foco nos estudos e nas metas de vida, eles conseguem conviver com a situação, mostrando aos brasileiros que eles merecem respeito e admiração pela história de luta e de crescimento diário no meio de tantas adversidades.

O objetivo geral do trabalho era investigar as interferências identitárias e seus processos de (re)construção a partir da experiência de mobilidade vivida por estudantes moçambicanos da UNILAB. No decorrer da pesquisa, são relatados os

percursos da mobilidade de forma entrelaçada com os trajetos das diversas dimensões da identidade dos entrevistados. O deslocamento gerou encontros com o “outro” em diversas perspectivas e situações que contribuíram nessa nova formação do “eu” de cada moçambicano. Nesse diálogo repleto de alteridade, o “Eu” se relaciona com o “Tu”, deixando consequências identitárias nas duas partes. Assim, o entrevistado (o “eu”) torna-se o outro para o outro, gerando descobertas, diferenças, diálogos e (des)encontros.

Diante do diferente, longe de sua zona de conforto, com percepções ambientais que geraram conflitos com suas visões de vida e de mundo, os moçambicanos exploraram situações que não enfrentariam se estivessem em seus países de origem. Houve momentos gratificantes de aprendizado acadêmico, pessoal e profissional, contudo, os entrevistados também presenciaram e sentiram o preconceito pela cor da pele e, principalmente, pelo lugar de origem, pois no Brasil o fato de ser negro e africano possui estigmas difíceis de desconstruir do imaginário popular.

Assim, como questiona Woodward (2000), seria a identidade algo fixo? Haveria uma verdadeira identidade? Com base nas entrevistas, podemos responder de forma negativa aos dois questionamentos, pois, no decorrer do processo de mobilidade, as identidades dos moçambicanos sofreram diversas evoluções de acordo com as influências externas e vivências ocorridas no Brasil. Isso não quer dizer que no Brasil os entrevistados “descobriram” uma verdadeira identidade e que a anterior ao deslocamento fosse uma “falsa identidade”, mas sim que as identidades estão sempre em metamorfose, de acordo com os conhecimentos adquiridos em cada situação (positiva ou negativa) experimentada na vida.

A partir das entrevistas, percebe-se que a identidade está também ligada ao pertencimento em grupos nos quais o indivíduo se reconhece. Os entrevistados estão integrados a diversos grupos: negro, africano, moçambicano, aluno da UNILAB, imigrante e, em cada um desses grupos, mas principalmente ao ter vivências com pessoas externas a esses grupos, existem (des)encontros com o outro, choques culturais. Além disso, nos encontros existem as descobertas das diferenças sociais, econômicas, ideológicas, dentre outras. Essas vias duplas (encontros/desencontros; igualdade/diferença; pertencimento/exclusão) simbolizam a construção da identidade, porque ao se descobrir como pertencente a cada um desses grupos, o entrevistado

exclui outras identidades e grupos possíveis de pertencimento. Assim, a identidade está nas características em comum com um grupo e na negação/diferenciação com os demais grupos.

A identidade é, portanto, uma das questões centrais ao se estudar mobilidade humana, pois possibilitou a experimentação dessa dualidade de forma intensa no dia a dia dos entrevistados. Torna-se impossível, então, falar de mobilidade humana sem analisar como ela impacta na identidade.

Nesse processo, algo que diferencia a presente pesquisa dos demais estudos sobre mobilidade é a percepção final de que as motivações dos estudantes internacionais diferem da maioria dos imigrantes, que normalmente possuem razões econômicas para realizar a migração. Enquanto isso, a maioria dos entrevistados relatou ter motivações coletivas (familiar e/ou institucional) para a realização da mobilidade. Essa percepção de coletividade também foi vista com a mesma expressividade quanto às perspectivas para o futuro, pois muitos dos entrevistados pretendem, depois da graduação ou de uma pós-graduação, retornar a Moçambique, destacando a intenção de contribuir para o desenvolvimento do país.

Assim, a temática da mobilidade contemporânea apresenta uma complexidade e heterogeneidade que induzem tanto a consequências sociais que afetam tanto o migrante, que tem suas relações, modo de vida e identidade modificados nesse percurso, quanto os locais de origem e de destino. Isso porque os entrevistados pretendem com essa mobilidade contribuir para o desenvolvimento de Moçambique, por meio da educação recebida, a qual tem potencial para a remoção de diversas privações de liberdade encontradas no país.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO - ABC. **Cooperação Sul-Sul**, 2019^a. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>. Acesso em: 05 jan. 2019.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO - ABC. **Histórico da Cooperação Técnica Brasileira**, 2019b. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Historico>. Acesso em: 05 jan. 2019.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO - ABC. **Moçambique**, 2019c. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Mocambique>. Acesso em: 05 jan. 2019.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Bancada feminina na Câmara sobe de 51 para 77 deputadas. **Câmara dos Deputados**, 08 out. 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/545897-bancada-feminina-na-camara-sobe-de-51-para-77-deputadas/>. Acesso em: 07 nov. 2020.

AGIER, M. Distúrbios Identitários em Tempos de Globalização. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, out. 2001.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Xenofobia**: medo e rejeição ao estrangeiro. São Paulo, SP: Cortez, 2016.

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, G. M. R. O fluxo migratório Brasil-França na “era da mobilidade”. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 62-94. jan./jun. 2014.

AMARAL, J. B. **Atravessando o Atlântico**: o Programa Estudante Convênio de Graduação e a cooperação educacional brasileira. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

- ANDERSON, B. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- ANDRADE, I. Algumas Reflexões sobre o Conceito de Identidade Nacional. *In*: XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio – XIV ANPUH-Rio, 2010, Rio de Janeiro, RJ. **Anais** [...] Rio de Janeiro, RJ: UniRio, 2010. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1271958796_ARQUIVO_IdentidadeNAcional.pdf. Acesso em 03 mar. 2021
- AUGÉ, M. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: EDUFAL/UNESP, 2010.
- AZEVEDO, E. M. S. Os imigrantes e as ressignificações identitárias: ambivalência da brasilidade. **Ponto e Vírgula**, n. 20, p. 6-22, jul./dez. 2016.
- AZEVEDO, M. L. N. de. A formação de espaços regionais de educação superior: um olhar meridional - para o Mercosul. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 875-879, nov. 2008.
- BACKES, D.S.; COLOMÉ, J.S.; ERDMANN, R.H.; LUNARDI V. L. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O mundo da saúde**, v. 35, n. 4, p. 438-442, 2011.
- BAGGIO, R.C.; NASCIMENTO, D. B. Do Estatuto do Estrangeiro à nova Lei de Migração no Brasil: breves apontamentos. *In*: MEJÍA, M. R. G. (org.) **Migrações e Direitos Humanos: Problemática Socioambiental**. Lajeado: Ed. da Univates, 2018.
- BALLERINI, D.; SILVA, M. A. Por uma pedagogia da mobilidade: notas sobre migrações estudantis. **Textura - Revista de Educação e Letras**, v. 17 n. 34, mai./ago.2015.
- BARTH, F. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. *In*: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. Teorias da etnicidade. São Paulo: Edunesp, 2000. p. 187-227.
- BARROS, P.E; BARRETO, R.M. Corpo Negro e Pornografia. **Bagoas**. Natal, n. 19, p. 301-315, 2018.
- BASCH, L.; SCHILLER, G, N.; BLANC, C. S. **Nations Unbound: transnational Projects - postcolonial predicaments, and deterritorialized Nation-States**. New York: Gordon and Breach, 1994.
- BASSANI, A. F. **A migração estudantil em Irati-PR: um espaço marcado por distintos movimentos migratórios ao longo do tempo**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Paraná, 2014.
- BAUMAN, Z. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. 1 Fatos e Mitos. 4. ed. São Paulo. Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil (1988)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 02 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto 55.613/65**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D55613.htm. Acesso em: 06 out. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei 7965/45**. Dispõe sobre a Imigração e Colonização, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7967impressao.htm. Acesso em: 06 out. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 731, de 05 de junho de 1854**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-731-5-junho-1854-558301-publicacaooriginal-79449-pl.html>. Acesso em: 02 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto 7948/2013**. Dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7948.htm#art23. Acesso em: 06 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 4, de 10 de Junho de 1835**. Determina as penas com que devem ser punidos os escravos, que matarem [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM4.htm. Acesso em: 02 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 581, de 04 de setembro de 1850**. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM581.htm. Acesso em: 02 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em: 02 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 2.040, 28 de setembro de 1871**. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm. Acesso em: 02 abr. 2019.

BRASIL. **Lei 3.270, de 28 de setembro de 1885**. Regula a extinção gradual do elemento servil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm. Acesso em: 02 abr. 2019.

BRASIL. **Lei 3.353, de 13 de maio de 1888**. Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm. Acesso em: 02 abr. 2019.

BRASIL. **Lei 10.639, 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso em: 02 abr. 2019.

BRASIL. **Lei 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989 [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm. Acesso em: 02 abr. 2019.

BRASIL. **Lei 12.289/2010**. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12289.htm. Acesso em: 06 out. 2018.

BRASIL. **Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 02 abr. 2019.

BRASIL. **Portaria 992, de 13 de maio de 2009**. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt0992_13_05_2009.html. Acesso em: 02 abr. 2019.

BRASIL. **Resolução Normativa nº 124/2016**. Conselho Nacional de Migração. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=179&data=22/12/2016>. Acesso em: 05 jan. 2019.

BRUM, C. K.; JESUS, S. C. Mito, diversidade cultural e educação: notas sobre a invisibilidade guarani no Rio Grande do Sul e algumas estratégias nativas de superação. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 21, n. 44, p. 201-227, dez. 2015.

BUBER, M. **Eu e tu**. Tradução, introdução e notas: Newton Aquiles von Zuben. São Paulo: Centauro, 2006.

CAMPOS, A. H.; CORRÊA, L. R. **Direitos Humanos das Mulheres**. Curitiba: Juruá, 2007.

CANDIDO, M. R.; JUNIOR, J. F. Representação e Estereótipos de Mulheres Negras no Cinema Brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2019.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Editora Unep, 2006.

CASTRO, A. A; NETO, A. C. O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. **Revista Lusófona de Educação**, v. 21, p. 69-96, 2012.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil**. Relatório Anual 2018. Série Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2018.

Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Macedo, M., **Imigração e Refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais. Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

CHICK, G. Culture Complexity: The concept and its measurement. **Cross-Cultural Research**, v. 31, p. 275-307, nov. 1997.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Tradução de Luíz Fugazzola Pimenta e Margareth Afeche Pimenta. Florianópolis: UFSC, 1999.

CÓ, J.P.P. **Filhos da independência**: etnografando os estudantes Bissauguineenses do PEC-G em Fortaleza-CE e Natal-RN. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – CPLP. **Moçambique**, 2019. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2775.aspx>. Acesso em: 10 dez. 2018.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – CPLP. **Processo histórico**, 2019. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2752.aspx>. Acesso em: 05 jan. 2019.

COLLINS, P. H. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. **Cadernos Pagu**, n. 51, 2017.

COSTA, M. M. M.; SCHWINN, S. A. A discriminação múltipla sobre as mulheres migrantes. *In*: MEJÍA, M. R. G. (org.). **Migrações e Direitos Humanos: Problemática Socioambiental**. Lajeado: Ed. da Univates, 2018.

CUNHA, R. R. T; SANTOS, A. de O. Anielá Meyer Ginsberg e os estudos de raça/etnia e intercultura no Brasil. **Psicologia USP**, v. 25, n. 3, p. 317-329, 2014.

CUNHA, S. A Construção Identitária da Mulher Negra Africana em Diáspora na Obra Americanah de Chimamanda Ngozi Adichie. *In*: III Seminário de Filosofia e Sociedade: Estética, Literatura e Filosofia Social, 2017, Criciúma, SC. **Anais [...]**. Criciúma, SC: UNESC, 2017.

DANTAS, S. D. Culturas em xeque e o desafio psicológico de ser entre dois mundos: biculturalismo entre Brasil e Japão. *In*: FERREIRA, A. P.; VAINER, C. B.; NETO, H. P.; SANTOS, M. O. (orgs), **A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

DIVISÃO DE TEMAS EDUCACIONAIS – DCE. **Introdução**, 2018a Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/introducao.php>. Acesso em: 04 out. 2018.

DIVISÃO DE TEMAS EDUCACIONAIS – DCE. **Histórico do Programa**, 2018b. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php>. Acesso em: 15 jul. 2019.

DIVISÃO DE TEMAS EDUCACIONAIS – DCE. **Processo seletivo**. 2018c. Disponível em: http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/processo_seletivo/inscricoes/2018.php. Acesso em: 04 out. 2018.

DECLARAÇÃO DE JENA. Jenaer Erklärung: Das Konzept der Rasse ist das Ergebnis von Rassismus und nicht dessen Voraussetzung. **Declaração de Jena**, 2019. Disponível em: https://www.uni-jena.de/190910_JenaerErklaerung.html. Acesso em: 03 fev. 2020.

DIÁRIO DO NORDESTE. África e identidade negra no CE. **Diário do Nordeste**, 2014. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/africa-e-identidade-negra-no-ce-1.1004474>. Acesso em: 04 abr. 2018.

DIÁRIO DO NORDESTE. Educação que liberta. **Diário do Nordeste**, 2015 Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/educacao-que-liberta-1.1006990>. Acesso em: 04 abr. 2018.

DIÁRIO DO NORDESTE. O Sonho Brasileiro. **Diário do Nordeste**, 2010. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/o-sonho-brasileiro-1.1004503>. Acesso em: 04 abr. 2018.

DENG, F. KIMARO, S. LYONS, T. ROTCHILD D, ZARTMAN, I. W. **Sovereignty as responsibility**: conflict management in Africa. Washington: The Brookings Institution, 1996.

DEUTSCHE WELLE. Mulheres ao poder nos PALOP. **Deutsche Welle**, 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/mulheres-ao-poder-nos-palop/a-52677550>. Acesso em: 10 nov. 2021.

DICIONÁRIO MICHAELIS. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 03 jan. 2020.

DIÉGUES JÚNIOR, M. Imigração, urbanização e industrialização: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil. Rio de Janeiro: CBPE, 1969.

DIÓGENES, C. G.; AGUIAR, J. R. (orgs.). **UNILAB**: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Caminhos e Desafios Acadêmicos da Cooperação Sul-Sul. Redenção: UNILAB, 2013.

DOMINGUES, P. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. **Revista Brasileira de Educação**, n. 29, maio/ago. 2005.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO - EBC. Percentual de negros em universidades dobra, mas é inferior ao de brancos. EBC, dez. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-12/percentual-de-negros-em-universidades-dobra-mas-e-inferior-ao-de-brancos>. Acesso em: 03 jan. 2019.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO – EBC. Brasil gasta 6% do PIB em educação, mas desempenho escolar é ruim. EBC, jul. 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-07/brasil-gasta-6-do-pib-em-educacao-mas-desempenho-escolar-e-ruim>. Acesso em: 10 dez. 2018.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

ELLERY MOURÃO, D. Guiné-Bissau e Cabo Verde: identidades e nacionalidades em construção. **Pro-posições**, Campinas, v. 20, n. 58, p. 83-101, jan./abr. 2009.

ELTIS, D.; RICHARDSON, D. **Atlas of the Transatlantic Slave Trade**. New Haven & Londres: Yale University Press, 2010.

ESCUREDO, C. O Protagonismo de Mulheres Imigrantes na Construção de Redes Sociais para o Fortalecimento Identitário: O Caso Das Brasileiras Em Chicago (EUA). **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, ano 24, n. 48, p. 179-196, set./dez. 2016.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Desarrollos de la perspectiva transnacional: migración, ciudad y economía política. **Alteridades**, v. 25, n. 50, 2015.

FERNANDES, S. C. S; PEREIRA, M. E. Endogrupo versus Exogrupo: o papel da identidade social nas relações intergrupais. **Estudos e Pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 30-49, 2018.

FIGUEREDO, L. O; ZANELATTO, J.H. Trajetória de migrações no Brasil. Acta Scientiarum. **Humam and Social Sciences Maringá**, v. 39, n. 1, p. 77-90, jan./abr. 2017.

FLEURI, R. M. Políticas da Diferença: para além dos estereótipos na prática educacional. **Educação Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 95, maio/ago., 2006.

FOLHA DE SÃO PAULO. Sem visto, 300 estudantes de Guiné-Bissau no CE podem ser deportados. **Folha de São Paulo**, jul. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2012/07/1119200-sem-visto-300-estudantes-de-guine-bissau-no-ce-podem-ser-deportados.shtml>. Acesso em: 03 jan. 2019.

FONSECA, D. J. De Migração em Migração se constroem Impérios, Reinos e Cidades: o africano no contexto da Globalização. *In*: MALOMALO, B.; FONSECA, D.

J.; BADI, M. K. (orgs). **Diáspora Africana e Migração na era da Globalização: experiências de refúgio, estudo e trabalho**. Curitiba: Editora CRV, 2015.

FORTIER, A. Migration studies. *In*: ADEY, P.; BISSELL, D.; HANNAM, K.; MERRIMAN, P.; SHELLER, M. (eds.). **The Routledge handbook of mobilities**. London: Routledge, 2013. p. 64-73.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Imigração como vetor estratégico do desenvolvimento socioeconômico e institucional do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2012.

GALLO, P. M. D. Lugar e identidade na experiência migrante: entre eventualidade e transitoriedade. **Geograficidade**, v. 1, n. 1, jun./set. 2011.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. São Paulo: LTC, 1989.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisa: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GOMES, J. O debate constitucional sobre ações afirmativas. *In*: SANTOS, R. E.; LOBATO, F. (org.). **Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 15-57.

GOMES DE JESUS, J. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília: DF, 2012. Disponível em: http://www.sertao.ufg.br/up/16/o/orienta%c3%87%c3%95es_sobre_identidade_de_g%c3%8anero__conceitos_e_termos_-_2%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o.pdf?1355331649. Acesso em: 10 fev. 2020.

GONCALVES, A. C. P. O direito à educação e políticas de expansão do ensino superior público em Moçambique: estagnação, privatização e exclusão (1986-2008). **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 23, n. 1, p. 37-57, abr. 2018.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

GRISOTTI, M. Pandemia de Covid-19: agenda de pesquisas em contextos de incertezas e contribuições das ciências sociais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30(2), e300202, 2020

GROSSI, M. P. "Identidade de Gênero e Sexualidade". **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, n. 24, 1998.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papyrus, 1990.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. *In*: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HAESBAERT, R. Criminalização, racismo e preconceito. *In* NETO, H.P.; SANTOS, M.; PETRUS, R.; GOMES, C (Org). **Caminhos da migração: memória, integração e conflitos**. 2ª ed. – E-book – São Leopoldo: Oikos, 2015.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p .5, 1997.

HALL, S. A. Quem precisa da identidade? *In*: SILVA, T. T. (org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

HALL, S. A. Pensando a Diáspora (Reflexões Sobre a Terra no Exterior). *In*: SOVIK, L. (org.). **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, S. A. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. A. **Cultura e representação**. Trad. de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.

HALL, S. A. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HALL, S. A. Criminalização, racismo e preconceito. *In*: NETO, H. P.; SANTOS, M.; PETRUS, R.; GOMES, C (orgs.). **Caminhos da migração: memória, integração e conflitos**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2015.

HERMANN, N. A questão do outro e o diálogo. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 57, p. 477-493, jun. 2014.

HIRSCH, R. De mestiços a negros e africanos: processos de (re)construção de identidades em um grupo de estudantes cabo-verdianos no Rio de Janeiro. *In*: FERREIRA, A. P.; VAINER, C. B.; NETO, H. P.; SANTOS, M. O. (orgs.). **A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

HOGAN, D. J. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 323-338, dez. 2005.

HUERTA, A. V. Luchas migrantes en contextos de tránsito migratorio, el caso del movimiento migrante centroamericano. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. Brasília, ano 24, n. 48, p. 31-44, set./dez. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Acarape. **IBGE**, 2019a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/acarape/panorama>. Acesso em: 09 ago. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Imigração restrita (1500-1700). **IBGE**, 2018a. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/portugueses/imigracao-restrita-1500-1700>. Acesso em: 10 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Indicadores Sociais de Mulheres no Brasil. **IBGE**, 2018b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos. **IBGE**, 2012. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores>. Acesso em: 12 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Redenção. **IBGE**, 2019b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/redencao/panorama>. Acesso em: 15 jan. de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Regiões de origem dos escravos negros. **IBGE**, 2018c Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros/regioes-de-origem-dos-escravos-negros.html>. Acesso em: 10 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. São Francisco do Conde. **IBGE**, 2019c. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-francisco-do-conde/panorama>. Acesso em: 10 ago. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Território brasileiro e povoamento: portugueses - imigração de massa (1851-1930). **IBGE**, 2018d. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/portugueses/imigracao-de-massa-1851-1930>. Acesso em: 10 out. 2019.

INGOLD, T. Pare, olhe, escute: visão, audição e movimento humano. **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 3, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS DE MOÇAMBIQUE - INEM. Recenseamento Geral da População e Habitação. **INEM**, 2007. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/censos/censo-2007/censo-2017>. Acesso em: 10 dez. 2018.

INSTITUTO LULA. "Perspectiva da UNILAB é cooperação internacional solidária". Instituto Lula, 2012. Disponível em: <http://www.institutolula.org/perspectiva-da-UNILAB-e-cooperacao-internacional-solidaria-diz-reitor/>. Acesso em: 15 jan. 2019.

JOSEPH, H. Prólogo. *In*: MEJÍA, M. R. G. (org.). **Migrações e Direitos Humanos: Problemática Socioambiental**. Lajeado: Ed. da Univates, 2018.

JUNQUEIRA, R. D. (2007). Homofobia: Limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Revista Bagoas: Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades**, v. 1, n. 1, p. 1-22, 2007.

KITZINGER, J. The methodology of Focus Groups: the importance of interaction between research participants. **Sociology of Health & Illness**, v. 16, n. 1, 1994.

KOEHLER. Homofobia, Cultura e Violências: a desinformação social. **Interacções**, v. 26, n. especial, p 129-151, 2013.

LANGA, E. N. B. **Diáspora africana no Ceará no Século XXI: Resignificações Identitárias de Estudantes Imigrantes**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

LANGA, E. N. B. Diáspora africana no Ceará no Século XXI: Resignificações identitárias e as interseccionalidades de raça, gênero, sexualidade e classe no contexto da migração estudantil internacional. *In*: MALOMALO, B.; FONSECA, D. J.; BADI, M. K. (orgs.). **Diáspora Africana e Migração na era da Globalização: experiências de refúgio, estudo e trabalho**. Curitiba: Editora CRV, 2015.

LANGA, E. N. B. Diáspora africana no Ceará: Representações sobre as festas e as interações afetivosexuais de estudantes africano(a)s em Fortaleza. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v. 2, 2014.

LAVOR, A. A.; MEJÍA, M. R. G. Estudo sobre as experiências vivenciadas por um grupo de moçambicanos em capacitação no Brasil. **Geografia**, v. 45, n. 1, jan./jun. 2020.

LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 8, supl. p. 49-90, jun. 1974. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101974000500003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 out. 2018.

LI, D. L. O Enem e a plataforma SISU. **Efeitos sobre a migração e a evasão estudantil**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

LOBO, C.; CARDOSO, L.; ALMEIDA, I. L. Mobilidade pendular e integração regional: uma metodologia de análise para as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 20, n. 41, pp. 171-189, jan./abr. 2018.

LOURO, G. L. **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LUCAS, D. C. A identidade como memória biográfica do corpo e sua proteção jurídica: itinerários de um paradoxo. **Sequência (Florianópolis)**, Florianópolis, n. 65, p. 125-154, dez. 2012.

LUDWIG, A. C. W. **Fundamentos e prática de metodologia científica**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MACIEL, W. Usos de uma cidade da Liberdade: estudantes africanos em Redenção. **Caderno CRH**, Salvador, v. 30, n. 79, p. 189-201, jan./abr. 2017.

MAFFESOLI, M. O imaginário é uma realidade (entrevista a Juremir Machado da Silva). **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 15, 2001.

MAFFESOLI, M. **O tempo das Tribos: O Declínio do Individualismo nas Sociedades de Massa**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

MAFFESOLI, M. Sociólogo Michel Maffesoli fala da retomada de manifestações juvenis. Entrevista concedida ao Jornal Zero Hora. Porto Alegre: RS, 2013. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2013/04/sociologo-michel-maffesoli-fala-da-retomada-de-manifestacoes-juvenis-4105060.html>. Acesso em: 12 fev. 2020.

MAFFESOLI, M. Sociologia, política e arcaísmo – Entrevista com Michel Maffesoli. Entrevista concedida a Iuri Furukita Baptista, Janaina Gamba, Karina Weber. Sessões do Imaginário, Porto Alegre, ano 22, n. 38. 2017.

MAFFESOLI, M. Os que tem o poder continuam nos velhos caminhos modernos. Entrevista concedida à Folha de São Paulo. São Paulo – SP. **Folha de São Paulo**, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/12/os-que-tem-o-poder-continuam-nos-velhos-caminhos-modernos.shtml>. Acesso em: 10 fev. de 2020.

MAGNANI, J. G. C. Tribos urbanas: metáfora ou categoria? **Cadernos de Campo**, São Paulo, 1992.

MAGNANI, J. G. C. Os circuitos dos jovens urbanos. **Revista do Departamento de Sociologia da FLUP**, v. 20, p. 13-38, 2010.

MALOMALO, B.; BADI M. K. O direito de migrar e o dever de compreender as migrações africanas na era da globalização. *In*: MALOMALO, B.; FONSECA, D. J.; BADI, M. K. (orgs.). **Diáspora Africana e Migração na era da Globalização: experiências de refúgio, estudo e trabalho**. Curitiba: Editora CRV, 2015.

MARCHETTO, A. Los flujos “migratorios” en el mundo. Consecuencias y expectativas. *In*: I Congreso Nacional sobre la Pastoral de la Movilidad Humana, 2003, Veracruz. **Anais [...]**. Veracruz, México: PMH, 2003.

MARIN, A. A.; TORRES OLIVEIRA, H.; COMAR, V. A educação ambiental num contexto de complexidade do campo teórico da percepção. **INCI**, Caracas, v. 28, n. 10, p. 616-619, out. 2003.

MARINUCCI, R. Racismo e Migrações. **REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 26, n. 53, p. 7-10, ago. 2018.

MARINUCCI, R. Reconfiguração da identidade religiosa em contexto migratório. **Estudos de Religião**, v. 25, n. 41, p. 97-118, jul./dez. 2011.

MARQUEZA, H.C. Mito, Identidade Africana e a Política de Reconhecimento: um paradigma e uma reflexão epistemológica em busca do afro-nacionalismo. **Sacrilegens**, Juiz de Fora, v. 1, p. 180-198, jan./jun. 2019.

MARTINE, G. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. *In*: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS – ABEP. **História e População**. São Paulo: Fundação SEADE, 1990.

MARTÍNEZ, S. M.; DUTRA, D. Experiencias de Racismo desde la Inmigración Haitiana y Africana en Brasil. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 26, n. 53, p. 99-113, ago. 2018.

MEJÍA, M. R. G.; CAZAROTTO, R. T. O Papel das Mulheres Imigrantes na Família Transnacional que Mobiliza a Migração Haitiana no Brasil. **Repocs**, v. 14, n. 27, jan./jun. 2017.

MEJÍA, M. R. G.; CAZAROTTO, R. T. Análise da repercussão socioespacial da imigração haitiana numa pequena cidade do Rio Grande do Sul – Brasil. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 45, n. 1, p. 170-186, jan. 2019.

MILANI, Carlos R.S; CONCEIÇÃO, Francisco Carlos da.; M'BUNDE, Timóteo Saba. Cooperação Sul-Sul em educação e relações Brasil-PALOP. *In*: Cadernos CRH, Vol. 29, nº 76, jan./abr, Salvador, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v29n76/0103-4979-ccrh-29-76-0013.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2021.

MENDES, P. G. V. **Racismo no Ceará**: herança colonial, trajetórias contemporâneas. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais), Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

MESQUITA, Z. Procura-se o coração dos limites. *In*: LEHNEN, A. C.; CASTELLO, I. R.; SHÄFFER, N. O. (orgs.). **Fronteiras no Mercosul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS e Prefeitura Municipal de Uruguaiana, 1994.

MIRANDA, J. Mulheres em contexto migratório: figurantes ou protagonistas? *In*: NEVES, S. (coord.). **Gênero e Ciências Sociais**. Maia: ISMAI, 2011. p. 197-214.

MIRANDA, J.; NEVES, A. S. Introdução [Em linha]: gênero e migrações. **Revista ex aequo**, n. 24, p. 9-12, 2011.

MORAES R. Mergulhos discursivos: análise textual qualitativa entendida como processo integrado de aprender, comunicar e interferir em discursos. *In*: GALIAZZI, M. C.; VICENTE, J. (orgs.). **Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental**. Ijuí: Unijuí; 2007.

MORALES, L. I. M. Migração no México: tendências e consequências. In: Migração e políticas sociais. **Cadernos Adenauer**, v. 10, n. 1, 2009, ago. 2009.

MORALES, O. W. **La Migración Femenina Urbana ¿En Un Contexto Transnacional?** Nuevos retos del transnacionalismo en el estudio de las migraciones. Barcelona: Grafo, 2008. p. 7-217.

MOTA, F. A. As religiões afro-brasileiras: uma possibilidade de abordagem na educação formal. **Locus: Revista de História**, v. 22, n. 2, fev. 2017.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Rio de Janeiro, 2003. [Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB-RJ].

MUNANGA, K. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, p. 51-66, 2004. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9968>. Acesso em: 10 fev. 2019.

NASCIMENTO, A. I. **Migração estudantil e a aprendizagem de uma segunda língua**: Estudantes estrangeiros em Portugal e suas representações pessoais socioculturais. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Porto, Porto, 2013.

NEXO JORNAL. O fluxo de imigração ao Brasil desde a chegada dos portugueses. **Nexo jornal**, 11 jun. 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/06/11/O-fluxo-de-imigra%C3%A7%C3%A3o-ao-Brasil-desde-a-chegada-dos-portugueses>. Acesso em: 10 out. 2018.

NEXO JORNAL. Censo de 1872: o retrato do Brasil da escravidão. **Nexo jornal**, 07 jul. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/especial/2017/07/07/Censo-de-1872-o-retrato-do-Brasil-da-escravid%C3%A3o>. Acesso em: 10 out. 2018.

OLIVEIRA, C. S. Mobilidades em português: paradigma, cultura e potencialidades. In: ARAÚJO E.; RIBEIRO R.; ANDRADE P.; COSTA R. **Viver a mobilidade**: rumo a novas culturas de tempo, espaço e distância. Braga: CECS, 2018.

OLIVEIRA, D. M. **Saneamento Básico e Desenvolvimento Humano**: um estudo de caso no município de Imperatriz/MA a partir da Abordagem das Capacitações. 2014. 155 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2014.

OLIVEIRA, F. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 57-60, abr. 2004.

OLIVEIRA, I. Imigrantes e Refugiados para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial. **XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal: RN, 2013.

OLIVEIRA, R. J. **A Religiosidade Como Alma Da Cultura E Como Afirmação Da Identidade Afro-Brasileira**. 151f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

OLIVEIRA, R. S. C. **Intolerância religiosa na escola: uma reflexão sobre estratégias de resistência à discriminação religiosa a partir de relatos de memória de adeptos de Umbanda**. 114f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2014.

OMOLADE, B. **The Rising Song of African American Women**. New York: Routledge, 1994.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARAS AS IMIGRAÇÕES. **Glossário sobre imigração**. Genebra: OII, 2009.

PAIS, J. M. Introdução. In: PAIS, J. M.; BLASS, L. M. S. **Tribos Urbanas: Produção Artística e Identidades**. São Paulo: Annablume, 2004.

PATARRA, N. L. **Movimentos Migratórios no Brasil: Tempos e Espaços**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003.

PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 83-102, fev. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 out. 2018.

PATRÍCIO, G; PEIXOTO, J. Migração Forçada na África Subsaariana: Alguns Subsídios sobre os Refugiados em Moçambique. Dossiê: “Migrações na África: sujeitos, impactos e desafios”. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, v. 26, n. 54, p. 11-30, dez. 2018.

PEREIRA, G. M. S.; SANTOS, B. R. Subjetividades em Trânsito: Identidade, Diáspora Africana e Cultura Imaterial. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 30, 2018.

PEREIRA, J. B. B. O negro e a identidade racial brasileira. In: SEYFERTH, G. et al. (orgs.). **Racismo no Brasil**. Petrópolis: ABONG, 2002.

PEREIRA, S. M. **Caminhos da migração: memória, integração e conflitos**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2015.

PERES, R. G; BAENINGER, R. Migração Feminina: Um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero. In: SANTIN, T.; BOTEGA, T (orgs.). **Vidas em Trânsito: Conhecer e Refletir na Perspectiva da Mobilidade Humana**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2014.

PETRUCCELLI, J. L. **A cor denominada: estudos sobre a classificação étnico-racial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

PETRUCCELLI, J. L. Raça, identidade, identificação: abordagem histórica conceitual. In: PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. **Características Étnico-raciais da População**: Classificações e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

PETRUS, R.; FRANCALINO, J. H. Refugiados congolezes no Rio de Janeiro: afirmação e (re)significação de identidades nas dinâmicas de inserção social. In: FERREIRA, A. P.; VAINER, C. B.; NETO, H. P.; SANTOS, M. O. (orgs.). **A experiência migrante**: entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PINTO, S. M. R. A Construção da África: uma reflexão sobre origem e identidade no continente. **Revista Eletrônica Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa**, v. 2, n. 3, p. 212-234, 2008.

PORTAL DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. Moçambique. **Portal do Governo**, 2021. Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique>. Acesso em: 10 dez. 2018.

PORTAL DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. Educação: Instituições de Ensino Superior em Moçambique. **Portal do Governo**, 2021. Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Cidadao/Informacao/Educacao>. Acesso em: 10 dez. 2018.

PORTES, A. **Migrações internacionais**: Origens, tipos e modos de incorporação. Oeiras: Celta Editora, 1999.

PRADO, M. A.; MACHADO, F. V. **Preconceito contra homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. Desenvolvimento humano e IDH. **ONU**, 2021. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx?indiceAccordion=0>. Acesso em: 10 dez. 2020.

PÚBLICO COMUNICAÇÃO SOCIAL. A Língua Portuguesa é factor de exclusão em Moçambique. **Público Comunicação Social**, 27 jul. 2014. Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/07/27/culturaipsilon/entrevista/a-lingua-portuguesa-e-factor-de-exclusao-em-mocambique--considera-linguista-eliseu-mabasso-1664319>. Acesso em: 10 dez. 2018.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO - PUCRIO. Por que religiões afro-brasileiras são o principal alvo de intolerância no País? **PUC-Rio**, 2020. Disponível em: <http://assessoria.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=44750&sid=89>. Acesso em: 15 jul. 2020.

RAMOS, M. C. P.; RAMOS, M. N. P. Associativismo migrante, participação e inclusão social no espaço urbano. In: XXII Encontro Estadual de História da ANPUH, 22, 2014, Santos, SP. **Anais** [...]. Santos, SP, 2014.

REIS, J. J. Presença negra: conflitos e encontros. *In: Brasil: 500 anos de povoamento* - IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

REIS, J. J. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

RESTA, E. **Percursos da identidade**: uma abordagem jusfilosófica. Tradução Douglas Cesar Lucas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014.

RESSTEL, C. C. F. P. Transnacionalismo. *In: RESSTEL, C. C. F. P. Desamparo psíquico nos filhos de dekasseguis no retorno ao Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2015. p. 53-78.

REVISTA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Lei n. 1, de 1837, e o decreto n. 15, de 1839, sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro - 1837. *Revista História da Educação*, v. 9, n. 18, p. 119-205, et. 2005. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29135/pdf>. Acesso em: 04 abr. 2019.

RIBEIRO, F. A. **Estratégia Geoeducacional na Cooperação Sul-Sul**: uma análise dos projetos das Universidades de Integração Internacional – UNILA e UNILAB. 238f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

RIZZI, K. R. Relações Brasil-Palop: 40 Anos de Cooperação para o Desenvolvimento no Atlântico Sul (1974/75-2015). **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 1, n. 1, p.143-167, jan./jun. 2016.

RODRIGUES, S. H. **Jovens oriundos de países africanos de língua portuguesa na Universidade de Brasília**: experiências de migração internacional estudantil. 224f. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação. Brasília, 2013.

RODRIGUES, E. F. V. **Imigrantes Africanos no Brasil Contemporâneo**: fluxo e refluxos da diáspora. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

RODRIGUES, W. H. de Souza. Desmitificando a sensualidade naturalizada do ébano: Um estudo acerca da objetificação do corpo do homem negro. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 13, n. 41, p. 267-284, jan./jun. 2020.

ROSA, G. A. M.; SANTOS, B. R. **Facebook e as nossas identidades Virtuais**. Thesaurus: Brasileira, 2013.

SALAZAR, N. Mobility. **Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 27, n. 57, p. 13-24, dez. 2019.

SALAZAR, N. Teorizando a mobilidade: conceitos e figuras. **Tempo Social**, v. 30, n. 2, p. 153-168, jul. 2018.

SANTOS, A. L. C.; LUCAS, D.C. População e Governabilidade: a mobilidade humana (des)controlada. *In*: CAMPUZANO-JULIOS, A.; SANTOS, A. L. C.; LUCAS, D. C. (orgs.). **Direitos Humanos, Imigração e Diversidade**: dilemas da vida em Movimento na Sociedade Contemporânea. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

SANTOS, A. L. C. Controle Social das Migrações e Gestão da Diversidade. **Revista Novos Estudos Jurídicos**, v. 19, n. 3, set./dez. 2014.

SANTOS, A. L. C. Reterritorializando saberes sobre a Mobilidades Humanas Contemporâneas. *In*: CAMPUZANO-JULIOS, A.; SANTOS, A. L. C.; LUCAS, D. C. (orgs.). **Direitos Humanos, Imigração e Diversidade**: dilemas da vida em Movimento na Sociedade Contemporânea. Ijuí-RS: Editora Unijuí, 2016.

SANTOS, M. O. Os “novos estrangeiros”. *In*: FERREIRA, A. P.; VAINER, C. B.; NETO, H. P.; SANTOS, M. O. (orgs), **A experiência migrante**: entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SECRETARIA GENERAL IBEROAMERICANA. **II Informe de la Cooperación Sur-Sur en Iberoamérica**. Madrid: Segib. 2008.

SCHILLER, G. N. Nuevas y viejas cuestiones sobre localidad: teorizar la migración transnacional en un mundo neoliberal. *In*: SOLÉ, C.; PARELLA, S.; CAVALCANTI, L. (orgs.). **Nuevos retos del transnacionalismo en el estudio de las migraciones**. Barcelona: Grafo, 2008. p. 7-217.

SCHILLER, N.G. SALAZAR, N.B. Regimes of Mobility Across the Globe. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, fev. 2013.

SCHUTZ, A. **Estudios sobre Teoría Social**. Buenos Aires: Amarrortu, 1974(1964).

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. Tradução e apresentação de Ricardo Doninelli Mendes. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SEN, A. **Identidade e violência**: a ilusão do destino. Tradução José Antonio Arantes. São Paulo: Iluminuras, 2015.

SEYFERTH, G. A dimensão cultural da imigração. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 77, out. 2011.

SEYFERTH, G. As Identidades dos Imigrantes e o Melting Pot Nacional. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 143-176, nov. 2000.

SEYFERTH, G. Imigração e raça na primeira metade do século XX. **Caminhos da migração: memória, integração e conflitos**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2015.

SEYFERTH, G. O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre racismo. *In*: SEYFERTH, G. et al. (org). **Racismo no Brasil**. Petrópolis: ABONG, 2002.

SHELLER, M. Teorizando sobre mobilidades justas. **Tempo Social**, v. 30, n. 2, p. 17-34, jul. 2018.

SILVA, A. G. D da. Diáspora africana no Ceará: um estudo sobre a trajetória de estudantes africanos nas Universidades do Ceará. *Revista UNIFEV: Ciência & Tecnologia*, v. 3, 2017.

SILVA, L. A.; BARBOSA, M. DE L. DE A.; FARIAS, M. L. Significados do Consumo Colaborativo no Turismo a partir dos Consumidores do AIRBNB. **Tur., Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 22, n. 2, p. 380-400, ago. 2020.

SILVA, L. I. L. Discurso do Ex-Presidente Lula - Outorga do Título de Doutor Honoris Causa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. **UNILAB**, 2013. Disponível em: <http://www.UNILAB.edu.br/wp-content/uploads/2013/03/Discurso-Lula.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

SILVA, M. P. Identidade e Consciência negra. *In*: SEYFERTH, G. et al. (orgs.). **Racismo no Brasil**. Petrópolis; ABONG, 2002.

SILVA, S. A migração dos símbolos diálogo intercultural e processos identitários entre os bolivianos em São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 77-83, jul./set. 2005.

SILVA, S. G. O conflito identitário: sexo e gênero na constituição das identidades. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 71-85. 1999.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K (orgs.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SIQUEIRA, M. L. Identidade e racismo: a ancestralidade africana reelaborada no Brasil. *In*: SEYFERTH, G. et al. (orgs.). **Racismo no Brasil**. Petrópolis: ABONG, 2002.

SOLÉ, C.; PARELLA, S.; CAVALCANTI, L. (orgs.). **Nuevos retos del transnacionalismo en el estudio de las migraciones**. Barcelona: Grafo, 2008.

SOUSA, A. D. **O programa de estudantes-convênio de graduação na Universidade Federal da Bahia: percepção dos estudantes PEC-G oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - anos 2009 – 2013**. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SOUZA, L. F. Estudantes African@s migrantes: vivências e perspectivas na passagem do meio para a qualificação. *In*: MALOMALO, B.; FONSECA, D. J.; BADI, M. K. (orgs.). **Diáspora Africana e Migração na era da Globalização: experiências de refúgio, estudo e trabalho**. Curitiba: Editora CRV, 2015.

SOUZA, O. R.; MALOMALO, B. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e os desafios da integração perante o racismo contra os/as

estudantes africanos/as no Ceará. **Interfaces Brasil/Canadá**, Canoas, v. 16, n. 1, p. 256–293, 2016.

SUBUHANA, C. Estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro, Brasil: sociabilidade e redes sociais. **Imaginário**, São Paulo, v. 13, n. 14, p. 321-355, jun. 2007.

SUBUHANA, C. O estudante convenio: a experiência sócio-cultural de universitários da África lusófona em São Paulo, Brasil. *In*: 26ª reunião brasileira de antropologia, 26, 2008. **Anais [...]**, 2008.

SUBUHANA, C. A experiência sociocultural de universitários da África Lusófona no Brasil: entremeando histórias. **Pro-Posições**, v. 20, n.1, pp.103-126, 2019.

TANAKA, A. M. M. Imigração e colonização japonesa no Brasil: um resumo. *In*: TANAKA, A. M. M. **Tecendo Relações: 200 anos de Encontros entre Brasil e Japão**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

TCHAM, I. **Estar, ficar e retornar: Estudantes africanos no Brasil e os dilemas da migração**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

THEODORO, M. L. Exclusão ou inclusão precária? O negro na sociedade brasileira. **Inclusão Social**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 79-82, out. 2007 a mar. 2008.

TODOROV, T. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. Informe Orçamental: Educação. **UNICEF**, 2018. Disponível em: <https://www.unicef.org/mozambique/sites/unicef.org.mozambique/files/2019-04/2018-Informe-Orcamental-Educacao.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

DIÓGENES, C. G.; AGUIAR, J. R. Caminhos e Desafios Acadêmicos da Cooperação Sul-Sul. Redenção: UNILAB, 2013.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. **Resolução nº 001-b, de 09 de fevereiro de 2015**. Disponível em: http://www.UNILAB.edu.br/wp-content/uploads/2015/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-001-B-Altera-a-Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-008_2014-que-regulamentou-o-Programa-de-Assist%C3%A2ncia-ao-Estudante-1.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. Feriado estadual de 25 de março lembra abolição da escravidão no Ceará. UNILAB, 24 mar. 2014. Disponível em: <http://www.UNILAB.edu.br/noticias/2014/03/24/feriado-estadual-de-25-de-marco-lembra-abolicao-dos-escravos-no-ceara/>. Acesso em: 03 jan. 2019.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. UNILAB em números. **UNILAB**, 2020. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaNTkzZjY2MWQ0NjMzNS00MjkzLWI4YTAtOGJjY2NmNjdmNzI1IiwidCI6IjkwMjlkZGNILWFmMTItNDJiZS04MDM3LTU4MzEzZTRkYzVkMSJ9>. Acesso em: 12 mar. 2020.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. UNILAB em números. **UNILAB**, 2021. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaNTkzZjY2MWQ0NjMzNS00MjkzLWI4YTAtOGJjY2NmNjdmNzI1IiwidCI6IjkwMjlkZGNILWFmMTItNDJiZS04MDM3LTU4MzEzZTRkYzVkMSJ9>. Acesso em: 12 jul. 2021.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. Integração Internacional. UNILAB, 2019. Disponível em: <http://www.UNILAB.edu.br/nosso-diferencial-de-integracao-internacional/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. Graduação. **UNILAB**, 2019. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaOGQzNjAwYzQtNzliMC00NzlmLTk4YWUtYmlyNWFiODU4ZWQ1IiwidCI6IjkwMjlkZGNILWFmMTItNDJiZS04MDM3LTU4MzEzZTRkYzVkMSJ9>. Acesso em: 15 jan. 2019.

VARGEM, A. A; MALOMALO, B. A Imigração Africana Contemporânea para o Brasil: entre a violência e o desrespeito aos direitos humanos. *In*: MALOMALO, B.; FONSECA, D. J.; BADI, M. K. (orgs.). **Diáspora Africana e Migração na era da Globalização: experiências de refúgio, estudo e trabalho**. Curitiba: Editora CRV, 2015.

VEIGA, J. E. Neodesenvolvimentismo: quinze anos de gestação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n.3, jul./set. 2006.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VÉRAS, M. P. B. Estrangeiros na metrópole: territórios e fronteiras da alteridade em São Paulo. **Revista USP**, n. 114, p. 45-54, 2017.

VENANCIO, R. P. **Presença portuguesa: de colonizadores a imigrantes - Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, T. T. (org.); HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZAMBERLAM, J.; CORSO, G; BOCCHI L.; FILIPPIN J; KÜLKAMP W. **Estudantes internacionais no processo globalizador e a internacionalização do ensino superior**. Porto Alegre: Solidus, 2009.

ZUBEN, V. N. A. Introdução. *In*: BUBER, M. **Eu e Tu**. Tradução, introdução e notas: Newton Aquiles Von Zuben. 10. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE I- Roteiro de entrevista com os estudantes moçambicanos

Perfil do entrevistado

Idade:

Gênero:

Cor/raça:

Curso:

Semestre:

Quanto tempo está no Brasil:

Bloco UNILAB

1 – Como você teve conhecimento da UNILAB?

2 – Porque escolheu a UNILAB?

3 – Como e por que escolheu o seu curso?

4 – Você acha que a UNILAB, a cidade e o Brasil consideram sua ligação com às raízes culturais e aos acontecimentos de sua terra? Como ocorre esta relação?

5 – A UNILAB oferece ferramentas de apoio (bolsas, residência estudantil etc) aos estudantes? Existem ferramentas diferenciadas para o aluno imigrante?

6 – Como a universidade trabalha a presença das diferentes nacionalidades e culturas em seu território para tornar-se um laboratório de globalização?

7 – Como você percebe seu país em relação ao Brasil?

8 - Como você percebe o espaço ambiental da UNILAB?

Bloco identidade

Aspectos da identidade acionados antes da experiência

9 - Conte sua trajetória de mobilidade: como era sua vida e como a mobilidade estudantil aparece como possibilidade na sua trajetória.

10 - Quais motivações o trouxeram? Relate.

11 – O que você precisou fazer para que a ida à UNILAB se tornasse uma realidade.

12 - Antes de sair do país, quais aspectos principais da identidade interferiram na sua mobilidade estudantil:

- gênero;
- Nacionalidade;
- Etnia;
- manifestações culturais;
- manifestações religiosas;
- interações ambientais;
- formas de consumo;
- estratégias de inserção social;
- enfrentamento de preconceitos;
- outros não citados.

13 - Como você avalia sua experiência de mobilidade estudantil? Relate

14 - Qual a impressão que você tem (sobre o país, universidade, curso etc) antes de chegar ao Brasil? Qual a atual impressão?

15 - Quais as restrições você tem como imigrante? Quais direitos?

16 – Quais semelhanças e quais diferenças você percebeu entre Brasil e Moçambique (aspectos culturais, educacionais, econômicos etc)

17 - Em que medida esta mobilidade consolida projetos individuais?

18 - Em que medida esta mobilidade consolida projetos familiares?

19 - Em que medida esta mobilidade consolida projetos institucionais?

20 – Você acha que ter saído de Cabo verde reforça ou enfraquece sua identidade africana? Por quê?

Aspectos da identidade acionados durante a experiência

21 - Que aspectos da identidade afetam sua experiência de mobilidade estudantil durante o curso? Conforme a resposta será aprofundado o que citarem livremente e também aspectos não citados, conforme abaixo:

- gênero;
- nacionalidade;
- etnia;
- manifestações culturais;
- manifestações religiosas;
- interações ambientais com espaço da UNILAB...da cidade...do país;
- formas de consumo;

- outros não citados.

22 - Que dificuldades, preconceitos e formas de enfrentamento em relação a estes aspectos atravessam a experiência de mobilidade. Relate

23 – O que é mobilidade para você?

24 - Que oportunidades a mobilidade possibilita?

Bloco estratégias de vínculos sociais

25 - Ao chegar no Brasil, vocês se separam entre os países de origem ou se unem? Por quê?

26 – Você participa de alguma entidade (associação, grêmio etc.)? Por quê?

27 – Que papel esta entidade possui na criação de um espaço de encontro multiétnico, pluricultural, inter-religioso e humanitário?

28 – Quais estratégias você utiliza para se inserir na sociedade local?

29 – Você fez amigos no Brasil? E Relacionamentos amorosos?

30 - Como os diferentes aspectos da identidade pessoal precisam ser negociados para a construção de vínculos coletivos ao longo da experiência de mobilidade estudantil

- gênero;
- nacionalidade;
- etnia;
- manifestações culturais;
- manifestações religiosas;
- interações ambientais;
- formas de consumo;
- outras.

Bloco gênero

31 – Você vê diferenças culturais entre as mulheres de Moçambique e do Brasil?

32 – Você acha que as mulheres imigrantes da UNILAB enfrentam situações diferentes das enfrentadas pelos homens imigrantes? Quais diferenças? Como isto afeta as imigrantes?

33 – Quanto ao posicionamento da mulher na sociedade brasileira, você acha que

existem muitas diferenças em relação a Moçambique? Quais? Por que isto ocorre?

34 – Você acha que a cor da pele ou o fato de ser imigrante influenciou nas relações de gênero? De que maneira?

Bloco perspectivas futuras

35 - Quando termina a experiência na UNILAB, quais as perspectivas para o futuro?

36 - Ao finalizar os cursos, em que outras mobilidades se envolvem: retornam para seus países de origem ou pretendem permanecer no Brasil? Por quê?

37 – Os imigrantes de seus países que permanecem no Brasil se estabelecem em espaços sociais brasileiros e em que condições?

38 – Quais impactos da experiência de mobilidade estudantil quanto ao seu crescimento pessoal e profissional? Como isso pode te afetar ao retornar à Moçambique?

39 - Quais reflexos as experiências de mobilidade estudantil têm no desenvolvimento da sua região/país?

40 - Que trocas de conhecimento você destaca durante este período no Brasil?

APÊNDICE II - roteiro de entrevistas com servidores da UNILAB

Bloco UNILAB

- 1 – Como a UNILAB divulga os cursos/editais/etc nos outros países?
- 2 – Como funciona o convênio PEC-G na UNILAB?
- 3- Como você avalia a Cooperação Sul-Sul em relação a UNILAB e ao desenvolvimento dos países envolvidos?
- 4 – Você acha que a UNILAB, a cidade e o país consideram as ligações culturais dos migrantes moçambicanos?
- 4 – A UNILAB oferece ferramentas de apoio (bolsas, residência estudantil etc) aos estudantes? Existem ferramentas diferenciadas para o aluno imigrante...para apoiar os estudantes (emocionalmente, financeiramente, infra-estrutura, etc)??
- 5 – Quais ações você acha que também deveriam ser inseridas?
- 6 - Quais as vantagens para a UNILAB receber estes estudantes?

Bloco identidade

- 7 - Como você percebe a relação na universidade com os aspectos de diferenciação identitária que os estudantes moçambicanos expõem quanto a
 - gênero;
 - nacionalidade;
 - etnia;
 - manifestações culturais;
 - manifestações religiosas;
 - interações ambientais;
 - formas de consumo;
 - outros não citados.
- 8 – Existem ações de combate a casos de preconceito? Quais?
- 9 - Há ações específicas para casos de preconceito (racismo e/ou xenofobia)? Estas ações são apenas voltadas para os alunos africanos ou também existe para outros alunos ou até mesmo em forma de projeto de extensão para a sociedade?
- 10 – Como a universidade trabalha a presença das diferentes nacionalidades e culturas em seu território para tornar-se um laboratório de globalização?

11 – Quais as principais dificuldades relatadas pelos estudantes africanos? Como são enfrentadas?

12 - E quais as principais vantagens/oportunidades?

Bloco estratégias de vínculos sociais

13 - Como é a relação da UNILAB com os migrantes moçambicanos?

14 - Que estratégias de vínculo social eles criam para sua estada no Brasil?

15 – Como você vê o relacionamento dos estudantes internacionais e brasileiros?

Bloco Perspectivas futuras

16 - Quais perspectivas a mobilidade oferece para estes estudantes, nos aspectos:

- pessoais;
- profissionais;
- de participação no desenvolvimento do Moçambique.

17 - A UNILAB acompanha os egressos? Como?

18 - Como avalia o impacto da formação deles na UNILAB?

APÊNDICE III - Roteiro de entrevistas com estudantes brasileiros

Bloco UNILAB

- 1 – Como a UNILAB trata dos migrantes moçambicanos? Percebe diferenças no tratamento que recebe?
- 2 – A UNILAB oferece ferramentas de apoio (bolsas, residência estudantil etc.) aos estudantes? Existem ferramentas diferenciadas para o aluno imigrante...para apoiar os estudantes (emocionalmente, financeiramente, infraestrutura etc.)??
- 3 – Quais ações você acha que também deveriam ser inseridas?
- 4 - Quais as vantagens pra UNILAB receber estes estudantes?

Bloco estratégias de vínculos sociais

- 5 - Como é a relação da UNILAB com os imigrantes moçambicanos?
- 6 - Que estratégias de vínculo social os moçambicanos criam na sua estada no Brasil?
- 7 – Como é o seu relacionamento com estudantes internacionais da sua sala? E com os demais estrangeiros da universidade?
- 8 – Quais os principais assuntos que vocês costumam a conversar?
- 9 – Você sabe a nacionalidade dos seus colegas de sala?
- 10 – Você busca aprender sobre a cultura de seus colegas de outras nacionalidades? O que você já aprendeu?
- 11 – Como você e seus colegas brasileiros lidam com as semelhanças e diferenças existentes entre vocês e colegas de outras nacionalidades?
- 12 – Como a sociedade local vê os estudantes africanos? Cite algumas situações.
- 13 – Você já levou estudantes africanos para conhecer a cultura ou lugares de lazer da cidade? Como foi a experiência?

Bloco identidade

- 14 - Como você percebe os aspectos de identidade que os estudantes moçambicanos expõem quanto a:
 - gênero;
 - nacionalidade;

- etnia;
- manifestações culturais;
- manifestações religiosas;
- interações ambientais;
- formas de consumo;
- outros não citados.

15 – Você acha que os estudantes africanos sofrem preconceitos? Quais tipos? Como isso ocorre? Já presenciou alguma situação?

16 – Existem ações de combate a casos de preconceito? Quais?

17 - Há ações específicas para casos de preconceito (racismo e/ou xenofobia)? Estas ações são apenas voltadas para os alunos africanos ou também existe para outros alunos ou até mesmo em forma de projeto de extensão para a sociedade?

18 – Como a universidade trabalha a presença das diferentes nacionalidades e culturas em seu território para tornar-se um laboratório de globalização?

19 – Quais as principais dificuldades relatadas pelos estudantes africanos? Como são enfrentadas?

20 – E quais as principais vantagens/oportunidades que eles têm a partir da mobilidade estudantil?

Bloco Perspectivas futuras

21 - Quais perspectivas a mobilidade oferece para estes estudantes, nos aspectos:

- pessoais
- profissionais
- de participação no desenvolvimento do Moçambique

APÊNDICE IV – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) participante, “Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “MOBILIDADE E IDENTIDADE: TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE MOÇAMBICANOS NA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)”, desenvolvida por Anna Ariane Araújo de Lavor, discente de Doutorado em Ambiente e Desenvolvimento da UNIVATES, sob orientação da Professora Dr^a Jane Marcia Mazzarino.

Sobre o objetivo central

O objetivo central do estudo é: Investigar interferências identitárias e processos de sua (re)construção a partir da experiência de mobilidade vivida por estudantes moçambicanos da UNILAB, apoiados pelo Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) para Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Por que o participante está sendo convidado (critério de inclusão)?

O convite a sua participação se deve ao fato do Sr(a) ser estudante/servidor da UNILAB. Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas.

Mecanismos para garantir a confidencialidade e a privacidade

Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Procedimentos detalhados que serão utilizados na pesquisa

“A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista à pesquisadora do projeto. A entrevista somente será gravada (áudio) se houver autorização do entrevistado(a)”.

Tempo de duração da entrevista/procedimento/experimento

O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente meia hora. Para evitar o desgaste e o comprometimento da participação dos sujeitos, diante da quantidade de questões, a entrevista tentará de aproximar do formato de uma conversa informal. Desta maneira, muitos comentários do entrevistado poderão responder mais de uma pergunta ao mesmo tempo.

Guarda dos dados e material coletados na pesquisa

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas o aluno e seu professor orientador. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução CNS no 466/12.

Benefícios diretos (individuais ou coletivos) ou indiretos aos participantes da pesquisa

O benefício (direto ou indireto) relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa observar sua perspectiva sobre o tema pesquisado e comparar os dados com os demais entrevistados. Além disso, a participação na pesquisa irá contribuir com os estudos acerca da imigração estudantil internacional, a partir das situações vivenciadas na UNILAB.

Previsão de riscos ou desconfortos

Pode haver desconforto devido ao tempo despendido para responder as perguntas ou ainda podem surgir lembranças dolorosas no decorrer da entrevista.

Para minimizar os desconfortos, serão garantidos um local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras. Além disso, pesquisadora ficará atenta aos sinais verbais e não verbais de desconforto. Será ainda assegurada a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades. Destaque-se ainda que os participantes da pesquisa não terão nenhuma despesa e não haverá compensação financeira relacionada à participação na pesquisa

Os resultados serão divulgados na tese e em artigos científicos, contudo mantendo a privacidade e a anonimato do entrevistado. Este Termo é redigido em duas vias, sendo uma para o participante e outra para o pesquisador. Todas as páginas deverão ser rubricadas pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador responsável, com ambas as assinaturas apostas na última página.

ANNA ARIANE ARAUJO DE LAVOR

Contato da pesquisadora: annaariane@hotmail.com / (88) 99928-4076

Contato da instituição de ensino: Av. Avelino Tallini, 171, bairro Universitário, CEP 95.900-000, Lajeado – RS – Brasil. Fone (51) 3714-7000

LOCAL E DATA

Declaro que recebi claras explicações sobre o estudo, todas registradas neste formulário de consentimento, tendo compreendido os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

(Assinatura do participante da pesquisa)

Nome do participante:

Contatos do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVATES:

Av. Avelino Talini, 171 - Universitário, Lajeado - RS, 95914-014

Setor A - Prédio 1 - Sala 309

Secretária: Simone Bruxel

E-mail: coep@univates.br

Telefone: (51) 3714 7000 Ramal 5339

Contatos do Comitê de Ética em Pesquisa da UNILAB:

Endereço: Sala 303, 3º Andar, Bloco D, Campus das Auroras – Rua José Franco de Oliveira, s/n, CEP: 62.790-970, Redenção – Ceará – Brasil.

E-mail: cep@unilab.edu.br

Telefone: (85) 3332-6190